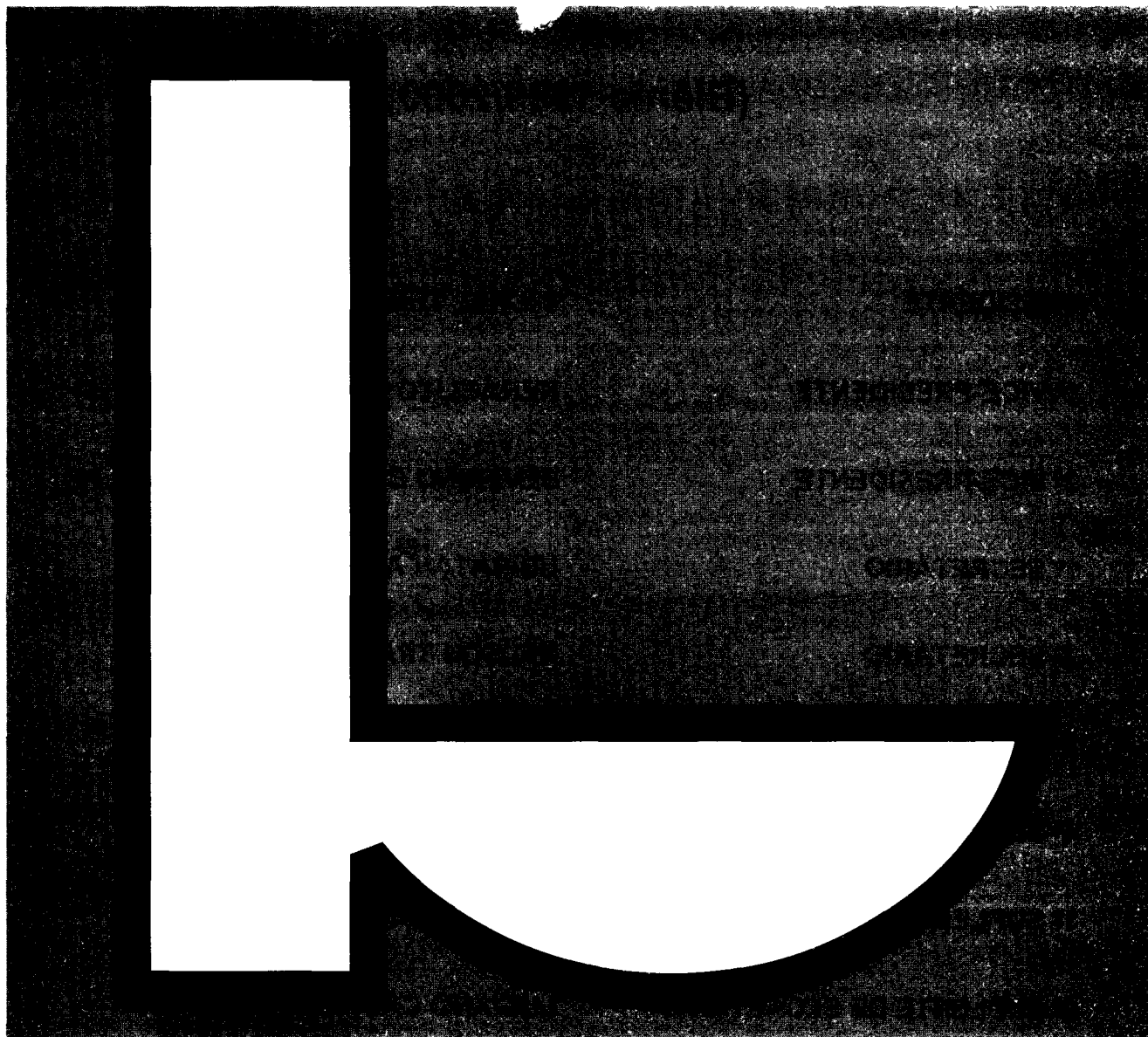




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANO LV - Nº 039

QUARTA-FEIRA, 1ª DE MARÇO DE 2000

BRASÍLIA-DF

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

(Biênio 1999/2000)

PRESIDENTE	MICHEL TEMER – PMDB – SP
1º VICE-PRESIDENTE	HERÁCLITO FORTES – PFL – PI
2º VICE-PRESIDENTE	SEVERINO CAVALCANTI – PPB – PE
1º SECRETÁRIO	UBIRATAN ÁGUIAR – PSDB – CE
2º SECRETÁRIO	NELSON TRAD – PTB – MS
3º SECRETÁRIO	JAQUES WAGNER – PT – BA
4º SECRETÁRIO	EFRAIM MORAIS – PFL – PB
1º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GIOVANNI QUEIROZ – PDT – PA
2º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	LUCIANO CASTRO – PSDB – RR
3º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	ZÉ GOMES DA ROCHA – PMDB – GO
4º SUPLENTE DE SECRETÁRIO	GONZAGA PATRIOTA – PSB - PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

SUMÁRIO

1 – ATA DA 14ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SOLENE, MATUTINA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 51ª LEGISLATURA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2000

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

MENSAGEM

Nº 271/00 – Do Poder Executivo submetendo à apreciação dos membros do Congresso Nacional, o ato constante da Portaria nº 241, de 31-12-99, que renova a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Santa Maria Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul 09722

OFÍCIOS

Nº 83/00 – Do Senhor Deputado Aécio Neves, Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTB, indicando o Deputado Márcio Fortes para integrar a Comissão Especial destinada a realizar estudos com vistas a oferecer alternativas em relação à fixação do salário mínimo..... 09723

Nº 317/00 – Do Senhor Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, indicando o Deputado Pedro Bittencourt para o cargo de Vice-Líder do PFL.. 09723

Nº 1.220/99 – Do Senhor Deputado Inaldo Leitão, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, encaminhando o PL nº 5.993/90 e apensados, apreciados pela referida Comissão..... 09723

PROJETOS DE LEI

Projeto de Lei nº 2.504, de 2000 – (Do Sr. Nelson Proença) – Dispõe sobre o interrogatório do acusado à distância com a utilização de meios eletrônicos. 09723

Projeto de Lei nº 2.517, DE 2000 – (Do Tribunal Superior do Trabalho) – Dispõe sobre antecipação de subsídios concedida aos magistrados togados da Justiça do Trabalho. 09724

SESSÃO SOLENE DE 29-2-2000

IV – Homenagem

Transcurso do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE..... 09731

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Convite ao Superintendente da Sudene, Sr. Marcos Formiga, e à Srª Anna Christina Kubitschek Barbará Alves Pereira, para composição da Mesa Diretora... 09731

FERNANDO FERRO, SEVERINO CAVALCANTI, SÉRGIO GUERRA, JORGE ALBERTO, CLEUBER CARNEIRO, WALDIR PIRES, GERSON PERES, EDUARDO CAMPOS, INÁCIO ARRUDA, MARCOS DE JESUS, REGIS CAVALCANTE – Transcurso do 40º aniversário de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. 09731

MOREIRA FERREIRA (Pela ordem) – Homenagem aos 40 anos de criação da Sudene. 09752

MANOEL CASTRO (Pela ordem) – Urgente necessidade de formulação de novo modelo de desenvolvimento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com específica ênfase em investimentos no setor educacional..... 09753

PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Agradecimento aos Parlamentares e convidados pelo comparecimento à presente sessão. 09754

V – Encerramento

2 – ATA DA 15ª SESSÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 51ª LEGISLATURA, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2000

I – Abertura da sessão

II – Leitura e assinatura da ata da sessão anterior

III – Leitura do expediente

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29-2-2000

IV – Pequeno Expediente

INALDO LEITÃO (Bloco/PSDB – PB) – Perplexidade diante da concessão do benefício de auxílio-moradia a magistrados brasileiros. Urgente revogação da medida pelo Supremo Tribunal Federal. Apreciação de proposta de emenda constitucional sobre fixação do subteto salarial dos servidores públicos. Definição da política nacional de salários. 09758

B. SÁ (Bloco/PSDB – PI) – Lançamento, pelo Presidente da República, do Programa Prioritário de Termoelétrica a Gás. Benefícios do programa na região Nordeste. 09758

- JOSÉ GENOÍNO (PT – SP) – Imediata revogação, pelo Supremo Tribunal Federal, da liminar concessiva do benefício de auxílio-moradia aos Juízes Federais e aos Juízes do Trabalho. Defesa da elevação do valor do salário mínimo para R\$180,00..... 09759
- LAEL VARELLA (PFL – MG) – Prejuízos causados à agricultura brasileira pela falta de política agrícola e pelo modelo de reforma agrária implantado no País. Repúdio à atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST. Protesto contra utilização de universidades públicas para formação de militantes do MST..... 09760
- OSVALDO BIOLCHI (Bloco/PMDB – RS) – Imediata reformulação do Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado à regularização de débitos das empresas brasileiras com a Receita Federal e com o Instituto Nacional de Seguro Social INSS..... 09761
- PASTOR VALDECI PAIVA (Bloco/PSL – RJ) – Solicitação de apoio ao projeto de lei sobre inclusão, em documentos oficiais, da expressão “Deus seja louvado”..... 09762
- JOÃO GRANDÃO (PT – MS) – Insuficiência dos recursos destinados pelo Governo Federal ao custeio da safra agrícola de 1999/2000. Elevado custo de encargos incidentes sobre operações de crédito rural. Exclusão de pequenos produtores rurais do processo de renegociação do endividamento do setor agrícola..... 09763
- PAULO PAIM (PT – RS – Pela ordem) – Realização, pela Comissão Especial do Salário Mínimo, da Casa, de debate com a presença dos convidados Sérgio Mendonça, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Márcio Pochmann, da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP; e Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas..... 09764
- ENIO BACCI (PDT – RS) – Artigo “O novo bote dos 7 ricos”, do jornalista Carlos Chagas, de alerta sobre propostas de internacionalização da Amazônia e riscos de perda da soberania nacional na região..... 09764
- MARCOS AFONSO (PT – AC) – Instalação da Fábrica de Preservativos Chico Mendes, no Município de Xapuri, Estado do Acre. Apresentação de projetos de lei sobre estabelecimento de moratória do financiamento do plantio, da comercialização e do consumo de alimentos com organismo geneticamente modificado e sobre regulamentação dos critérios de divulgação de pesquisa eleitoral. Apresentação de projeto de decreto legislativo sobre vinculação, competências e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança..... 09766
- MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE) – Urgente votação, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória nº 1.934-10, de 2000, sobre reestruturação do Departamento Nacional de Obras contra as Secas. Importância da participação do DNOCS no debate sobre a transposição de águas do Rio São Francisco..... 09767
- JOSÉ PIMENTEL (PT – CE) – Revogação da Resolução nº 2.671, de 1999, do Conselho Monetário Nacional, inviabilizadora da liberação de recursos retidos no Banco do Brasil destinados ao financiamento do custeio da agricultura familiar no Estado do Ceará..... 09767
- DR. HÉLIO (PDT – SP) – Síndrome do salário indecente. Conveniência de reajuste do valor do salário mínimo nacional em percentual suficiente para cobertura das necessidades básicas da população brasileira..... 09768
- MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS) – Apresentação de emenda à medida provisória sobre a lei disciplinadora do esporte brasileiro Lei Pelé, para estabelecimento de indenização no caso de rescisão unilateral do contrato firmado entre atleta e clube esportivo no País..... 09769
- BISPO WANDERVAL (Bloco/PL – SP) – Denúncia de abusos cometidos no País pelas empresas operadoras de cartões de crédito..... 09770
- REGIS CAVALCANTE (PPS – AL) – Repúdio à perseguição política praticada pelo Governo alagoano contra a Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado, em razão de denúncias de irregularidades no âmbito do órgão. Urgente aprovação do Projeto de Lei nº 1.615, de 1999, sobre criação da Agência Nacional de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes... 09771
- JOÃO FASSARELLA (PT – MG) – Carta aberta à população, de autoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Correios e Telégrafos e Similares do Estado de Minas Gerais – SINTECT-MG, em protesto contra a possibilidade de privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT..... 09771
- IÉDIO ROSA (Bloco/PMDB – RJ) – Transcurso do 100º aniversário de fundação do Instituto Oswaldo Cruz..... 09775
- ANTONIO JOSÉ MOTA (Bloco/PMDB – CE) – Importância da reativação da cultura do algodão para o Nordeste brasileiro, em especial para o Estado do Ceará..... 09776
- AIRTON DIPP (PDT – RS) – Descaso do Governo Federal quanto à produção de arroz no Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento ao jornal *Diário da Manhã*, do Município gaúcho de Pas-

- so Fundo, pela reportagem sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itá, na divisa dos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. 09778
- DR. HELENO (Bloco/PSDB – RJ) – Assinatura, pelo Prefeito Zito, de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, de convênio com o Serviço Social da Indústria – SESI, e a Federação das Indústrias do Estado do Rio Janeiro – FIRJAN, para alfabetização de jovens de 14 a 19 anos. Congratulações ao Presidente Fernando Henrique Cardoso e ao Ministro Paulo Renato, da Educação, pela redução dos índices de analfabetismo no País. 09778
- JOVAIR ARANTES (Bloco/PSDB – GO) – Questionamento sobre critérios para concessão, pela Caixa Econômica Federal, de franquias para exploração de jogos de loterias. Anúncio da apresentação de projeto de lei modificativo do diploma legal sobre licitações. 09780
- PAULO FEIJÓ (Bloco/PSDB – RJ) – Sinal de recuperação da economia brasileira com a queda do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, e do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, registrada pela Fundação Getúlio Vargas. 09780
- EURÍPEDES MIRANDA (PDT – RO) – Satisfação com vitória dos juízes federais em luta por melhoria salarial. 09781
- CAIO RIELA (Bloco/PTB – RS) – Transcurso do centenário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – 17 de fevereiro. ... 09782
- HUGO BIEHL (PPB – SC) – Expansão e modernização do sistema de telefonia rural catarinense. Fortalecimento da infra-estrutura das comunidades rurais. 09782
- FERNANDO GONÇALVES (Bloco/PTB – RJ) – Protesto contra concessão do benefício de auxílio-moradia a magistrados. Estabelecimento de teto salarial no serviço público. 09783
- LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO) – Justiça das reivindicações coordenadas pela Associação dos Magistrados Brasileiros. Importância da Campanha da Fraternidade de 2000, com o tema "Dignidade Humana e Paz" e o lema "Novo Milênio Sem Exclusões", na exaltação dos valores básicos da sociedade brasileira. 09783
- FEU ROSA (Bloco/PSDB – ES) – Continuidade da situação de pobreza existente nas regiões Norte e Nordeste do País. 09785
- EDINHO ARAÚJO (PPS – SP) – Posse do ex-Deputado Federal Hélio Bicudo na Presidência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA. 09786
- SERAFIM VENZON (PDT – SC) – Apoio a pleito da Fundação Universidade do Contestado, do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, sobre doação ou cessão em comodato de terreno da Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA. 09787
- NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB – SP) – Satisfação com a assinatura de convênios entre o Ministério da Educação, a RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Radiodifusão, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e a Fundação Roberto Marinho, viabilizadores da exibição, em escolas públicas, das produções e programas da Secretaria de Educação à Distância, do Ministério da Educação. 09787
- FERNANDO ZUPPO (PDT – SP) – Descompasso entre a baixa taxa de crescimento do Produto Interno Produto – PIB e o significativo incremento da arrecadação tributária no País. Aumento do Imposto de Renda pago pelos trabalhadores brasileiros em decorrência do reajuste da Unidade Fiscal de Referência – UFIR, e da manutenção dos limites de deduções e das faixas de incidência das alíquotas do tributo. 09788
- EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE) – Repúdio à violência praticada pelo Prefeito Luiz Antônio Farias, de Hidrolândia, Estado do Ceará, contra equipe de profissionais do jornal cearense **O Povo**, em missão de apuração de denúncias contra atos de improbidade administrativa no Município. Oportunidade da aprovação, pela Assembleia Legislativa do Estado, de requerimento de imediato afastamento do Prefeito, para abertura de processo de cassação de seu mandato, bem como de prisão preventiva dos agressores. 09789
- PEDRO VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Contrariedade à pretendida participação de empresas distribuidoras no comércio varejista de combustíveis. 09790
- PAES LANDIM (PFL – PI) – Concessão ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso, do Título de Sócio Honorário do Instituto dos Advogados do Distrito Federal. Tópicos do pronunciamento do magistrado por ocasião do recebimento da homenagem. 09790
- ARY KARA (PPB – SP) – Lançamento da revista **Via Vale**, em São José dos Campos, Estado de São Paulo. 09792
- V – Grande Expediente**
- WILSON SANTOS (Bloco/PMDB – MT) – Contrariedade à pretendida alteração do traçado original da Ferrovia do Norte – FERRONORTE. Liberação de recursos para reinício das obras da ferrovia entre os Municípios de Alto Taquari e Rondonópolis, Estado de Mato Grosso. Defesa de transferência para Cuiabá da sede da empresa FERRONORTE S.A. – Ferrovias Norte Brasil. Pro-

testo contra a anunciada privatização do setor de saneamento básico da capital mato-grossense.	09792	JÚLIO REDECKER (PPB – RS – Pela ordem) – Relatório sobre repressão praticada pelo Governo do Irã contra membros da Comunidade Bahá'í.	09808
NILSON MOURÃO (PT – AC) – Empobrecimento do setor agrícola brasileiro. Perspectiva de agravamento do êxodo rural em decorrência da inviabilização das políticas públicas dirigidas para o setor. Louvor às ações do Governo Jorge Viana, do Estado do Acre, em apoio à agricultura e à exploração sustentável da floresta amazônica.	09796	JOSÉ CARLOS ELIAS (Bloco/PTB – ES – Pela ordem) – Apresentação de projeto de lei sobre dedução do imposto de renda das despesas com empregados domésticos.	09811
MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS – Pela ordem) – Necessidade de reajuste do salário mínimo brasileiro no maior percentual possível. Indicação ao Poder Executivo de adoção de medidas para redução de distorções na comercialização de produtos agrícolas de consumo predominantemente doméstico.	09799	RUBENS BUENO (PPS – PR – Pela ordem) – Envolvimento do Prefeito Antônio Casemiro Belinati, do Município de Londrina, Estado do Paraná, com malversação de recursos do Erário.	09811
SÉRGIO CARVALHO (Bloco/PSDB – RO – Pela ordem) – Urgentes providências do Governo de Rondônia no sentido da revisão do projeto de melhoramento das instalações do LACEN – Laboratório Central do Estado, sob pena de perda dos prazos para o repasse, pelo Banco Mundial e pelo programa Reforsus, de recursos destinados ao empreendimento.	09802	PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP – Pela ordem) – Realização, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, de debate sobre a proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Cumprimento ao Deputado Nelson Marchezan, Relator da matéria, pelo comparecimento ao fórum. Falta de consistência e sustentação financeira do substitutivo apresentado ao projeto. Despropósito da concessão, pelo Poder Judiciário, de auxílio-moradia a seus integrantes.	09812
DR. EVILÁSIO (Bloco/PSB – SP – Pela ordem) – Indicação ao Ministério do Trabalho e Emprego de adoção de providências para inscrição, na Previdência Social, de vendedores autônomos contratados.	09802	PAULO DELGADO (PT – MG – Pela ordem) – Necrológio do médico psiquiatra Ulysses Vianna Filho, ex-Presidente da Associação Brasileira de Psiquiatria. Impropriedade da aplicação de tratamento psiquiátrico em casos de conflitos provocados por ruptura da estabilidade de vida. Preocupação do orador com a disseminação da prática de prescrição de psicotrópicos a pacientes de tenra idade.	09813
GEOVAN FREITAS (Bloco/PMDB – GO – Pela ordem) – Omissão do Governo Federal quanto ao elevado consumo de bebidas alcoólicas no País.	09803	CARLOS BATATA (Bloco/PSDB – PE – Pela ordem) – Apresentação de requerimento sobre criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação do Sistema Financeiro da Habitação.	09814
JOÃO MAGNO (PT – MG – Pela ordem) – Omissão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA na preservação de direitos de moradores de áreas a serem alagadas com a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, Estado de Minas Gerais. ...	09803	CARLOS DUNGA (Bloco/PMDB – PB – Pela ordem) – Trabalhos na área social desenvolvidos pelo Banco do Brasil S.A. e pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. na região do Cariri paraibano, Município de Alcantil, Estado da Paraíba.	09815
WELLINGTON DIAS (PT – PI – Pela ordem) – Artigo “Parceiros do Sertão”, do jornalista Cláudio Cerri, publicado na revista Globo Rural , em defesa do desenvolvimento da caprinocultura na Região Nordeste.	09805	DR. HÉLIO (PDT – SP – Pela ordem) – Apoio à moção de apelo da Câmara Municipal da Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, ao desenvolvimento do transporte ferroviário no Estado.	09815
LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO – Pela ordem) – Apoio à greve de servidores públicos estaduais da área da educação e da Polícia Civil do Estado de Goiás.	09807	PEDRO FERNANDES (PFL – MA – Pela ordem) – Urgente estabelecimento do teto salarial para os servidores públicos dos três Poderes. Despropósito da concessão de auxílio-moradia para integrantes do Poder Judiciário. Apresentação do Projeto de Lei nº 2.413, de 2000, sobre subcontratação e regulamentação de contratos de trabalho com o Governo Federal.	09816
PEDRO WILSON (PT – GO – Pela ordem) – Solidariedade aos servidores públicos do Estado de Goiás na luta por melhores salários e condições de trabalho. Investigação, pelo Ministério da Educação, sobre a aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF no Estado de Goiás.	09807	NILMÁRIO MIRANDA (PT – MG – Pela ordem) – Requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação da	

prática de tortura e maus tratos por agentes do Poder Público.	09816	Brasileiro de comparecimento ao plenário para apreciação da Ordem do Dia. Pedido de encerramento dos trabalhos nas Comissões.	09820
SAULO PEDROSA (Bloco/PSDB – BA – Pela ordem) – Crítica à atuação do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC, criado pelo Governador César Borges, do Estado da Bahia. Denúncia de irregularidades no processo de emancipação política do Distrito de Mimoso do Oeste, Município de Barreiras, Estado da Bahia.	09816	PRESIDENTE (Michel Temer) – Convocação dos Deputados ao plenário para apreciação da Ordem do Dia. Determinação de encerramento dos trabalhos nas Comissões.....	09820
ADEMIR LUCAS (Bloco/PSDB – MG – Pela ordem) – Falecimento do empresário e conselheiro do Clube Atlético Mineiro Marun Patrus, vítima de ataque cardíaco a bordo de aeronave. Apresentação de projeto de lei sobre obrigatoriedade do porte, pelas aeronaves de passageiros, de aparelho desfibrilador.	09817	MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ – Como Líder) – Concessão do benefício de auxílio-moradia a magistrados. Apoio à realização de greve pelos servidores públicos. Revisão das reformas administrativa e previdenciária. Urgência na tramitação da proposta de emenda constitucional sobre estabelecimento de subteto salarial no serviço público. Solicitação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal de julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o descumprimento, pelo Governo Federal, da data-base salarial dos servidores públicos. Encaminhamento aos Tribunais Superiores de indicações para envio ao Congresso Nacional de projetos de lei sobre fixação de subteto salarial no serviço público.....	09820
LINCOLN PORTELA (Bloco/PSL – MG – Pela ordem) – Realização, por integrantes do sistema de transporte alternativo, de manifestação pública em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Aplauso à Polícia Militar mineira pela manutenção da ordem durante a manifestação. Congratulação com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pela celebração de acordo com a categoria. Presença na Câmara dos Deputados do Governador Itamar Franco, do Estado de Minas Gerais.....	09817	ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP – Como Líder) – Legitimidade da reivindicação de reajuste salarial por juízes brasileiros. Apreciação, pelo Supremo Tribunal Federal, de Ação Direta de Inconstitucionalidade no sentido da viabilização de correção salarial para o funcionalismo público. Urgente votação do Orçamento da União pelo Congresso Nacional. Defesa da fixação de valor equivalente a 100 dólares para o salário mínimo.	09821
BEN-HUR FERREIRA (PT – MS – Pela ordem) – Apresentação de requerimento de informações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre inclusão do item cor/raça no questionário do censo demográfico de 2000. Estabelecimento de base de dados acerca da raça negra brasileira para consolidação de políticas públicas destinadas ao combate à discriminação racial.....	09818	RICARDO IZAR (Bloco/PMDB – SP – Pela ordem) – Anúncio de reunião da Comissão Especial destinada ao exame de proposta limitadora da edição de medidas provisórias.	09823
LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB -- SP – Pela ordem) – Apelo à bancada do Estado de São Paulo no sentido do apoio às emendas ao Orçamento destinadas à alocação de recursos para obras de infra-estrutura urbana e de saneamento básico na região metropolitana de São Paulo, Estado de São Paulo.	09818	PRESIDENTE (Michel Temer) – Fixação, pela Presidência, de data para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial instituída para exame de propostas de reajuste do salário mínimo.....	09823
FERNANDO CORUJA (PDT – SC – Pela ordem) – Apresentação de proposições sobre produção e comercialização de produtos genéricos nos setores de defensivos agrícolas e de veterinária.....	09819	ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ – Como Líder) – Paradoxo entre a rapidez na concessão de auxílio-moradia a integrantes do Poder Judiciário, com vistas à sustação de greve de magistrados, e a morosidade na busca de consenso a respeito do índice de reajuste do salário mínimo. Urgente resposta, pelo Supremo Tribunal Federal, à omissão do Governo Federal quanto ao reajuste salarial dos servidores públicos.....	09823
EDUARDO JORGE (PT – SP – Pela ordem) – Urgente tramitação, no Senado Federal, da proposta de emenda à Constituição sobre vinculação de recursos para a saúde pública nos âmbitos municipal, estadual e federal. Visita do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e da Dra. Zilda Arns à Presidência do Senado Federal para cobrança de celeridade na tramitação da matéria.....	09819	LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB – PR – Pela ordem) – Inconformismo com a suspensão, pelo Desembargador Cyro Crema, do Tribunal de Justiça do Paraná, da tramitação de processo de impeachment contra o Prefeito Antônio Casemiro Belinati, do Município de Londrina. Expectativa de reforma da decisão pelo Presidente da Corte de Justiça estadual.....	09824
ODELMO LEÃO (PPB – MG – Pela ordem) – Solicitação à bancada do Partido Progressista			

PRESIDENTE (Michel Temer) – Convocação dos Deputados ao plenário para início da Ordem do Dia.	09825	ENIO BACCI (Pela ordem) – Resultados de pesquisa da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE sobre a queda da renda média dos brasileiros.....	09834
GILMAR MACHADO (PT – MG – Pela ordem) – Protesto contra cancelamento, pelo Ministro Paulo Renato Souza, da Educação, de reunião com a Comissão Mista encarregada da análise de medida provisória sobre financiamento ao estudante.	09825	RICARDO BERZOINI (Pela ordem) – Transcurso do Dia Internacional de Conscientização sobre as Lesões por Esforços Repetitivos – 29 de fevereiro.....	09834
FERNANDO FERRO (PT – PE – Pela ordem) – Demissão de funcionários da Companhia Ferroviária Nordestina – CFN. Conseqüências negativas da privatização no setor ferroviário.	09825	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado CUNHA BUENO.	09835
VI – Ordem do Dia		PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da votação.	09835
PRESIDENTE (Michel Temer) – Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96-B, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário.	09830	Rejeição da emenda.	09835
PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação e aprovação de requerimento de preferência para a votação das Emendas Aglutinativas de nºs 34, 16 e 19.	09831	PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação da Emenda Aglutinativa nº 16, que acrescenta ao art. 20 do texto do Substitutivo da Comissão Especial alínea no art. 105, I, da Constituição Federal.....	09837
PRESIDENTE (Michel Temer) – Votação da Emenda Aglutinativa nº 34, para acréscimo, no art. 34 do Substitutivo adotado pela Comissão Especial, de parágrafo no art. 125 proposto para a Constituição Federal.....	09831	Usou da palavra a Sra. Deputada ZULAIÊ COBRA, Relatora da matéria.	09837
Usou da palavra a Sra. Deputada ZULAIÊ COBRA, Relatora da matéria.	09831	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados ROBERTO ARGENTA, AYRTON XERÉZ.....	09837
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados BISPO RODRIGUES, LUIZA ERUNDINA, FERNANDO CORUJA, GERSON PERES, GERALDO MAGELA, PAUDERNEY AVELINO, MENDES RIBEIRO FILHO, JUTAHY JUNIOR, ODELMO LEÃO.	09832	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado FÉLIX MENDONÇA.	09837
PAULO DELGADO (Pela ordem) – Encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério da Justiça sobre venda, concessão, registro, posse e porte de armas no País.	09832	Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados BISPO RODRIGUES, DJALMA PAES, FERNANDO CORUJA, GERSON PERES, MARCELO DÉDA, INOCÊNCIO OLIVEIRA, MENDES RIBEIRO FILHO, JUTAHY JUNIOR, DUILIO PISANESCHI, CELSO GIGLIO.	09838
Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado RUBENS FURLAN.	09833	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados LUÍS EDUARDO, PAULO OCTÁVIO, JANDIRA FEGHALI, IGOR AVELINO, RICARDO BARROS, EDMAR MOREIRA, ARACELY DE PAULA, LUIZ RIBEIRO, GEOVAN FREITAS, OSMÂNIO PEREIRA, JOÃO CALDAS, JOÃO COLAÇO, FÁTIMA PELAES, BADU PICANÇO, FERNANDO ZUPPO, NEY LOPES.	09838
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado PROFESSOR LUIZINHO.	09833	JUTAHY JUNIOR (Pela ordem) – Retirada da Emenda Aglutinativa nº 19.	09839
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados INOCÊNCIO OLIVEIRA, CELSO GIGLIO, INOCÊNCIO OLIVEIRA.....	09833	PRESIDENTE (Michel Temer) – Deferimento da retirada da Emenda nº 19.....	09839
Usou da palavra a Sra. Deputada ZULAIÊ COBRA, Relatora da matéria.	09833	Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados SYNVAL GUAZZELLI, PEDRO FERNANDES.	09840
Usaram da palavra para orientação das respectivas bancadas os Srs. Deputados FERNANDO GABEIRA, RUBENS FURLAN.	09834	Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado GERALDO MAGELA.	09840
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado GERALDO MAGELA.	09834	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.	09840
		Usou da palavra para orientação da respectiva bancada o Sr. Deputado FERNANDO GABEIRA.....	09840
		Usou da palavra pela ordem, para retificação de voto, o Sr. Deputado PEDRO CANEDO.....	09840

Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados MARCOS LIMA, AGNELO QUEIROZ, JULIO SEMEGHINI, SÉRGIO REIS, PEDRO EUGÊNIO, WILSON SANTOS, SALVADOR ZIMBALDI, PAULO KOBAYASHI, MÚCIO SÁ, HENRIQUE EDUARDO ALVES.....	09840	MILITÃO; PAULO DELGADO; GUSTAVO FRUET; IGOR AVELINO; EDUARDO CAMPOS E OUTROS; INALDO LEITÃO.....	09845
ALOIZIO MERCADANTE (Pela ordem) – Registro de voto. Audiência de Parlamentares da Casa com o Sr. Ministro Carlos Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para discussão da crise gerada pela concessão de liminar referente à concessão de auxílio-moradia a parcela do Judiciário. Urgente definição do novo valor do salário mínimo pago aos trabalhadores do País.....	09840	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado PAULO LIMA.....	09846
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados BABÁ, PEDRO CORRÊA.....	09741	PAULO PAIM (Pela ordem) – Visita da Comissão Especial do Salário Mínimo ao Rio de Janeiro, para conversações com o Sr. Governador Anthony Garotinho e lideranças de empresários e trabalhadores fluminenses.....	09846
ALEXANDRE CARDOSO (Pela ordem) – Participação do orador e do Deputado José Antonio em audiência de Parlamentares da Casa com o Sr. Ministro Carlos Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, para discussão da crise gerada pela concessão de liminar referente à concessão de auxílio-moradia a parcela do Judiciário. Registro de voto.....	09741	LUIZ CARLOS HAULY (Pela ordem) – Questionamento à Presidência sobre a possibilidade de viagem dos demais Parlamentares da Casa ao Rio de Janeiro para participação nas discussões sobre o salário mínimo.....	09847
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOSÉ ROBERTO BATOCHIO, DR. HELENO, JOSÉ CARLOS VIEIRA..	09841	Usou da palavra pela ordem, para registro de voto, o Sr. Deputado HAROLDO LIMA.....	09847
PEDRO EUGÊNIO (Pela ordem) – Aprovação, pela Comissão Especial do Salário Mínimo, de proposta para financiamento do impacto do reajuste do valor do salário mínimo vigente no País sobre a Previdência.....	09842	VII – Comunicações Parlamentares GEOVAN FREITAS (Bloco/PMDB – GO) – Empenho do orador na aprovação de substitutivo a projeto de lei sobre obrigatoriedade da inserção, nos recipientes de bebidas alcoólicas, de rótulo de advertência sobre o mal provocado pelo excesso de consumo e a proibição da venda a menores de 18 anos.....	09847
Usaram da palavra pela ordem, para registro de voto, os Srs. Deputados JOÃO GRANDÃO, SÉRGIO MIRANDA, MALULY NETTO, EDUARDO PAES.....	09842	ALMERINDA DE CARVALHO, EMERSON KAPAZ, NELSON MARCHEZAN, LÍDIA QUINAN (Pela ordem) – Registro de voto.....	09848
Usou da palavra pela ordem o Sr. Deputado PAUDERNEY AVELINO.....	09842	INALDO LEITÃO (Bloco/PSDB – PB – Pela ordem) – Apresentação de projeto de lei sobre obrigatoriedade do uso de cinto de segurança em veículos destinados ao transporte público ou privado de passageiros e sobre instalação de air-bag pela indústria automobilística.....	09848
PRESIDENTE (Michel Temer) – Encerramento da votação.....	09842	MARCONDES GADELHA (PFL – PB – Pela ordem) – Justificativa da ausência do orador nas votações da presente sessão.....	09848
Rejeição da emenda.....	09842	JOSÉ DIRCEU (PT – SP) – Inaceitabilidade da concessão de auxílio-moradia à magistratura nacional antes da definição do reajuste dos salários mínimo e do funcionalismo público.....	09849
Apresentação de proposições: ANTÔNIO DO VALLE; PASTOR VALDECI PAIVA; PAULO PAIM; ALBERTO MOURÃO; BISPO WANDERVAL; MARCOS AFONSO; BETINHO ROSADO; GERALDO MAGELA; ANTÔNIO CARLOS BISCAIA E OUTROS; JOVAIR ARANTES; CARLOS BATATA E OUTROS; MARÇAL FILHO; DR. EVILÁSIO; JOSÉ CARLOS ELIAS; INOCÊNCIO OLIVEIRA; BEN-HUR FERREIRA; NILMÁRIO MIRANDA; ADEMIR LUCAS; GIOVANNI QUEIROZ; INOCÊNCIO OLIVEIRA; ALEXANDRE CARDOSO; MIRO TEIXEIRA; AUGUSTO NARDES; JOSÉ		ROLAND LAVIGNE, ANIVALDO VALE (Pela ordem) – Registro de voto.....	09850
		BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ) – Razões do afastamento do economista Andrea Calabi da Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.....	09850
		ZENALDO COUTINHO (Bloco/PSDB – PA – Pela ordem) – Registro de voto.....	09852
		RUBENS BUENO (PPS – PR – Pela ordem) – Relação entre o alto número de empresas inadimplentes com a Receita Federal e a dificuldade imposta pelo Governo Federal para aumento do salário mínimo para valor equivalente a 100 dólares.....	

GLYCON TERRA PINTO, JOSÉ PRIANTE, LÚCIA VÂNIA (Pela ordem) – Registro de voto.	09853		
WAGNER SALUSTIANO (PPB – SP – Pela ordem) – Apresentação de projeto de lei sobre elevação do valor do salário mínimo para 272 reais.	09853		
JOÃO ALMEIDA (Bloco/PSDB – BA – Pela ordem) – Ocorrência de grande safra agrícola em Irecê, Estado da Bahia. Imediatas providências do Governo Federal para procedimento de compra dos produtos da região.	09854		
ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP) – Achatamento dos valores de benefícios assistenciais de caráter contributivo com a não-aplicação aos mesmos do percentual corretivo do salário mínimo.	09854		
SILVIO TORRES (Bloco/PSDB – SP – Pela ordem) – Justificativa da ausência do Ministro Paulo Renato Souza, da Educação, em reunião destinada à discussão de medida provisória sobre financiamento a estudantes. Excelência da atuação do titular daquela Pasta.	09855		
XICO GRAZIANO (Bloco/PSDB – SP – Pela ordem) – Apoio à pretendida criação, pelo Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo, da Região Metropolitana de Campinas.	09856		
VIII – Encerramento			
3 – ATOS DO PRESIDENTE			
a) Exoneração: Rosa Marina Neofiti.	09862		
		b) Nomeação: Alessandry Macedo de Medeiros, Ana Lúcia Dias Palácio, Ana Maria Ribeiro de Almeida, Anderson Carvalho Portella, Cristiano Souza Bernardo, Daniel Caetano, Darlene Ameida Dornelis, Edson Correia da Silva, Evaldo Pereira Ribeiro, Glaucia Jorge Dib, Humberto Fernandes Garcia, José Carlos Vieira, José Lourenço Meira Vasconcelos Júnior, José Martins Lopes, Kelly Pessoa de Oliveira e Silva, Manfred Rodrigues Cordeiro, Mara de Oliveira Kenupp, Marcos Martins Machado, Maria Acione Barros Santos, Maria da Conceição da Costa Moura, Maria das Dores dos Santos Rocha, Maria de Fátima Freitas Lima, Maria de Fátima Silva, Maria Ivonilde dos Reis Silva, Mariella Cardoso Adjunto, Marilene de Castro Terto Vilas Boas, Marlenice Beto Cardoso, Mércia Maria de Albuquerque Granja, Milton Marques de Araújo, Rosamary Aparecida Gonçalves Lemes, Regiane Mirelle de Mello, Reginice Haiani Dionisio Macedo Santos, Selma Leme da Silva Oliveira, Shirley Cristina Monteiro.	09862
		4 – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES, Nºs 1.737, 1.738, 1.740 A 1.747, 1.749 A 1.757, 1.759 A 1.769 DE 2000, COM PARECERES E DESPACHOS.	09876
		5 – MESA	
		6 – LÍDERES E VICE-LÍDERES	
		7 – DEPUTADOS EM EXERCÍCIO	
		8 – COMISSÕES	

Ata da 14ª Sessão Solene, Matutina em 29 de fevereiro de 2000

*Presidência dos Srs.: Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente; Joaquim Francisco
§ 2º do art. 18 do Regimento Interno*

I – ABERTURA DA SESSÃO

(Às 10 horas e 17 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. JOAQUIM FRANCISCO, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual, é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Passa-se à leitura do expediente.

O SR. EDUARDO CAMPOS, servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III – EXPEDIENTE

MENSAGEM

Do Poder Executivo, nos seguintes termos:

MENSAGEM Nº 271

Srs. Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223 da Constituição Federal, submeto à apreciação de V. Ex^{as}, acompanhado de

Exposição de Motivos do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 241, de 31 de dezembro de 1999, que renova, por dez anos, a partir de 28 de julho de 1997, a permissão outorgada à Rádio Atlântida FM de Santa Maria Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Brasília, 28 de fevereiro de 2000. – **Fernando Henrique Cardoso.**

OFÍCIOS

Do Sr. Deputado Aécio Neves, Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTB, nos seguintes termos:

OF. PSDB/Nº 83/2000

Brasília, 24 de fevereiro de 2000

Sr. Presidente,

Indico a V. Exª o Deputado Márcio Fortes, como membro suplente, para integrar a Comissão Especial destinada a realizar estudos com vistas a oferecer alternativas em relação à fixação do salário mínimo.

Atenciosamente, Deputado **Aécio Neves**, Líder do PSDB.

Defiro. Publique-se.

Em, 29-2-2000. – **Michel Temer**, Presidente.

Do Sr. Deputado Inocêncio Oliveira, Líder do PFL, nos seguintes termos:

OFÍCIO Nº 317-L-PFL/00

Brasília, 29 de fevereiro de 2000

Sr. Presidente,

Informo a V. Exª que o Deputado Pedro Bittencourt passa a fazer parte como Vice-Líder do Partido da Frente Liberal, em vaga existente.

Atenciosamente, Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

Defiro. Publique-se.

Ao Sr. Diretor-Geral.

Em, 29-2-2000. – **Michel Temer**, Presidente.

Do Sr. Deputado Inaldo Leitão, Presidente em exercício da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, nos seguintes termos:

OF. Nº 1.220-P/99-CCJR

Brasília, 15 de dezembro de 1999

Sr. Presidente,

Encaminho a V. Exª, para as providências regimentais cabíveis, os Projetos de Lei nºs 5.993/90 e 1.281/88, 2.702/89, 952/91, 1.027/91, 1.721/91, 2.872/92, 3.037/92, 3.112/92, 2.102/96, 2.800/97, 3.485/97, 4.761/98 e 4.540/98, apensados, apreciados por este Órgão Técnico em 14 de dezembro do corrente.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração. – Deputado **Inaldo Leitão**, Presidente em exercício.

Publique-se.

Em, 29-2-2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) –

PROJETO DE LEI Nº 2.504, DE 2000
(DO SR. NELSON PROENÇA)

Dispõe sobre o interrogatório do acusado à distância com a utilização de meios eletrônicos.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.233, DE 1999.)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - No Processo Penal poderá o juiz, utilizando-se de meios eletrônicos, proceder à distância ao interrogatório do réu.

Parágrafo Único - O interrogatório, neste caso, exigirá que o réu seja assistido por seu advogado ou, à falta, por Defensor Público.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

N. Proença
NELSON PROENÇA

JUSTIFICATIVA

A lei determina que o réu seja interrogado no curso do processo penal (Art 185 do CPP) E imprescindível o interrogatório do acusado, pois, constitui-se em meio de prova e também de defesa no processo penal. Diamante, uma média de 120 presos são deslocados dos presídios para o Fórum no Distrito Federal. Esses deslocamentos obrigam a Secretaria de Segurança Pública a mobilizar um contingente de cerca de 300 policiais, entre civis e militares, para evitar fugas e garantir a segurança de Juizes, Promotores, advogados e do público em geral. Essa movimentação custa aos cofres do Distrito Federal R\$ 3,5 mil por dia ou algo em torno de R\$ 840 mil por ano.

De outra parte, esses deslocamentos têm ensejado oportunidades de fuga com lesões e até mortes de policiais da escola, de pessoas do povo presentes no momento da fuga e também de presos.

Inquestionável, pois, o ganho em economia e segurança que o interrogatório a distância, através do equipamento conhecido por videoconferência ensejara.

A medida possibilitará, ainda, maior celeridade na instrução processual, demonstrando a experiência que, em muitos casos, o interrogatório é adiado e o preso retorna a penitenciária para aguardar nova convocação.

A Justiça do Distrito Federal tem procurado adaptar-se as inovações tecnológicas, para agilizar os serviços judiciais.

O sistema de videoconferência já vem sendo usado com sucesso em atividades como telemedicina, teleeducação, design, engenharia, etc. Conectado a um ou vários pontos em uma sala especialmente preparada o sistema permite que os interlocutores se vejam e se falem como se estivessem no mesmo ambiente, mercê de uma perfeita qualidade da imagem que torna

possível observar até os detalhes da expressão da pessoa, controlando-se a aproximação da imagem com o recurso zoom.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LIVRO I
DO PROCESSO EM GERALTÍTULO VII
DA PROVACAPÍTULO III
DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO

Art. 185. O acusado, que for preso, ou comparecer, espontaneamente ou em virtude de intimação, perante a autoridade judiciária, no curso do processo penal, será qualificado e interrogado.

PROJETO DE LEI Nº 2.517, DE 2000
(DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO)

Dapõe sobre antecipação de subsídios concedida aos magistrados togados da Justiça do Trabalho.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART 54); E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART 54) - ART. 24. II)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida, aos Ministros togados do Tribunal Superior do Trabalho, a título de antecipação dos subsídios a serem fixados por projeto de lei de que trata o artigo 48, inciso XV, da Constituição Federal, a diferença entre a remuneração que atualmente recebem e o valor de R\$ 12.084,00 (doze mil e oitenta e quatro reais).

Art. 2º Aos juizes togados dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Varas do Trabalho será aplicada a antecipação de que trata o artigo anterior, segundo o escalonamento previsto na Lei nº 9.655, de 2 junho de 1998.

Art. 3º Aplicam-se aos ministros e juizes togados aposentados e pensionistas as disposições desta Lei.

Art. 4º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta das dotações consignadas à Justiça do Trabalho no Orçamento da União.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF., de de 2000; 179º da
Independência e 112º da República.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista que a Reforma Administrativa veiculada pela Emenda Constitucional nº 19/98 previu a fixação do teto remuneratório para o serviço público, a ser objeto de projeto de lei de iniciativa conjunta dos Chefes dos três Poderes da República (CF, art. 48, XV) e que, passados quase 2 anos de sua promulgação, o referido projeto não logrou ser encaminhado ao Congresso Nacional, criou-se situação de extrema penúria para os magistrados trabalhistas, cuja remuneração não guarda relação com o aumento vertiginoso de processos que enfrentam atualmente nem com suas altas responsabilidades.

O TST tem quebrado, a cada ano, seus próprios recordes em matéria de número de julgamentos realizados. Em 1999, esta Corte julgou mais de 121.000 processos, numa média de 3.270 processos julgados por ministro. O art. 106, § 1º, da LOMAN, permite a proposta de majoração do número de membros de um tribunal quando o total de processos distribuídos e julgados, durante o ano anterior, superar o índice de 300 feitos por juiz. Ora, o TST já ultrapassou mais de 10 vezes esse limite, o que mostra a carga sobre-humana de processos que pesa sobre seus integrantes.

O quadro apresentado pela primeira instância laboral não é diferente, uma vez que recebe, anualmente, mais de 2 milhões de reclamatórias para decidir, com seus pouco mais de 2.000 juizes, o que representa uma média em torno de 1.000 processos julgados por ano por juiz, muito acima do que a lei admite como razoável.

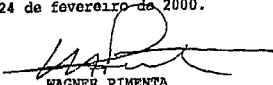
A situação de extrema dificuldade financeira, decorrente de tão significativa defasagem remuneratória, tem levado inúmeros juizes de primeira instância a abandonarem a magistratura, a par de não entusiasmar bons candidatos ao ingresso na Instituição, não obstante à elevada relevância da missão do magistrado no contexto social.

O descontentamento da categoria chegou ao ponto de se organizar uma paralisação geral da prestação jurisdicional, até que seja resolvida a questão remuneratória. Evidente movimento, preste a se concretizar, assumirá contornos de verdadeira calamidade, com seriíssimo comprometimento da credibilidade do Judiciário, pilar de todo o regime democrático de direito, sem se falar, igualmente, na nefasta repercussão internacional a atingir todos os Poderes do país, inclusive com o desencorajamento de investimentos, pela ausência da segurança jurídica ofertada pelas Cortes Judiciais.

O que se propõe no presente projeto é a concessão de uma antecipação salarial até a edição da lei de iniciativa conjunta que fixará o teto remuneratório do funcionalismo público, tomando-se por base a remuneração mais elevada, atualmente percebida por Ministro do Supremo Tribunal Federal, de R\$ 12.720,00 (doze mil setecentos e vinte reais). Assim, levando-se em consideração o escalonamento estabelecido pela Lei nº 9.655/98, que prevê como subsídio dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho o valor de 95% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ter-se-ia como valor de referência para a antecipação o de R\$ 12.084,00 (doze mil e oitenta e quatro reais).

O projeto contempla apenas os juizes togados da Justiça do Trabalho, tendo em vista que a representação classista foi extinta pela Emenda Constitucional nº 24/99 e os juizes classistas que ainda têm mandato para concluir podem terminá-lo antes mesmo de que o teto definitivo seja aprovado, o que desaconselha a concessão de antecipação.

Brasília, 24 de fevereiro de 2000.


WAGNER PIMENTA
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

**CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988**

**TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO**

**Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos artigos 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.
* Inciso XV acrescido pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.

**CAPÍTULO III
DO PODER JUDICIÁRIO**

**Seção I
Disposições Gerais**

Art. 96. Compete privativamente:

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art.169:

- a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;
- b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art.48, XV.

* Alínea com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 04 DE JUNHO DE 1998.

MODIFICA O REGIME E DISPÕE SOBRE PRINCÍPIOS E NORMAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, SERVIDORES E AGENTES POLÍTICOS, CONTROLE DE DESPESAS E FINANÇAS PÚBLICAS E CUSTEIO DE ATIVIDADES A CARGO DO DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam esta Emenda ao texto constitucional

Art. 1º Os incisos XIV e XXII do art. 21 e XXVII do art. 22 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 21. Compete à União:

XIV - organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

XXII - executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

*Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

Art. 2º O § 2º do art. 27 e os incisos V e VI do art. 29 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se § 2º no art. 28 e renumerando-se para § 1º o atual parágrafo único

"Art. 27."

§ 2º O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais, observado o que dispõem os arts 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I

"Art. 28."

§ 1º Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I "

"Art 29."

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Art. 3º O caput, os incisos I, II, V, VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XIX e o § 3º do art. 37 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se ao artigo os §§ 7º a 9º.

"Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei,

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica,

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo

e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico,

c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços,

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato,

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes,

III - a remuneração do pessoal

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral "

Art. 4º O caput do art. 38 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação

"Art 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições.

....."
 Art. 5º O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º."

Art. 6º O art. 41 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado,

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º Invalidez por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade."

Art. 7º O art. 48 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

"Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

....."
 XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I."

Art. 8º Os incisos VII e VIII do art. 49 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

....."
 VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I,

VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

....."
 Art. 9º O inciso IV do art. 51 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

....."
 IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias,

....."
 Art. 10. O inciso XIII do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

....."
 XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

....."
 Art. 11. O § 7º do art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 57.

....."
 § 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal."

Art. 12. O parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70.

....."
 Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumiu obrigações de natureza pecuniária."

Art. 13. O inciso V do art. 93, o inciso III do art. 95 e a alínea b do inciso II do art. 96 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 93.

....."

V - o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco por cento do subsídio mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecido, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

.....

"Art. 95 Os juizes gozam das seguintes garantias:

.....

III - irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto nos arts 37, X e XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I

.....

"Art 96 Compete privativamente:

.....

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

.....

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV,

.....

Art. 14 O § 2º do art. 127 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 127.

.....

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento

.....

Art. 15. A alínea c do inciso I do § 5º do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 128.

.....

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

i - as seguintes garantias

.....

e) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I,

.....

Art. 16 A Seção II do Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal passa a denominar-se "DA ADVOCACIA PÚBLICA"

Art. 17 O art. 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 132 Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas

Parágrafo único Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante

avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias."

Art. 18. O art. 135 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º "

Art. 19 O § 1º e seu inciso III e os §§ 2º e 3º do art. 144 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se no artigo § 9º.

"Art. 144.

.....

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

.....

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

.....

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais

.....

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39."

Art. 20. O caput do art. 167 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de inciso X, com a seguinte redação.

"Art. 167. São vedados:

.....

X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

.....

Art. 21. O art. 169 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 169 A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estiveis.

§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou semelhantes pelo prazo de quatro anos.

§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º "

Art. 22 O § 1º do art. 173 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 173....."

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores.

....."

Art. 23. O inciso V do art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

....."

V - valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos,

....."

Art. 24. O art. 241 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos."

Art. 25 Até a instituição do fundo a que se refere o inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, compete à União manter os atuais compromissos financeiros com a prestação de serviços públicos do Distrito Federal.

Art. 26 No prazo de dois anos da promulgação desta Emenda, as entidades da administração indireta terão seus estatutos revistos quanto à respectiva natureza jurídica, tendo em conta a finalidade e as competências efetivamente executadas.

Art. 27. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação desta Emenda, elaborará lei de defesa do usuário de serviços públicos.

Art. 28. É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal.

Art. 29. Os subsídios, vencimentos, remuneração, proventos da aposentadoria e pensões e quaisquer outras espécies remuneratórias adequar-se-ão, a

partir da promulgação desta Emenda, aos limites decorrentes da Constituição Federal, não se admitindo a percepção de excesso a qualquer título.

Art. 30 O projeto de lei complementar a que se refere o art. 163 da Constituição Federal será apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no prazo máximo de cento e oitenta dias da promulgação desta Emenda.

Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados, os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União, e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

§ 1º Os servidores da carreira policial militar continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.

§ 2º Os servidores civis continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão da administração federal.

Art. 32 A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte artigo.

"Art. 247 As leis previstas no inciso III do § 1º do art. 41 e no § 7º do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividades exclusivas de Estado.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa."

Art. 33. Consideram-se servidores não estáveis, para os fins do art. 169, § 3º, II, da Constituição Federal aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

Art. 34 Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Brasília, 4 de junho de 1998

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO § 3º DO ART. 60 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PROMULGAM A SEGUINTE EMENDA AO TEXTO CONSTITUCIONAL:

Art. 1º Os arts. 111, 112, 113, 115 e 116 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 111."

....."

III - Juizes do Trabalho. (NR)

§ 1º. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete Ministros, togados e vitalícios, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, dos quais onze escolhidos dentre juizes dos Tribunais Regionais do Trabalho, integrantes da carreira da magistratura trabalhista, três dentre advogados e três dentre membros do Ministério Público do Trabalho. (NR)

I - (Revogado)

II - (Revogado)

§ 2º. O Tribunal encaminhará ao Presidente da República listas triplices, observando-se, quanto às vagas destinadas aos advogados e aos membros do Ministério Público, o disposto no art. 94; as listas triplices para o provimento de cargos destinados aos juizes da magistratura trabalhista de carreira deverão ser elaboradas pelos Ministros togados e vitalícios. (NR)

....."

"Art. 112. Haverá pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado e no Distrito Federal, e a lei instituirá as Varas do Trabalho, podendo, nas comarcas onde não forem instituídas, atribuir sua jurisdição aos juizes de direito." (NR)

"Art. 113. A lei disporá sobre a constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho." (NR)

"Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho serão compostos de juizes nomeados pelo Presidente da República, observada a proporcionalidade estabelecida no § 2º do art. 111. (NR)

Parágrafo único

.....

III - (Revogado)."

"Art. 116. Nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular. (NR)

Parágrafo único (Revogado)"

Art. 2º É assegurado o cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do Tribunal Superior do Trabalho e dos atuais juizes classistas temporários dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o art. 117 da Constituição Federal.

Brasília, em 9 de dezembro de 1999

DISPÕE SOBRE A LEI ORGÂNICA DA
MAGISTRATURA NACIONAL.

TÍTULO VIII
DA JUSTIÇA DOS ESTADOS

CAPÍTULO II
DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

Art. 106. Dependerá de proposta do Tribunal de Justiça, ou de seu órgão especial, a alteração numérica dos membros do próprio tribunal ou dos tribunais inferiores de segunda instância e dos juizes de direito de primeira instância.

§ 1º Somente será majorado o número dos membros do tribunal se o total de processos distribuídos e julgados, durante o ano anterior, superar o índice de 300 (trezentos) feitos por juiz.

LEI Nº 9.655, DE 2 DE JUNHO DE 1998

ALTERA O PERCENTUAL DE DIFERENÇA ENTRE A REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DOS JUÍZES DA JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS.

Art. 1º Os subsídios dos Ministros dos Tribunais Superiores correspondem a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 2º Os subsídios dos juizes dos Tribunais Regionais correspondem a noventa por cento dos subsídios dos Ministros dos Tribunais Superiores, mantido idêntico referencial, sucessivamente, entre os subsídios daqueles e os dos cargos de juizes e de juizes substitutos, da Justiça Federal e da Justiça do Trabalho.

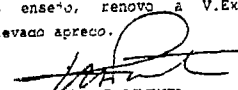
OF. STST. GDCA. GP. Nº 102

Brasília, 24 de fevereiro de 2000.

Senhor Presidente

Dirijo-me a V.Ex.ª a fim de encaminhar-lhe, para apreciação pelo Congresso Nacional, nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, o anexo Anteprojeto de Lei, acompanhado da correspondente justificativa.

Ac ensejo, renovo a V.Ex.ª protestos de consideração e elevado apreço.


WAGNER PIMENTA
Ministro Presidente do
Tribunal Superior do Trabalho

Ex.º Sr.

Deputado MICHEL TEMER

DD. Presidente da Câmara dos Deputados

BRASÍLIA - DF

Finda a leitura do expediente, passa-se à

IV – HOMENAGEM

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Esta sessão é em homenagem aos 40 anos de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, sendo autores do requerimento os Deputados Severino Cavalcanti, Ricardo Rique e Fernando Ferro.

Convido o Sr. Marcos Formiga, Superintendente da Sudene, e a Sra. Anna Christina Kubitschek Barbará Alves Pereira, neta do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, para fazerem parte da Mesa. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Esta Presidência convida a todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional, cantado pelo Coral do Senado Federal, sob a regência da maestrina Licínia Mendes.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Ouviremos, agora, também pelo coral do Senado Federal, algumas músicas nordestinas, para que nosso Superintendente fique mais feliz.

(São executadas músicas pelo coral do Senado Federal.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Registro a presença do Sr. Ricardo Nunes de Miranda, representante do Sr. Ministro da Integração Nacional; do Sr. George Emílio Bastos Gonçalves, representante da OAB do Estado de Pernambuco; do Sr. Jorge Scavuzzi dos Santos, Auditor-Geral da Sudene; do Sr. Vicente Câmara, coordenador do escritório da Sudene em Brasília; do Sr. José Elmo da Silva, Presidente da Associação dos Servidores da Sudene; do Sr. José Raimundo de Jesus Pereira, Procurador Autárquico da Sudene; do Sr. Francisco de Barros e Silva, Procurador Autárquico da Sudene; da Sra. Maria Inez Barros Lyra, representante dos servidores aposentados da Sudene; da Sra. Maria Betânia Silva, Assistente da Superintendência da Sudene.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra a um dos autores do requerimento de convocação desta sessão, o ilustre Deputado Fernando Ferro, do PT de Pernambuco, que disporá do tempo necessário para sua exposição.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti, representando o Presidente desta Casa, Sr. Superintendente da Sudene, senhora descendente do grande Juscelino Kubitschek, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, servidores da Sudene, Srs. Parlamentares, primeiro quero registrar o

gesto fidalgo do Deputado Severino Cavalcanti, que tomou a iniciativa primeira de homenagear a Sudene nos seus quarenta anos e incluir-nos entre aqueles que gostariam de se manifestar nessa direção.

Ao mesmo tempo, quero parabenizar o Coral do Senado, que nos saudou com uma seqüência de músicas nordestinas, de Luiz Gonzaga, esse nordestino que, como ninguém, mergulhou na alma do povo da nossa região e pôde trazer com poesia as músicas que falam das dores, das esperanças e das alegrias desse povo.

Nada mais adequado neste momento do que fazermos uma viagem no tempo, olharmos para aqueles empreendedores, aqueles homens públicos deste País que, na década de 50, finalmente estabeleceram as bases para a discussão e a promoção de um debate sobre a questão regional, para inserir de alguma maneira o Nordeste na cena política, geográfica e social deste País. Além disso, ouviriam o grito de uma região que tem características muito particulares e, na verdade, expressa muito menos do que uma característica homogênea, mas um universo extremamente rico, política, cultural e historicamente, berço deste País. Lamentavelmente, do processo de crescimento desta Nação, o Nordeste tem sido, de uma maneira ou de outra, menos considerado, apesar de expressar vontade de crescer e apresentar índices de desenvolvimento acima da média deste País. Infelizmente, é uma região que ainda tem um fosso imenso com o restante da nossa Nação.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Deputado, antes de mais nada, quero louvar a iniciativa de V. Ex^a e dos nobres Deputados Severino Cavalcanti e Ricardo Rique de promoverem esta homenagem que objetiva realçar os quarenta anos de existência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Como representante do Ceará nesta Casa, tenho acompanhado toda a trajetória de quatro décadas em que a Sudene procurou cumprir o seu papel dentro daquele delineamento programático concebido pelo genial Celso Furtado, com apoio irrestrito do grande Presidente Juscelino Kubitschek. Sinto-me no dever de trazer publicamente a minha adesão a esta sessão solene da Câmara dos Deputados, exatamente porque tive o privilégio, na ocasião em que exercia a Presidência do Banco do Nordeste, de integrar o Conselho Deliberativo da Sudene e conviver com os Governadores, os técnicos e, sobretudo, o qualificado corpo de servidores daquela autarquia, todos eles dedica-

dos, competentes e desejosos de ver a Sudene cumprir realmente o seu papel no desenvolvimento regional. Portanto, neste aparte que talvez, ou certamente, deslustre o discurso de V. Ex^a, quero expressar também a minha homenagem à Sudene, aos seus idealizadores e àqueles que, ao longo do tempo, tenham-se empenhado para que ela cumpra admiravelmente os seus nobilitantes objetivos. Muito grato, nobre Deputado.

O SR. FERNANDO FERRO – Deputado Mauro Benevides, agradeço a V. Ex^a a intervenção, porque reconheço em V. Ex^a o testemunho vivo da história, pois presenciou o esforço dos nordestinos. Como muito bem situou, através da Sudene nossa Região articulou-se e uniu-se para discutir, a partir das diversas instâncias que foram criadas, dos movimentos que, por fim, resultaram no Codeno, expressão de uma ação integrada da nossa inteligência, da nossa história e das nossas capacidades. Isso ficou registrado nesse esforço coletivo.

Por fim, atendendo a esse chamamento do inesquecível Presidente Juscelino Kubitschek, o Dr. Celso Furtado ficou com a responsabilidade de seguir adiante naquela tarefa, na compreensão do significado do Nordeste e das possibilidades que a Sudene lançava a partir daquele debate na nossa Região.

Essa realidade é atual e permanente. O papel da Sudene, em que pesem as críticas e todas as tentativas de modificar o seu roteiro, é necessário. Se alguém quer desinventar a Sudene, tem de criar outra instituição parecida. Essa é uma realidade sobre a qual temos de refletir.

Este País passa por um momento difícil, mas devemos ter a coragem de nos levantar. Ao mesmo tempo que exaltamos o gesto e as ações do Governo Juscelino Kubitschek, que ficou conhecido como o que promoveu 50 anos em 5, não podemos permitir que, hoje, o Governo Fernando Henrique fique conhecido como aquele que destruiu 80 anos em 8. Essa é, lamentavelmente, a sensação que temos com o processo de desconstrução ora em curso.

Nesta hora de homenagem é muito mais um grito que quero deixar aqui, muito mais uma voz que se levanta para exigir que interpretemos a realidade do nosso País e da nossa Região de forma diferenciada.

Se o País precisa integrar-se internacionalmente, se a chamada globalização nos convoca e nos arrasta, temos de compreender que é preciso primeiro globalizar o País; que é preciso integrar suas diversas realidades regionais nesse processo de construção de um Estado-Nação.

É muito difícil para todos nós imaginarmos que num processo exacerbado de competição, de esgarçamento das tensões geopolíticas do mundo, possamos pensar em fazer uma leitura deste País sem compreender que instituições como a Sudene e outras instituições regionais efetivamente contribuam para fazer esse ajustamento, esse ordenamento das necessidades de integrar Região tão plural, diversificada e cheia de diferenças, como é o Nordeste, com o contexto deste País, deste Estado-Nação.

Com esse sentimento, ao homenagear os quarenta anos da Sudene, vendo o seu sofrimento, quero dirigir-me aos seus servidores, que também têm acompanhado o processo de enfraquecimento e esvaziamento da entidade. É lamentável que presenciemos esse processo de desconstrução. Insistimos na necessidade de um debate sobre a Sudene. Queremos rediscutir o assunto, mas nunca nos passou a idéia de que essa superintendência não foi necessária e importante para o Nordeste. É preciso integrá-la e rearticulá-la.

Esse sentimento está na cabeça e no coração dos seus servidores, daqueles que fazem a Sudene ao longo da sua vida, e não daqueles que lá passam férias, momentos ou períodos de Governo. Falo daqueles que, de uma forma ou de outra, se integram à idéia da Sudene, como temos a idéia da Chesf e outras que movimentaram a Região. Foram iniciativas de pessoas visionárias como Delmiro Gouveia e o próprio Celso Furtado, homens que compreenderam a dimensão desta Nação e a necessidade de integrá-la. A continuar esse processo político que vivemos, corremos o risco de entrar em um processo de esgarçadura que aprofunda o estilhaçamento deste País.

A Sudene é um instrumento para agregar e unificar. Não podemos perder a oportunidade de saudar todos aqueles que contribuem e contribuíram para levar a Região Nordeste, com todas as suas dificuldades, ao patamar em que hoje se encontra. Não podemos perder a oportunidade de insistir na necessidade de manter esses instrumentos de aglutinação da nossa Região, de unificação e de condução do Nordeste, com toda sua riqueza histórica, política e cultural, a ser efetivamente um instrumento de desenvolvimento deste Estado-Nação. Queremos a Sudene como um órgão de construção de um Estado-Nação, e não como uma massa falida que negocia os estertores de uma idéia implantada nos gloriosos anos da década de 50.

É com esse sentimento, com um misto de alegria e de tristeza, de esperança e de expectativa, mas acima de tudo convencidos da necessidade de reforçar essa entidade é que homenageamos seus servidores, aqueles que fizeram e que fazem a Sudene, colocando nas suas mentes e nos seus corações a esperança de que ela não morrerá, porque faz parte de uma trajetória necessária e fundamental para a construção da nossa Região.

Senhores, nossa esperança e nosso compromisso é de continuar essa caminhada em defesa dos nossos Estados e da nossa Região, para que o País, efetivamente, se globalize com grandeza e com a exata dimensão da importância que tem para o mundo.

Muito obrigado e parabéns a todos os que fazem a Sudene. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Fernando Ferro, o Sr. Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joaquim Francisco, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR PRESIDENTE (Joaquim Francisco) – Registramos a presença dos Srs. João Silva Neto, Secretário-Executivo do Escritório Regional do Governo do Estado do Piauí, em Brasília, representando o Governador do Estado do Piauí, Francisco de Assis de Moraes Santos, e do Sr. Cláudio Chaves, representante da Secretaria Extraordinária do Governo do Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Francisco) – Concedo a palavra a um dos autores do requerimento, Deputado Severino Cavalcanti.

O SR. SEVERINO CAVALCANTI (PPB – PE. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Superintendente da Sudene; Dra. Anna Christina Kubitschek Pereira, representando a família Kubitschek, que tantos serviços prestou ao País; Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; prezados dirigentes da Sudene – aqui está realmente a elite dessa instituição; minhas queridas e diletas amigas da seicho-no-iê, que vieram aqui hoje prestigiar o Nordeste, o meu abraço cordial, minhas senhoras e meus senhores, esta sessão destinada a homenagear a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE pelo transcurso do seu 40º aniversário de fundação não tem o caráter festivo que poderia ter. Tanto é verdade que a data histórica aconteceu sem repercussão maior, fato que reflete o impasse que marca o seu destino na atualidade.

Se não é de festa o clima, de desencanto também não pode ser. Permeia toda a atmosfera um so-

pro que carrega dúvida e inquietação, mas incumbe, sobretudo a nós, nordestinos, atuar no sentido de substituir os maus augúrios por iniciativas arrojadas que eliminem de vez as ameaças que se renovam, com frequência, contra a Sudene. (Palmas.)

Entendo que devo firmar, desde logo, o princípio de que uma mudança estrutural da Sudene poderá ocorrer sem o exame e a aprovação do Congresso Nacional. Esta é a forma mais explícita, acredito, de homenagear-se a Sudene, preservando-a da fúria tecnocrática que avassala o País, no empenho máximo de demonstrar o que foi feito ao longo dos anos com o apoio, com a participação e com a intervenção do Estado.

Esperamos que o bom senso do mais alto dignitário do País saiba impor os necessários limites às elucubrações dos que colocam o seu saber e o seu talento a serviço da derrocada de organismos como a Sudene.

Essa falsa modernidade, pregada e executada de acordo com o receituário de entidades internacionais que comandam políticas monetaristas em vários países do mundo, nós a repelimos. Trata-se de experiências desastrosas, que só agravaram os problemas, ampliando o abismo que os separa das nações mais ricas.

Para que tenhamos uma avaliação objetiva e imparcial do que a Sudene fez até hoje, é fundamental que remontemos um pouco no tempo, lembrando o cenário que a antecedeu e o do seu nascimento.

Ouçó, com satisfação, o nobre Deputado Armando Abílio.

O Sr. Armando Abílio – Deputado Severino Cavalcanti, em primeiro lugar, em meu nome e no da Paraíba quero parabenizar V. Ex^a, assim como o Deputado Fernando Ferro, por esta feliz iniciativa, quando a Câmara Federal presta esta homenagem aos 40 anos de existência da Sudene. Em segundo lugar, quero exatamente me acostar a toda essa preocupação de V. Ex^a com o atual estado de esvaziamento daquele órgão. Nós, da Paraíba, temos a obrigação de participar desta homenagem, porque, em primeiro lugar, foi um paraibano que idealizou o órgão e o fundou: nosso querido Dr. Celso Furtado. E somos obrigados também porque, atualmente, o seu Superintendente é igualmente um paraibano, mais precisamente da cidade de São João do Rio do Peixe. Fazemo-lo exatamente no período em que nosso Estado, Deputado Severino Cavalcanti, está atravessando, talvez, uma de suas piores crises, principalmente no que diz respeito à falta de água. A Sudene, é verdade, está parti-

cipando do enfrentamento dessa crise, até fazendo pagamento das frentes produtivas e construindo algumas ações governamentais, mas isso é pouco. E como é pouco! Quero, com a devida permissão de V. Ex^a, centralizar nossa preocupação não só na crise e no esvaziamento da Sudene, mas gostaria de enfatizar o problema da falta de água, que é o grande tema. Moro, Deputado Severino Cavalcanti, perto de Campina Grande, mais precisamente na cidade de Esperança, região que, há mais de um ano, está com seu abastecimento de água desativado. Há mais de um ano! A cidade, cuja população gira em torno de 30 mil habitantes, está fazendo seu abastecimento de água por meio de carros-pipas. Os custos desses carros giram em torno de 68 reais, sendo parte paga pela Sudene e a outra, pela população. Realmente esse valor está afetando, e muito, a renda familiar da população daquela cidade situada na Paraíba. Mas o nordestino é forte e apresenta alguns instrumentos para a sua sobrevivência. Como assim? Não só o esperancense, mas todo o povo daquela região polarizada por Esperança, hoje, toma banho dentro de uma bacia, para que, depois do banho, a água seja reutilizada. Esse é um dos instrumentos encontrados exatamente para que os custos dos carros-pipas não afetem mais a renda familiar. Feita essa explanação, quero concluir dizendo que nós, da Paraíba, temos a obrigação de nos manifestar – não só pelo lado sentimental, em virtude de seu fundador e seu Superintendente serem filhos ilustres do nosso Estado –, e a principal razão da nossa participação é exatamente apoiar sua preocupação com o fortalecimento daquele órgão, que no passado recente mudou a cara do Nordeste e, principalmente, do meu Estado, a Paraíba. Vamos nós, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, todos juntos trabalhar na busca da sua recuperação, porque a recuperação da Sudene, sem sombra de dúvida, representa progresso e bem-estar para o povo nordestino. Muito obrigado a V. Ex^a pelo aparte que me concedeu.

O SR. SEVERINO CAVALCANTI – Deputado Armando Abílio, não teria consistência meu pronunciamento se não tivesse recebido seu aparte. Agradeço a V. Ex^a

Sr. Presidente, prossigo. O século XVII assinalara a prosperidade do Nordeste com a cana-de-açúcar; o século XVIII registra a transferência do eixo da economia para o Sul, em franca expansão; enquanto, no século XIX, houve o agudamento das crises, mediante a combinação sinistra dos impactos sofridos pela dependência do açúcar e da grande

seca de 1877, que abalou a Nação, levando o Governo Imperial a encará-la como problema nacional.

O panorama econômico do Brasil, no começo do século XX, já estava sensivelmente mudado: enquanto a economia nordestina conhecia declínio crescente, o Centro-Sul expandia-se acentuadamente, através do café e do início acelerado da industrialização.

As dificuldades do Nordeste crescem e agravam-se seguidamente até o desastre da seca de 1957, que sacudiu e abalou o Governo Federal. Teve-se a percepção, então, nas mais altas esferas do Poder, de que a problemática nordestina não podia ser limitada ao combate à seca, posto que a estiação, apesar de cíclica, às vezes prolonga-se por anos seguidos.

Tem início, então, a fase da racionalidade. Decide-se substituir os métodos empíricos, representados pelas obras de engenharia, por diretrizes de ordem econômica.

Como se vê, o final dos anos 50 demarca um período de transformações altamente significativas no Nordeste.

Os dados do período revelam as disparidades gritantes entre o Nordeste e o Centro-Sul. Já com uma população de 22 milhões de habitantes, correspondendo a 31% da população, o Nordeste participava com apenas 13% da renda nacional e dispunha de uma renda **per capita** de 43% da média brasileira. Eram índices socialmente explosivos.

Surge, então, o Banco do Nordeste do Brasil – e, com ele, os trabalhos e as pesquisas do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE, que, como acentua Guido Fidelis, “acabaram justificando a nova política, tornando-se evidente a necessidade de um órgão de planejamento regional”.

O Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, ligado inicialmente ao Etene, sediado no Recife e criado pelo ex-Presidente Juscelino Kubitschek em 1956, foi o embrião da Sudene. (Palmas.)

Registre-se, de passagem, que os primeiros trabalhos de pesquisa e planejamento sobre o Nordeste nasceram, basicamente, no Banco do Nordeste.

Coube ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek instituir a Sudene, pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, num gesto ousado, ao enviar mensagem ao Congresso Nacional, que provocou discussões durante dez meses.

É evidente que não vou inventariar tudo o que a Sudene fez ou deixou de fazer nesses quarenta anos.

Apenas farei referência a pontos essenciais, indispensáveis a uma análise serena e percuciente de sua atuação.

Ela foi criada com a finalidade de coordenar, planejar e controlar os investimentos federais no Nordeste. Esse planejamento regional seria feito pelos Planos Diretores, que tinham força de lei. Por meio de emenda ao Primeiro Plano Diretor, o então Deputado Gileno De Carli criou os incentivos fiscais, que vieram a transformar-se no Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR. Quando, Sr. Presidente, na partida, aquele ilustre pernambucano teve a iniciativa de apresentar esse projeto, uma nova aurora surgiu para a nossa Região.

Detenho-me tão-somente nos aspectos econômico-financeiros. Ela elaborou, aperfeiçoou e operou o sistema de incentivos fiscais e financeiros mais bem-sucedido do País, capitaneado pelo Finor. O setor industrial responde por mais de 50% dos projetos apoiados pelo Finor. Absorve, até hoje, os maiores investimentos; cria o maior número de empregos e gera grande parcela dos impostos arrecadados na Região.

Vejamos como sua atuação alterou a fisionomia econômica do Nordeste, com a implantação de empreendimentos diversos, distritos industriais, pólos e complexos agroindustriais e industriais, voltados para os setores dinâmicos da economia regional e para a modernização de setores tradicionais: uma taxa média anual de expansão do PIB de 5% nos últimos trinta anos; a criação, transformação e diversificação da base industrial do Nordeste no período 1959/1984; a alteração do perfil da pauta de exportações da Região, em que os produtos manufaturados evoluíram de 20% para 80% nos últimos 16 anos; o crescimento da indústria de transformação do Nordeste, no período de 1981 a 1995, a uma taxa média anual de 0,94%; a criação de 3,2 milhões de empregos diretos e indiretos na área de atuação da Sudene; a criação de um grande parque industrial manufatureiro, com cerca de 1.760 projetos funcionando nos diversos setores da economia; aumento no recolhimento dos tributos federais, estaduais e municipais na área de atuação da Sudene, a partir da implantação das empresas incentivadas, responsáveis por mais de 60% do que se arrecada de IPI e de ICMS; a produção de uma variadíssima gama de produtos na área de atuação da Sudene, que antes eram adquiridos fora da Região e do País; e a criação de uma mentalidade de base empresarial e gerencial moderna, de serviços especializados de consultoria e assessoramento empresarial técnico e tecnológico em toda a Região.

Sr. Presidente Joaquim Francisco, diante de resenha tão expressiva, poder-se-á perguntar por que, então, o Nordeste continua enfrentando tantos desafios. As respostas são muitas e complexas.

Tentarei, porém, simplificá-las, com lastro especialmente na minha larga vivência de Parlamentar, conhecendo de perto as conseqüências devastadoras das secas e os gargalos estruturais e conjunturais da nossa economia.

Preliminarmente, é de ser frisado o desvio do sistema de incentivos fiscais, que foi realmente um grande golpe ao espírito inicial de Juscelino Kubitschek e de Celso Furtado. Ele gerou grande desconfiança entre os aplicadores e eventuais aplicadores.

Fui, talvez, o primeiro Deputado a denunciar o fato e a sua extensão na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, quando revelamos a corrupção existente naquela época, em que as altas comissões cobradas dos incentivos fiscais desvirtuavam por completo a intenção do seu fundador. Os desvios e as altas comissões fizeram-me ir duas vezes, na época do governo revolucionário, quando denunciei as falcatruas que existiam já naquela época, ao Parque Treze de Maio, onde participei de uma comissão com coronéis e generais. Naquela oportunidade, disse que o que eu queria era uma Sudene pura, através da qual os nordestinos não precisassem mais migrar, não tivessem de sair da sua região. As altas comissões eram cobradas por escritórios sediados em São Paulo, para onde eram destinados tais benefícios, no caso as altas comissões cobradas àquela época. Agi como nordestino, como brasileiro e como admirador da obra da Sudene. Tinha a esperança de vê-lo contido.

Às deformações do sistema somaram-se outros fatos que só concorreram para o enfraquecimento da autarquia, notadamente a influência político-partidária, determinando estabilidade administrativa.

O prestígio da sigla Sudene foi sendo abalado sem que houvesse, em contrapartida, esforço cooperado em favor do seu fortalecimento. Apresento aqui também o mea-culpa. Devia ter sido mais enérgico, devia ter lutado com mais força, devia ter gritado desta tribuna ou da tribuna da Assembléia Legislativa, para que a Sudene não fosse estrangulada e, ao mesmo tempo, não tivesse que encarar o vazio existente daquele edifício construído para redenção da nossa região.

Ela viveu o apogeu no período de 1966/1968, na gestão do Gen. Euler Bentes, sendo Ministro do Interior o Gen. Albuquerque Lima.

Aproveito esta oportunidade para render minha homenagem a esses dois homens, que fizeram com que a Sudene, de um sonho acalentado pelos nordestinos, se transformasse em realidade.

Os superintendentes sempre demonstraram grande vontade de acertar. A partir de certo momento, porém, ficou patente o desinteresse da área federal pela Sudene.

Infelizmente, forçoso é registrar, as bancadas nordestinas no Congresso, desmobilizadas em razão de compromissos partidários, não souberam e não quiseram reagir, não só à perda de força da Sudene como ao crescente aumento das desigualdades inter-regionais.

Ouçó, com satisfação, o aparte do nobre Deputado José Pimentel, uma das grandes figuras do Estado do Ceará.

O Sr. José Pimentel – Deputado Severino Cavalcanti, quero inicialmente parabenizar V. Ex^a e o Deputado Fernando Ferro pela excelente idéia de realização desta sessão solene. Ao mesmo tempo, desejo saudá-lo pelo brilhante pronunciamento em que faz não só um diagnóstico da Região Nordeste, como também apresenta uma série de alternativas para que possamos superar esse quadro difícil. É bom registrar que o desenvolvimento econômico da nossa Região está diretamente vinculado ao papel da Sudene e do BNB. Enfraquecer a Sudene e o BNB é, na verdade, esvaziar a Região Nordeste. Se observarmos o crescimento e o desenvolvimento econômico do País de 1950 para cá, veremos que estão vinculados a essas duas organizações. É bom lembrar que, no auge da Sudene, nas décadas de 60 e 70, no início da década de 80, as sessões deliberativas daquela entidade eram fortalecidas com a presença de todos os Governadores, das várias forças políticas que representavam a Região. Hoje, infelizmente, quando comparecem alguns Secretários de Governos Estaduais, já nos damos por satisfeitos, sendo isso demonstração clara do esvaziamento daquela instituição. Mas é preciso também constatar que o esvaziamento da Sudene faz paralelo com o esvaziamento socioeconômico da Região Nordeste. Quando pararmos para refletir, vemos que os atos baixados pelo Governo Federal são todos no sentido de, cada vez mais, enfraquecê-la. Em 1º de janeiro de 1999, através de medida provisória, foi extinto o DNOCS, instituição com 89 anos de serviços prestados, detentora

do maior acúmulo de experiência em recursos hídricos e, também, na piscicultura em nosso País. Mas entre um cálice de uísque e uma dose de vinho, na passagem do ano, de 1998 para 1999, quando da posse do novo Presidente em seu segundo Governo, assistimos à extinção do DNOCS. Se analisarmos a Nota Técnica nº 20, de julho de 1995, de autoria do Ministério da Fazenda, veremos que a proposta visa transformar o BNB em mera agência de fomento. Quer dizer, ele vai deixar de ser um banco múltiplo, e a poupança popular, os depósitos e as economias do povo nordestino migrarão para outras regiões. Felizmente, após esse debate – e V. Ex^a, como sempre, traz a sua contribuição –, os burocratas e os tecnocratas, num sentido menor, do Palácio do Planalto, resolveram recuar e o BNB ainda permanece como banco múltiplo. O DNOCS ainda continua sob a vigência de uma medida provisória, já na sua 11ª reedição. Não conseguimos aprovar a lei que vai regulamentá-lo, porque não houve acordo político com o Palácio do Planalto. Se pararmos para analisar, a Chesf, que para nós é fundamental, só não está ainda na pauta de privatização por conta da reação desta Casa em querer discutir a questão da água. Se pararmos para refletir a concentração das riquezas, não é bem diferente. Neste instante em que se homenageia os 40 anos da Sudene, é importante que pensemos sobre a região não como uma questão regional, mas nacional. Nesse sentido, parabenizo V. Ex^a por trazer esses dados. Espero que esta Casa tenha ouvidos e ecos, para que, no dia de amanhã, voltemos a ter uma Sudene forte e fortalecida, que é a vontade de todo o povo nordestino e brasileiro. Parabéns pelo seu pronunciamento. (Palmas.)

O SR. SEVERINO CAVALCANTI – Deputado José Pimentel, não preciso registrar mais nada. As palmas são a evidência do oportuno aparte de V. Ex^a, que, com muita satisfação, incorporo ao meu pronunciamento, para que, no futuro, meus netos possam dizer: no pronunciamento do meu vovô houve um aparte do Deputado José Pimentel. (Palmas.)

Prossigo, Sr. Presidente. Sua perda de importância pode ser medida com esta simples comparação: o seu orçamento de 368 milhões de cruzeiros, em 1966, caiu para 134 milhões, em 1971. Vejam os senhores o esvaziamento, a sangria!

Igualmente os incentivos fiscais foram reduzidos sucessivamente, sendo estendidos à Sudam (1963), ao reflorestamento e ao turismo (1966), à Sudepe (1967). Foram cortados 30% para criar o PIN e

mais 20% para o Proterra (1971), além de terem ocorrido reduções.

São os criminosos enrustidos no Governo Federal que querem a destruição de parte ponderada do País; querem a segregação, o desvirtuamento da grandeza de um país uno. Que este seja realmente um país com irmãos que não sejam miseráveis porque nasceram no Nordeste e beneficiados porque tiveram a sorte de nascer no Sul do País. Queremos a unidade pátria. Temos de lutar, seja em que Governo for, e levantar nossa voz para fazer aquilo que Kubitschek desejou em todo seu tempo: a unidade do País.

Portanto, prezados convidados, é uma satisfação saber que há pessoas que ainda se preocupam com o Nordeste ao ponto de sair de sua casa para vir prestigiar esta sessão em homenagem aos quarenta anos da Sudene.

Hoje, os incentivos do Finor restringem-se a 0,6% do orçamento nacional. É uma vergonha, uma excrescência! Não podemos continuar cabisbaixos, aceitando as imposições desses tecnocratas.

Em 39 anos eles totalizaram 8 bilhões de dólares. Se não tivessem havido esses sucessivos cortes, eles seriam de 44 bilhões.

Vejam só, Sras. e Srs. Deputados: antes da Sudene lá existiam menos de quarenta estações meteorológicas, apesar de ser a região do País mais necessitada de dados pluviométricos. A Sudene – veja a importância da chegada dela – já montou mais de 1.100 pluviômetros espalhados em toda a região. Possuímos também um levantamento aerofotogramétrico de toda a região, a classificação do solo por inteiro e de grande parte do subsolo.

Essa é a Sudene que nós, nordestinos, conhecemos e aprendemos a respeitar e admirar.

Com satisfação ouço o aparte de um grande Parlamentar de Brasília, que vai mostrar que o Brasil tem Brasília porque teve Kubitschek. E temos a Sudene porque Kubitschek também existiu. (Palmas.)

O Sr. Paulo Octávio – Obrigado pelo aparte, Deputado Severino Cavalcanti. Cumprimento também o Deputado Fernando Ferro, assim como a Mesa, com a presença do Presidente Joaquim Francisco e da Sra. Anna Christina Kubitschek, herdeira de Kubitschek em Brasília e mãe de dois candangos na Capital. Prezado Deputado Severino Cavalcanti, é emocionante assistir a esta sessão em homenagem aos quarenta anos da Sudene, porque para nós, brasilienses e candangos, que temos a grande maioria do nosso povo vinda do Nordeste, a Sudene passou a fazer parte do nossas vidas, e o progresso lá repre-

senta o progresso cá. A Sudene foi fundada por Juscelino Kubitschek, sem dúvida o maior estadista deste século, o maior estadista que o Brasil teve nos últimos tempos. (Palmas.) Inclusive foi eleito recentemente, em pesquisa promovida pela revista **IstoÉ**, em todo o País, o grande brasileiro de todos os tempos. Esta homenagem vem em boa hora mostrar a nós, homens públicos, a responsabilidade que temos com este grande Brasil, com a união deste País. E não tenho dúvida, caro Deputado Severino Cavalcanti, que o Nordeste continua precisando muito do incentivo de todo o País, do Governo Federal, no sentido de apoiar o desenvolvimento econômico daquela região que abriga hoje milhões de brasileiros, muitos deles em dificuldades. Parabéns pela homenagem! Registro aqui uma frase do ex-Presidente Juscelino Kubitschek no primeiro ano de criação da Sudene: “Não pudemos fazer mais do que fizemos e sabe Deus se não fizemos mais do que podíamos”. Ela mostra a grandeza de um homem, sua preocupação em fomentar o Nordeste e dar à Sudene os indicadores e as condições para promover o desenvolvimento daquela região. Parabéns, nobre colega, Deputado Severino Cavalcanti! (Palmas.)

O SR. SEVERINO CAVALCANTI – Deputado Paulo Octávio, é bom que se diga, como V. Ex^a afirmou, que Brasília foi constituída pelos braços dos nordestinos. Quando falamos nordestinos incluímos os mineiros. Eles também fazem parte da Sudene, e aqui estão para prestigiar o grande trabalho desse órgão, que modificou também a fisionomia daquela parte onde Minas Gerais tem miséria, como o Nordeste.

É uma satisfação grande vermos aqui paulistas, como o Deputado Moreira Ferreira, querendo também dar o seu contributo para que a Sudene não seja esfacelada, não seja arrasada como querem os tecnocratas. Encontramos homens de sensibilidade de todos os setores. É preciso uma reação para que o Governo saiba que ainda queremos a unidade do País, a unidade pátria. Sem unidade pátria este País estaria esfacelado. O que queremos é um pouco para aqueles que nada têm, para os que vivem sofrendo o tempo todo e não têm um espaço ao sol.

Portanto, meus prezados e diletos companheiros de representação popular, é bom poder desabafar em determinados momentos. Hoje é um desabafo que faço. São quarenta anos que convivi com a Sudene, são quarenta anos de vida pública. Iniciei-a quando se pensava em fazer algo. Em 1940 eu estava ainda nos bancos escolares, na escola primária, e via o mesmo clamor que existe hoje. Há trinta anos, quan-

do assumi o meu mandato de Deputado estadual na Assembléia Legislativa de Pernambuco, fiz um pronunciamento que eu poderia fazer agora; não há diferença, a mesma miséria continua na nossa região.

É isso meus queridos e diletos companheiros, vamos continuar nessa luta. Fiz menção, no início de minhas palavras, à inquietação e às dúvidas que pairam sobre a autarquia homenageada. Nas ante-salas dos tecnocratas todo-poderosos, ardilosas maquinações são urdidas às escondidas, à sorrelfa, das quais vamos tomando conhecimento por notas da mídia ou reticentes confidências de membros dos escalões inferiores.

Já se falou até em extinção da Sudene. Por último, de sua transformação em agência de desenvolvimento. Sabem o que significa essa agência de desenvolvimento? É tirar os poderes da Sudene, é fazer com ela não possa ter a influência que sempre teve. Agência de desenvolvimento queremos para outra época, quando tivermos igualdade e condições em todo o País. (Palmas.)

Nada é intocável no mundo. Portanto, Sr. Presidente, ela pode sofrer alterações estruturais e operacionais. O que não se há de permitir é que se lhe vibrem golpe mortífero, em nome da falsa modernidade, responsável pelo crescimento da fome e da miséria no mundo.

Para a segurança do Nordeste e a preservação da unidade nacional, é fundamental que esta premissa, já aludida, seja assegurada: qualquer alteração na estrutura da Sudene deverá ser submetida ao crivo do Congresso Nacional, depositário da confiança e da delegação do povo brasileiro, expressas através do sufrágio universal. (Palmas.)

Ao concluir, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço uma advertência aos que manobram nos bastidores contra a Sudene ou à sua desfiguração: não escaparão ao juízo implacável da História nem ao estigma de inimigo de todos os nordestinos e, por que não dizer, inimigos do Brasil, porque sem a unidade Pátria não temos Nação; temos uma Nação subdesenvolvida. (Palmas.)

A todos os senhores o meu muito obrigado por terem me tolerado durante tanto tempo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Francisco) – A Mesa registra, ainda, a presença de D. Antônio Maria Mucciolo, Arcebispo de Botucatu e Presidente da Rede Vida de Televisão (palmas); do Sr. Petronilo Santa Cruz de Oliveira Filho, Coordenador-Geral da Fundação Joaquim Nabuco; e do Sr. Roberto Mauro Amaral, Diretor da Sudene em Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Joaquim Francisco) – Passo a palavra ao Deputado Sérgio Guerra, para falar pelo PSDB.

O SR. SÉRGIO GUERRA (Bloco/PSDB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; autoridades aqui presentes; Sr. Superintendente da Sudene, Dr. Marcos Formiga; Srs. Deputados Federais, meus senhores e minhas senhoras, comemoramos e saudamos hoje os quarenta anos de criação da Sudene.

Esta é uma boa oportunidade para reflexão, de nós nordestinos e de nós brasileiros, sobre esses quarenta anos de uma instituição que foi símbolo de um determinado momento de mudança social, política e econômica no Nordeste.

A Sudene foi a primeira experiência brasileira estruturada de planejamento e a primeira resposta democrática que o Brasil produziu aos problemas crônicos do Nordeste, problemas que remanescem em grande parte.

Todo um processo de exploração, de distribuição precária dos recursos públicos, de política paternalista, de uso das várias formas de recursos públicos para a organização do voto e a conquista meramente eleitoral, o processo secular de obras contra as secas, foi denunciado naquele momento.

Há quarenta anos a sociedade brasileira, de uma maneira especial, percebeu que não havia concretamente uma ação para resolver as dificuldades permanentes do Nordeste.

Sob a inspiração de alguns grandes brasileiros e a visão de um estadista de Minas Gerais – e Minas, mais que qualquer outro Estado, sem nenhum demérito para todos, sempre teve competência para produzir estadistas capazes de criar sínteses da consciência política deste País, no seu sentido mais positivo – formou-se um consenso do que de melhor havia no Brasil e no Nordeste e produziu-se uma resposta: a criação da Sudene, sob inspiração de muitos e principalmente como movimento político do conjunto de quem queria mudar o Nordeste; de quem queria dar melhores condições de vida ao povo do Nordeste; de quem não aceitava o uso da água como instrumento miserável de mobilização eleitoral; de quem desejava organizar a ação pública para que ela fosse capaz de dar soluções, de liquidar na origem todo o movimento de assistência, de distribuição de favores, que ao invés de fazer crescer o cidadão o humilha, como até hoje acontece.

Essa resposta democrática dos brasileiros, como muitas outras, foi diminuída ao longo do período

em que o Brasil esteve sob o governo de presidentes que representavam o autoritarismo.

Progressivamente, a Sudene foi sendo esvaziada. Primeiro, muitos dos seus melhores quadros, a pretexto de uma revolução, foram afastados, punidos, presos. Depois, ao longo de todo um período, a concentração do poder em Brasília ou, mais ainda, na autoridade política central de Brasília, fez reduzir o papel concreto da Sudene como instrumento de mobilização e de ação planejada para o Nordeste. Foi-se quebrando progressivamente aquele núcleo de resistência que desejava o Nordeste verdadeiramente modificado. Aos poucos, a instituição foi dobrando a espinha, perdendo os seus melhores valores, foi sendo progressivamente drenada no seu melhor conteúdo, nos seus mais importantes compromissos. Resistiu a Sudene por conta de um pequeno grupo de técnicos, de funcionários que mantêm a instituição ainda viva, apesar de tudo, ainda viva.

A ação pública federal foi progressivamente para desgastar, desestruturar, desfazer a Sudene. E devemos reconhecer, nós nordestinos, que a ação que produziu a Sudene forte, quando ela foi criada, resultou da união de quem desejava, naquele momento, mudar o Nordeste e que uma ação desse tipo dos nordestinos também não se reproduziu.

O enfraquecimento da Sudene tem duas causas políticas. Primeiro, a concentração do poder em Brasília e o enfraquecimento das instituições democráticas, das quais a Sudene era um belo representante e, segundo, a fragilização da liderança do Nordeste...

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Deputado Sérgio Guerra, o tempo do PSDB já está esgotado, mas V. Ex^a. tem mais um minuto.

O SR. SÉRGIO GUERRA – ...que ontem, hoje e amanhã continua e remanesce. Estamos, no Nordeste, incapazes de estabelecer objetivos que nos unifiquem. Somos, no Nordeste, permanentemente incapazes de nos dividir, abrindo o flanco para que sejamos sempre e permanentemente enfraquecidos.

Não há o que saudar da Sudene nos últimos anos. Há muito tempo que a instituição deixou de cumprir o seu papel. Há muito tempo não cumpre o seu compromisso de transformação regional. Todos, de uma maneira ou de outra, temos a ver com isso. Importante é que, ao comemorarmos os quarenta anos da Sudene, façamos a reflexão sobre o que, de fato, inspirou-a como instituição e a fez surgir como esperança e símbolo de uma vontade do povo brasileiro e da vontade do povo do Nordeste, para que possamos agora tomar um rumo.

Ouçõ o Deputado Pedro Eugênio, com prazer.

O Sr. Pedro Eugênio – Sr. Presidente, Sr. Superintendente. Deputado Sérgio Guerra, V.Exa. introduz nesse debate o hoje e o amanhã. A importância da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste é algo que todos conhecem e comemoram. Os dados aqui apresentados por outros oradores já demonstram isso sobejamente. A crise que se abate sobre a Sudene tem raízes profundas, e o pronunciamento de V. Ex^a chama a atenção para elas. Uma instituição como a Sudene não se esvazia por si própria, mas porque os elementos constitutivos da vontade política nordestina se desagregaram. Em âmbito nacional, a concepção de planejamento foi perdendo substância e sendo substituída por uma visão liberal de gerência do Estado. Há de se resgatar a idéia de planejamento e, antes de tudo, a capacidade do Nordeste de se unir em torno daquilo que as elites nordestinas tradicionais perderam. Essas lideranças têm de ser substituídas. Se não tivermos essa capacidade não teremos o que fazer. É preciso que a Sudene, instrumento fundamental para o desenvolvimento do Nordeste, seja resgatada e volte a cumprir o papel relevante para o nosso desenvolvimento. (Palmas.)

O SR. SÉRGIO GUERRA – Sr. Presidente, este é o momento central para uma revisão do papel da Sudene e do Nordeste. Estão estabelecidas as condições de estabilidade monetária. O País pode lançar plataformas para o desenvolvimento econômico, introduzir novas estruturas e novas políticas. Nosso desejo é de que a Sudene esteja no centro desse processo para que recomponha a vontade e a esperança dos nordestinos. Esperamos que o espírito público prevaleça, a fim de que seja atendido o interesse do Nordeste e de sua população esquecida.

Que sirva essa comemoração para saudar a vontade brasileira para dar à Sudene o papel que os brasileiros esperavam que cumprisse e poderá cumprir. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Sergio Guerra, c Sr. Joaquim Francisco, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Severino Cavalcanti, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Com a palavra o Deputado Jorge Alberto, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PST/PTN.

O SR. JORGE ALBERTO (Bloco/PMDB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti (saúdo também os Deputados

Ricardo Rique e Fernando Ferro, como co-autores do requerimento desta homenagem); Sr. Marcos Formiga, Superintendente da Sudene; Sra. Anna Cristina Kubitschek Pereira; Sr. Ricardo Nunes de Miranda, representando o Ministro da Integração Nacional, Sr. Fernando Bezerra; Srs. Parlamentares, minhas senhoras, meus senhores, hoje ocupo esta tribuna, indicado pelo meu partido, o PMDB, para saudar o transcurso do 40º ano de existência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste Sudene. É com satisfação que realizo este pronunciamento, pois sem sombra de dúvida a citada autarquia muito contribuiu e continua a contribuir para o crescimento da região nordestina e para a melhoria da qualidade de vida do seu povo.

Instituída pela Lei nº 3.962, de 15 de dezembro de 1959, com o objetivo de promover o desenvolvimento do Nordeste, a Sudene vem oferecendo nos últimos quarenta anos uma série de incentivos que se revelam grandes aliados da economia da região, tornando-a mais dinâmica e incentivando o crescimento e a implantação de empresas de diversos setores econômicos constituídos.

Na época da criação da Sudene, a Região Nordeste tinha uma participação de 13% no Produto Interno Bruto brasileiro. Hoje este índice é da ordem de 16%. Graças aos investimentos realizados, o crescimento econômico da Região Nordeste apresentou, entre os anos de 1990 e 1997, um índice de 3,2%, enquanto a média da economia brasileira cresceu 3,1%.

A Sudene, através do FINOR Fundo de Investimento do Nordeste, criado em 1974, já financiou na ordem de 2.076 projetos na região nordestina, os quais geraram uma injeção de capital da ordem de 13 bilhões de reais e 433 mil empregos. Dos projetos já executados podemos destacar, entre tantos outros, o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, além de diversos incentivos às companhias telefônicas, elétricas e de águas que pretendam se instalar ou ampliar a sua atuação na Região Nordeste.

Há muito a se falar dos feitos da Sudene nestes quarenta anos e pouco tempo para se falar tanto, mas gostaria de evidenciar as ações desenvolvidas por esta autarquia, com seus programas emergenciais de combate principalmente aos efeitos da seca na nossa região, programas esses que permanecem até hoje, atendendo aos Estados de Sergipe, do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Minas Gerais e do Espírito Santo, somando assim um total de 854 Municípios beneficiados pela sua ação.

Estes mesmos Estados agora serão atendidos pelo Programa Regional de Desenvolvimento Local e Sustentável, fruto de um convênio da Sudene com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Este projeto é pioneiro e, se bem sucedido, contribuirá para reduzir as desigualdades regionais hoje existentes no território brasileiro.

A Sudene, portanto, se prepara para uma nova etapa, uma vez que está sendo transformada em uma agência de desenvolvimento, o que lhe propiciará maior agilidade na organização de suas políticas de desenvolvimento regional e, com certeza, nos premiará com muitos outros projetos audaciosos e inovadores, que em muito contribuirão para o crescimento e desenvolvimento da nossa Região Nordeste, como, por exemplo, o Pólo de Telemedicina em Pernambuco projeto a ser realizado em parceria com a Universidade Federal daquele Estado e empresas privadas. Há também a Ferrovia Transnordestina e a Refinaria do Nordeste, esta última a ser implantada no Estado do Ceará.

Atualmente a Sudene tem um total de 281 projetos em fase de implantação na região, os quais, segundo as expectativas, devem gerar em torno de 410 mil novos postos de trabalho, diretos e indiretos. Enfim, os fatos demonstram que a Sudene foi, é e sempre será uma grande aliada e colaboradora da Região Nordeste.

Neste momento, em nome de meu partido, o PMDB, congratulo todos aqueles, colaboradores e gestores, que trabalharam para que a Sudene pudesse ser esse símbolo de crescimento e desenvolvimento para o Nordeste brasileiro. Que neste novo milênio muitos novos projetos possam ser implantados, de forma a reduzir as diferenças regionais, para que o País se torne um único e grande Brasil. Parabéns à Sudene por seus feitos e realizações, e, especialmente por sua grande e inestimável contribuição ao povo nordestino.

Antes de encerrar minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, quero deixar registrado o meu desejo, como Deputado nordestino, representante do Estado de Sergipe, de que a Sudene, nessa nova fase, participe cada vez mais, como coordenadora, de um plano de desenvolvimento para a região nordestina. É isso que espera o povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra, para falar pelo PFL, ao nobre Deputado Cleuber Carneiro.

O SR. CLEUBER CARNEIRO (PFL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; Sr. Marcos Formiga, Superintendente da Sudene; Sra. Anna Cristina Kubitschek, esposa do Deputado Paulo Octávio e neta do sempre festejado ex-Presidente Juscelino Kubitschek; Sras. e Srs. Deputados; minhas senhoras e meus senhores, a criação da Sudene foi uma resposta à constatação de que as diferenças regionais deveriam ser minimizadas para auxiliar o desenvolvimento e o equilíbrio nacional.

Havia, como há hoje, a percepção de que a Região Nordeste necessitava de uma intervenção criativa, por parte das políticas públicas, para que fosse rompido o círculo vicioso da miséria que aprisionava milhões de famílias brasileiras.

A falta de chuvas e de terras em condições ótimas para a agricultura, a concentração da renda e a predominância da agropecuária de subsistência deveriam ser substituídas por atividades que aproximassem o Nordeste dos centros mais dinâmicos da economia nacional.

Passados quarenta anos, podemos dizer que foi possível avançar bastante, e também que muito ainda resta a fazer. De certa forma, os mesmos objetivos se renovaram no contexto da globalização, que trouxe ao País novos paradigmas de eficiência e de produtividade.

À distância entre o Nordeste e o Centro-Sul do País acrescentou-se a distância em relação aos centros financeiros e tecnológicos mundiais. Mais do que nunca, tornaram-se imprescindíveis políticas de desenvolvimento regional que amparem os setores menos produtivos e sirvam de alavanca para a criação de um modelo econômico "inclusivo" e auto-sustentável.

A Sudene tem atuado nas áreas de capacitação de mão-de-obra, produção e armazenamento de informações, planejamento e programação de obras e serviços. Foram desenvolvidos projetos de incentivo agrícola e de irrigação, e nos setores de energia elétrica, saneamento, transporte e turismo. Também foi montada uma base de dados estatísticos e um sistema de contas regionais para acompanhar a evolução socioeconômica da área analisada.

Desde o início do trabalho da Autarquia, o Nordeste aumentou de 13% para 16% sua participação no PIB nacional. O Fundo de Investimentos do Nordeste FINOR já financiou mais de 2 mil projetos, responsáveis pela geração de cerca de 400 mil empregos diretos, com injeção de mais de 13 bilhões na economia regional.

Em relação à economia mineira, que acompanhamos mais de perto, os avanços foram muito significativos.

Em 1998, o Vale do Jequitinhonha passou a fazer parte da área de atuação do órgão, junto com o norte de Minas, incluído desde o início. Desde então, são 140 Municípios, com uma população de mais de 2 milhões de pessoas beneficiadas pelos programas da Sudene.

Naquela região prevaleciam a pecuária de corte, a cultura algodoeira e a cultura de subsistência. A atividade industrial era incipiente e destinava-se a processar algodão e produtos alimentícios tradicionais. Fabricava-se tela de algodão em Montes Claros, aguardente de qualidade na zona ribeirinha ao São Francisco, em Januária, em Salinas, e açúcar em Bocaiúva.

Os incentivos fiscais e os programas de planejamento da Sudene permitiram a criação de um parque industrial com elevado nível organizacional e tecnológico em Montes Claros, a capital mineira da Sudene, Pirapora e Várzea da Palma, entre outros pólos. Foram implantadas indústrias químicas, mecânicas, metalúrgicas, de transporte de material eletrônico, sem falar da produção têxtil, com grande impacto na geração de emprego. Hoje, espera-se e pede-se também, Sr. Superintendente, uma atuação mais difusa e diversificada, não só entre todos os Estados, mas entre tantos Municípios quanto possíveis de serem atingidos.

No total foram 226 projetos implementados em Minas Gerais nos diversos setores econômicos, com um total de investimento de 7,5 bilhões (22% oriundos do Finor). Deve-se ressaltar que mais de setecentas empresas da indústria, agropecuária e construção civil beneficiam-se atualmente dos incentivos de reinvestimento, redução e isenção de Imposto de Renda. Os novos projetos em implantação vão demandar investimentos totais de 5,8 bilhões.

No aspecto social e esse é um dos mais importantes, senão o principal o impacto da Sudene tem sido enorme. Foram gerados, devido aos incentivos do Finor, 56 mil empregos diretos e 225 indiretos. No norte de Minas Gerais, 78% da população economicamente ativa, 360 mil pessoas, vinculam-se a projetos da Sudene.

São muitas realizações em todas as áreas. Sem aprofundarmos em detalhes, citaremos algumas: expansão das linhas de transmissão de energia elétrica; implantação dos sistemas de DDD e DDI na telefonia regional; implementação da rodovia BR-135, que liga o Rio de Janeiro a São Luís do Maranhão; viabilização da ponte sobre Maria da Cruz, no Rio São Francisco, por meio do Prodetur; cursos de alfabetização em convênios com Senai e Sebrae; implantação de silos e armazéns municipais de estímulo ao desenvolvimento de

distritos industriais; aproveitamento racional de recursos hídricos através de poços, açudes e barragens.

São dados que comprovam a importância da atuação da Sudene em Minas Gerais, hoje com um homem de bem como seu Diretor, o ilustre Dr. Roberto Amaral, meu colega por oito anos como Deputado na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Quanto mais nos aprofundarmos em análises da economia nordestina, mais ficaremos convencidos de que a região tem dado respostas altamente positivas aos estímulos que recebe.

A decisão de transformar a Sudene numa agência de desenvolvimento abre novas expectativas para a participação das empresas privadas no fortalecimento da infra-estrutura produtiva da região. Nesse contexto, merece apoio o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que inclui o norte do Espírito Santo, o norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha. Sem dúvida, temos com ele maiores possibilidades de inserir os programas estaduais nos programas de modernização da economia nacional.

Sr. Presidente, com a aquiescência de V. Ex^a presstes a terminar meu discurso e por dever de justiça, faço um registro especial relativo ao Banco do Nordeste nesse contexto dos quarenta anos da Sudene.

Vivemos um momento de inflexão na história brasileira. Vivemos Vemos que o perfil da economia nacional sofre grandes mudanças com impactos ainda não totalmente previsíveis sobre a sociedade. É, portanto, imprescindível, que as lideranças políticas dessas regiões menos desenvolvidas saibam articular-se para definir um modelo de desenvolvimento mais justo e equilibrado.

Para que o Brasil reencontre os caminhos do crescimento e da harmonia social, não temos dúvida de que precisamos atualizar os ideais que levaram à criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Terminando, Sr. Presidente, em nome do PFL, meu partido, e de Minas Gerais, homenageando Juscelino Kubitschek, lembrando do Nordeste de Celso Furtado e de todos os cidadãos brasileiros interessados no futuro desta Nação, saúdo a Sudene com respeito, na certeza da sua revitalização e eficácia, tão importantes para o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Registro a presença do Prof. Humberto, Presidente da Organização Pró-Vida.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Waldir Pires, que falará em nome do PT.

O SR. WALDIR PIRES (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; Sr. Superintendente da Sudene, Prof. Marcos Formiga; D. Antônio Maria Mucciolo; Sra. Anna Christina Kubitschek; Dr. Humberto Vieira; Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Presidente, V. Ex^a teve uma iniciativa admirável. Esses quarenta anos da Sudene, nos tempos que hoje estamos a viver, creio que são uma espécie de acicate, tenho a impressão de que são uma chicotada na consciência política deste País para os instantes que atravessamos.

Esta homenagem que se faz à Sudene e, portanto, a sua origem, a sua inspiração, poderá resultar numa espécie de decisão política que este País possa adotar e dizer: vamos pôr um ponto final nesta passividade, nesta complacência, nesta incapacidade de pensar nos sofrimentos da população, de pensar no destino do Estado democrático, de suas tarefas, sua missão para cumprir a natureza elementar do seu dever que é cuidar da sua população, que é servir às pessoas, às famílias, que é não permitir a ignomínia do sofrimento, da fome, da pobreza, da miséria.

Sr. Presidente, ouvi V. Ex^a, com muita atenção, no momento em que proferia o seu discurso. Fui contemporâneo da criação da Sudene. Foi meu primeiro mandato, no Governo daquela figura extraordinária que se chamava Juscelino Kubitschek de Oliveira do seu avô, D. Anna Christina, casado com a vida, com a alegria, com a esperança, com a confiança, com o sentido de solidariedade e de desenvolvimento. Quando assumia meu primeiro mandato, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, em 1959, depois da terrível dor procedida na população brasileira pela seca de 1957 e 1958, com meio milhão de pessoas mortas de fome, nas ruas, chama um jovem paraibano, uma grande figura da inteligência nacional, Celso Furtado, e lhe dá a tarefa de pensar o desenvolvimento do Nordeste. Deu-lhe todos os poderes e todas as atribuições, sabendo que ali estava alguém absolutamente comprometido com a idéia de uma transformação essencial do Nordeste. Celso acabara de escrever e de concluir a obra clássica da formação histórica da economia brasileira. Estava absolutamente, digamos assim, acostumado com toda a problemática do Nordeste e do Brasil. O Brasil tinha acumulado um grande atraso. É no pós-guerra que o Brasil se sacode e vai vencer, como venceu nos anos 50, até o começo dos anos 60. Venceu dez anos de atraso. Supera a Argentina, o Chile e o México com uma concepção de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, de integração social. Como era possível pensar em desenvolvimen-

to do Brasil sem pensar e sem realizar a integração social do Nordeste? E aí está o eixo central do conceito de Celso Furtado, ao lado de uma concepção que vinha, um pouco antes, de uma grande figura nordestina também, um grande baiano, Rômulo Almeida, fundador e criador do Banco do Nordeste e que tinha realizado um estudo extraordinário sobre a fonte dos enigmas que atrasavam a minha terra, a Bahia, como todos os Estados irmãos do Nordeste. No entanto, o Brasil, o Governo Federal tinha sustentado o desenvolvimento do Sul, acelerando os desequilíbrios regionais em face da aplicação de uma política cambial naquele instante chamada política dos ágios, através da qual o Sul recebia um aporte de estímulo e de recurso extraordinário para sua industrialização e o Nordeste tinha um desequilíbrio na sua posição de trocas, pois era muito mais um exportador.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Deputado Waldir Pires, é um deleite ouvir V. Ex^a Quem não gostaria de passar o resto da tarde ouvindo o pronunciamento de V. Ex^a? Mas o tempo é implacável e daremos mais um minuto para V. Ex^a concluir. Vamos nos privar dessa proverbial e costumeira oração que sempre nos dá alento.

Concedo a V. Ex^a mais um minuto para concluir.

O SR. WALDIR PIRES – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aquele foi o instante em que o Nordeste se uniu num determinado momento para dizer: olhá aqui, este País não pode ser construído sem o Nordeste. Portanto, é uma nação que se organiza através de mecanismos de política cambial para estimular e sustentar o desenvolvimento industrial do Sul. E grande parte é sustentado pela capacidade exportadora de matérias-primas do Nordeste, que não recebia, como resultado, no mesmo plano dos valores do câmbio destinado à indústria.

A sensibilidade de Juscelino Kubitschek foi extraordinária, assim como sua capacidade de comando, com aquela alegria e enorme aglutinação de forças. E a Sudene foi aprovada, com resistências da bancada do Nordeste, com apoios da bancada do Sul. É preciso que digamos isso, porque grande parte do que se conseguiu para o Nordeste não se concluiu. A concepção da Sudene é voltada para o desenvolvimento econômico do Nordeste. Uma concepção voltada para a integração social da sua população, para a infra-estrutura básica indispensável ao desenvolvimento.

Conseguimos, ao longo de um certo período, que se fizesse o desenvolvimento industrial. A industrialização foi estimulada no processo central de Celso Furtado, inspirado até na grande política do desen-

volvimento do **mezzogiorno** italiano, de estímulos e de incentivos fiscais. Mas, na verdade, a estrutura agrária tem que mobilizar toda esta Nação.

Não podemos permitir o desenvolvimento do Nordeste com o abandono, hoje, de 10 milhões de nordestinos, que passam fome em todas as secas. Isso é inadmissível, porque a seca não pode gerar a fome. Ela é previsível, é muito mais um fenômeno de incapacidade de organização social do que de dificuldades técnicas ou econômicas.

O que posso dizer, hoje, é que temos um desafio neste País. Vamos nos levantar. Não pode haver, em um Estado democrático, passividade, incapacidade, complacência em relação ao crime que se pratica contra as pessoas. Temos que devolver à Sudene, ao corpo dos seus técnicos, de seus servidores a organização política, que deve ser não uma agência simplesmente tecnocrática, mas uma organização política do nordeste, como foi pensada, reunindo seu corpo de dirigentes políticos e sua sociedade inteira para dizerem: queremos um nordeste integrado com o Brasil, porque não há Brasil forte expulsando o Nordeste. São 900 mil quilômetros quadrados, com a população mais numerosa de qualquer semi-árido do mundo. Conseqüentemente, é o desafio da humanidade que deve nos convocar.

Estou muito grato a V. Ex^a Quero reiterar a certeza de que todos nós, de todas as áreas, vamos dar um basta à corrupção no Nordeste, vamos dar um basta ao atraso das relações sociais, vamos dar um basta ao coronelismo dominante, à manipulação dos interesses eleitorais e vamos fazer do nordeste uma grande região unida e integrada com o Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres, que falará pelo PPB.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Superintendente da Sudene, Sr^a Anna Christina Kubitschek, Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, o Partido Progressista Brasileiro me convocou para dizer algumas palavras no momento em que o Brasil ainda assiste à Sudene em plena atividade.

E o faço imbuído dos melhores propósitos de ver essa Superintendência modificada, transformada, mas não eliminada, não extinta. A história costuma, às vezes, estabelecer marcos, e o marco das políticas de desenvolvimento nós extraímos da Sudene para o nordeste. O nordeste antes da Sudene e o nordeste depois da Sudene.

Aos meus 11 anos de idade saí do Norte para buscar minha cultura humanística do Nordeste, estudar num seminário. E não concluí, porque gostaria de cons-

tituir minha família e o celibato é implacável. Temendo ser estigmatizado pelo estigma da excomunhão, resolvi deixar o seminário porque poderia casar com uma filha de Maria e acabava sendo cunhado de Jesus Cristo.

Não querendo, portanto, continuar a missão sacerdotal, abracei na carreira política. Mas devo ao nordeste a fibra que está nas raízes históricas do seu povo, da sua gente. Antes o nordeste engatinhando, mas trabalhando, gerando progresso ao Norte do Brasil, à Amazônia, ao Sul. Uma raça forte, indomável, corajosa, franca, honesta, um povo que sabe preservar sua história e conservar aquela coragem de construir seu próprio chão.

A Sudene veio aproveitar esta coragem do povo nordestino, e inculcar na cabeça de cada gente daquela área a necessidade de desenvolver-se através da planificação.

O Presidente Juscelino acionou apenas as aspirações do povo. Esse grande brasileiro, estadista, compreendeu a necessidade de ali colocar um órgão de planejamento. Foi desenvolvido o trabalho, e começaram então a florescer os frutos.

Por entre virtudes e pecados, dualidade integrante da unidade de substância do caráter humano de todos os povos, mas por entre virtudes e pecados a Sudene conseguiu transformar o Nordeste numa região melhor de vida, mais rica, de cidades mais desenvolvidas, de um povo mais feliz embora sofredor no passado, feliz no presente.

Os dados que pude colher para justificar essa transformação são poucos, mas quando criada a Sudene abrigava 31% da população brasileira; participava com 13% da renda nacional e tinha uma renda **per capita** 43% inferior à média nacional. As regiões sul e sudeste, ao contrário, reuniam 61% da população, detinham 83% da renda nacional e renda **per capita**, equivalente a 130% da média da renda **per capita** nacional.

Portanto, o nordeste cresceu com a Sudene. Entre 1990 e 1997 a economia da região nordeste expandiu-se 3.2%, enquanto a economia brasileira apresentou crescimento de 3.1%. A participação nordestina no PIB nacional, que em 1960 era de 13%, aumentou para 16%. Ninguém pode negar à Sudene a alavancagem para o alcance desses dados.

O que nos compete, hoje, como Parlamentares, é não permitir que a Sudene seja tocada em sua estrutura básica de órgão de planejamento e desenvolvimento de uma grande área do País. Que venham as transformações! Aliás, a única coisa permanente no mundo é a mudança, e quem duvidar, que olhe nos espelhos e verificará.

De forma que a Sudene tem de passar por mudanças, o Brasil mudou também e, naturalmente, mudaram-no para melhor. Está bem entregue ao Dr. Formiga, que há de zelar pelo nome e sobrenome que tem. As formiguinhas constroem e fazem muito pelo progresso e pelo desenvolvimento, e o Dr. Formiga é um ponto de referência para que essas mudanças possam surtir efeito.

Gostaria de parabenizar todos que construíram a Sudene, os que a fazem a protegem e os que por ela lutaram durante esses quarenta anos, lembrando o pensamento do filósofo, que diz que o importante na vida não é o triunfo; o essencial na vida é combater o bom combate e lutar bem.

Quem faz isso constrói o futuro de um povo e de uma geração. A Sudene deverá continuar a ser o instrumento dessa força viva do povo nordestino, que constrói o seu próprio nordeste, deixando que todos o invejem pela bravura, pela garra, pela inteligência e pelo amor ao Brasil.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Campos, pelo PSB.

O SR. EDUARDO CAMPOS (Bloco/PSB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; Dr. Marcos Formiga, Superintendente da Sudene; Dr^ª Anna Christina Kubitschek, representando aqui a família do ex-Presidente Juscelino Kubitschek; senhoras e senhoras, é com muita satisfação que, em nome do meu partido, venho à tribuna desta Casa parabenizar os Deputados Severino Cavalcanti, Fernando Ferro e Ricardo Rique pela iniciativa de prestar uma homenagem aos quarenta anos da Sudene.

Em rápidas palavras, farei uma breve reflexão sobre o papel da Sudene no desenvolvimento regional e como se pensa, hoje, o planejamento neste País. A Sudene enfrentou, na última década, todo um pensamento que se abateu sobre nosso País: qual seria o papel do Estado; qual seria o papel do planejamento? Nesse papel, pensado por aqueles que estão hoje no poder, o planejamento regional já não cabia; o planejamento no âmbito da União já teria outro sentido. Coube toda uma campanha na tentativa de desmerecer o que foi, efetivamente, a presença da Sudene no cenário nordestino nesses quarenta anos.

Parecia até que a Sudene só foi os equívocos de alguns empreendimentos do Finor e não exatamente o que se mostrou nesses quarenta anos: uma instituição que refletiu o nordeste, que pensou o fomento,

que forneceu as condições para que construíssemos, hoje, uma base industrial resistente, responsável por larga parte da renda pública do nordeste, pela geração de emprego industrial, por todo um processo conhecido dos senhores.

A Sudene, hoje, com certeza, enfrenta a incompreensão daqueles que defenderam a guerra fiscal do início dos anos 90 para cá. Em vez do planejamento articulado, pensado, fomentado, discutido com a população, o que vale é a guerra fiscal.

A Sudene teve a sorte de contar com a perseverança de seus trabalhadores, técnicos; daqueles que na sociedade a defenderam não como uma instituição que não careça de mudanças, mas como instrumento de reflexão sobre o nordeste, e sobreviveu. E os defensores da guerra fiscal já não agüentam mais essa guerra fiscal como instrumento, dito por eles, quase pós-moderno de planejamento regional.

O que se vê são os Estados perdendo 10% de sua arrecadação de tributos estaduais, uma mudança de espaço de exploração por empresas que simplesmente saem trocando de endereços, repetindo os equívocos que eles apontavam em alguns empreendimentos do Finor.

Nesses dez anos, Sr. Presidente, por incrível que pareça, àqueles que acusavam o nordeste de receber muitos benefícios a partir das políticas da Sudene, quero dizer que a Região reduziu à metade a participação que tinha no conjunto dos benefícios fiscais, enquanto o sudeste e o sul multiplicaram por dois o que tinham na participação dos seus benefícios fiscais. Esses são dados de estudo de técnicos da própria Sudene, do Heródoto, que mostra muito claro isso, Dr. Marcos Formiga.

Por isso, vim aqui, em nome do PSB, firmar o nosso compromisso. Entendemos que o Estado precisa ter suas instituições de planejamento, de fomento, de interação com a sociedade, para que as desigualdades regionais não sejam como são hoje no Brasil. Se hoje existe 20% de desemprego na Capital de São Paulo, é verdade que, na periferia das grandes cidades do nordeste, o desemprego já anda na casa dos 23%, segundo dados do Dieese.

É importante reafirmar que existem por trás, Sr. Presidente, perspectivas diferenciadas do papel do Estado no desenvolvimento regional; existem diferenças de fundo de pensamento. Gostaríamos de explicitá-las e dizer que estamos no campo daqueles que entendem que guerra fiscal não é instrumento de planejamento; que planejamento se faz com a elite política nordestina entendendo que não é disputando empreendimentos de 100 milhões de dólares, um com o

outro, dando tudo terreno, galpão e isenção de impostos, que vamos fazer o crescimento articulado no nordeste. Mas é com o nordeste formulando, como teve a capacidade de formular, em 1950, com o brilhante Presidente Juscelino Kubitschek, uma mudança social e política, como havia naquela época; a luta por instrumentos de planejamento regionais, em que o Ceará não dispute com o Pernambuco as bananas ou as batatas, mas disputemos, juntos, um espaço na economia nacional, de forma integrada e capaz de gerar o emprego e a renda de que necessitamos.

Esse sim é o espaço. O Congresso Nacional tem sua contribuição nessa luta, Sr. Presidente. Precisamos deixar de estar disputando fábricas de cerveja para disputarmos o emprego e a renda no semi-árido e nos grandes centros, de forma articulada, com o fortalecimento, sim, da Sudene.

Estar a Sudene contra o Banco do Nordeste é conversa de quem quer guerra fiscal, que não interessa ao nordeste, ao futuro nem à história que a Sudene construiu. Por isso, deixamos aqui nossa solidariedade aos que pensam a Sudene para a frente, para o novo milênio, para o desenvolvimento de uma região de forma articulada com outros instrumentos de fomento e desenvolvimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao Deputado Inácio Arruda, que falará pelo PCdoB.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, Sr^a Anna Christina Kubitschek Pereira, que representa a família do Exm^o ex-Presidente da República, renomado criador da Sudene, Juscelino Kubitschek; Dr. Marcos Formiga, Superintendente da Sudene, em nome da eminente economista Tânia Bacelar e com a licença do Sr. Superintendente da Sudene, desejo fazer uma saudação a todos os funcionários dessa instituição, tanto àqueles que estão na ativa quanto aos aposentados.

A Sudene e outras instituições que atuam no Nordeste e no semi-árido, como o Dnocs, conforme citei há alguns meses, são verdadeiras universidades do semi-árido, do Nordeste como um todo, que pensam a região, que tratam das questões concretas do seu desenvolvimento, como a agricultura, a indústria, os serviços; articulam-se as universidades da região e de cada Estado.

Esse pensamento nordestino mais recente tem muito a ver com a existência da Sudene. Por isso, quero saudar todos em nome dessa fabulosa econo-

mista, Tânia Bacelar. Ela afirmou, criticando a opção das elites brasileiras pelo desprezo às políticas regionais, que a adversidade brasileira não é um problema, mas uma vantagem, mesmo em uma época na qual o jargão predominante ganhou o nome de globalização. É uma vantagem desde que seja concreta a disposição política de resolver a favor das populações os problemas regionais, assegurando-lhes o desenvolvimento e a prosperidade.

Mas por que não tem sido assim com o Nordeste e com a Sudene? Por que este relevante organismo regional de planejamento e desenvolvimento encontrou, desde seu nascimento, gigantescos obstáculos à realização de seus objetivos? E cito, mais uma vez, porque aqui já desfilou com galhardia nos pronunciamentos dos demais Deputados, o eminente economista Celso Furtado, que afirma em seu livro "O longo amanhecer" que teve forte oposição das elites locais do Nordeste para a criação da Sudene. Então, perguntamos: por que hoje, mediante a ação dúbia do governo brasileiro, persiste a iniciativa de liquidar esse órgão, após a sua neutralização histórica e sucateamento?

A passagem para o atual estágio da chamada globalização e, junto a este fenômeno, os desdobramentos do desenvolvimento desigual nas diversas regiões do planeta foi obra de séculos e progrediu com as conquistas do desenvolvimento social, da ciência e da técnica no avanço das forças produtivas e relações sociais de produção. Tudo isso progrediu. As descobertas foram aproximando as diversas regiões do globo. Mas, hoje, ao tempo em que ignora as necessidades das populações e as peculiaridades regionais, a moderna globalização cuida dos ganhos fáceis na gangorra financeira e da expropriação das reservas estratégicas dos países periféricos, subordinando os estados nacionais sob a hegemonia hoje dos Estados Unidos da América.

O Sr. Ubiratan Aguiar – Deputado Inácio Arruda, conceda-me V. Ex^a um aparte, com a benevolência do Presidente, que avisa estar seu tempo esgotando-se?

O SR. INÁCIO ARRUDA – Com grande satisfação, meu caro Deputado Ubiratan Aguiar.

O Sr. Ubiratan Aguiar – Serei rápido, mas pediria que agregasse ao seu pronunciamento o desejo de que nesses quarenta anos da Sudene possa ser examinada a possibilidade que ela volte realmente a ser agência de desenvolvimento do Nordeste. Essa instituição passou do caráter regional para o critério de polígono das secas, depois para o critério de po-

breza. Aliás, já que está no norte do Espírito Santo, não tarda mais a chegar às favelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo. Quando temos a agência de desenvolvimento para desenvolver a região, elas vão sendo esvaziadas de tal forma que deixa de cumprir o seu papel principal, uma vez que a área de abrangência se amplia e os recursos diminuem. Essa é uma forma de protestar. Solicito a V. Ex^a a inclusão de minha intervenção no seu pronunciamento. Solidarizo-me com os que fizeram a Sudene nesses quarenta anos, esperando que o Poder Público realmente faça com que ela se transforme na grande agência fomentadora do desenvolvimento do Nordeste.

O SR. INÁCIO ARRUDA – Acolho com satisfação o aparte de V. Ex^a, subscrevendo-o de pronto.

Prossigo, Sr. Presidente. Os estados nacionais foram submetidos à lógica rentista dos mecanismos inspirados em Bretton Woods e no Consenso de Washington, oráculos que atribuíram à humanidade novos deuses, muito materiais: o dólar dos Estados Unidos e o mercado. Apesar dessa globalização rentista, portanto, as regiões não deixaram de existir. Pelo contrário: realçou-se a existência de regiões estruturalmente depreciadas pela ênfase nas ilhas de investimento. E o Nordeste é uma dessas regiões.

Enquanto região submetida a essa lógica mundial, o Nordeste sofreu e sofre as contradições que marcam as áreas miseráveis do planeta. Além dessas, padece com as acentuadas contradições internas ao País. No fim da década de 1950, o documento do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), chefiado por Celso Furtado, ainda registrou que, naquele momento, o Sudeste experimentava grande dinamismo, enquanto o Nordeste estava estagnado. Nessa época, quando o dinamismo industrial da era juscelinista centrava-se fortemente no Sudeste, a questão regional nordestina e a questão da Amazônia emergiram com força. A industrialização mudava a face do País, mas a apartação persistia.

A criação da Sudene, em 1959, já encontrou a preocupação do Governo dos Estados Unidos – para o qual o Nordeste representava uma "região-problema", a "área mais pobre do hemisfério ocidental", no interior de um "país-problema". É o economista Francisco de Oliveira quem descreve as circunstâncias da época, quando a Presidência Kennedy inaugurava um novo estilo de relacionamento internacional, adaptado às condições da competição interimperialista e de sistemas sociais. Surge a **New Frontier**, que, na sua versão para a América Latina, ganha o pomposo título de Aliança para o Progresso.

O serviço de inteligência dos Estados Unidos a CIA voltava-se de há muito para o Nordeste. Um contingente de “olheiros”, que incluía o quase anônimo Mr. Henry Kissinger, foi ao Nordeste, observá-lo. A Casa Branca chegou a convidar o nosso Celso Furtado para ir a Washington debater diretamente com o Presidente John Kennedy os problemas do Nordeste e os meios pelos quais a Aliança para o Progresso poderia ajudar os programas da Sudene.

Em 1961, uma “Missão da Aliança” chegou ao Nordeste, produzindo um relatório que circulou no início de 1962 com recomendações no sentido de conter o movimento das Ligas Camponesas e a coligação das forças populares do Nordeste.

Mostrou-se tão descarada a intrusão que o texto foi alterado por interveniência do governo brasileiro. Mas ficou bem claro, logo na sua primeira parte, que a preocupação dos Estados Unidos com o nordeste estava restrita a mediante a implementação de um programa assistencial de impacto esvaziar as Ligas e a influência de lideranças emergentes na região.

A segunda parte do relatório dessa “Missão” é ainda mais contundente. Avançando nas surradas metas de liquidar tudo que lhes pareça subversivo, os Estados Unidos estabelecem um programa de esvaziamento demográfico do nordeste, no sentido de reduzir as pressões agrárias e urbanas emergentes, mediante um conjunto de projetos de mero efeito. Tais projetos visavam montar uma estrutura para ação militar de envergadura, capaz de evitar que o Nordeste caísse nas mãos das forças populares (como o fora Cuba, pouco tempo antes). A vitalidade e sucesso da Sudene dependia da emergência e sucesso dessas forças, entendiam os Estados Unidos e as oligarquias nordestinas.

Oliveira acentua que os Estados Unidos não confiavam na Sudene (e no próprio governo brasileiro), e, mais que isso, trataram de sabotar os programas da instituição que ameaçassem construir algo parecido com desenvolvimento econômico. Não mexer na estrutura da zona canavieira ou não ampliar a capacidade geradora da Chesf, em Paulo Afonso, estavam entre as cautelas e negatiedades que evitavam hostilizar a oligarquia nordestina aliada ou fortalecer uma empresa estatal estratégica numa situação política nacional adversa.

Nesse rumo, a ação da USAID (expressão conhecida da “Aliança”) no nordeste visava claramente minar a autoridade da Sudene, reforçando sua ambigüidade para subordiná-la, articulando-se diretamente com os governos e oligarquias estaduais. O Consu-

lado dos Estados Unidos no Recife apresentava ares de Embaixada muito importante, com mais de onze vice-cônsules e uma legião de servidores que incluía os indefectíveis agentes da CIA disfarçados em “Corpos de Paz”, além do pessoal técnico e diplomado. Além dos programas diversionistas filiados ao chamado Acordo nordeste, havia iniciativas como a de uma certa Clusa, mencionada por Joseph Page, a qual infiltrava agentes nos próprios sindicatos rurais controlados pela Igreja Católica.

Esses acontecimentos articulados levaram enfim a Sudene à capitulação diante dos EUA e aliados internos, quando se aproximava o golpe militar de 1964. O organismo foi utilizado no desmonte da força política das associações camponesas, a serviço do Usaid. Um dos episódios dessa ópera bufa leva o Senador Edward Kennedy ao Recife, onde o “democrata” vai doar aos camponeses do Engenho Galiléia (símbolo das Ligas Camponesas), em nome de seu irmão, o Presidente dos Estados Unidos, um gerador de energia que pretende ser a prova do interesse norte-americano pelo sofrimento dos camponeses nordestinos. Este Kennedy jamais terá esquecido a resposta de um camponês à pergunta “humanitária” sobre qual presente gostariam de ganhar: “A retirada da polícia do Engenho Galiléia”, disse de pronto o trabalhador rural.

Seguiram-se a esse momento 21 anos de regime militar, quando se prosseguiu, dentro de um mesmo ideário, a tarefa de dar curso à modernização conservadora do grande capital, submetendo as forças políticas emergentes no nordeste. Essas forças, que alimentaram para a Sudene o papel de organismo alavancador do desenvolvimento regional, realizaram, no entanto, já na chamada Nova República, a retomada da inspiração original do GTDN, realizando, em 1985, em seminários regionais que envolveram expressiva participação da sociedade, o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste (I PDN). Denominado “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, o I PDN foi materializado na Lei nº 7.499, de 26 de junho de 1986, sancionada pelo então Presidente da República. Sua implementação esbarrôu na sobrevivência reciclada das velhas idéias – renitentes nas barreiras ao desenvolvimento regional e à Sudene, aspiradas pela sociedade e pelo GTDN.

Como informam as estatísticas mais atuais, o nordeste é a região mais povoada entre as regiões semi-áridas do mundo. Mas isso não se deve, portanto, aos Estados Unidos e aos seus aliados entre as elites brasileiras e junto às oligarquias regionais do

nordeste – que trataram e tratam estrategicamente de perpetuar o atraso e a “indústria da seca”, desviando inclusive os recursos públicos para fins privados.

De acordo com Tânia Bacelar, o GTDN propôs uma coisa, mas colheu outra. A pretensão de Celso Furtado consistia em realizar uma substituição de importações no plano regional. As indústrias deveriam explorar os recursos locais e seria gerada uma camada empresarial da região. O art. 34 do Primeiro Plano Diretor da Sudene, que definia o sistema de incentivos, afirmava que agentes de todo o Brasil podiam optar por não pagar 50% do Imposto de Renda devido, colocando esses recursos à disposição para investimentos no nordeste.

Paralelamente, investidores forneceriam projetos para a Sudene, e esses projetos captariam os recursos dos optantes. Assim, na origem, optantes e investidores eram agentes diferenciados, e estes últimos deveriam ser figuras jurídicas de capital nacional, estabelecidas no nordeste. A idéia subjacente era a da criação de uma nova classe industrial nordestina, até mesmo para neutralizar o peso da oligarquia conservadora.

No Segundo Plano Diretor, as duas premissas foram desmontadas: o optante podia ser o próprio investidor, nacional ou não. Isso correspondia ao estágio de internacionalização a que o Brasil chegara. Somente a partir daí o sistema de incentivos deslança, com o deslocamento para o nordeste de numerosas filiais das empresas instaladas no Sudeste. Inicia-se de fato o processo de integração produtiva do grande capital industrial, inclusive o multinacional.

Em seus primeiros 35 anos, a Sudene conseguiu aplicar cerca de 30 bilhões de dólares sob a forma de incentivos o que não é muito diante do tamanho da economia brasileira e do nível de concentração das atividades dinâmicas. Não houve nenhuma revolução no padrão de concentração espacial brasileiro (no início dos anos 90, o sudeste, com 44% da população, respondia por mais de 60% da produção total do País), mesmo porque a renúncia fiscal da União sempre foi, e continua a ser, muito maior para o sudeste (43% dos benefícios tributários da União, em 1996) do que para o nordeste (13% dos mesmos benefícios).

As indústrias que se deslocaram para o nordeste foram, basicamente, a de bens não duráveis de consumo, como têxtil e confecções (base dos pólos de Fortaleza e de Natal); e, nos anos 70, a de bens intermediários, especialmente mediante a instalação de grandes complexos ligados a investimentos diretos de empresas estatais. A Petrobras trouxe o complexo petroquímico para a Bahia, desembarcou em

Sergipe e no Rio Grande do Norte, alterando a dinâmica da economia local. A Companhia Vale do Rio Doce fez o mesmo no Maranhão, montando um complexo minerometalúrgico. Pernambuco formou um perfil mais diversificado: do ramo têxtil à metalurgia.

Os anos 90 marcam uma nova ruptura. Numa outra grande fase, o “mercado” deve ser liberado para comandar todo o processo. A omissão do Estado é ressaltada, pois o Brasil é muito diferenciado regionalmente, e o processo de desconcentração, ainda incipiente. A completa predominância da categoria mercado traz uma homogeneização de tratamentos que é problemática, pois, na prática, tende a ampliar as diferenciações. A atuação do Estado oferecia equilíbrio.

Além disso, no mercado global, seus grandes protagonistas manejam-nos de acordo com seus objetivos estratégicos. A dinâmica regional brasileira é cada vez mais trabalhada pelas empresas globais, que decidem onde vão montar novas unidades, onde vão fechar as antigas, etc. Ou seja: as estruturas regionais são redefinidas segundo essas estratégias, globais ou nacionais. Há um abre-e-fecha de indústrias que não tem nada a ver com as opções da sociedade brasileira. Não há mais mecanismos de regulação pública das decisões ou política regional. A Sudene, por exemplo, é conduzida à agonia. Uma medida provisória, editada em pleno susto da crise asiática, marca a data para a morte dos incentivos (no início do próximo século).

Hoje, não se age em nome da preservação de objetivos do País como um todo. Os pólos de coordenação estão atomizados na esfera privada, pois o governo se nega a desempenhar o papel de coordenador. A indústria está redefinindo-se. Logo, não se pode negar a existência de uma política industrial, mesmo que seja a política dos grandes grupos nacionais e internacionais. Não há um agente que negocie com eles em nome da sociedade brasileira; que diga, por exemplo: não vamos deixar desaparecer tais setores, por tais motivos.

Políticas para setores e regiões são perfeitamente compatíveis com o processo de globalização. A Alemanha segura sua indústria têxtil para evitar mais desemprego. A China tem políticas regionais e sub-regionais explícitas. Planeja a modernização de sua agricultura inclusive para evitar o êxodo para as grandes cidades, mantendo um programa para as cidades médias, onde a preocupação não é realizar integração competitiva, mas gerar empregos. A União Européia, em nível supranacional, tem vários fundos regionais. Os Estados Unidos também estão plenos de políticas regionais. Não é porque há globalização que essas políticas não podem existir. Essa é uma opção das elites brasileiras.

No Brasil, os conceitos desapareceram no altar do conceito abstrato de mercado. Mas não é verdade que hoje o Estado se afasta da economia, embora tenha assumido outro papel. Tínhamos um Estado superavitário, que patrocinava a acumulação produtiva. Hoje, temos um Estado atolado no déficit financeiro, refém dos seus credores, queimando tudo na fogueira do endividamento em juros estratosféricos. Um Estado quebrado não pode ser desenvolvimentista, mas financiador da acumulação rentista. O único gasto público com estabilidade constitucional é o do pagamento da dívida. A estabilidade dos servidores caiu, mas a dos credores, não. Quando o Congresso discute o Orçamento da União, não pode alterar o item "serviço da dívida". O Estado extrai renda da maior parte da sociedade para premiar os agiotas de todo mundo, empobrecendo o País.

Interrompemos o modesto movimento de desconcentração espacial da base produtiva brasileira. Diversos estudiosos de economia regional afirmam isso. Os dados do BNDES sobre a tendência dos investimentos privados a se realizar até 2000 cerca de 100 bilhões de reais comprovam isso: cerca de dois terços deverão concentrar-se no Sudeste, sendo quase 30% em São Paulo, com apenas 17% no Nordeste e 9,5% no Sul.

Além disso, a dinâmica regional do Brasil passou a ser trabalhada pelos grupos econômicos, voltados apenas para os espaços dinâmicos. A ação do governo com o programa Brasil em Ação, por exemplo, apenas reforça essa lógica. Todas as obras em curso pretendem acessar os pólos competitivos, a infra-estrutura do País na direção dos portos, o Estado correndo atrás do setor privado. Prioriza apenas ligar os pedaços dinâmicos do Brasil ao mercado global. Além disso, a abordagem macrorregional é insuficiente. Cada grande região tem "pedaços" competitivos, e as regiões não estão mais descoladas umas das outras. As "ilhas" espalharam-se, com "ilhas" de excelência e de abandono. E as "ilhas" competitivas voltam a ter uma articulação predominante com o mercado externo, quebrando a lógica que comandou a modernização do Brasil neste século.

Rumamos na direção de uma "desintegração competitiva". Ao invés de políticas regionais, passamos a ter a guerra fiscal. Antes, o Estado nacional definia seus programas de investimento. Agora, a coordenação do processo decisório foi delegada ao empresário privado. Benjamin Steinbruch, por exemplo, disse que poderá construir quatro usinas siderúrgicas no Nordeste, desde que algum governador arranque-

do Governo Federal a garantia de que a Petrobras lhe fornecerá gás pela metade do preço.

Para o "projeto" hegemônico, o semi-árido não existe. Somente 5% interessam (onde se pode fazer fruticultura irrigada). A Zona da Mata foi abandonada; até mesmo as usinas estão fechando. Nesse caminho, pedaços de Brasil vão sobrando.

Essa heterogeneidade do Brasil não é um problema, é um potencial, reafirmo com Tânia Bacelar. São Paulo representa praticamente a metade da nossa economia, mas a outra metade é de uma pluralidade fantástica. Os gaúchos, os nordestinos, os nortistas, os goianos percebem isso com mais nitidez porque não estão no núcleo hegemônico. Temos áreas competitivas, em processo de reestruturação incipiente, em degradação, e áreas a conquistar. Temos uma magnífica diferenciação geoambiental, cultural e econômica. Deveríamos valorizar o esforço de coordenação, com estratégias definidas e políticas explícitas para essa diversidade.

A trajetória de desenvolvimento do Brasil não é só de fracassos. Podemos considerá-la vitoriosa, pelo menos sob um ângulo da apreciação histórica. Entre 1938 e 1980, nossa produção industrial foi multiplicada 27 vezes, ritmo não igualado por nenhum outro País. Ao final desse período, instalamos os setores de bens de capital e de grandes insumos básicos, e fortalecemos nossa base secundária, construindo o maior sistema produtivo do Terceiro Mundo, o maior parque industrial.

O debate acerca dos rumos do País e de suas Regiões não é um fato novo. Em 1898, há mais de 100 anos, eleito Presidente da República, Campos Sales viajou à Inglaterra para estabelecer negociações com os credores brasileiros rentistas da época, os Rothschild. As exigências dos banqueiros eram as seguintes: demissão de servidores, hipoteca das empresas estatais, redução da demanda interna e entrega dos saldos de exportação aos credores. Mas, mesmo depois, já nos anos 30 e 40, havia os que equivocadamente se posicionavam contra a industrialização. Se suas opiniões prosperassem, continuaríamos na primária condição da fazenda de café, cacau, cana-de-açúcar e gado.

As desigualdades regionais existem, sim, pois o capital prospera distribuindo desigualdade, com nítidas tendências a perpetuar carências de toda ordem. Contudo, não faz mais sentido dizer: "O Sudeste vai bem, o Nordeste vai mal". Lá, existem áreas dramáticas, como cá, no Nordeste. A partir dessa perspectiva é necessário que fóruns de coordenação da socieda-

de estabeleçam objetivos comuns que conduzam o Brasil no rumo do desenvolvimento e da prosperidade. Não aceitemos o reboque da lógica decisória que apresenta como matriz o interesse individual e a lógica rentista global.

Era o que tinha a dizer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Com a palavra o nobre Deputado Marcos de Jesus, que falará pelo Bloco Parlamentar PSDB/PTB.

O SR. MARCOS DE JESUS (Bloco/PSDB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; cumprimento o ilustre e competente Superintendente da Sudene, Prof. Marcos Formiga; a Sr^a Anna Christina Kubitschek; os funcionários da Sudene; e especialmente o mineiro Juscelino Kubitschek, que, preocupado com o povo nordestino, teve a maravilhosa idéia de criar a Sudene, que tem sido a responsável pelo crescimento e desenvolvimento do Nordeste.

Antes de começar meu pronunciamento, trago a lembrança de alguns fatos tristes que ocorreram no nordeste brasileiro, especificamente em Pernambuco, quando, visitando a cidade de São José do Egito, coordenei a campanha da Associação Beneficente Cristã na distribuição de alimentos aos flagelados da seca. Na ocasião, tive a oportunidade de filmar e acompanhar de perto uma família que estava alimentando-se de palma alimento oferecido ao gado, de gosto horrível, porque não tinha nada para comer. Ela teve a oportunidade de cozinhar para que eu experimentasse, porque as pessoas diziam que não era tão ruim. A palma tem um gosto amargo, mas a criança se banquetava como se fosse o melhor manjar do mundo.

Nesse mesmo dia, tivemos a oportunidade de ver irmãos nordestinos caçando ratos. Já havia dois escalpelados, pendurados na cerca, e mais um aguardando, e todos seriam alimentados, porque nada havia para comer. Isso é triste.

Também pude ver, no Lixão da Deolinda, uma senhora pegar a mama de determinada cirurgia de “CA” e fritar para se alimentar. Esse fato ocorreu em Pernambuco. É triste, horrendo e constrangedor, mas é bom citá-lo, para que o povo saiba a situação do nordeste brasileiro.

A Sudene, com seu trabalho e afinco, nasceu pela idéia de um grande estadista podemos dizer um dos maiores que o Brasil já teve, Juscelino Kubitschek, em 15 de dezembro de 1959. Assim, esse órgão de fomento regional acaba de completar seus 40 anos de existência. Portanto, há que homenageá-lo.

Esse é o propósito do presente, porque a Sudene foi a primeira experiência concreta, efetiva e bem-sucedida de abordar de frente o crônico problema do subdesenvolvimento nordestino, problema este que assola vergonhosamente o País, talvez desde o seu começo já faz praticamente 500 anos, lamentável e incompreensivelmente acompanhando-o, como seu pecado congênito, desde o nascimento.

Mas se até o pecado original tem salvação, como não teriam os infortúnios nordestinos? Se até o próprio corpo humano tem suas doenças degenerativas resolvidas com êxito por via de tratamento genético, por que não teria solução o desnível econômico do Nordeste? Se mesmo outros inúmeros bolsões de menor desenvolvimento acabaram por progredir, por que isso não ocorreria com a nossa estimada Região?

Pecado original trata da alma; doenças degenerativas, da organicidade dos corpos; e bolsões de desenvolvimento, de dinheiro. É na exata metáfora dessa tríade que a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste se estriba na luta insana para que o Nordeste passe merecidamente a ombrear com as demais Regiões do Brasil, em termos de desenvolvimento socioeconômico e de igualdade de oportunidades.

Nobres Parlamentares, a essência da fundação da Sudene foi a institucionalização da alma nordestina alma pujante, alma culturalmente rica, cientificamente promissora e artisticamente tão criativa ao traduzir seus anseios e seus vetores sociais de desenvolvimento e de trabalho num único representante do próprio Estado nacional.

Questão eminentemente política, foi mesmo essa institucionalização unificadora a virtude primordial do órgão, que fez com que o espírito do tão sofrido povo nordestino viesse a pulsar na mesma cadência que resultaram as ações concretas que levou a cabo nessas quatro décadas de existência.

No efeito, a Sudene é a própria precursora da paz fiscal entre os Estados, e as recentes guerras tributárias não passam de sinais de que o espírito daquela Superintendência ainda não se espalhou inteiramente pelo restante do País.

Ilustres pares, doenças degenerativas, ao tratarem-se com medidas genéticas, refletem disposição do terapeuta em atingir de plano o próprio corpo, no âmago de seu arcabouço hereditário, qual seja, sua inerência própria. A Sudene, via medidas estruturais, como a uniformização da política de investimentos para todo o Nordeste, aliada à política de análise de projetos comuns à inteira área de sua competência e a critérios unificados de disciplina, no que tange aos incentivos fiscais respectivos, nada mais fez senão sacramentar o fato de que o

todo é maior que a soma das partes; a região é mais que a soma dos Estados, como o organismo vivo, exato por sê-lo, é mais que a soma de seus órgãos.

Daí ser a Sudene síntese orgânica, isto é, não fragmentada, estrutura unificada e harmônica da região nordestina, que, antes dela, foi eclipsada por diversas tentativas estaduais esparsas de progredir, que acabaram por não realizar a contento esse sonho. Havia a falta de uma visão do sistema interestadual, que aquele órgão estatal considerou, ao tratar holisticamente do todo, e não das partes isoladamente imaginadas.

Demais disso, na definição desse **corpus**, não se ateuve aos estreitos limites tão-só geográficos brasileiros, senão veio a conceber-se como entidade inter-regional, na expressão de seu alongamento a parcela da insuspeita Região Sudeste, reputada como, mas de modo algum sendo, inteiramente desenvolvida.

Nessa linha, é precursora não somente da integração intra-regional, senão também da inter-regional, antecâmara da nacional, de que a precitada guerra fiscal tanto precisa.

Nobres Deputados, neste século que termina, o exemplo **princeps** mais acabado e bem sucedido de desenvolvimento de um "bolsão" subdesenvolvido é o do Tennessee Valley Authority TVA ("Superintendência" do Vale do Tennessee), manifestação do **New Deal**, programa integrado de desenvolvimento daquela área dos Estados Unidos, promovido pelo Presidente Roosevelt, nos idos da década de 30. Seu sucesso deveu-se à "mola do mundo": dinheiro!

De regra, por meio do Fundo de Investimentos do Nordeste FINOR, à Sudene, a exemplo de sua citada congênere norte-americana, previram-se recursos, embora não de todo suficientes, para cumprir seu objetivo de equilibrar o Brasil.

Ante tudo isso, em face de todos esses princípios norteadores e pragmáticos da Superintendência aniversariante, globalmente resta-nos lembrar haver a Sudene, entre outros, aumentado substancialmente o PIB global e mais ainda o PIB **per capita** da Região que circunscreve; favorecido suas exportações, em especial as industriais; significativamente contribuído para alentado aumento dos investimentos diretos na área e da fixação do homem ao solo, a que por laços culturais pertence; enfim, promovido salutar desenvolvimento agrícola, numa terra assolada pela seca, com reflexos positivos na alimentação e saúde de seu povo.

E, topicamente, destacar parcela desse elenco de suas realizações, citando pontualmente algumas das inúmeras cidades em que deixou a sua marca, como catalisadora da melhoria geral das condições

de vida, como Belo Jardim, em Pernambuco; Juazeiro do Norte e Sobral, no Ceará; Campina Grande, na Paraíba; a baiana Feira de Santana e as mineiras Montes Claros e Pirapora, todas retrato da desejada interiorização que a Sudene conseguiu medrar.

Enfim, renovar à Sudene nossas congratulações pelos quarenta anos que a vida nessa idade recomeça, essa Superintendência ímpar, que tanto nos trouxe em feitos exemplares e emblemáticas realizações. E desejar-lhe que ainda por muitos anos continue a cumprir o papel de estimuladora do progresso social dos brasileiros do Nordeste e de parte do Sudeste, que é o que se quer e que, mais do que um mero desejo, é certeza de que conseguirá.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, povo brasileiro. Que Deus abençoe todos; abençoe nosso professor e amigo, Marcos Formiga, à frente desse grande trabalho tenho ouvido muitos elogios ao seu trabalho na direção da Sudene e a família do grande estadista Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Regis Cavalcante, do PPS do Estado de Alagoas.

O SR. REGIS CAVALCANTE (PPS – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Severino Cavalcanti; Prof. Marcos Formiga, Superintendente da Sudene; Sr^a Anna Christina Kubitschek; Sras. e Srs. Deputados; senhoras e senhores.

Quero, inicialmente, parabenizar o Deputado Severino Cavalcanti, que preside esta sessão, por essa iniciativa de considerar registrados nesta Casa e para a sociedade brasileira os quarenta anos de uma instituição que cumpriu um papel fundamental, e está cumprindo, numa das regiões brasileiras que mais precisa da reflexão, da discussão e do debate nesta Casa, principalmente nos dias de hoje.

A Sudene cumpriu um relevante papel nesses quarenta anos de existência, como destacado aqui pelos Parlamentares que nos antecederam e lembraram a importância, os números, a realidade desoladora de quarenta anos passados do nosso Nordeste. É verdade: crescemos, avançamos, mas ainda sofremos, violentamente, com essas desigualdades, com o profundo fosso, o distanciamento em relação a outras regiões brasileiras. Não importa se a Sudene será uma superintendência ou uma agência, não importa o nome. O momento atual merece, sim, uma reflexão mais que necessária do papel de uma instituição, de uma agência de desenvolvimento como a Sudene na sua origem.

O que interessa é fazer uma reflexão neste País sobre as profundas desigualdades que se vêm tradu-

zindo com essa política irresponsável das nossas elites neste País. A Sudene teve e tem um compromisso. Está aí na ordem do dia até um grupo de trabalho nesta Casa para discutir a velha questão da água no Nordeste. Que discussão está fazendo o órgão regional para aprofundar, com os nossos irmãos nordestinos, a necessária formação de um projeto, para apresentar à Nação? Que modelo, que bacia, que transposição, que discussão e como aproveitar as águas do São Francisco? O que está sendo elaborado e unificado pelas forças nordestinas?

A guerra fiscal é apresentada de forma perversa diante principalmente dos nordestinos. Hoje, quando encaramos toda essa situação, não é momento de querer colocar a Sudene como um órgão esvaziado. É momento de cobrar, especialmente do Governo Federal, um modelo de desenvolvimento para este País que inclua milhares de brasileiros, sobretudo nordestinos, que, diante da revolução tecnológica, diante da perversa exclusão provocada pelos desníveis sociais, estão fora do processo de desenvolvimento neste País.

Por isso, Sr. Presidente, nesses quarenta anos dessa instituição, que marcou, marca e é fruto de um referencial de resistência, é preciso mais do que nunca discutir o modelo de desenvolvimento que queremos estabelecer neste País para contemplar aqueles brasileiros que estão fora desse processo e dessa revolução que se deu no mundo. É preciso que este País seja integrado.

Sim, defendemos essa integração, mas com a inclusão do povo brasileiro. Uma elite irresponsável não soube construir um modelo de desenvolvimento que incluísse principalmente nós nordestinos.

É este o desafio que fazemos para a reflexão principalmente daqueles que representam a base de sustentação do Governo nesta Casa: que reflitam sobre o papel do Nordeste, das regiões brasileiras e desse profundo fosso de desigualdade existente no País e que precisa ser contido.

Parabéns, Deputado Severino Cavalcanti, por essa iniciativa. Parabéns funcionários e técnicos que formam a Sudene.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Moreira Ferreira.

O SR. MOREIRA FERREIRA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr. Superintendente da Sudene, economista Marcos Formiga; Sr^a Anna Christina Kubitschek; Sras. e Srs. Deputados, é com muita satisfação que ocupo hoje esta tribuna para homenagear os quarenta anos de atividade da Sudene. E, ao fazê-lo, gostaria de associar

também a homenagem da indústria brasileira que represento, como Presidente da Confederação Nacional da Indústria, a essa instituição que tem prestado relevantes serviços para o desenvolvimento brasileiro, através de sua ação de planejamento e coordenação dos investimentos federais na Região Nordeste.

Depois de quatro décadas de atuação, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste atinge, agora, uma nova etapa de sua trajetória, ao transformar-se em agência de desenvolvimento, seguindo as novas diretrizes atribuídas ao órgão pelo Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra.

Na época da criação da Sudene, o Nordeste tinha uma população de 22 milhões de habitantes, metade da atual, e explosivos índices sociais. As disparidades de desenvolvimento entre as diferentes regiões do País eram enormes. O Nordeste tinha 31% do total da população brasileira, participava com 13% da renda nacional e tinha uma renda **per capita** 43% inferior à média brasileira. Já o Sul e o Sudeste participavam com 61% da população, detinham 83% da renda nacional e tinham uma renda **per capita** 130% superior à renda **per capita** nacional. Era a materialização dos dois brasis, do País dos contrastes.

Hoje, quarenta anos depois, os números comprovam que o nordeste brasileiro cresceu com a Sudene. Embora a região ainda precise de incentivos e investimentos para completar definitivamente a sua trajetória de modernização e de adaptação aos novos tempos de uma economia globalizada, a economia nordestina tem se mostrado, em certa medida, até mais dinâmica que a economia brasileira.

Entre 1990 e 1997, o Nordeste apresentou um crescimento econômico de 3,2%, enquanto a economia brasileira cresceu 3,1%. Em decorrência disso, o Nordeste aumentou para 16% a sua participação no PIB brasileiro, participação essa que, em 1960, era de 13%. Além disso, é saudável verificar que a participação dos setores industrial e de serviços hoje representam 25% e 60%, respectivamente, da riqueza econômica nordestina.

De 1960 a 1997, o PIB nordestino cresceu 463%, enquanto o crescimento do PIB nacional no período foi de 363%. Hoje, o Nordeste possui o quarto maior PIB da América Latina, inferior apenas aos do México, da Argentina e do Brasil.

A mesma evolução verifica-se nos indicadores sociais da região, que, entre 1960 e 1997, apesar de ainda permanecerem baixos, apresentaram uma sensível evolução. O Índice de Desenvolvimento Humano, medido pela ONU, cresceu 103% no Nordeste, enquanto a taxa

brasileira cresceu 68%. Também melhoraram a renda, a escolaridade e a expectativa de vida dos nordestinos.

A Sudene, seguindo a lúcida orientação do Ministro da Integração Nacional, Senador Fernando Bezerra, está trabalhando para consolidar o desenvolvimento econômico do Nordeste no terceiro milênio, mostrando as múltiplas potencialidades econômicas da região, através da execução de projetos inovadores e audaciosos, que estão sendo desenvolvidos pelo competente Superintendente do órgão, economista Marcos Formiga.

Dentro dessa nova filosofia, a Sudene ingressa no terceiro milênio convencida das potencialidades econômicas do Nordeste e preocupada em atrair e promover investimentos públicos e privados, nacionais e internacionais, para a realização desse objetivo. Hoje, constata-se que a Sudene está preparada para executar estratégias de ação para apoiar os projetos de infra-estrutura complementares aos eixos nacionais de desenvolvimento, implementar políticas inovadoras de desenvolvimento sustentável, voltadas para a geração de empregos e oportunidades de renda para os setores ainda não competitivos da economia.

Nesse sentido, cabe um registro especial para as mudanças implantadas pelo Ministro Fernando Bezerra e pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso na sistemática de operação dos Fundos Constitucionais das Regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, que foram um importante passo na busca do equilíbrio entre as diferentes regiões e que deverão beneficiar sobremaneira os Estados do Nordeste, por meio do estabelecimento de juros fixos, adoção de bônus de adimplência e outras medidas destinadas a estimular a atividade produtiva naquela região.

Sabemos que a redefinição dos rumos do desenvolvimento do Nordeste vai exigir também a complementação da sua estrutura hídrica, viária e energética e a consolidação das suas bases agrícola, industrial, turística e comercial, com o fortalecimento do setor privado e a sua integração aos setores mais dinâmicos das economias nacional e internacional.

Por isso é importante que o Congresso Nacional e a iniciativa privada brasileira tenham suas atenção voltadas para esse esforço realizado pela Sudene no sentido de contribuir para a construção de uma agenda positiva capaz de consolidar o crescimento social e econômico do Nordeste, estabelecendo para isso parcerias e reunindo conhecimento técnico e ação política para a adoção das medidas necessárias.

Esse é o desafio do futuro. Essa é a contribuição que a população brasileira e a nordestina, em particu-

lar, no momento em que se comemoram os quarenta anos da Sudene, espera de todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. MANOEL CASTRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MANOEL CASTRO (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já estamos encerrando, mas quero fazer um breve registro. Cumprimento V. Ex^a pela iniciativa desta sessão solene, o Superintendente da Sudene e a Sr^a Anna Cristina Kubitschek. Saudamos, com muita honra, todos os presentes e os Srs. Parlamentares.

Meu registro, como Parlamentar, é sobre um dos assuntos de meu interesse nesta Casa, desde a Constituinte, inclusive com participação ativa na criação do Fundo Constitucional do Nordeste, que faz parte do desenvolvimento regional.

Nesta última Legislatura temos feito um esforço direcionado especificamente para uma área para a qual quero chamar a atenção do Superintendente da Sudene. Inclusive chamei a atenção de outras autoridades no sentido de trocar idéias. Hoje, refletimos, falamos muito do passado, da história gloriosa da Sudene, graças à visão de homens extraordinários aqui citados, como Rômulo Almeida e Celso Furtado, mas não estamos à altura do que eles fizeram. Temos também de propor novas idéias, novas perspectivas para o Nordeste, a exemplo do que eles fizeram.

Nós continuamos insistindo em modelos, muitas vezes, ultrapassados ou sem a mesma eficácia. Estamos nos perdendo em discussões, como outros disseram aqui, de problemas internos, seja da guerra fiscal, seja da transposição do São Francisco. Estamos perdendo, no meu entendimento, a oportunidade de atuar mais concretamente, com a participação da própria Sudene e dos organismos regionais em questões cruciais da nova realidade, não apenas brasileira, mas internacional.

Tenho insistido em discutir isso com o Superintendente, Dr. Marcos Formiga. Discuti com o Ministro da Educação. Não há como pensar em desenvolvimento e quebra das desigualdades regionais sem pensar em um modelo que invista na educação firmemente e direcionadamente para que o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste vejam diminuído esse fosso.

Falamos em infra-estrutura, falamos no homem na seca, choramos, lamentamos, mas não buscamos caminhos alternativos. Entre eles necessariamente está o da

educação, novos instrumentos, como educação à distância, a área da informática, da ciência e da tecnologia.

Há um trabalho excelente realizado pelo nosso companheiro Deputado Ariosto, no Ceará, com os centros tecnológicos. Discutíamos, quando estávamos falando na Lei da Informática, a alteração dos incentivos na área de desenvolvimento científico e tecnológico. O Deputado Ariosto me apresentou, agora de manhã, um quadro que mostra a extraordinária cifra das bolsas de estudos. A participação do Norte, do Nordeste e do Centro-Sul, na área de incentivos, na área de desenvolvimento tecnológico, representa menos de 10%. Só o Estado de São Paulo detém 60% dos incentivos nacionais nessa direção. Devemos trabalhar em direção aos recursos de ciência e tecnologia, na modificação desses instrumentos, inclusive da informática, cuja lei ainda está em tramitação no Senado Federal. Devemos sair do discurso para a ação. Há uma alteração, há uma emenda feita por mim com o apoio da bancada nordestina, da bancada da Bahia, no sentido de alterar essa sistemática.

É muito pouco tempo para aprofundar esse assunto. Vou fazer um pronunciamento e encaminhá-lo a V. S^a, meu caro Superintendente. Mas não gostaria que a sessão em homenagem aos quarenta anos da Sudene passasse sem esse registro.

Falou-se muito nesse trabalho futuro, que exige de todos nós criatividade, objetividade e o reconheci-

mento dessa nova realidade, para que possamos ter propostas atualizadas em relação à Sudene.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado pela sua aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – V. Ex^a, Deputado Manoel Castro, fechou com chave de ouro esta solenidade.

Esta Presidência pede a V. Ex^a que comande esta ação com o discernimento e a inteligência que lhe são peculiares, sempre a serviço do bem. Comande esta ação para que possamos realmente dizer que este encontro foi coroado de êxito.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Aproveito a oportunidade para agradecer a todos que aqui vieram, parabenizar o nosso eminente Superintendente e dizer da satisfação de estarmos presidindo esta sessão de homenagem que contou com a presença desta criatura extraordinária que aqui veio mostrar que ainda corre em suas veias o sangue daquele que pôde dar ao Brasil a oportunidade de ouvir os brasileiros que querem que o Brasil cresça, o exemplo de Juscelino Kubitschek. (Palmas.)

V – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Severino Cavalcanti) – Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 13 horas.)

Ata da 15^a Sessão, em 29 de fevereiro de 2000

Presidência dos Srs.: Michel Temer, Presidente; Ubiratan Aguiar, 1^a Secretário; Jaques Wagner, 3^a Secretário; Marçal Filho, Temístocles Sampaio, Dr. Benedito Dias, Inácio Arruda; § 2^a do artigo 18 do Regimento Interno

ÀS 14 HORAS COMPARECEM OS SENHORES:

Michel Temer
Heráclito Fortes
Severino Cavalcanti
Ubiratan Aguiar
Nelson Trad
Jaques Wagner
Gonzaga Patriota

Partido Bloco

RORAIMA

Elton Rohnelt PFL
Presente de Roraima: 1

AMAPÁ

Dr. Benedito Dias PPB
Evandro Milhomen PSB
Jurandil Juarez PMDB
Sergio Barcellos PFL

Presentes do Amapá: 4

PARÁ

Baba PT
Gerson Peres PPB
Jorge Costa PMDB
Josué Bengtson PTB
Paulo Rocha PT

Renildo Leal PTB
Vic Pires Franco PFL

Presentes do Pará: 7

AMAZONAS

Átila Lins PFL
Pauderney Avelino PFL
Vanessa Grazziotin PCdoB

Presentes do Amazonas: 3

RONDÔNIA

Eurípedes Miranga PDT
Nilton Capixaba PTB
Oscar Andrade PFL
Sérgio Carvalho PSDB

Presentes de Rondônia: 4

Acre

Ildfonso Cordeiro PFL
Marcos Afonso PT

Presentes do Acre: 2

TOCANTINS

Darci Coelho PFL
Paulo Mourão PSDB

Presentes de Tocantins: 2

MARANHÃO

José Antônio PSB
Neiva Moreira PDT
Pedro Fernandes PFL
Sebastião Madeira PSDB

Presentes do Maranhão: 4

CEARÁ

Almeida de Jesus PL
Antonio José Mota PMDB
Eunício Oliveira PMDB
Inácio Arruda PCdoB
José Linhares PPB
Léo Alcântara PSDB
Manoel Salviano PSDB
Mauro Benevides PMDB
Pinheiro Landim PMDB
Raimundo Gomes de Matos PSDB
Rommel Feijó PSDB
Sérgio Novais PSB

Presentes do Ceará: 13

PIAUI

Átila Lira PSDB
B. Sá PSDB
Mussa Demes PFL
Paes Landim PFL
Themístocles Sampaio PMDB
Wellington Dias PT

Presentes de Piauí: 7

RIO GRANDE DO NORTE

Betinho Rosado PFL
Lavoisier Maia PFL

Presentes de Rio Grande do Norte: 2

PARAÍBA

Adauto Pereira PFL
Armando Abílio PMDB
Carlos Dunga PMDB
Inaldo Leitão PSDB
Marcondes Gadelha PFL

Presentes de Paraíba: 5

PERNAMBUCO

Carlos Batata PSDB
Djalma Paes PSB
Eduardo Campos PSB
Fernando Ferro PT
Inocência Oliveira PFL
Joaquim Francisco PFL
Marcos de Jesus PSDB
Pedro Eugênio PPS
Sérgio Guerra PSDB

Presentes de Pernambuco: 11

ALAGOAS

João Caldas PL
Joaquim Brito PT
Régis Cavalcante PPS

Presentes de Alagoas: 3

SERGIPE

Adelson Ribeiro PSC
Augusto Franco PSDB
Jorge Alberto PMDB
José Teles PSDB
Pedro Valadares PSB

Presentes de Sergipe: 5

BAHIA

Eujácio Simões	PL
Felix Mendonça	PTB
Geraldo Simões	PT
Haroldo Lima	PCdoB
Jairo Carneiro	PFL
João Leão	PSDB
Jorge Khoury	PFL
José Carlos Aleluia	PFL
José Lourenço	PFL
Jutahy Junior	PSDB
Leur Lomanto	PFL
Luiz Moreira	PFL
Manoel Castro	PFL
Mario Negromonte	PSDB
Paulo Braga	PFL
Paulo Magalhães	PFL
Pedro Irujo	PMDB
Saulo Pedrosa	PSDB
Ursicino Queiroz	PFL
Waldir Pires	PT

Presentes de Bahia: 21**MINAS GERAIS**

Antonio do Valle	PMDB
Carlos Melles	PFL
Carlos Mosconi	PSDB
Cleuber Carneiro	PFL
Edmar Moreira	PPB
Eduardo Barbosa	PSDB
Clycon Terra Pinto	PMDB
João Fassarella	PT
José Militão	PSDB
Lael Varela	PFL
Lincoln Portela	PSL
Narcio Rodrigues	PSDB
Nilmário Miranda	PT
Odelmo Leão	PPB
Olimpio Pires	PDT
Osmânio Pereira	PMDB
Paulo Delgado	PT
Philemon Rodrigues	PL
Rafael Guerra	PSDB
Romel Anizio	PPB
Romeu Queiroz	PSDB
Sérgio Miranda	PCdoB
Silas Brasileiro	PMDB

Presentes de Minas Gerais: 23**ESPÍRITO SANTOS**

João Coser	PT
Marcus Vicente	PSDB
Nilton Baiano	PPB
Ricardo Ferraço	PSDB
Rita Camata	PMDB

Presentes do Espírito Santo: 5**RIO DE JANEIRO**

Alexandre Cardoso	PSB
Almerinda de Carvalho	PFL
Bispo Rodrigues	PL
Cornelio Rodrigues	PDT
Dr. Heleno	PSDB
Eduardo Paes	PTB
Fernando Gonçalves	PTB
Francisco Silva	PST
Jair Bolsonaro	PPB
Marcio Fortes	PSDB
Miriam Reid	PDT
Pastor Valdeci Paiva	PSL
Paulo Baltazar	PSB
Simão Sessim	PPB

Presentes do Rio de Janeiro: 14**SÃO PAULO**

Alberto Goldman	PSDB
Aloizio Mercadante	PT
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB
Antonio Kandir	PSDB
Antonio Palocci	PT
Arlindo Chinaglia	PT
Arnaldo Faria de Sá	PPB
Arnaldo Madeira	PSDB
Bispo Wanderval	PL
Couraci Sobrinho	PFL
Dr. Evilásio	PSB
Dr. Hélio	PDT
Duilio Pisaneschi	PTB
Eduardo Jorge	PT
José Genoíno	PT
José Roberto Batochio	PDT
Julio Semeghini	PSDB
Luíza Erundina	PSB
Marcos Cintra	PL
Medeiros	PFL
Moreira Ferreira	PFL
Neuton Lima	PFL
Paulo Lima	PMDB

Professor Luizinho PT
 Ricardo Izar PMDB
 Xico Graziano PSDB
 Zulaiê Cobra PSDB

Presentes de São Paulo: 28

MATO GROSSO

Celcita Pinheiro PFL
 Osvaldo Sobrinho PSDB
 Ricarte de Freitas PSDB
 Wilson Santos PMDB

Presentes do Mato Grosso: 4

DISTRITO FEDERAL

Agnelo de Queiroz PCdoB
 Alberto Fraga PMDB
 Geraldo Magela PT
 Jorge Pinheiro PMDB
 Paulo Octavio PFL
 Ricardo Noronha PMDB

Presentes do Distrito Federal: 6

GOIÁS

Barbosa Neto PMDB
 Geovan Freitas PMDB
 Pedro Chaves PMDB
 Vilmar Rocha PFL

Presentes de Goiás: 4

MATO GROSSO DO SUL

Ben-Hur Ferreira PT
 João Grandão PT
 Marçal Filho PMDB
 Marisa Serrano PSDB
 Waldemir Moka PMDB

Presentes do Mato Grosso do Sul: 5

PARANÁ

Afonso Camargo PFL
 Chico da Princesa PSDB
 Dr. Rosinha PT
 Ivania Guerra PFL
 José Borba PMDB
 José Carlos Martinez PTB
 Luiz Carlos Haully PSDB
 Marcio Matos PT
 Moacir Micheletto PMDB
 Nelson Meurer PPB
 Osmar Serraglio PMDB

Ricardo Barros PPB
 Rubens Bueno PPS
 Santos Filho PFL

Presentes do Paraná: 14

SANTA CATARINA

Antonio Carlos Konder Reis PFL
 Fernando Coruja PDT
 Hugo Biehl PPB
 José Carlos Vieira PFL
 Renato Vianna PMDB
 Vicente Caropreso PSDB

Presentes de Santa Catarina: 6

RIO GRANDE DO SUL

Airton Dipp PDT
 Alceu Collares PDT
 Augusto Nardes PPB
 Darcisio Perondi PMDB
 Enio Bacci PDT
 Fetter Junior PPB
 Germano Rigotto PMDB
 Henrique Fontana PT
 Luis Carlos Heinze PPB
 Marcos Rolim PT
 Mendes Ribeiro Filho PMDB
 Nelson Marchezan PSDB
 Osvaldo Biolchi PMDB
 Paulo José Gouvea PL
 Paulo Paim PT
 Roberto Argenta PHS

Presentes do Rio Grande do Sul: 16

I – ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – A lista de presença registra o comparecimento de 220 Senhores Deputados.

Está aberta a Sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II – LEITURA DA ATA

O SR. JAQUES WAGNER, 3º Secretário, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O Sr. Presidente (Ubiratan Aguiar) – Passa-se à leitura do expediente.

III – EXPEDIENTE

Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Ubiratan Aguiar) – Finda a leitura do expediente, passa-se ao

IV – PEQUENO EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Inaldo Leitão

O SR. INALDO LEITÃO (Bloco/PSDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como membro da Comissão Especial recentemente instalada nesta Casa com o objetivo de estabelecer o valor do salário mínimo dos trabalhadores brasileiros, recebi com surpresa e perplexidade a notícia da curiosa liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim, presenteando os magistrados brasileiros com um auxílio-moradia que varia de R\$3.000,00 a R\$1.969,00.

Aliás, daqui a pouco, estaremos mais uma vez reunindo a Comissão, em audiência pública, para dar seqüência à discussão sobre o futuro valor do salário mínimo, que praticamente desaparece diante dessa cifra substancial do chamado auxílio-moradia dos magistrados.

Não há por que ser contra o reajuste salarial para os magistrados ou qualquer outra categoria profissional. Somos todos a favor, até porque é necessária a correção do valor dos salários e há previsão legal para tanto.

O que está a merecer severa crítica é a forma ilegal, casuística e abstrusa encontrada pelo Ministro Nelson Jobim para aplacar o ânimo grevista dos juízes.

Imaginemos duas situações. Muitos juízes têm o privilégio de uns poucos, que é a casa própria, e outro tanto mora gratuitamente em casas construídas com recursos públicos pelo Poder Judiciário, a chamada casa do juiz, como acontece em vários Estados da Federação.

É inevitável a pergunta: nesses casos esses juízes também receberão o auxílio-moradia, que destinação será dada a esse benefício, a esse privilégio, se já têm casa própria ou moram gratuitamente em casa concedida pelo Poder Judiciário? Só se for para comprar outra casa. Como será feita a comprovação desses gastos com moradia pelos juízes, se eles já têm moradia própria ou em regime de comodato? Também não sei como essa equação será resolvida.

Alguns Ministros e juízes andam manifestando uma comparação descabida entre o auxílio-moradia que lhes é concedido agora por uma liminar do Ministro Nelson Jobim e o auxílio-moradia que é destinado aos Parlamentares para o exercício do seu mandato. É bom estabelecer de forma clara essa diferença. O Parlamentar mora provisoriamente em Brasília, mas mantém a sua residência no seu Estado, às suas expensas, sem qualquer auxílio para isso.

As conseqüências dessa decisão são graves e desmoralizantes para o Poder Judiciário. Por isso considero imperiosa a manifestação imediata do Colegiado Supremo para tornar sem efeito a extravagante decisão tomada por um de seus Ministros.

Justamente no momento, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em que estamos discutindo se o salário mínimo deve ser de 160 ou de 180 reais, aflora esse absurdo inominado! Pior ainda é saber que a decisão liminar afronta a Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, que veda a concessão de liminar em mandado de segurança que vise à extensão de vantagens ou à concessão de aumentos.

Precisamos, Sr. Presidente, como forma de nos livrarmos do absurdo que essa decisão incorpora, tirar do imobilismo a proposta de emenda à Constituição que estabelece o subteto salarial para os servidores públicos e, mais do que isso, definir uma política nacional de salários que contemple todos os trabalhadores.

Durante o discurso do Sr. Inaldo Leitão, o Sr. Ubiratan Aguiar, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jaques Wagner, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner) – Concedo a palavra ao nobre Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ (Bloco/PSDB – PI. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última quinta-feira à tarde, em cerimônia no Palácio do Planalto, o Presidente da República lançou o Programa Prioritário de Termoelétrica a Gás. Esse programa pretende dotar o País de um potencial para a geração de energia elétrica a partir de gás natural, num total de 15 mil megawatts, cerca de um quarto do que dispõe hoje o Brasil como um todo, com vantagens sobre o sistema de produção de energia elétrica por hidrelétrica, principalmente porque ele não tem a dependência de fatores climáticos.

Aproveito, portanto, para saudar o Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e seu Governo por mais essa iniciativa que dará oportunidade de trabalho tanto a empresas públicas quanto a empresas privadas, perfazendo um total de 49 grupos empresariais nacionais e estrangeiros.

Todos sabemos que a capacidade de produção de energia elétrica do País está praticamente no seu limite. A reserva tem sido mínima. Por isso o horário de verão tem sido utilizado como tentativa de economizar energia.

Para se ter uma idéia, a Hidrelétrica de Boa Esperança, no Rio Parnaíba, contribui com apenas 3% da energia elétrica total produzida pelo Sistema Chesf. O Estado do Piauí, que tem consumo extremamente baixo de energia e onde apenas 8% das propriedades rurais estão eletrificadas, já consome 3,2% da energia produzida pela Chesf.

Conseqüentemente, quando todo o programa Luz no Campo estiver instalado no Nordeste e também no Piauí, porque este mês o programa deverá estar deslançando, como aconteceu em outros Estados da Federação haverá uma triplicação do número de postes de energia rural em três anos. Portanto, se o Estado não resolver de imediato essa situação, os postes ficarão fincados, sem entretanto nenhuma condição de gerar energia elétrica, pois a que está hoje disponível em muitos pontos funciona como fator de entrave ao processo de crescimento e desenvolvimento, por causa da capacidade da força da corrente ali instalada.

A Chesf já estudou a possibilidade de construir novas hidrelétricas, mas a compensação em termos de desequilíbrios ecológicos, a navegabilidade do Rio Parnaíba e o produto total de energia não chegam ao que produz hoje sozinha a Hidrelétrica de Boa Esperança. Sinceramente, não há compensação alguma.

Nesse sentido, é de bom alvitre a atitude do Governo Federal, que passa a trabalhar intensamente com gás na produção de energia elétrica, a exemplo do que acontece em Urucu, na Amazônia, em vários Estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Ceará, a partir das refinarias do Recôncavo Baiano, e, agora, em São Paulo, estendendo-se até o Distrito Federal e Rio Grande do Sul, através do gasoduto Brasil-Bolívia.

Energia elétrica é fundamental, sobretudo para aqueles que se dispõem a fazer agricultura irrigada e particularmente fruticultura, notadamente nas regiões do Nordeste em que o tripé, terra, água e solo

está presente para que haja produção racional. Daí por que, repito, energia elétrica é fundamental.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é meu dever de Parlamentar comentar a decisão do Supremo Tribunal Federal que, através de liminar, concedeu auxílio-moradia a Juízes da Justiça Federal e do Trabalho.

Sr. Presidente, o que me chama a atenção na decisão da liminar e não é uma decisão plena do Supremo Tribunal Federal é a espécie de jeitinho que se buscou para resolver problema localizado no Poder Judiciário.

O procedimento deixou a Justiça desgastada e colocou o próprio Supremo Tribunal Federal numa situação constrangedora. A medida busca uma solução exatamente para um setor do serviço público que ganha pouco é preciso deixar isso bem claro, mas que não está desprotegido como outros da sociedade brasileira que dependem de decisões do Supremo Tribunal Federal, de outros órgãos do Poder Judiciário e do Congresso Nacional.

É claro que isso reflete um pouco a história cultural de sempre buscar um jeitinho para segmentos relacionados com o exercício do poder.

No meu modo de entender, essa decisão é questionável do ponto de vista legal, também questionável do ponto de vista do mérito e mais ainda do ponto de vista de credibilidade do Poder Judiciário. O fato chama a atenção da sociedade, porque uma decisão como essa gera uma certa crise de credibilidade entre os Poderes constituídos.

Quem está desempregado, quem vive de salário mínimo e quem não tem proteção alguma se vira como pode, enquanto certo segmento da sociedade sempre encontra uma maneira de buscar solução para seus problemas. E essa solução é questionável não só do ponto de vista constitucional e legal, como também do ponto de vista do conceito republicano, segundo o qual não pode haver estamentos privilegiados, com tratamento diferenciado em relação a outros.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, a concessão dessa liminar acontece no momento em que o País discute o salário mínimo é preciso resolver um aumento digno para ele. A proposta é 180 reais. Esta Casa deve lutar pela aprovação de um salário mínimo digno para quem dele necessita sobreviver de maneira minimamente decente.

Em segundo lugar, o Poder Judiciário não pode criar uma situação de constrangimento. Esta Corte

não deve aceitar nenhum tipo de constrangimento ao tomar uma decisão, porque a natureza de suas decisões está na independência e na autonomia jurisdicional. Não se pode aceitar que o Judiciário apresente uma situação de fato para forçar outra.

Por isso, apelo aos Ministros do Supremo Tribunal Federal para que, através do Pleno, examinem a possibilidade de revogar tal liminar. Isso terá de ser feito imediatamente. Quanto mais demorar a revogação, mais desgaste promoverá no seio do Poder Judiciário.

A revogação da liminar, por decisão do Pleno do Supremo, deixaria a discussão em outros termos, a fim de que os três Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário busquem uma solução correta e constitucional para o teto salarial. Isso deve ser feito de maneira transparente e correta. Depois da discussão do salário mínimo e da revogação da liminar, este Poder deverá discutir uma saída para o achatamento do salário dos servidores públicos em geral.

A causa desse imbróglio foi uma reforma administrativa confusa. E, como se diz na gíria, criou-se uma verdadeira bagunça no setor administrativo do Estado. Na minha opinião, o procedimento adotado pelo Congresso Nacional era o mais correto: a Legislatura anterior fixava o aumento da futura e só poderia haver reajuste no salário dos Deputados quando tivesse para o servidor.

Na medida em que se criou a história do teto e a lei conjunta o teto é moralizador e necessário não se pode aceitar que este seja alterado a fim de facilitar aposentadorias vantajosas e acréscimos a essa situação. Esta Casa não pode deixar de defender a moralidade do teto, mas, ao mesmo tempo, terá de garantir uma solução compatível com as necessidades do País.

Esse problema é político e ninguém quer o desgaste do Poder Judiciário, muito menos do Supremo Tribunal Federal que já está desgastado. Apelo pois aos Ministros daquela Corte para que encontrem uma saída, que começa com a revogação da liminar, a fim de que todos possam sentar à mesa e discutir uma solução eficaz e correta para o subteto.

Quero deixar registrado o meu protesto, a minha posição contrária a essa liminar, mesmo respeitando o Poder Judiciário, e o meu apelo para que o Pleno daquela Corte revogue, no mérito, essa liminar, que poderá causar muitos estragos em todos os Poderes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LAEL VARELLA (Bloco/PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e

Srs. Deputados, o Brasil conheceu no ano passado a maior safra agrícola de sua história, salvando assim nossa economia do vermelho. De fato, a economia brasileira cresceu 0,82% em 1999, contrariando até expectativas do próprio Governo, que, após a desvalorização do real, previra uma queda do PIB em 2%.

Contribuiu para esse resultado positivo o bom desempenho da agropecuária. O setor cresceu 8,99% (contra uma queda de 0,02% em 1998). Os resultados do PIB em 1999, divulgados pelo IBGE, mostram que a agropecuária brasileira sustentou mais uma vez o País. Tais dados não criam razão para comemorações, por mascararem a situação do setor. Os índices divulgados dão a falsa impressão de que os produtores rurais estão mais ricos. Na verdade, apesar de o volume de produção ter crescido, a agricultura perdeu renda no ano passado. E não foi apenas isso. O crescimento está muito aquém do esperado. Já deveríamos ter atingido tranquilamente uma safra de 100 milhões de toneladas. A causa desse crescimento anêmico parte de dois erros conjugados: a falta de uma política agrícola e a aplicação dessa malfadada reforma agrária.

A política de reforma agrária do Governo estimulou o MST, que ganhou desenvoltura ao invadir fazendas de norte a sul do País sem enfrentar qualquer oposição ou resistência policial, graças à atitude tolerante das autoridades. Com efeito, não poucas vezes já se falou e escreveu sobre a atuação do MST, movimento que se julga e assim é tratado: acima e em desrespeito à lei e às ordens emitidas pela Justiça, como fator de desmoralização da própria democracia.

Há unanimidade quanto à implantação de uma política agrícola, ao mesmo tempo em que se esgota a paciência da opinião pública com as violências do MST, conforme resultados de recentes pesquisas.

Diante da tibieza, quando não da fraqueza do Governo, as lideranças do MST tornam-se cada vez mais ousadas. Há casos de invasões de fazendas em que os invasores dão-se ao luxo de abater dezenas de reses para sua alimentação, ficando o prejuízo por conta do infeliz proprietário.

As sucessivas invasões contribuem para intimidar o sistema produtivo e para a deterioração do preço da terra em todos os recantos do País. Além dos riscos impostos pela natureza, agora existe o da invasão, criado pelo MST...

Sr. Presidente, como se já não bastassem tantos erros, o Governo abre as portas de nossas Universidades para formar militantes do MST. Apesar dos constantes ataques e mobilizações contra o Governo,

o MST usa instalações públicas para integrar jovens assentados à “luta pela reforma agrária” – entre aspas – e torná-los militantes. Cerca de mil jovens com idade entre 15 e 25 anos ocuparam o ginásio da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde participaram do II Curso sobre Realidade Brasileira. “A grande maioria deles precisa aumentar sua participação”, diz o líder Gilmar Mauro. Os assentados têm aulas sobre filosofia, história, sexualidade, e ainda ouvem palestras dos líderes. Junto com a teoria são cantados hinos e palavras de ordem. Uma delas, entoada várias vezes: “Nós vamos assumir o comando!” Os participantes também construíram uma gigantesca bandeira do movimento que decora o ginásio. E a maioria usa a camiseta e o boné do MST.

No início de sua palestra, Mauro fez uma rápida exposição sobre o MST no Estado: “Contamos com vocês para aumentar o número de invasões no País inteiro.”

Há participantes de todos os Estados, do Tocantins ao Rio Grande do Sul, e a disciplina é sempre a mesma. Eles têm coordenadores por ônibus e reuniões diárias, cuidam da limpeza do ginásio e do refeitório, bem como da segurança. O curso dura uma semana e tem entre seus convidados o professor da USP José Arbex e o Senador Eduardo Suplicy (PT – SP).

A estratégia do MST continua com mais um curso que começa hoje na Universidade Federal de Belém, no Pará. Outro já está marcado para julho, na Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. E um terceiro deve ser realizado em um Estado do Nordeste, ainda este ano (**Jornal da Tarde**, edição de 24-2-2000).

Um dos principais ideólogos do movimento, João Pedro Stédile, durante sua palestra, incitou e anunciou que o MST retomará as invasões no Nordeste e no Sul. Prometeu voltar a fazer grandes invasões de terra neste ano para tentar retomar a debilitada força política do Movimento no País. As grandes invasões anunciadas deverão contar, em média, com duas mil famílias para cada uma: “as pequenas ocupações com poucas famílias não dão força para o movimento e acabam sendo pouco contundentes politicamente” (**Folha de S.Paulo**, edição de 24-2-2000).

Sr. Presidente, para quem ainda duvida, os fatos confirmam: o MST utiliza as Universidades não para aprender novas técnicas de plantio, mas para a doutrinação dos sem-terra.

Delenda Reforma Agrária! É preciso acabar com esta Reforma Agrária e começar uma política agrícola verdadeira no Brasil.

O SR. OSVALDO BIOLCHI (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Medida Provisória nº 2.004 criou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, cujo principal objetivo é regularizar as dívidas das pessoas jurídicas com a Receita Federal e o INSS. Trata-se de programa de grande valor, tanto para as empresas como para o Governo, já que 86% das pessoas jurídicas estão inadimplentes, o que soma um prejuízo de mais de 200 bilhões de reais para os cofres públicos. E, o que é pior, a conta desse endividamento tem sido dividida com toda a sociedade, que sofre com os efeitos da estagnação da economia e do aumento do desemprego. Por isso tudo, a iniciativa do Governo de renegociar as dívidas tributárias das empresas brasileiras seria louvável, não fossem algumas distorções do programa.

A primeira delas, Sr. Presidente, é a forma como as regras do Refis estão sendo impostas pelo Executivo. Antes mesmo que o Congresso Nacional discutisse a medida provisória, o Refis foi regulamentado, por meio de um decreto-lei. Ora, não podemos fechar os olhos para esse verdadeiro desrespeito ao Poder Legislativo. A iniciativa da Receita Federal de regulamentar o Refis, sem que a medida provisória que cria o programa tenha sido aprovada pelo Congresso, no mínimo fere a harmonia que deve existir entre os Poderes.

Além disso, o programa, em si mesmo, é falho e, infelizmente, não logrará êxito, se não sofrer algumas alterações que são, no nosso entender, imprescindíveis.

Por isso, como membro de um grupo de Parlamentares do PMDB que discute a reformulação do Refis, temos defendido junto aos Líderes de todos os partidos com representação nesta Casa mudanças imediatas e importantes na referida medida provisória, sob pena de que até a data limite para opção pelo Programa, dia 31 de março, milhares de empresários desistam de aderir ao Refis. E aquelas empresas que estão aderindo, fazem-no quase que por imposição.

Bem se sabe que todos os impostos e contribuições que deixaram de ser pagos pelas empresas nos últimos anos sofreram correção monetária e sobre eles incidiram pesadas multas, que podem chegar a até 150% do valor da dívida. Nós vivemos numa estabilidade econômica, e não podemos mais aplicar as multas que se aplicavam na época da grande inflação.

De acordo com a medida provisória que criou o Refis, as multas e os juros moratórios de débitos que não estiverem inscritos na Dívida Ativa da União poderão ser compensados com créditos junto à Receita Federal e ao INSS ou poderão, até o limite de 15% de seu valor, serem abatidos do prejuízo fiscal apurado pela empresa. Ou seja, a MP limita os valores passíveis de compensação com base no prejuízo fiscal, mas não cria um teto para o valor que será cobrado a título de multas.

Por isso, a nossa proposta é de que as micro e pequenas empresas optantes pelo Refis paguem, no máximo, 10% de multa do valor da dívida. Aquelas que adotassem o lucro presumido pagariam 20% as empresas comerciais, industriais e médico-hospitalares. As demais empresas pagariam 30%. As grandes empresas, então, teriam uma multa máxima de 40% sobre o valor da dívida.

Defendo também, Sr. Presidente, a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP para a correção das dívidas desde o vencimento dos tributos e contribuições e não apenas depois da consolidação do débito, porque muitas dessas contas já foram aumentadas com juros anuais de 40%.

Ora, como em tempos de estabilidade econômica pode-se exigir que as empresas que tentam regularizar sua situação fiscal tenham até o ingresso no programa suas dívidas corrigidas pela taxa SELIC, que chegou a 2,5% ao mês no ano passado? Por isso, a partir do momento em que se aderir ao Programa, os débitos devem ser recalculados desde seu vencimento e sobre eles incidir a TJLP, de 12% ao ano.

Proponho ainda que os débitos contraídos até 31 de dezembro de 1999 possam ser renegociados, e não só até 31 de outubro.

A medida provisória fixou este prazo em 31 de outubro, excluindo da possibilidade de renegociação milhares de empresas. Outra distorção apresentada pelo Programa é a exclusão das pessoas físicas. O Governo deve criar um programa ou incluir no próprio REFIS a possibilidade de renegociação dessas dívidas.

Em uma reunião nesta Casa, o Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, recusou-se a negociar estas alterações. O Secretário concordou apenas com a redução das alíquotas, que devem ser pagas mensalmente pelas empresas após o ingresso no Refis. Os valores de 2% a 8%, previstos inicialmente, foram substituídos por valores que oscilam entre 0,3% e 1,5%, dependendo do tamanho da empresa. A resistência do Sr. Everardo Maciel em flexibilizar as

regras do Refis mostra a falta de sintonia entre a equipe técnica do Governo e o setor empresarial.

Também não concordamos com a imposição de que a inadimplência caracterizada por três prestações mensais, sucessivas ou não, iria impedir a consecução e continuação do Programa.

Por isso tudo, Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputado, é preciso que o Legislativo tome imediatas providências para a reformulação do programa. O Congresso Nacional também será responsável ao omitir-se da discussão. Todos nós sabemos que de nada adiantará a Reforma Tributária sem que tenha sido feito o saneamento de todas as dívidas das empresas brasileiras, especialmente das dívidas tributárias. Por isso, temos a grande responsabilidade de, juntos, exigirmos de nossos Líderes uma discussão, para que realmente o Refis venha trazer benefícios à sociedade, como mais emprego, maior produção e, acima de tudo, a viabilização muitas empresas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PASTOR VALDECI PAIVA (Bloco/PSL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, informo à Casa que estou apresentando projeto de lei que determina a inclusão da expressão “Deus seja louvado” nos seguintes documentos: Carteira de Identidade, Certificado de Pessoa Física, Título de Eleitor, Carteira de Motorista, Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento, Certidão de Alistamento Militar, Carteira de Trabalho e Certidão de Óbito.

Temos motivos de sobra para pronunciarmos a frase “Deus seja louvado”, que hoje está inculpada no dinheiro brasileiro. Todos nós Presidente da República, Senadores, Deputados, Assessores, Secretárias, funcionários que fazem o programa A Voz do Brasil, Fotógrafos e demais profissionais desta Casa, temos de dar graças a Deus, pelo dom que Ele nos concedeu, a todos, que nos coloca nessas posições privilegiadas.

Portanto, gostaria de contar com o apoio dos nobres Deputados para a aprovação desse projeto, até porque temos vários Parlamentares que professam a fé em Deus não importa o segmento religioso e saúdo todos com todo o respeito e consideração. Também temos vários Deputados que são sacerdotes, como eu sou. Cito os Deputados Lincoln Portela, de Minas Gerais; Padre Roque, do Paraná; Cabo Júlio, de Minas Gerais, e outros tantos.

Sr. Presidente, faço este pronunciamento e deixo registrado que conto desde já com o apoio dos nobres Deputados. Do jeito como o Brasil caminha, só Deus para ter misericórdia do povo! Recentemente,

ouvira uma conversa do nobre Líder Inocêncio Oliveira com o Deputado Bispo Rodrigues e outros Parlamentares. O Deputado Inocêncio Oliveira, por quem tenho muita consideração e um carinho especial é um homem de fé, dizia: "Bispo Rodrigues, eu tenho muita fé. Todos os dias, quando chego a minha casa, agradeço a Deus por mais um dia."

Nós temos motivos, então, para aprovarmos o projeto que ora apresento, para inscrição da frase "Deus seja louvado" nos documentos acima citados, até mesmo em obediência ao que manda o Salmo 150, da Bíblia.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado a todos, e que Deus seja louvado!

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, para falar sobre a política de crédito adotada pelo Governo Federal para o setor rural, safra 1999/2000, e o endividamento do setor ao longo dos últimos anos, mais especificamente no Governo Fernando Henrique Cardoso.

É do conhecimento dos nobres pares que, ao editar o "Pacote Agrícola" para a safra 99/2000, o Governo Federal prometeu disponibilizar 13,1 bilhões de reais, sendo 9 bilhões para o custeio e EGF/SOV Empréstimos do Governo Federal, sem Opção de Venda, e 2,1 bilhões para investimento. No entanto, projeções feitas pela OCB Organização das Cooperativas Brasileiras, na época da edição do pacote, apontavam para a necessidade de pelo menos 25 bilhões.

Além de insuficientes, mesmo que totalmente destinados ao custeio da safra, os 9 bilhões de reais prometidos pelo Governo incluíam recursos já previstos em linhas de financiamento de programas que nada têm a ver com a safra. Como se não bastasse a escassez, parte dos recursos anunciados foi desviada para cobertura de subvenção de taxas de juros do novo alongamento das dívidas dos grandes produtores rurais decorrentes dos efeitos da Lei nº 9.866/99, produto do acordo entre o Governo e a bancada ruralista, porque, na verdade, os pequenos produtores ainda não foram atendidos nessa questão.

Além das restrições da oferta do crédito oficial, as principais fontes de financiamento da safra, vinculadas aos fornecedores de insumos, às processadoras, e outros implementos agrícolas, passaram a adotar procedimentos altamente seletivos na concessão do crédito, o que agravou as condições de financiamento da safra, especialmente dos pequenos produtores rurais.

Quanto ao crédito rural, estudos elaborados pela assessoria técnica do PT na Câmara Federal demonstram que, ao longo do Governo Fernando Henrique Cardoso, os custos e encargos foram altíssimos e punitivos, especialmente para os pequenos produtores rurais. A operação de crédito rural mais barata atualmente, praticada nos primeiros dias do mês de janeiro, aproxima-se de 25% ao ano. Essa taxa refere-se aos encargos vigentes para os financiamentos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

No que tange aos encargos creditícios, a renda gerada ou projetada pela atividade agrícola parâmetro que, efetivamente, interessa sob a perspectiva dos agricultores denota a continuidade da brutal defasagem da evolução da renda gerada em relação aos custos. O estudo mostra a manutenção da tendência de comprometimento da capacidade de pagamento pela atividade agrícola, expondo um cenário potencializado do endividamento agrícola, demonstrando que essa questão está longe de ser resolvida. Em relação aos pequenos produtores, estamos esperando uma resolução. Isto explica por que, no ano de 1999, houve significativas mobilizações dos agricultores, as quais expuseram publicamente sua insatisfação em relação aos custos do crédito agrícola e à política creditícia do Governo Federal para o setor, que, cada vez mais, empurra o produtor rural, especialmente o pequeno, para o endividamento, e sem saída.

Todos lembram-se de que a luta dos produtores rurais ecoou muito forte junto a diversas entidades da sociedade, particularmente os partidos políticos, resultando na sistematização de um projeto de lei pela Comissão de Agricultura, da Câmara dos Deputados. Mas, infeliz e equivocadamente, o mesmo foi inviabilizado pelas pressões de FHC, sob a alegação de que sua aprovação provocaria um rombo no Tesouro de vários bilhões de reais, em benefício, segundo ele, dos grandes devedores do crédito rural.

Na verdade, a Fundação Getúlio Vargas mostrou que não era o que o Governo dizia.

Paradoxalmente, o Governo Federal, após a inviabilização do projeto apresentado pela Comissão de Agricultura, da Casa, negociou novo acordo de alongamento, voltado para resolver os problemas dos grandes produtores rurais, deixando os pequenos produtores numa situação de penúria que até agora não foi resolvida.

A negociação desse acordo com os grandes devedores revela o não-compromisso do Governo Federal com o pequeno produtor. É mais, que este Gover-

no, fiel ao receituário neoliberal ditado pelo FMI, não tem a intenção de adotar uma política agrícola que estimule e dê condições para que o pequeno agricultor possa produzir. Por consequência, não está preocupado em resolver a questão do desemprego, já que os pequenos agricultores, por conta da atual política agrícola, engrossarão em breve o contingente de desempregados nas cidades. E, para agravar ainda mais a situação, impede ou dificulta a elevação dos índices de produtividade da pequena empresa agrícola e, logicamente, a elevação da qualidade dos produtos fabricados por esta, bem como um sensível aumento da produção de produtos alimentícios para o mercado interno.

Esta é a situação em que se encontra a agricultura no País, especialmente a questão dos pequenos produtores que até agora não foi resolvido por esta Casa, porque foi promessa feita pelo Líder do Governo desta tribuna. Mais uma vez, estou fazendo esta ressalva.

Uma breve análise do quadro do suprimento de alguns produtos estratégicos da economia agrícola nacional, como o arroz, feijão, milho e o trigo, com base em dados e projeções da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), aponta para o seguinte: redução substancial da produção nacional; crescente necessidade de importação para suprir a demanda interna; aviltamento dos preços reais, ao produtor, tendendo a manter essa trajetória; declínio linear significativo dos níveis de consumo **per capita**, sugerindo, alternativamente, a ampliação da fome no Brasil, ou uma "revolução cultural" implementada pelo Governo FHC, traduzida na progressiva renúncia, pelo brasileiro, dos itens mais tradicionais do seu cardápio.

Desses produtos, o trigo foi o único que apresentou aumento de consumo, em parte puxado pela substituição do milho na fabricação de rações, provocada pela escassez da oferta interna do milho, o que, comparativamente, não o torna muito diferente, em relação ao quadro dos demais produtos aqui elencados.

Com relação a outros produtos de igual importância para a economia brasileira, como a soja, a carne bovina, o frango e o café, o quadro, em termos gerais, é análogo, apontando-se para o estrangulamento da economia agropecuária, o endividamento e a consequente pauperização do homem do campo.

Eis o porquê, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de o meu partido, o PT, juntamente com outras agrêmiações partidárias, entidades e movimentos

progressistas do Brasil, com os pequenos agricultores, continuar a tensionar e a sustentar o debate visando implementação de uma política agrícola decente e a aprovação de um instrumento específico voltado para a resolução do quadro de endividamento da produção rural, especialmente dos mini e pequenos agricultores.

Para finalizar, a interpretação que faço sobre os propósitos do Governo Federal, diga-se de passagem, fiel signatário do receituário neoliberal imposto ao país, é de que as restrições impostas ao crédito rural, fazem parte da estratégia governamental de o Estado não mais atuar como financiador de recursos para agricultura. Esta é a verdadeira face da propalada modernização da agricultura brasileira, que o Governo Federal insiste em anunciar para os brasileiros, como sendo capaz de impulsionar e revolucionar a produção de alimentos no Brasil. Em verdade, trata-se de uma modernização conservadora, tendo em vista, que desobriga o Estado de subsidiar a produção agrícola, a exemplo dos países ricos, e inviabiliza a produção pôr parte dos mini e pequeno produtores rurais.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, informo à Casa que, neste momento, se inicia na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, no Plenário 12, um debate sobre o salário mínimo com a Comissão Especial. Estão convidados o Dr. Sérgio Mendonça, do Dieese, o Prof. Márcio Pochmann, da Unicamp, e o Prof. Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas.

A intenção desse debate é demonstrar que a Previdência Social sustenta o salário mínimo de 100 dólares ou 180 reais.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Enio Bacci.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas solicitar a V. Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa de artigo do jornalista Carlos Chagas, no qual lança um alerta a respeito da questão da internacionalização da Amazônia e dos riscos de o Brasil perder a soberania em relação a essa importante região do País.

ARTIGO A QUE SE REFERE O ORADOR:**O NOVO BOTE DOS 7 RICOS**

E adivinhem quem vai embarcar nessa canoa furada?

Carlos Chagas

Brasília, DF – (O FAROL)

O presidente Fernando Henrique sentiu-se honrado com o convite para debater, na Itália, com os chefes de governo dos sete países mais ricos do mundo o estabelecimento de “parcerias” relativas à floresta amazônica.

A isca que eles oferecem é o abatimento de parte de nossa dívida externa em troca de compromissos e, mesmo sem explicitar, de uma espécie de cessão parcial de nossa soberania, em nome da preservação do que chama de pulmão do mundo.

Devastaram suas florestas, há séculos, e agora pretendem que nenhum projeto de desenvolvimento agrícola ou industrial seja implantado nas nossas, pelo menos sem sua concordância ou licença.

Argumentam que aquele imensurável monte de árvores produz oxigênio para a humanidade respirar, esquecidos de que isso acontece durante o dia, porque à noite a produção é mesmo de dióxido de carbono, altamente tóxico.

Não é de hoje que os ricos tentam internacionalizar a Amazônia. Repetem que ela pertence ao mundo, tornando-se imprescindível sua preservação integral para o que resta do equilíbrio ecológico não sair pelo ralo.

Não aceitam as queimadas. Nós também não, exceto aquelas que, feitas ordenada e cientificamente, servem para ampliar as faixas de produção agrícola. Até porque tudo o que o fogo consome na região, a natureza repõe em pouco tempo. Basta olhar para o leito da defunta rodovia Transamazônica.

Na verdade, o oxigênio é chamariz, porque o tesouro verdadeiro, aquele que de verdade cobiçam, está na flora, no subsolo e, em especial, nas bacias hidrográficas.

Vai faltar água potável no planeta no próximo milênio, tendo revistas especializadas do Hemisfério Norte, entre elas a Science, publicado que os 25 milhões de habitantes da bacia amazônica “não merecem deter um terço da água doce disponível nos cinco continentes”.

Boa parte do restante está no Pólo Norte. Para ser utilizada seria preciso dissolver o gelo, ou seja, arriscar-se a ver inundadas quase todas as cidades litorâneas do Atlântico e, quem sabe, do Pacífico.

Por conta disso inúmeras organizações não-governamentais, umas ingênuas, outras malandras, são subsidiadas pelos governos e pelas multinacionais dos países ricos para defender a formação de nações indígenas independentes nas fronteiras do Brasil com a Guiana, a Venezuela, a Colômbia e o Peru.

A SOBERANIA BRASILEIRA SOBRE A AMAZÔNIA É INQUESTIONÁVEL

Onde existirem tribos nômades, que passam daqui para lá e de lá para cá, a estratégia será considerá-las desligadas da soberania brasileira, colocando-as sob a proteção das Nações Unidas. O da Organização dos Estados Americanos.

De preferência onde existirem grandes reservas de minerais nobres, como o nióbio utilizado na fabricação de mísseis e foguetes, do qual a Amazônia brasileira detém 90% do total mundial.

De tabela, ainda incentivarão “pesquisas científicas”, eufemismo para abrir a floresta aos laboratórios internacionais e tirar lucro e proveito econômico de vasta e desconhecida riqueza vegetal, capaz de substituir com vantagem boa parte dos medicamentos ortodoxos, dado que a medicina natural sempre será mais barata e mais eficaz. Sem nenhum direito devido ao Brasil, é claro.

Só não vê quem não quer. Faz anos que os principais líderes mundiais vêm preparando o espírito da comunidade internacional para o assalto final. De Bill Clinton a Al Gore, do falecido François Mitterrand a Mikail Gorbachev, sem esquecer a bruxa transformada em baronesa, Margaret Thatcher, e até o ex-socialista Felipe Gonzales – todos sustentam a “soberania relativa”.

Mas tem mais. A televisão a cabo, que atinge os cinco continentes, continua inundando de documentários e de publicidade institucional apresentando-nos como país irresponsável e a Amazônia como região povoada por incompetentes depredadores da natureza.

Ainda esses dias a CNN mostrou queimadas em Rondônia, como se ocorressem na Amazônia inteira, entre chocantes imagens de crianças barrigudas e desdentadas.

O filme conclui com o apelo de um desses japoneses energúmenos a serviço dos americanos, clamando por uma ação internacional conjunta em condições de evitar tamanha desgraça.

Até o Robocop, esse abominável assassino de metal, foi visto retornando da “guerrilha da Amazô-

nia”, sem falar no Homem-Aranha ou nos milhares de adesivos colados em carros ingleses, belgas e holandeses, indagando do transeunte desavisado se “ele já matou o seu brasileiro esta manhã?”

Deve o presidente Fernando Henrique preparar-se para repelir cada uma dessas investidas, por certo incrustadas nas entrelinhas das melosas propostas que receberá do chamado G-7.

Antes de partir para debates externos, o presidente Fernando Henrique deveria tomar conhecimento dos resultados de um seminário sobre a Amazônia, promovido pelo Estado-Maior das Forças Armadas e pela Escola Superior de Guerra.

O objetivo do encontro foi discutir a estratégia de desenvolvimento e nos meios de preservação de nossa soberania na região.

Pena não haver, no governo, ninguém com coragem para propor a inclusão, na comitiva de Fernando Henrique, de alguns oficiais do Emfa.

Quem sabe eles pudessem assessorá-lo no diálogo sobre a “parceria” nas florestas amazônicas, deixando claro ser a questão, também, de caráter militar...

Carlos Chagas é jornalista.

O SR. MARCOS AFONSO (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita alegria que venho à tribuna, no Pequeno Expediente, para divulgar um fato que potencializa o conceito de unificação entre as sustentabilidades econômica, ambiental e social, tão veiculada nesta Casa quando se trata da Amazônia.

Como é sabido de todos, sou um dos representantes da administração democrática e popular que hoje dirige o Acre sob o lema “Governo da Floresta”.

Nossa marca governamental não se prende a um jogo de mídia ou **marketing** político. Realmente, procuramos executar um modelo de desenvolvimento que esteja dirigido à instalação do progresso da Amazônia, ao avanço econômico do Acre.

Isso significa a construção de parcerias, a ampliação da cidadania e, especialmente, a produção rentável.

O Governo acreano acaba de anunciar a instalação, dentro de 14 meses, no Município de Xapuri, da primeira fábrica de preservativo masculino feito por laboratório público, a Farmanguinhos, da Fundação Oswaldo Cruz.

A fábrica, que se chamará Chico Mendes, em homenagem ao nosso líder ecologista, vai baratear o custo do produto e assegurar a constância do forneci-

mento de preservativos ao Ministério da Saúde, além de aquecer a economia extrativista do Acre, notadamente na região dos rios Acre e Purus.

O preservativo a ser produzido na Fábrica Chico Mendes não será vendido em farmácias; será destinado aos programas de prevenção da AIDS dos Estados, Municípios, ONG e do Governo Federal. A expectativa é de que no primeiro ano de funcionamento a fábrica produza 95 milhões de unidades, ao custo de US\$0,03.

Hoje, o consumo anual do Ministério da Saúde, que fornece preservativos a 27 estados, é de 200 milhões por ano. Essa demanda já será atingida no segundo ano de funcionamento da fábrica Chico Mendes. Para isso, o Ministério vai adquirir uma segunda linha de produção e o custo do projeto, sem os equipamentos adicionais, é de 3 milhões de dólares.

O Acre, Sr. Presidente, ainda tem a melhor borracha do mundo, a acrefina. Essa condição estimulou o Ministério da Saúde a produzir os preservativos brasileiros na nossa região. Além disso, o controle de qualidade do produto será feito pelo Instituto Nacional de Tecnologia, órgão autorizado pelo INMETRO para realizar este tipo de trabalho.

De acordo com o engenheiro florestal Carlos Vicente, Secretário de Floresta e Extrativismo no Acre, a fábrica vai duplicar a renda de 1.300 famílias que vivem do extrativismo, tendo em vista a necessidade de 17,5 toneladas de látex líquido por mês.

Ações como essas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visam a reduzir o êxodo rural, a diminuir o inchaço das cidades e, principalmente, a oferecer cidadania a uma categoria de extrativistas há muito esquecida pelos modelos equivocados de desenvolvimento na região.

A Fábrica de Preservativos Chico Mendes é uma prova de que se é possível fazer desenvolvimento inteligente, sustentável na Amazônia. Uma boa iniciativa do Governo Federal e uma vitória do Governo da Floresta, liderado pelo companheiro Jorge Viana. É a Florestania: a floresta dando cidadania aos amazônidas acreanos.

Por fim, Sr. Presidente, quero registrar que estou apresentando neste momento os seguintes projetos de lei: um que estabelece moratória no plantio, comercialização e consumo de alimentos contendo organismo geneticamente modificado; um projeto de decreto legislativo que dispõe sobre vinculação, competências e composição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e, por último, projeto de lei que estabelece normas para as eleições, constituindo fra-

ude a divulgação de pesquisa eleitoral sem informação de data, local em que foi realizada, bem como de sua margem de erro.

Era o que tinha a dizer.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, deverá expirar, no próximo dia 6, o prazo de apreciação, pelo Congresso, da Medida Provisória nº 1934-10, de 2000, que reorganiza o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, extinto por esdrúxula decisão do Governo, após noventa anos de ininterrupto funcionamento, servindo aos interesses de desenvolvimento da extensa faixa do semi-árido Nordeste.

A vigorosa reação dos Parlamentares de nossa região fez com que o Poder Executivo retrocedesse no malsinado propósito, editando nova MP, destinada a nulificar a anterior e abrir perspectivas de continuidade, dentro de uma nova orientação, de cunho modernizador, aceito, sem discrepâncias, pelos seus dedicados servidores. As Comissões Mistas, constituídas para oferecer parecer à matéria, não conseguiram, até hoje, elaborar um Projeto de Conversão em condições de ser submetido à soberania do Plenário, em que pese o empenho do Deputado Roberto Pessoa, primeiro Presidente da aludida Comissão e de seu Relator, Senador Wellington Roberto, ambos desejosos de ver ultimada a tramitação da importante matéria.

No primeiro momento, foi alegado um conflito de interesses entre o Ministério da Integração Nacional e o do Meio Ambiente, afinal solucionado com a intercessão de vários Parlamentares, dissipando-se dúvidas que então remanesciam no texto original, emanado do Palácio do Planalto, especialmente na parte relativa ao gerenciamento de recursos hídricos.

Embora funcionando em meio à natural perplexidade, pelo retardamento da aguardada votação congressual, o DNOCS acompanha, também atento, o debate que vem sendo travado em torno da transposição de águas do Rio São Francisco, sabido que a aludida autarquia não poderá ficar à margem da magna operação, uma vez que possui experiência e tirocínio nesse setor, embora não haja executada planificação de idêntica grandiosidade.

Por minha iniciativa, aliás, foi apresentada emenda à Medida Provisória nº 1.934-10, de 2000, objetivando garantir a presença do Dnocs na secular empreitada, sem prejuízo de outras entidades igualmente dela participarem, já que a tese conta com o apoio de técnicos qualificados e políticos prestigio-

sos, todos desejosos de que se concretize o sonhado cometimento, idealizado, ainda no século dezanove, por sugestão de um Deputado à Assembléia Provincial.

Governadores como Itamar Franco e Siqueira Campos já expressaram entusiástico assentimento à idéia da transposição, com os seus respectivos Estados engajados nesta árdua batalha, que tem a comandá-la o próprio Ministro da Integração, Senador Fernando Bezerra, desde o momento em que se empossou no cargo de titular daquela Pasta, sob as vistas atentas do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O Grupo de Trabalho, estruturado pelo Presidente Michel Temer, espera superar algumas resistências que ainda perduram em torno desse empreendimento, a fim de que se alcance uma unanimidade capaz de impulsionar esta caminhada, até agora bastante áspera, a ser avaliada pela expressiva adesão de todas as Unidades Federadas que compõem o Nordeste brasileiro.

É preciso que o Dnocs esteja à frente desta iniciativa e, para tanto, torna-se necessário que a sua reestruturação venha a ser concluída, com o exame da citada medida provisória, editada por 10 vezes, numa protelação com que o Congresso não pode mais compactuar, por meio de ação a ser coordenada por todos os líderes das várias bancadas com assento neste e no plenário da outra Casa de nosso Parlamento.

A transposição das águas do São Francisco e o Dnocs casam-se admiravelmente, numa simbiose elogiável em proveito do Polígono das Secas e de seus milhões de habitantes.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (PT – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na última sexta-feira, em Fortaleza, realizamos uma reunião entre a Federação dos Trabalhadores da Agricultura, a Coordenação dos Assentados do Ceará, a Superintendência do Inbra e a direção do Banco do Brasil naquele estado.

Após esse debate, concluiu-se que o banco tem recursos para financiar o custeio da agricultura familiar na safra de 2000, mas está impedido de liberar os recursos por conta de uma portaria do Conselho Monetário Nacional assinada pelo Sr. Arminio Fraga Neto, Presidente do Banco Central.

Trata-se da Resolução nº 2.671, de 26 de novembro de 1999, que determina que, para cada real que se emprestar para o custeio da safra agrícola na região Nordeste e da agricultura familiar na safra 2000, o banco é obrigado a emprestar dois reais para investimentos. Como os recursos que o banco tem

para a linha Pronaf são da ordem de 7,5 milhões de reais, ele precisaria de mais 15 milhões para o investimento. Em outras palavras, necessitaria de 22,5 milhões reais em caixa para poder liberar 7,5 milhões de reais para o custeio da safra deste ano. Como o banco não tem esse recurso disponível, fica com os 7,5 milhões de reais em caixa.

O inverno já está numa fase bastante adiantada, os trabalhadores estão com as suas terras preparadas, estão devendo a uma série de fornecedores, como o de sementes, entre outros implementos, mas o banco não pode emprestar. Essa é a política daqueles que não querem efetivamente financiar nossa agricultura. Ou seja, como o dinheiro não é suficiente para fazer os investimentos que deveriam começar a partir de agosto do ano 2000, condiciona desde já.

Exatamente por isso, estamos solicitando uma audiência ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, Dr. Raul Jungmann, porque essa matéria, a agricultura familiar, hoje está subordinada àquele Ministério. Ao mesmo tempo, estamos convidando para que esteja presente a direção do Banco do Brasil e representantes do Ministério da Fazenda, para superar esta situação inusitada: os trabalhadores querem o dinheiro emprestado; o banco tem as propostas e já as analisou, declarando que é perfeitamente possível emprestar; o banco tem o dinheiro, mas o Conselho Monetário Nacional afirma que ele só pode liberar o dinheiro para o custeio caso se comprometa a liberar o investimento a partir de agosto de 2000. Mas o inverno vai de janeiro a maio!

Nunca vi isso na política brasileira. Tenho 26 anos de vida bancária, e jamais havia presenciado situação tão inusitada como a provocada por essa Resolução nº 2.671, que condiciona esses valores.

Para se ter uma idéia, o Banco do Brasil no Estado do Ceará tem 7 milhões, 474 mil e 919 reais em carteira para liberar. Além disso, de acordo com a portaria, teria que arranjar mais 17 milhões e 721 mil reais para disponibilizar a partir de agosto. Como não tem esses 17 milhões, fica com os 7,5 milhões em carteira, não financia um pé de feijão, e nós não vamos ter produção.

Esse é o Brasil que Fernando Henrique Cardoso declara que vai para a frente o Juca Chaves é que tinha razão quando encenava a realidade do Brasil naquelas caminhadas.

Ao lado disso, o Ministério da Agricultura e do Abastecimento divulga, na sua revista **Política Agrícola**, nº 3/99, que hoje na Região Nordeste, no mínimo, 8 milhões de trabalhadores rurais estão com o pé

na estrada, abandonando a propriedade e indo para as cidades, porque não têm como produzir. Num ano em que temos inverno, é esse o tratamento que os cofres públicos e, particularmente, o Governo Federal resolvem dispensar a um dos mais pobres e secos Estados do Brasil. No Ceará, onde felizmente neste ano há inverno, os trabalhadores estão plantando, têm propostas, o banco quer emprestar, mas os burocratas do Planalto que só pensam em pagar juros para os banqueiros nacionais e internacionais não permitem.

Espero que o bom senso desta Casa e de parte do Governo prevaleça e permita que o crédito seja liberado, a fim de que, por volta de maio ou junho deste ano, tenhamos uma safra razoável, diminuindo o custo da cesta básica, a fome e, por que não falar, o voto de cabresto, que mantém várias oligarquias no poder no Ceará e no Nordeste deste País.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que o Banco Central do Brasil e o Conselho Monetário Nacional revoguem essa resolução, que é inaceitável.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria aqui registrar o meu repúdio e inconformismo à chamada síndrome do salário indecente, que se tornou crônica neste País. Por isso quero falar do salário da decência, que aponta para um salário digno aos integrantes do Poder Judiciário. Há críticas, evidentemente, à forma esdrúxula com que os magistrados obtiveram 3 mil reais a mais; porém não se deve esconder a realidade e o justo: um salário digno e próprio para as funções desempenhadas por um juiz.

É constrangedor tive um exemplo recente disso olhar o holerite de um general, em que consta um valor de cerca de 3 mil e 500 reais; de um docente de 3º grau, com um pouco mais de 1 mil e 200 reais; de funcionários públicos, civis e militares, que não contam com aumento salarial há mais de cinco anos. Vive-se, assim, a concepção da chamada síndrome do salário indecente.

Falar em indecência é ver um país que oferece um salário mínimo que é, sem dúvida, o mínimo praticado dentre os países da América Latina e do Caribe. Quando falamos em salário mínimo decente, estamos falando em buscar igualdade regional, já que a população pobre das regiões Norte e Nordeste deste País estará sempre mantida na pobreza enquanto o salário mínimo for aviltante, abaixo dos 140 dólares, no Paraguai, e dos 200 dólares, na Argentina.

Se falamos em salários decentes é porque queremos combater e erradicar a pobreza. E só o salário

mínimo é capaz de produzir desconcentração de riqueza, atingindo principalmente o estrato mais pobre da população e, de maneira geral, os pensionistas e aposentados, que não conseguem sobreviver com o valor do salário mínimo atual, incapaz de suprir as suas necessidades, como, por exemplo, a compra de medicamentos. Quando falamos em salário mínimo decente, estamos falando no combate ao êxodo rural, visto que milhares de pessoas que vivem nas zonas rurais em condições subumanas acabam migrando para as periferias dos grandes centros urbanos.

O contraponto é oferecer um aumento real no salário mínimo. Há, sim, como se custear esse aumento. Basta que se cumpra a lei e se faça justiça social. Neste País, quem paga ou recolhe a contribuição previdenciária ao INSS são sempre os pequenos empresários e os próprios trabalhadores, cujo desconto vem na folha de pagamentos. Já a sonegação cabe, em grande parte, às grandes empresas e conglomerados

De outro lado, parte dos recursos da Cofins e do percentual do lucro líquido das empresas não vêm sendo aplicados no INSS, corroborando, assim, com o já crônico rombo no caixa da Previdência e pelo qual a população brasileira não pode pagar.

Por tudo isso e em respeito ao combate às desigualdades regionais, aos aposentados e pensionistas, a uma política de desconcentração de riquezas, pelo trabalhador rural, não podemos mais continuar sendo um País que oferece um salário mínimo injusto e indecente. Precisamos, sim, elevar o salário mínimo à condição de, no mínimo, um salário solidário e combater a síndrome do salário indecente, buscando redimir o salário daqueles civis do setor público que vêm contribuindo para se constituir um país mais justo e solidário.

Essas são as palavras que trago a esta Casa, Sr. Presidente, para reflexão. Vamos lutar para acabar com a chamada síndrome do salário indecente neste País!

Durante o discurso do Sr. Dr. Hélio, o Sr. Jaques Wagner, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marçal Filho, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Mendes Ribeiro Filho.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 28, foi reeditada a medida provisória que trata da lei que disciplina o esporte bra-

sileiro, a chamada Lei Pelé. Como todos sabemos, temos cinco dias para oferecer emendas. Sem dúvida, a Lei Pelé mudou o esporte brasileiro em dois aspectos básicos: primeiro, chamou o clube de empresa, obrigatoriamente; e, segundo, marcou o fim do passe. O passe, aliás, já é algo extremamente ultrapassado, difícil. Posso dizer, inclusive, que era uma relação no-jenta que tinha de terminar, como realmente terminou.

Reparem o seguinte: a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a Lei Pelé, no § 2º do art. 28, que entrará em vigor somente em 24 de março de 2001, estabelece que o vínculo desportivo do atleta passe desvincular-se-á, para todos os efeitos legais, com o término da vigência do contrato de trabalho.

Por outro lado, o **caput** do mesmo artigo dispõe que o contrato de trabalho firmado entre o clube e o atleta conterà, obrigatoriamente, cláusula penal para as hipóteses de descumprimento, rompimento ou rescisão unilateral.

Percebam o vazio da lei, que não estabelece qual cláusula penal. Como a legislação não diz a cláusula penal, somos forçosamente remetidos ao Código Civil, que diz que a indenização, pelo não-cumprimento do contrato, será compatível com aquilo que o contrato estabelece como obrigação das partes. Ora, isso poderia criar uma injustiça, tanto para o clube quanto para o atleta.

Para exemplificar, a fim de que todos entendam bem, vejam o caso do jovem Ronaldinho, cujo contrato com o Grêmio terminará no dia 26 de fevereiro de 2001, 28 dias antes de entrar em vigor a lei a que me referi. Basta o Ronaldinho cruzar os braços, esperar a Lei Pelé, assinar um novo contrato com o Grêmio, por três, quatro ou cinco anos, e no segundo dia pagar a cláusula penal, que será de aproximadamente 3 milhões de reais, se calculada pelos salários reajustados, e será dono do seu passe para jogar no exterior, enquanto o Grêmio será prejudicado em todo o patrimônio.

Estou citando o exemplo do Ronaldinho. E o exemplo da média do futebol brasileiro, que fica sem garantia nenhuma, porque esse raciocínio também vale para o clube? O atleta que, de repente, sofrer uma lesão ou estiver em má fase simplesmente receberá do clube a indenização correspondente, estabelecida pelo Código Civil, e estará desempregado, sem a mínima garantia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por essas razões, estou apresentando emenda à medida provisória, estabelecendo a indenização que terá de pagar o clube ou o atleta caso venha a rescindir o

contrato. Acreditei que a melhor forma de fazer isso era fixar uma relação direta com a idade. Nos outros países, a negociação é aberta entre clube e atleta. O clube determina a indenização. Se o atleta aceitá-la, ela será o reembolso pelo investimento do clube, assim como a garantia do jogador.

Inseri o inciso I, que estabelece que será multiplicado por até cinquenta vezes o valor do contrato dos atletas de 16 a 20 anos de idade, até trinta vezes o dos atletas de 21 a 23 anos, até vinte vezes o dos atletas de 24 a 26 anos, até dez vezes o dos atletas de 27 a 29 anos e pelo valor do contrato o dos atletas acima de 30 anos de idade.

Tive oportunidade de conversar com os sindicatos de atletas e com diversos clubes que estão considerando a emenda necessária. Entendo que a emenda vem corrigir uma injustiça da Lei Pelé, bem como o famoso clube-empresa, que precisa ser regulado. Nunca disse ser contrário à Lei Pelé. Afirmo que ela é um avanço, mas precisa ser corrigida. Esta, no meu ponto de vista, no meu modesto entender, é mais uma oportunidade que tem a Câmara dos Deputados, por intermédio da Comissão Especial que analisa a medida provisória, para corrigir o texto, de forma a adequar o futebol brasileiro à realidade atual.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa. a compreensão.

O SR. BISPO WANDERVAL (Bloco/PL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Constituição Federal, as leis que regem o setor financeiro no País e o Código Penal Brasileiro têm sido, nos últimos tempos, constantemente vilipendiados, a despeito de regras, normas e portarias que regem o setor financeiro.

Se não são os “Cacciolas” dos Bancos Marka e FonteCindam e seus seguidores a pregar peças no mercado financeiro nacional cito-o como exemplo, são, por certo, as grandes empresas de cartão de crédito estabelecidas no País, entre elas MasterCard, Itaucard, Visa, American Express e Diners Club, que aqui vêm para oferecer crédito, a juros exorbitantes, por meio de contratos esdrúxulos e cláusulas draconianas que subvertem o bolso dos incautos que dessas empresas se servem.

Pois bem, Sr. Presidente, um eleitor de meu Estado, portador de cartões de crédito de várias operadoras no País, viu-se em difícil situação ao verificar que suas faturas não seguiam para o seu endereço residencial, estavam sendo desviadas sem que o verdadeiro titular daqueles cartões tivesse a oportunida-

de da defesa, já que não recebia nenhuma notificação da operadora ou de seus prepostos.

Esse eleitor dirigiu-se ao telefone para resolver seus problemas, já que as empresas não mantêm escritórios de representação possuem, sim, escritórios virtuais, com informações robotizadas e sem interesse algum em solucionar o impasse. Iniciou-se, assim, a via-crúcis, o que acontece com as pessoas que dependem dessas operadoras.

Em instituições bancárias, **shopping centers**, lojas de departamento e, ultimamente, até mesmo no meio da rua, logo somos assediados por um batalhão de moças e rapazes interessados em nos empurrar goela abaixo um verdadeiro caminhão de vantagens para aquisição dos famosos cartões de crédito.

Sras. e Srs. Deputados, apesar da lei que ainda vige para o setor, com intenção de coibir abusos e ordenar os constituintes no mercado de crédito, ainda vemos verdadeiras quadrilhas de colarinho branco operando com a fachada legal de operadoras de crédito.

Até quando vamos ter que conviver com esses desmandos?

Promovendo uma pesquisa no **site** do Banco Central, verificamos que aquela instituição não autoriza prestem atenção, Sras. e Srs. Deputados nem fiscaliza regularmente as administradoras de cartões de crédito. Entretanto, o Conselho Monetário Nacional, órgão que disciplina o crédito sob todas as formas, pode impor limitações de prazos e operações realizadas por meio de cartões de crédito.

Pelo exposto naquela página da Internet, entende-se que as operadoras são prestadoras de serviço de crédito e não especuladoras vorazes de mercado, como se vê atualmente no País.

Os altos juros cobrados, a despeito da Lei nº 9.298, de 1996, parece não abalar de forma alguma o setor, mas limita em 2% os juros de mora, isto é, somente poderão ser cobrados os juros de 2% sobre o saldo devedor do cliente, a título de punição por ter “obrigado” a operadora a desembolsar, ou seja, captar valor de que não dispunha para quitação do débito de outrem, no caso o contraente da dívida.

Pasmem, senhoras e senhores, chega-se ao absurdo de cobrar taxas de refinanciamento de um crédito já contraído e que, adicionado ao principal, mais taxas e outros penduricalhos, torna o devedor ainda mais inadimplente.

Por isso, Sr. Presidente, estou dando entrada a um requerimento no seguinte sentido: que se determine a inscrição nos boletos de faturamento do nome das empresas onde ocorreram as compras com o uso

do cartão de crédito; que seja solicitada pela Secretaria de Direito Econômico SDE a planilha operacional de composição de custos cobrados pelo mercado de cartão de crédito, por parte das operadoras, em três datas diferentes, por ano, e no correr dos últimos cinco anos; e que se verifique, com base nas informações colhidas, a veracidade dos fatos, com a imediata instauração, se for o caso, de inquérito administrativo, com o fito de se corrigirem os graves incidentes que acontecem nessas operadoras de crédito.

Era o que tinha a dizer.

O SR. REGIS CAVALCANTE (PPS – AL. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, qualquer cidadão medianamente informado poderá lembrar-se, de pronto, de quantas denúncias de seu conhecimento envolvem o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem Dner, assim como os Departamentos Estaduais, os famigerados DER.

A cada dia os meios de comunicação nos mostram o envolvimento de dirigentes desses órgãos com empreiteiras e subempreiteiras, com desvio de verbas e descaminhos outros que somente nos envergonham a todos.

Agora mesmo venho de receber outra série de denúncias formuladas pela Associação dos Servidores do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas. Segundo nos informam seus dirigentes, depois de denunciar os desmandos e falcatruas existentes no DER/AL, a entidade de classe passou a ser perseguida pelo Governo do Estado, chegando ao ponto de suspender suas consignações, em prejuízo global dos funcionários do Departamento, que ali buscavam atendimento médico-hospitalar e farmacêutico.

Pior ainda, o Presidente da Associação se diz ameaçado de morte, para o que, sem dúvida, seus prováveis algozes contam com o beneplácito do Governador.

É incrível que coisas da espécie ainda aconteçam em nosso Estado. Lutamos juntamente com outras forças democráticas de Alagoas para montar uma alternativa de poder e oferecê-la ao seu eleitorado, na certeza de que estaremos refazendo toda uma política administrativa que somente serviu aos poderosos, aos oligarcas do Estado.

Lamentavelmente, parece que vemos tudo por terra, com comportamento tão mesquinho por parte das autoridades estaduais.

Há denúncias? Vamos apurá-las, sem perseguições políticas, paroquiais, sem repressão, com a mais absoluta isenção, porque, no caso, estão em jogo recursos públicos sempre tão escassos, sempre

tão necessários para mais investimentos. Isolar, condenar ao silêncio, arneçar o acusador é, em última análise, aliar-se aos acusados, que somente passarão a culpados se e quando devidamente apuradas as denúncias a que nos referimos.

É o instante em que recolocamos a necessidade de reformular o Estado brasileiro, reformulando, assim, práticas administrativas arcaicas e arcaizantes. E temos como fazê-lo. O DNER e seus DERs pertencem a essa prática administrativa provinciana, fisiológica e comprometida ainda com o que há de pior na política do nosso Estado e do nosso País.

Por isso, queremos chamar a atenção de todos os que assim entendem a reforma do Estado. Transita pela Câmara o Projeto de Lei nº 1.615, de 1999, que cria a Agência Nacional de Transportes e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes. Tal proposição pretende, como as novas agências, lançar ao lixo dá história entidades como DNER, DER, Geipot e tudo aquilo que se foi criando dentro do organismo do Estado para atender este ou aquele cacique político, esta ou aquela aliança política conjuntural, mas que acabaram por se enquistar como raízes profundas nesse aranzel que é o Estado brasileiro e de que somente poderemos nos livrar com a modernização efetiva do setor.

Vamos, pois, discutir o projeto de lei, acompanhar seu encaminhamento no Congresso, para que possamos mostrar a essa população desassistida e ameaçada que há remédio para tantos males. Antes de mais nada, que siga lutando com destemor em defesa de princípios, como o da moralidade pública, que consideramos insubstituíveis.

O SR. JOÃO FASSARELLA (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas solicitar a V. Exa. que autorize a transcrição nos Anais da Casa da carta aberta à população de autoria dos funcionários dos Correios e Telégrafos de Minas Gerais, que protestam contra a possibilidade de privatização da entidade.

Peço ainda, Sr. Presidente, que seja divulgada no programa A Voz do Brasil e nos órgãos de comunicação da Casa.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR:

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO

Não à Privatização dos Correios

Projeto de Lei Postal é um Atentado

Contra o Eceletista e a População Pobre

O Projeto de Lei Postal, coordenado por Egydio Bianchi (atual Presidente da ECT) e figurões de proa

dos Correios à serviço do Ministério das Comunicações (ainda à época do Sérgio Motta) é um verdadeiro atentado aos trabalhadores dos Correios e à população pobre do nosso país.

O projeto foi redigido às portas fechadas e colocado na Internet por um curto período, para que apenas aqueles que têm acesso à Internet (e que descobrissem o tal projeto pudesse lê-lo e apresentar contestação.

A população usuária ficou totalmente à parte do que seria tal projeto. Os trabalhadores receberam algumas fragmentadas informações por parte da ECT, sobre os pontos que os dirigentes dos Correios julgaram importantes divulgar (sempre no sentido de cooptar o trabalhador).

A ECT convidou as entidades de classe e também as entidades que lhe fazem parceria (Federação das Franquias, principais clientes e credores, etc.) para uma reunião informativa a fim de fazer todos enxergarem que o projeto que vai acabar com a ECT é bom.

Mas quem leu pode perceber que os filhos de FHC "inventaram" um projeto para fazer do "serviço postal" um grande e rentável mercado da iniciativa privada. O projeto acaba com a ECT e cria uma empresa de economia mista chamada "Correio do Brasil S/A – Correios". Na qualidade de "operadores", todos os patrões da iniciativa privada (nacionais e internacionais) poderão concorrer com este novo "Correios".

O projeto cria uma "agência reguladora" cuja "intenção" é controlar o mercado postal, num processo, num processo similar ao das agências do setor Elétrico (Aneel); do Petróleo (ANP) e das telecomunicações (Anatel), agências estas que acabam acobertando interesses dos grandes grupos econômicos, beneficiados pela política de privatizações dos governos Itamar e FHC. A essas agências também é repassado o poder de atender e "proteger" os direitos do consumidor (uma espécie de Procon). Segundo Pimenta da Veiga (Minicon), "é preciso um órgão normatizador para garantir uma competição justa entre os operadores e para assegurar os direitos do cliente (jornal **Correio do Brasil** – 1º-12-99 – ECT).

Já Egidio Bianchi, diz que: "A agência vai ser o grande "ouvidor" da sociedade, uma espécie de xerife do sistema postal (idem). Mas o mais curioso é que todos os "integrantes" da Agência Nacional de Serviços dos Correios (que será chamada apenas de "Agência" terão estabilidade "neste emprego" – para poderem executar as resoluções "Político Operacionais" da Agência – por um período de 5 anos!? Enquanto isso, a sina é outra para a classe trabalha-

dora que amarga a realidade do desemprego em massa, do arrocho salarial, do excesso de execução de serviço para quem fica (muitas vezes fazendo hora extra não pagas), opressões e retaliações que levam ao stress, à doenças ocupacionais, psíquicas e ausência de perspectiva de vida.

O Projeto com seus 187 artigos é um verdadeiro "poço de embromação". No que diz respeito aos serviços essenciais, ele, também não define absolutamente nada do que sejam estes serviços. A bem da verdade, essas definições ficam todas na mão do próprio governo e de uma agência que sequer existe, conforme estabelece o art. 20 "As modalidades de serviços de Correios que integram o serviço essencial serão definidos pelo Poder Executivo, mediante proposta encaminhada pela Agência". A Agência tem o poder ainda de regular as modalidades dos serviços estabelecendo seus deveres e direitos e as condições para operadores (empresas), usuário (art. 22); todos os serviços serão objetos de regulamentação, normatização, controle e fiscalização permanentes pela Agência (art. 24) a Agência vai disciplinar as licitações que vierem a ser realizados para as concessões de serviços postais (art. 52) e fixará as tarifas desses serviços (art. 65); e ainda como já dissemos, chama para si a competência de defender os direitos dos usuários (art. 129).

Apesar do projeto não definir quais são os serviços essenciais, eles serão enquadrados em regimes: Público e privado, de acordo com a natureza dos serviços essenciais prestados, independente se a empresa operadora desses serviços, pertence ou não ao governo.

A diferença entre regime público e privado é o que o primeiro terá que prestar um serviço de tipo universal, ou seja, atenderá todas as pessoas de qualquer condição: pessoal, social, ou econômica, e em qualquer localidade de domicílio (uma espécie de ECT). Além disso, os serviços essenciais serão prestados pelo regime público, ocorrendo em condições adequadas, sem ser interrompidos e nem paralisados, sendo caracterizados como "deveres de continuidade" (arts. 44 à 47).

No regime público, o operador é obrigado a prestar "serviços de interesses social (TRE, etc)", quando requisitado pelo governo. O pagamento ao operador será feito através do pagamento de tarifas pelos usuários, tarifas essas, fixadas pela Agência reguladora.

Já no regime privado, o operador atende quem ele quiser, ele fixa o preço que quiser sobre seus serviços (arts. 86 e 89).

É óbvio que para as grandes empresas nacionais e sobretudo para as internacionais só lhes é interessante o regime privado, deixando nas mãos da ECT, ou seja, do "Correios do Brasil S/A – Correios" o fardo mais pesado, até que ela resolva o que fazer com ele. Esse fardo é a população brasileira pobre, que mora nas favelas, nas vilas, periferias, pequenas cidades e espalhadas por todo o meio rural. É a nossa gente, somos nós, trabalhadores oprimidos e explorados pelo imperialismo do 1º mundo, parasita e opressor.

Ao transformar a ECT em empresa mista (art. 172), FHC possibilita: A abertura do capital da empresa mediante a venda de ações; de associações com outras empresas do setor postal; de fatiar ou dividir a ex-ECT em outras empresas por atividades ou serviço, de criar subsidiárias, coligadas, ou controladas inclusive no exterior (art. 173).

O Projeto extingue o monopólio postal exercido pela ECT (art. 181).

O Correios do Brasil S/A., terá no máximo 10 anos após a publicação da lei para explorar com exclusividade os serviços de recebimento, transporte e entrega de cartas, cartões-postais e correspondência agrupada e o serviço público de telegramas.

Apesar de tudo isso, o parágrafo 2º do art. 181, prevê que a Agência, poderá "reduzir a abrangência da exclusividade ao final do prazo de cinco anos", ou seja: Mais um poder para a agência reguladora que certamente será executado em nome e para o bem da iniciativa privada. É bom lembrar que o setor telemático está amplamente destruído e o serviço entregue a terceiros, enquanto os operadores de telecomunicações, para não serem demitidos são obrigados a fazerem um documento "aceitando" mudar de função, ampliando-lhe sua carga horária de serviço e mantendo a mesma remuneração.

O Projeto de lei postal dá poderes ao poder executivo de "reestruturar" e "reorganizar" a ECT "120 dias após a publicação da lei" ou seja, querem despedaçar rapidamente uma empresa que existe há 30 anos e que é a empresa mais acreditada da população brasileira.

Está previsto, ainda a venda de ações da Correio do Brasil desde que a mesma não ultrapasse "o limite necessário à manutenção do seu controle, direto ou indireto, pela União (art. 173, inciso III). Mas o que ninguém sabe é como ocorrerá esse "controle indire-

to" pela União. Não é demais lembrar que poderá ficar a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ou de outras empresas mistas que têm o costume de patrocinar a privatização de várias empresas estatais.

O art. 173 inciso VII autoriza o "aumento do capital de suas subsidiárias, coligadas ou controladas, por meio de ações, capitalização de reservas ou lucros" podendo, dessa forma, levar a ECT associar-se a uma empresa em dificuldades e que depois venha socorrê-la injetando-lhe capitais ou comprando-lhes ações.

AS PORTARIAS 310 E 311

Ao mesmo tempo em que Egydio Bianchi elaborava o Projeto de Lei Postal criando o regime público, tentando "universalizar" o atendimento a todos, pobres e ricos, ele criava também, no mesmo gabinete onde trabalhava e era Secretário de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, as portarias 310 e 311 que retirava direitos e discriminavam milhares de cidadãos brasileiros de receberem suas correspondências em casa todos os dias, até mesmo obrigando muitos desses a andarem até 2 mil metros, para buscar correspondências em caixas postais comunitárias.

A portaria 310 amplia a concorrência no setor postal, possibilitando que a iniciativa privada crie milhares de novas agências em todo o país e integrando a elas o melhor mercado de operação ao estabelecer que até o ano de 2.003 todas as localidades com mais de 200.000 habitantes terão no mínimo dez por cento de agências próprias, ou seja, os franqueados poderão possuir 90% da rede.

A portaria 311 estabelece que a distribuição de correspondência será no mínimo de duas vezes por semana nos municípios com população de até 5.000 habitantes; três vezes nos municípios de 5.000 a 50.000 habitantes; e, cinco vezes nos municípios acima de 50.000 mil habitantes (isto para funcionar em 31-12-99).

E, uma vez por semana nas áreas rurais e aglomerados urbanos dos municípios que não tenham uma quantidade mínima diária de 300 objetos postais, concentrados num raio de três quilômetros.

Assim, o governo reduziu a entrega de correspondência nos pequenos municípios normatizatórios o que antes era irregular e normal, discriminando a população usuária e preparando a demissão de inúmeros carteiros.

Para completar, impôs regras, excluindo a entrega de correspondências nos locais onde não haja logradouros oficializados, caixa receptora de correspondência, condições de acesso e segurança, etc. O que vai excluir milhares de usuários das vilas, periferias, cortiços, favelas, etc, e massificar as demissões.

Estas portarias são o exemplo incontestado de que o Projeto de Lei Postal, na medida em que deixa tudo para ser definido à posteriori pela agência reguladora e o Poder Executivo, vai entrar no ritmo e na política estabelecida por essas portarias, ou seja: tudo para as empresas privadas, dane-se a população pobre e os ecetistas.

QUEM É A ECT

A Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos é uma empresa pública de administração indireta, coordenada pelo Ministério das Comunicações, criada em março de 1969.

Com seus trinta anos, a ECT é hoje a maior empregadora do regime celetista no país. A ECT tem 82.582 empregados diretos e 19.902 indiretos; 24 diretorias regionais; 11.700 agências, das quais 1.600 são franqueadas; 16.600 postos de venda de produtos; 25.400 caixas de Correio; 4.900 veículos de transporte; 6.600 motocicletas e 19.300 bicicletas; 35 aviões fretados (VASP, VARIG, TAM); 141 centros de triagem, 600 Centros de Distribuição Domiciliária (CDD's). Através da Rede Postal Noturna (RPN – aérea) e das Linhas Tronco Nacional (LTN – rodovia), juntamente com suas Kombis, motos e bicicletas e sobretudo contando com o eficiente trabalho dos OTT's e carteiros, a ECT entrega 6,8 bilhões de objetos por ano (são mais de 1.060 toneladas de carga despachadas e 16 milhões e 700 mil objetos entregues diariamente); os motoristas percorrem cerca de 127.300 Km diariamente e os carteiros visitam mais de 32 milhões de domicílios por semana, 86% da população brasileira é atendida por agências dos Correios e 74% da população tem acesso a entrega domiciliária.

Segundo a revista **Exame**, no ano de 1998 a ECT obteve o 13º maior lucro líquido das 500 maiores empresas privadas e das 50 maiores estatais pesquisadas no Brasil (US\$212 milhões); no mesmo ano o faturamento da ECT foi de 3,3 bilhões de reais.

No item rentabilidade obteve o maior retorno do investimento obtido no ano, no setor de Serviços Públicos com 29,4% (a mediana de 51 empresas pesquisadas foi de 1,1%).

Foi a 10ª maior empresa (entre as 500 maiores empresas privadas e as 50 maiores estatais) classificada em termos de valor adicionado por empresa.

Das 50 maiores empresas estatais, a ECT passou do 9º lugar em 1997 para o 6º lugar em 1998, com crescimento das vendas de 8,7%.

Em 1997 foi a 2ª maior empresa em aquisições do imobilizado. Nos últimos quatro anos verificou um incremento no envio de cartas e outras remessas de 25% (5,74% em média anualmente).

O lucro líquido ajustado aumentou de 71,8% de 1996 para 1998, ou seja, uma média de 31,07% ao ano.

As vendas cresceram 8,7% em 1998 (em relação a 1997).

A ECT gastou cerca de 1 bilhão de reais nos últimos 2 anos em novas tecnologias, patrimônio e melhorias na reestruturação de suas unidades.

O volume de remessas postais passou de 4,7 bilhões em 1994 para 6,8 bilhões em 1998, o que corresponde a um crescimento de 44,68% nesse período ou a uma média anual de 9,67%.

Em recente pesquisa realizada pela revista **Exame**, a ECT foi considerada a melhor empresa prestadora de serviços públicos no país em 1999, ficando à frente de grandes empresas como a Eletropaulo, Furnas, Petrobras, Light, Sabesp, entre outras.

A ECT é a maior instituição de credibilidade frente a população brasileira, superando inclusive a Igreja Católica.

O Correio brasileiro é considerado um dos melhores e mais ágeis do mundo. Enquanto na França e em Portugal, com um contingente bem mais numeroso de trabalhadores, com tecnologias mais avançadas e em áreas bem menores a se percorrer, uma correspondência demora de 3 a 5 dias para ser entregue, no Brasil um país de tamanho continental, cujos trabalhadores fazem o serviço quase totalmente a pé, leva-se 24 horas para entregar uma correspondência na maioria dos lugares.

O Correio brasileiro é o de menor tarifa. Somos a única empresa do mundo com tarifa de R\$0,01 (um centavo) denominada de carta social, que pode ser utilizada pela população trabalhadora, estudantes e pessoas, principalmente de baixo poder aquisitivo. A mesma carta simples, com peso de até 20 gramas, que a ECT cobra R\$0,22 (vinte e dois centavos) custa no Estados Unidos R\$0,54 (cinquenta e quatro centavos) e na Argentina R\$1,60 (um real e sessenta centavos).

O Correio brasileiro, através das Agências de Correios Comunitários, agência própria da ECT, encontrada em pequenos municípios, atende as pequenas comunidades. Além do serviço normal, pagam aposentados do INSS, recebem conta de água, luz, Unimed, Incra, etc. (cumprem o papel de banco). A ECT através da portaria 310 vem fechando essas agências, deixando milhares de pessoas desassistidas e demitindo trabalhadores.

Querem fechar as agências que funcionam como banco e ampliam-se além, no que diz respeito a multiplicidade de tipos de atendimento, para depois abrirem o Banco Postal. Pergunta-se, com qual interesse? Quem são os beneficiados e quem são os discriminados?

O SR. IÉDIO ROSA (Bloco/PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna desta Casa para render justa e merecida homenagem ao patrono da saúde pública brasileira, Dr. Oswaldo Cruz, bem como à instituição que lhe honra o nome, o antigo Instituto Soroterápico Federal, hoje o mundialmente reconhecido Instituto Oswaldo Cruz, cujo centenário é motivo de orgulho de todo o povo brasileiro.

O Instituto Soroterápico Federal foi criado em 25 de maio de 1900 com o objetivo de fabricar soros e vacinas contra a peste. O local escolhido para construção do Prédio Central, chamado de Pavilhão Mourisco, foi a região da antiga Fazenda de Manguinhos, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Logo, o Instituto, de simples produtor, passou a se dedicar também à pesquisa e à medicina experimental, principalmente depois que o Dr. Oswaldo Cruz assumiu sua direção, em 1902.

A existência do insigne médico sanitário coincidiu com o período das grandes transformações científico-tecnológicas mundiais ocorridas entre o fim do século passado e o início do século XX. Acontecimentos como a revolução industrial, a era microbiana de Pasteur, o desenvolvimento dos soros e vacinas, a descoberta dos mosquitos como agentes transmissores de doenças como a malária e a febre amarela certamente influenciaram na vida, na formação científica e na sua grande obra.

À época, o Brasil atravessava situação crítica no campo sanitário. Havia epidemias de febre amarela, de varíola, de peste bubônica e de malária, que dizimavam nossa população e tornavam inviável o comércio com o exterior. É triste afirmar que as companhias de navegação estrangeiras proibiam que seus

navios parassem no Rio de Janeiro, Capital da República, por considerá-lo ponto insalubre.

Ainda como estudante, Oswaldo Cruz foi observado como propenso para a pesquisa e para a saúde pública, o que lhe rendeu conselhos para prosseguir seus estudos no Instituto Pasteur de Paris, o que foi aceito, tornando-se o primeiro brasileiro a desfrutar desse privilégio.

Após seu retorno ao País, o Prefeito do Rio de Janeiro, Cesário Alvim, cede uma fazenda na região da antiga Fazenda Manguinhos, na zona Norte, para a instalação do Instituto Soroterápico Federal, órgão que ficaria encarregado de preparar as vacinas contra as epidemias que assolavam o País e, particularmente, a cidade do Rio de Janeiro. Assim, Manguinhos tornou-se base já com Oswaldo Cruz nomeado Diretor Geral de Saúde Pública para as memoráveis campanhas de saneamento que, em poucos anos, sanearam a Capital brasileira.

Entretanto, o trabalho de Manguinhos não se restringiu à Capital brasileira. Atendendo solicitações do Governo, colaborou de forma decisiva na ocupação do interior do País. Lá, os pesquisadores realizaram expedições científicas, permitindo, assim, o cumprimento de acordos internacionais e colaborando com o desenvolvimento nacional.

O levantamento pioneiro sobre as condições de vida das populações do interior realizado pelos cientistas de Manguinhos fundamentou debates acirrados e resultou na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920.

Com os resultados positivos de sua campanha, Oswaldo Cruz decide ampliar as instalações de Manguinhos e estabelecer um marco na nova saúde pública brasileira: inicia a construção do Castelo de Manguinhos, obra inspirada no estilo hispano-árabe dos séculos IX a XIII, que é facilmente reconhecido pelos que trafegam pela Avenida Brasil, via de acesso rodoviário à cidade do Rio de Janeiro.

São, então, criados os primeiros cursos de pós-graduação na área biomédica, o que povoou o País de pesquisadores e sanitaristas e possibilitou, em 1907, o reconhecimento internacional da qualidade científica do Instituto, com o Brasil conquistando o primeiro lugar entre 123 nações concorrentes à Exposição Internacional de Higiene, em Berlim. Esse fato, associado ao elevado nível do Instituto de Manguinhos, que passa oficialmente a denominar-se Instituto Oswaldo Cruz, leva a notáveis realizações científicas, que culminaram com a descoberta da cura para a doença de Chagas. Tais acontecimentos fazem a

glória da Instituição e a imagem quase divina de seu criador, que recebe numerosas homenagens pessoais e o reconhecimento público internacional.

Não satisfeito, Oswaldo Cruz seguiu para a Amazônia a fim de supervisionar o plano de combate à malária e a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Seguiu para Belém, onde participou do controle da febre amarela.

Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1912, Oswaldo Cruz seguiu, já doente, para Petrópolis, onde, por desejo de sua família, assumiu, em 1916, a recém-criada Prefeitura de Petrópolis, por indicação do Presidente do Estado do Rio de Janeiro.

Faleceu em 1917, aos 45 anos de idade.

Os frutos dessa empreitada realizada por nosso Patrono estão sendo colhidos ao longo do século.

Após a Revolução de 30, o Instituto foi transferido para o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Embora beneficiado com maior aporte de recursos federais, Manguinhos perdeu autonomia, parte de seu pessoal e tornou-se mais vulnerável às interferências políticas externas.

Hoje, com a questão dos medicamentos sendo motivo de discussão política, assistimos à participação do Instituto Oswaldo Cruz na fabricação de remédios, contribuindo para permitir aos nossos hospitais públicos e pessoas necessitadas mantenham sua medicação a custos mais razoáveis.

Assistimos, também, em âmbito nacional, à atuação do Instituto através da criação de centros de pesquisa em diversas Capitais de Estados brasileiros, conforme abaixo especificados:

Centro de Pesquisa Gonçalo Moniz – localizado em Salvador, Bahia, desenvolve pesquisa sobre as principais endemias da região, envolvendo análise ecológica de vetores, imunologia, patologia e biologia molecular;

Centro de Pesquisa René Rachou – localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais, realiza pesquisas sobre as principais doenças endêmicas da região, com ênfase no aperfeiçoamento de métodos de controle e de diagnóstico, terapêutica, epidemiologia, imunologia e vetores;

Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães – localizado no Recife, Pernambuco, desenvolve pesquisas nas áreas de medicina tropical, biologia e saúde pública e oferece aos serviços de epidemiologia do Estado assessoria em geoprocessamento;

Escritório Técnico da Amazônia – localizado em Manaus, Amazonas, atua articuladamente com a Fundação Nacional de Saúde e o Ministério do Exército, desenvolvendo pesquisas e atividades de controle em saúde pública na região. Participa de programa de mestrado interinstitucional, com instituições regionais.

Parabenizo, pois, todos os componentes do conglomerado de Manguinhos, especialmente o atual Diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Dr. José Rodrigues Coura, e o Presidente da Fundação Oswaldo Cruz, Dr. Eloi de Souza Garcia, não apenas pelo centenário aniversário, como principalmente pelo excelente trabalho que vêm desempenhando à frente desse complexo científico.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. ANTONIO JOSÉ MOTA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, “está hoje verificado que já os indígenas cultivaram o algodão antes mesmo da chegada dos portugueses”, declarou Lindolpho Xavier em “Produção e Comércio do Algodão, o Brasil”, em 1922. “O produto obtido era utilizado na confecção de redes e alguns outros apetrechos simples para a pesca e a moradia. Chegando aqui, os portugueses começaram a cultivá-lo em certa escala para o consumo da colônia”. Segundo Normano: “Na época colonial, o algodão era cultivado na zona norte do País, primeiro para suprir as necessidades dos distritos e, gradualmente, para fornecer a outras partes do mundo”.

De acordo com Marcos Cintra C. Albuquerque e Robert Nicol Economia Agrícola, 1987, “já em fins do século XVIII e início do século XIX, o algodão era um dos nossos principais produtos de exportação, estando sua produção concentrada nas províncias do Norte e Nordeste”.

A cotonicultura, antiga, tradicional e tão importante no Brasil, tem enfrentado contínuas crises, o que gerou um decréscimo substancial da produção, com conseqüências nefastas, principalmente para nossa região, o Nordeste.

Até o início dos anos 80, a cotonicultura representava a principal atividade do semi-árido, e, portanto, o bem-estar da população estava subordinado ao seu desempenho.

Em nosso Estado, o Ceará, o algodão, em 1984, ocupava o primeiro lugar entre as lavouras, levando-se em consideração a área colhida, e ocupava 37,1% da área total de todas as lavouras existentes no Estado.

Em 1987, essa proporção decresceu para 20,9%, e essa queda foi atribuída à praga do bicudo, que estava em seu terceiro ano consecutivo. Em 1990, declinou para 17,1%, o que correspondeu a um decréscimo de 526,7 mil hectares entre os anos de 1984 e 1990. Essa área foi ocupada por culturas como milho, feijão e mandioca, entre outras.

A existência do bicudo afetou sobremaneira a lavoura do algodão no Ceará e em outros Estados produtores e modificou a composição cultural, vez que ganharam impulso as variedades de algodão herbáceo, por apresentarem maior produtividade e serem mais apropriadas ao combate à praga, em virtude do menor porte em comparação ao algodão arbóreo.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, até o final dos anos 80, nosso País era o 6º produtor mundial e o 4º exportador de algodão. A produção se situava em torno de 700 mil toneladas anuais, e as exportações giravam entre 100 mil e 150 mil toneladas anuais.

A crise no setor decorre, principalmente, de equívocos das políticas do Governo.

Em primeiro lugar, houve uma queda brutal dos gastos governamentais na agricultura, principalmente a partir da segunda metade da década de 80. De 1988 a 1991, as despesas da União, com a administração centralizada, descentralizada e operações oficiais de crédito, apresentaram uma queda substancial nas aplicações do setor agrícola, de 4,22% para 2,74% do PIB. Os recursos destinados ao crédito rural, que, anualmente, ultrapassavam 20 bilhões de dólares, no final dos anos 70, caíram para 5 a 8 bilhões de dólares anuais.

Ademais, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, as políticas de preços mínimos e de estoques reguladores apresentaram uma queda significativa de seus recursos e dos gastos públicos.

No ano de 1988, mediante a Resolução nº 155 do Concex, foi instituído o sistema de mercado livre, o que tumultuou o mercado, principalmente a partir de 1990, quando se reduziram significativamente as tarifas alfandegárias, facilitando, assim, as importações subsidiadas na origem, além das facilidades de financiamento para produtos importados, com prazo de quatrocentos dias e taxas de juros de 6% e 8% ao ano.

Ademais, de acordo com Beltrão, em publicação denominada "Agronegócio do algodão no Brasil e no mundo" (EMBRAPA, 1999), não se praticava nenhuma política diferencial de preço para produtos de melhor qualidade, como é o caso do Nordeste, e o produ-

to importado foi beneficiado com a sobrevalorização cambial que adveio do Plano Real. Como consequência houve perda de competitividade, redução da produção no Brasil e maior dependência dos importados.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, a cotonicultura no Nordeste, devido à presença do bicudo e da desagravação tarifária, apresentou um decréscimo na produção de 20% em 1988 para 10% em 1996.

No nosso Estado, o Ceará, no período 1987/1993, a produção decresceu de 40 mil toneladas para 4 mil toneladas, apresentando, portanto, uma redução na produção de dez vezes. Na Bahia, essa ficou três vezes menor.

Esse fato afetou sobremaneira os níveis de emprego, intensificando o êxodo rural.

O Governo, preocupado com a magnitude da crise da cotonicultura brasileira, a partir da safra 1997/1998 tomou algumas providências, a saber:

- 1 -- elevou a alíquota de importação para 6%;
- 2 -- estabeleceu preços mínimos mais remuneradores para o algodão em pluma;
- 3 -- criou uma linha de crédito especial de 400 milhões de reais para que a indústria têxtil brasileira pudesse comprar a produção nacional com prazos de pagamentos e juros competitivos com outros países.

Vale ressaltar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que muitas outras providências devem ser tomadas, visando à reativação da cultura do algodão no País.

A Embrapa, por exemplo, por meio do Centro Nacional de Pesquisas do Algodão, precisa ser fortalecida com maiores aportes orçamentários.

No âmbito tecnológico-agronômico, uma atenção especial deve ser dada ao estabelecimento de áreas vocacionadas para o algodão, por intermédio da obediência ao Zoneamento Agrícola e ao tratamento fitossanitário, visando principalmente ao combate ao bicudo, com apoio aos serviços de assistência técnica e extensão rural.

Ademais, o crédito rural deve ter encargos competitivos com os padrões mundiais, e a cadeia têxtil deve ser desonerada em matéria tributária, para que a cotonicultura possa concorrer em condições de isonomia.

Sem essas providências, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dificilmente o País poderá recuperar os níveis de produção, emprego e exportação.

Por fim, Sr. Presidente, solicitamos a V. Exa. seja autorizada a divulgação deste pronunciamento no **Jornal da Câmara** e no programa **A Voz do Brasil**.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O SR. AIRTON DIPP (PDT – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, preocupado com o descaso governamental em relação à produção de arroz no sul do País, chamo a atenção do Governo Federal e o faço desta tribuna para a necessidade de que sejam adotadas medidas saneadoras para o setor orizícola.

Para analisar o problema, é fundamental fazer um breve histórico do preço pago pelo arroz produzido.

No mês de outubro de 1998, com o dólar equivalendo a 1 real e 20 centavos, o preço médio da saca de arroz era de dezoito reais. Hoje, com o dólar em torno de 1 real e 90 centavos e a saca de arroz a treze reais, verifica-se que o arroz brasileiro teve uma perda de seu valor de 50%, ou seja, de quinze dólares passou para sete dólares a saca.

Outro dado preocupante no que se refere à cultura do arroz é relacionado ao custo de produção. Segundo o IRGA Instituto Rio-Grandense do Arroz, órgão governamental, o custo de produção do arroz é de quinze reais por saca.

Denota-se nesse dado que o custo de produção é maior do que o preço final do produto. E quem paga o prejuízo é o agricultor!

Diante de tal situação, é preciso cobrar medidas do Governo Federal, para enfrentar esta grave crise da lavoura de arroz. É preciso, também, lamentar o fato de o Governo não ter apresentado uma política agrícola capaz de evitar essa e outras distorções.

Os agricultores do sul do País, preocupados com esta grave crise do setor agrícola, já encaminharam ao Ministro da Agricultura um documento, extraído de uma reunião de produtores, com uma pauta de reivindicações. O documento apresenta onze reivindicações para salvaguardar os preços de comercialização e criar mecanismos de renda e crédito de comercialização das lavouras de arroz.

Espero que o Ministro e a área econômica do Governo Federal tomem efetivo conhecimento desse documento e adotem medidas urgentes para garantir a sobrevivência da cultura do arroz no Rio Grande do Sul.

Hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também desejo tratar de outro assunto. Ressalto, para que fique devidamente registrado nos Anais da Câmara dos Deputados, o exemplar trabalho jornalístico desenvolvido pelo jornal **Diário da Manhã**, de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, ao destacar o histórico da construção da Usina Hidrelétrica de Itá.

A usina está sendo construída no Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. O lago que está surgindo com a barragem atingirá onze Municípios: Itá, Arabutã, Concórdia, Alto Bela Vista, Ipira, Peritiba e Piratuba, em Santa Catarina; e Aratiba, Mariano Moro, Severiano de Almeida e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul.

O documento especial do jornal **Diário da Manhã** uma rede de jornais com sedes em Passo Fundo, Erechim, Carazinho, no Rio Grande do Sul, e Chapecó, em Santa Catarina faz uma minuciosa narrativa sobre o surgimento da idéia de construção da usina, apresenta entrevistas de moradores das cidades atingidas, ouve Prefeitos dos municípios envolvidos, traz o detalhamento da obra, suas conseqüências, seus avanços. Enfim, é um trabalho de qualidade que traduz toda a iniciativa de construção da usina.

Narra, ainda, a implementação da chamada Operação Graxaim, criada para recuperar a fauna atingida pelo novo lago.

Essa operação é, sem dúvida alguma, uma demonstração fantástica de respeito e defesa do meio ambiente. Tão importante quanto a barragem é essa ação de preservação ecológica.

O lago, com a água trinta metros acima do nível do rio, deixou ilhas e copas de árvores à mostra, de onde os biólogos precisam retirar os animais que não conseguem se deslocar sozinhos. Centenas de animais foram resgatados e salvos.

Atuam na Operação Graxaim cerca de 42 pessoas, sendo 34 biólogos e veterinários. Também fazem parte da equipe acadêmicos da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, de Erechim, e da Universidade do Contestado de Concórdia.

O suplemento especial do **Diário da Manhã** tem 32 páginas e hoje constitui-se em um documentário histórico da criação da Usina Hidrelétrica de Itá. Por isso o registro que faço neste plenário.

Muito obrigado.

O SR. DR. HELENO (Bloco/PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma das mais importantes formas de distribuição de renda se dá através da educação. Lamentavelmente, é grande o contingente de brasileiros que não sabem ler, nem escrever. Isso significa que uma considerável parcela da população não participa dos frutos do progresso econômico devido a uma barreira quase intransponível: o analfabetismo.

Felizmente, esse vergonhoso “muro” está sendo, paulatinamente, demolido pelo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da dinâmica atuação do Ministro Paulo Renato Souza, da Educação.

Sem derramamento de sangue, sem violência, estamos ganhando a guerra contra o analfabetismo.

E o empenho do Ministro Paulo Renato Souza e do Presidente Fernando Henrique Cardoso está sendo correspondido pela sociedade. O Prefeito Zito, de Duque de Caxias, cidade que tenho a honra de representar nesta Casa, acaba de firmar um convênio com o SESI e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro para alfabetizar, ainda este ano, 1.500 jovens de 14 a 19 anos.

As inscrições estão abertas em quinze postos, espalhados pelos quatro Distritos do Município, sendo que os primeiros 750 inscritos farão curso imediatamente, ficando os outros 750 para o segundo semestre.

Nos termos do projeto, desenvolvido pela equipe da Secretaria de Educação do Município, os adolescentes que concluírem o ciclo de alfabetização terão vaga garantida na rede municipal para continuação dos estudos, de forma que, em quatro anos, possam concluir o Ensino Fundamental, que hoje corresponde às oito séries do antigo 1º Grau.

Num primeiro momento, serão 1.500 jovens a vencer o “muro” do analfabetismo e ingressar no ensino regular. Tudo indica, porém, que esse convênio logo será ampliado, pois o Prefeito Zito tem o apoio do empresariado, liderados pela FIRJAN, para esse projeto de alfabetização, que não é o primeiro do Município, mas o primeiro na Baixada a reunir os empresários e as Prefeituras.

Esse é mais um dos projetos que Duque de Caxias está desenvolvendo na área da educação, fato que mereceu do Ministro Paulo Renato Souza os maiores elogios, pelos resultados concretos que o Município obteve nos três anos da atual administração.

Não é qualquer cidade que consegue aumentar em quase 100% o número de alunos da rede municipal. No primeiro dia de governo, o Prefeito Zito encontrou 41 mil crianças e adolescentes matriculados em pouco mais de oitenta escolas. Decorridos três anos, chegamos a 75 mil alunos e mais de cem escolas, estando em fase de conclusão um ambicioso projeto que pretende, até o final do ano, construir mais dez escolas, conhecidos como os Zitões, com capacidade para mil alunos cada um. Os quatro primeiros Zitões serão inaugurados e começam a funcionar nos prime-

iros dias de março, estando em fase final o projeto de outros seis Zitões.

Mas esse avanço na área da educação não poderia ser possível se o Ministro Paulo Renato Souza e sua equipe não tivessem lançado as bases e lutado pela aprovação do Fundef, que garante melhores salários para os professores e escolas melhor aparelhadas.

Duque de Caxias tem justificado cada centavo recebido do Fundef, por meio da redução dos índices de repetência e evasão escolar, com a implantação do ensino acelerado, a promoção de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento do magistério. Nos cursos patrocinados pela Secretaria Municipal de Educação, já beneficiou mais de 3 mil professores da rede municipal.

E não é só. O Município também garante o uniforme e o material didático para os 75 mil alunos que freqüentarão as escolas da rede municipal este ano. O Governo também garantiu, por meio de lei, que os estudantes da rede oficial viagem de graça nos ônibus das linhas municipais.

Assim, Duque de Caxias garante este ano não só a vaga, como também o uniforme, o material didático e o acesso às escolas para 75 mil crianças e adolescentes. Tudo isso graças aos recursos do Fundef, em boa hora criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para garantir aos Estados e Municípios os recursos necessários à luta contra o analfabetismo e em favor de uma educação de qualidade para todos.

Nós, do PSDB, entendemos que não basta distribuir vale-refeição para garantir a alimentação do cidadão. Temos que oferecer mais. E um país que pretende ingressar no Primeiro Mundo só conseguirá fazê-lo se investir na educação, mas tem que ser um investimento de qualidade, buscando a melhoria da formação dos professores e garantindo que o aluno não vai abandonar a sala de aula na primeira dificuldade. As turmas de ensino acelerado têm mostrado as falhas do ensino tradicional, que acabam levando o aluno ao desespero e a abandonar a escola.

Ensino de qualidade, com professores engajados e bem remunerados, garante que os alunos ficarão na escola até o final do curso, com a conseqüente redução dos desperdícios provocados pela evasão e a repetência. Um aluno que repete o ano acaba ocupando a vaga que seria destinada a um outro, que ficou de fora por falta de vagas.

Essa é a verdadeira política social, defendida pelo PSDB e praticada pelo Presidente Fernando

Henrique Cardoso, pelo Ministro Paulo Renato Souza e pelo Prefeito Zito, de Duque de Caxias.

Os frutos dessa política aí estão, para que todos possam ver. Na medida em que caem os índices de analfabetismo, de repetência e de evasão escolar, aumenta o número de vagas oferecidas pela rede oficial. Isso é bom, muito bom para o Brasil que queremos legar para nossos filhos e nossos netos.

Por último, Sr. Presidente, quero lembrar que o Rio de Janeiro está preparando o maior Carnaval do mundo. Por isso, convido os colegas a prestigiarem o evento, ligando suas televisões, se não puderem ir até lá pessoalmente assistir ao desfile da Escola de Samba Grande Rio, cujo samba é a cara do Congressista.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – A Casa agradece a V. Exa. o convite.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PSDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna para protestar contra o modo pelo qual vêm sendo assinados, por parte da Caixa Econômica Federal, os contratos de franquia necessários ao funcionamento de casas lotéricas. Trata-se de um desses casos que, infelizmente, vão sendo disseminados na administração pública, nos quais uma boa idéia termina pessimamente aproveitada.

Ocorre, Sr. Presidente, que aquela instituição financeira federal houve por bem, embora sem embasamento objetivo na legislação apropriada, celebrar esses contratos não com qualquer um do povo, mas com a pessoa que vencesse procedimento licitatório realizado com a aludida finalidade. À primeira vista, parecia uma medida inteligente, na medida em que afastava o conchavo com apaniguados e permitia o estabelecimento de condições mais favoráveis à Caixa.

Esses seriam, por certo, os resultados da providência, não fosse o surgimento de variáveis inesperadas no caminho. Realizados alguns contratos sob a tutela da citada rotina, passou a Caixa a entender que os vencedores do procedimento detinham exclusividade no estabelecimento de franquias destinadas à instalação de casas lotéricas.

Ora, Sr. Presidente, a emenda terminou pior que o soneto. Saiu-se de uma realidade em que só os apaniguados e os compadres tinham direito a estabelecimentos lotéricos para outra em que esse tipo de negócio se transformou num berçário de feudos. Na prática, aqueles que logram vencer uma licitação promovida pela Caixa se aproximam do monopólio no que diz respeito aos jogos de azar oficiais.

Essa é uma situação insustentável, semelhante à que, segundo consta, pode vir a se verificar nos

Correios. Para evitar que o problema se perpetue, estou apresentando projeto de lei destinado a modificar o Estatuto das Licitações, cujo resultado, não tenho dúvida, será o cerceamento legal dessa prática perniciososa.

Finalmente, peço a V. Exa., Sr. Presidente, seja este pronunciamento divulgado no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO FEIJÓ (Bloco/PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho reiterado, em vários momentos neste plenário, minha opinião a respeito da política econômica do País e da acertada condução do processo de sustentação de nossa estabilidade por parte do Governo Federal. Registro este, sem dúvidas, que se faz necessário, em face das inúmeras dificuldades enfrentadas por este País, mas que foram superadas, com a determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de seus colaboradores diretos.

Em que pese a todos esforços das chamadas correntes oposicionistas, é preciso clareza política, refutar críticas que não observem os avanços do Brasil e sustentar nossas posições com argumentos técnicos. Nesse sentido é que estou observando, neste pronunciamento, dados recentes da Fundação Getúlio Vargas – FGV, que observou uma queda do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, de 1,24% para 0,35% em fevereiro, em relação ao mês anterior.

Esse é mais um dos muitos indicadores que compõe um cenário animador, com projeções da recuperação da economia brasileira. O mesmo levantamento da FGV apontou também uma redução acentuada do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, com queda de 1,17% para 0,05%, favorecida devido à redução nos preços de alimentos (0,42%) e das roupas (2,21%).

São números positivos, embora não representem um cenário consolidado, mas sinalizam, sobremaneira, um possível reaquecimento da atividade econômica do Brasil, contribuindo para a análise de diferentes institutos e técnicos que projetam um crescimento do PIB deste ano para algo em torno de 4%.

O que procuro, com este pronunciamento, Sr. Presidente, não é a promoção de defesa do Governo Federal, por ser este Parlamentar que ora faz uso da tribuna um aliado do Presidente Fernando Henrique, um membro combativo do PSDB. Não é essa minha intenção, e, sim, expressar minha confiança na reentrada do País em uma rota segura de desenvolvimento. Confiança esta que vem gradativamente sendo re-

forçada pelos resultados positivos apresentados em diferentes áreas do Governo.

Entre os vários aspectos positivos que podemos elencar encontra-se o desempenho do País em 1999, apesar de todas as complexidades geradas, pela desvalorização do real frente ao dólar e mesmo pelo comportamento da economia mundial e quebra de vários países emergentes. Citando números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, fechamos o último ano com inflação de 8,94%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

A gestão do PSDB, o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem dado demonstrações inequívocas de rigor administrativo e capacidade de equacionamento dos principais problemas do País, com avanços socioeconômicos extremamente significativos, iniciados no primeiro mandato e que tiveram seqüência neste momento.

Não há como os adeptos do pensamento trágico, os torcedores e indutores das catástrofes, arraigados em alguns setores da política nacional, desconsiderarem essas conquistas. Conquistas que não são do Presidente Fernando Henrique, do PSDB, dos partidos da base aliada, mas, sim, da população brasileira, que luta, que é guerreira e que trabalha por um Brasil mais justo, mais forte.

Como Deputado Federal eleito pelo norte, nordeste e centro-norte do Estado do Rio de Janeiro, tenho promovido a defesa constante, permanente, dos interesses da minha região. Tenho estado ao lado do povo de minha terra e passado essa confiança em torno do Governo Federal, em sua capacidade e em sua vontade de mudar o Brasil.

Mas, como Parlamentar intimamente vinculado às minhas bases, desejo emprestar minha voz para o clamor que mais lhes é forte neste instante: da reivindicação de resultados imediatos, da retomada das ofertas de vagas no mercado de trabalho. Estamos emprestando nossa voz a essa reivindicação e aproveitamos a ocasião para cobrar do Governo Federal a aceleração das principais medidas e programas previstos pelo Programa Avança Brasil, para o incremento da atividade econômica, com geração de empregos.

No término deste discurso, coloco-me ao lado do Governo Federal naquelas matérias e questões que forem de interesse do coletivo nacional, ao mesmo passo em que reafirmo meu compromisso parlamentar de atuar em prol da estabilização e da recuperação da economia do Brasil, levando, desta forma, cada vez mais e mais, os benefícios do desenvolvimento para a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, de conceder liminar que estende aos juízes federais, militares e do trabalho auxílio-moradia e que indiretamente fixa o teto salarial do servidor público foi uma decisão justa, mas só foi tomada pela prescrição legítima e amadurecida dos magistrados de paralisarem suas atividades a partir de hoje. Por isso, lamento que uma decisão como essa tenha demorado tanto para ser tomada, lembrando que o Ministro Nelson Jobim está analisando o pleito dos magistrados há cinco meses.

O Presidente do Supremo, Ministro Carlos Velloso, pode até dizer que a liminar é fruto de uma decisão judicial, mas está muito claro que foi uma decisão política, tomada sob pressão, e totalmente acertada. É claro que uma greve de juízes não é um fato desejável, mas neste caso seria uma ação pedagógica contra a intransigência do atual Governo. Essa gente só sabe ouvir a voz de um patrão chamado FMI ou banca internacional. É chegada a hora de ouvir também o clamor das ruas e da própria consciência.

A vitória dos magistrados é uma lição importante para o momento nacional. Os juízes provaram que a mobilização, que a ação política coordenada, com justo propósito, pode fazer cair a máscara do autoritarismo e do falso compromisso com um ajuste fiscal do Governo. Isso abre espaço para uma reflexão mais esperançosa de todas as categorias, especialmente a do conjunto dos servidores públicos que, de tanto serem massacrados, tornaram-se céticos diante de sua própria força.

Essa lição deve servir também para as lideranças políticas da aliança governista que jogam para a platéia, apoiando a violência contra os trabalhadores e servidores em geral enquanto levam bandeiras populistas como essa agora encabeçada pelo PFL em torno do salário mínimo. Essa gente tem de prestar contas à Nação e à história pela cumplicidade no desastre produzido por este Governo. Vir agora falar de salário mínimo de cem dólares, quando eles mesmos apoiaram o arrocho, produziram o maior desemprego de todos os tempos, liquidaram com o setor produtivo nacional em favor da agiotagem internacional, é querer insultar a inteligência do nosso povo.

Nesse episódio, não só o STF sai desgastado junto com o Executivo e o Legislativo, mas sobretudo algumas figuras que sempre apostaram no confronto como forma de ganhar espaço na mídia. A vitória dos

magistrados é um solene “cala-boca” no Senador Antonio Carlos Magalhães, que tem usado o Senado Federal para ameaçar o Poder Judiciário como um todo, como parte de sua manobra para se manter na crista da onda, enquanto o Governo que ele apóia já está no fundo do poço. Se lhe sobrar algum senso crítico ou de ridículo, recomenda-se ao atual Presidente do Senado não usar sua posição como dirigente de uma instituição para atacar de maneira solerte e vil os integrantes do Poder Judiciário.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. CAIO RIELA (Bloco/PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje quero homenagear o primeiro centenário da Faculdade de Direito da UFRGS, ocorrido no dia 17 de fevereiro. Primeira Faculdade de Direito do Rio Grande do Sul, sétima do País, sua criação marcou o início dos cursos humanísticos no estado. Surgida sob o impulso da modernização da sociedade, exerceu ampla e significativa influência na reflexão jurídica e na vida pública do estado e do País. Por seus bancos escolares passaram ilustres homens públicos nacionais, contando entre seus professores com algumas das mais altas expressões da cultura jurídica do País.

A tradição da Faculdade de Direito é patrimônio que merece ser lembrado e celebrado. Tradição essa que não tem impedido, mas, ao contrário, favorecido um processo de permanente modernização, haja vista a criação, em 1985, do Curso de Mestrado em Direito, pioneiro da pós-graduação **stricto sensu** em Direito do Estado, e, em 1999, durante a atual gestão, do Curso de Doutorado em Direito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados não poderíamos deixar de relacionar alguns dos mais ilustres alunos que mudaram a história deste País, tais como o nosso mais nobre Presidente e fundador do nosso partido, o PTB, Getúlio Vargas; o grande Senador Alberto Pasqualini; o Presidente João Goulart; o Ministro do STF Nelson Jobim; o Ministro da Educação, Tarso Dutra; o ex-Governador, ex-Prefeito e Deputado Federal Alceu Collares; o Governador Amaral de Souza e outros tantos que faltaria tempo para enumerar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados quero neste momento de homenagem agradecer, em nome do povo gaúcho, as grandes realizações dessa instituição que tanto nos orgulha.

O SR. HUGO BIEHL (PPB – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no início deste ano fui surpreendido com a informação segundo a qual a TELESC/Tele Centro

Sul estaria promovendo o desmonte e a liquidação do sistema de telefonia rural, ameaçando deixar centenas de comunidades agrícolas isoladas em toda a hinterlândia catarinense.

Denúncia nesse sentido foi apresentada pelos prefeitos da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina – AMOSC, logo após reiterada por outras associações microrregionais.

A primeira constatação do problema foi levantada em Quilombo e confirmada em todos os vinte municípios da Amosc, levando a associação a decidir pela apresentação de denúncia ao governo do estado e ao Ministério Público Estadual.

De acordo com os administradores municipais, a Telesc estaria exigindo que as prefeituras fizessem a doação formal e legal para a companhia telefônica de toda a estrutura existente, formada por redes, postes, linhas e aparelhos adquiridos e instalados pelas municipalidades, nos últimos vinte anos, em comunidades rurais.

Além disso, a empresa exigia a assinatura de termo de rescisão por meio do qual os usuários rurais abriam mão do serviço anteriormente contratado. Em troca, a Telesc manteria telefones públicos, os populares orelhões, naquelas comunidades. A denúncia surgiu num momento em que a Tele Centro Sul eliminava postos de serviços e filiais de atendimento regional.

Os prefeitos consideraram abusivos, ofensivos e degradantes os termos da proposta porque, além de doar toda a rede instalada a duras penas, as comunidades teriam que se contentar apenas com orelhões, pois os terminais de uso privativo ou semi-privativos acabariam.

O comportamento da Tele Centro Sul agravou o relacionamento com os municípios, que não andava bom: nas assembleias de prefeitos, em 1999, os administradores protestaram freqüentemente contra a empresa. Para eles, a privatização da Telesc teve dois reflexos: aumento nos preços e abrupta queda na qualidade dos serviços prestados.

Os prefeitos da Amosc concluíram que a privatização da Telesc havia sido um golpe mortal contra os interesses da sociedade. Aparentemente, uma das estatais mais competentes do Brasil havia sido desmantelada, sua qualificada equipe técnica enviada para outros estados, enquanto o suporte técnico estava abaixo da crítica.

É de notório conhecimento que a telefonia é fator de qualidade de vida no campo. Ela permite a integração com as cidades e as demais comunidades rurais; coloca o produtor em contato com o mundo via

Internet; mantém-no atualizado sobre preços e mercados; permite o acesso a serviços públicos e privados; evita viagens; assegura informações; proporciona economia; e, pela combinação de todas essas vantagens, ajuda a manter as famílias no campo, evitando o êxodo rural.

Por essas razões, as administrações municipais agiram corretamente ao protestar. Em comunicação que remeti à Presidência da Telesc, registrei que a medida era altamente danosa aos interesses dos agricultores e de todas as famílias que vivem nas comunidades interioranas. Mesmo que houvesse justificativa econômica para as rescisões anunciadas, a medida seria lesiva aos interesses dessas famílias, pois a presença do telefone público não assegura igual comodidade e mesmo conveniência de telefones que somente poderão ser recebidos caso o interessado previamente marque horário e permaneça de plantão diante do aparelho. Chamadas não seriam mais anotadas para posterior retorno pelo interessado. Haveria um lapso nos já frágeis canais de comunicação com o campo.

Felizmente, a empresa foi sensível e após uma rodada de reuniões prevaleceu o bom senso. A telefonia rural não será desmantelada mas, ao contrário, expandida e modernizada.

O episódio serve para nos alertar sobre a necessidade de fortalecermos a infra-estrutura das comunidades rurais, a fim de que se tornem, também, importantes pólos de consumo de serviços, permitindo-se que os avanços e benefícios que o homem urbano usufrui também sejam disponibilizados no meio rural.

O SR. FERNANDO GONÇALVES (Bloco/PTB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal, ao conceder liminar à ação de juizes federais, mediante a qual estabelece significativo aumento em sua remuneração a título de auxílio-moradia, abre um precedente muito perigoso, que, inclusive, abala a própria imagem da instituição.

A decisão, proferida pelo Ministro Nelson Jobim com o apoio da cúpula da mais alta Corte de Justiça brasileira, é, no mínimo, esdrúxula, pois se trata de um artifício para dar o aumento desejado pelos membros da Magistratura.

Não há dúvida, Sr. Presidente, de que todos os juizes, e não apenas os federais, membros do Ministério Público, Parlamentares, servidores públicos em geral e os trabalhadores da iniciativa privada encontram-se com sua remuneração inteiramente defasada por falta de reajustes nos últimos cinco anos.

Portanto, a reivindicação dos magistrados por melhores salários é absolutamente justa e pertinente, como o são os reclamos das diversas categorias de funcionários, de trabalhadores, aposentados e pensionistas, especialmente aqueles que percebem apenas o salário mínimo.

Não há como o trabalhador, o empresário, o profissional liberal, a dona de casa, enfim, o cidadão brasileiro compreender por que um Ministro ou um juiz com residência fixa na cidade onde exerce suas atividades, muitas vezes proprietário do imóvel onde reside, passe a receber auxílio para custear despesas com moradia. Ao se admitir tal precedente não será surpresa se, em breve, haverá reivindicação por verba para despesas com vestuário, aliás, prática exercida, tempos atrás, por órgãos do Judiciário.

Ora, Sr. Presidente, que as chefias dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo busquem o entendimento necessário à efetivação do teto salarial para todo o funcionalismo público, a fim de que se eliminem abusos de remunerações extraordinárias. Mas que não se permita esse verdadeiro acinte contra o povo brasileiro, caracterizado por uma decisão que mancha as tradições do Supremo e de todo o Judiciário brasileiro.

O povo brasileiro está cansado das humilhações que lhe são impostas por falta de salários, de emprego, de verbas públicas para saúde, educação, saneamento básico, transportes e tantas outras necessidades básicas. O povo brasileiro, que se defronta com um dos menores salários do mundo, não pode aceitar mais privilégios a verdadeiras castas de servidores; nem a empresários que sonham impostos e enganam a população; nem a banqueiros que exploram a Nação com juros escorchantes.

O povo brasileiro quer sobretudo justiça. E que o Judiciário cumpra efetivamente sua missão de impedir a continuidade das injustiças no País, a começar por aquelas que fazem dos seus membros detentores de privilégios em detrimento dos que recebem salários e proventos de aposentadoria no valor do salário mínimo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aceita a ciência política o princípio de que o arbítrio não pode conviver com a ordem jurídica. A doutrina é unânime ao reconhecer que os excessos de autoridade que o Governo pratica, como se o titular de um Poder, como o Executivo, arrogasse-se à tutela da sociedade, rompe o equilí-

brio do sistema democrático dos freios e contrapesos entre os poderes constituídos. Assim se destrói o Estado de Direito.

Ainda mais é de se dizer que “governo forte não é a mesma coisa que governo arbitrário”. Antes, é o que tem a sua força técnica democraticamente baseada na Constituição, enquanto o governo de exceção, agindo à margem da lei, é, isto sim, a ditadura. Ao Executivo, portanto, é plausível reunir maiores poderes sobre determinados assuntos em certas épocas, mas se está sob controle do Parlamento, tanto do ponto de vista da legislação como da fiscalização, e se cumpre as decisões judiciárias que lhe contrariem, mantém o equilíbrio democrático, e o Estado é um Estado de Direito.

Esse, aliás, é o ensino de Machado Paupério, sobretudo quando ajunta às reflexões do jurista, o fato de que “há de ser não só simples Estado de Direito, mas Estado Ético”. O Poder Judiciário é incumbido de interpretar a lei e o Direito nos conflitos de interesses e exercer o controle da constitucionalidade de atos e normas jurídicas. O mais autorizado constitucionalista do Império brasileiro reconheceu que “o Poder Judiciário, segundo o nosso Direito Público, é um poder político distinto e independente; é, como os demais poderes, uma emanção da autoridade soberana da Nação”.

Tais considerações afluíram-me no instante mesmo em que os magistrados brasileiros se movimentam no sentido da busca de melhores vencimentos. Trata-se, sem dúvida, de uma sofrida e laboriosa classe, cujos membros trabalham em harmonia com os interesses da sociedade, de vida simples e modesta, por força da profissão, vivendo no constante estudo do Direito e na continuidade do bom serviço prestado à Justiça. O Ministro Carlos Velloso, Presidente do Supremo Tribunal Federal, diligência junto ao Chefe do Executivo no sentido de que as justas reivindicações dos integrantes de nossa Magistratura sejam convenientemente atendidas.

O entendimento de todos é o que os magistrados, pela responsabilidade de seu trabalho, pela circunstância de terem que lidar com grandes conflitos e elevados interesses, necessitam de uma remuneração que lhes propicie segurança, tranqüilidade e dignidade de padrão de vida. O próprio Presidente da República tem afirmado que, dos ganhos dos 20,9 milhões de trabalhadores com carteira assinada, 18,9 milhões percebem mais que 136 reais. Mas é de se salientar que a Justiça é um serviço essencial, mas a verdade constrangedora é que a Magistratura vive

hoje uma situação de absoluto desprestígio, mal remunerada e desprovida de recursos financeiros orçamentários.

Manifesto a minha solidariedade à Associação dos Magistrados Brasileiros, entidade que congrega 14 mil juízes em todo o País, quando solicita para nossa Magistratura vencimentos dignos e compatíveis com o honroso exercício de suas atribuições. O Governo agiria de bom grado se, de fato, atendessem a suas legítimas e justas reivindicações, principalmente neste momento em que a pauta do salário mínimo, com a inflação aparentemente sob controle, volta a ter prioridade na discussão política. Não vale a demagogia dos que reagem à campanha de nossos juízes, mas sim o espírito público daqueles que lutam pela vitória continuada da Constituição e da lei, isto é, do Estado do Direito, da Democracia e da própria Justiça.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, passo a abordar agora outro assunto. A Campanha da Fraternidade, que acontece sempre na Quaresma, adota como objetivo geral, neste ano 2000, o propósito de unir as Igrejas Cristãs no testemunho comum da promoção de uma vida digna para todos, na denúncia das ameaças à dignidade humana e no anúncio do Evangelho da Paz. O que se pretende é o consenso de que o novo milênio deve ser um período, na história da humanidade, sem exclusões sociais, para que não fiquemos naquela situação que levou o profeta Jeremias a clamar: “Tratam com negligência as feridas do meu povo, e exclamam: ‘Tudo vai bem! Tudo vai bem!’ quando tudo vai mal” (Jr. 6, 14).

Evidentemente, a abertura de um diálogo com as pessoas que possuem crenças diferentes, além de unir forças para minimizar o quadro de exclusões existentes no País, constitui, sem dúvida, um apelo legítimo da sociedade aos nossos governantes. Por isso, envolvida pela mística do ecumenismo, a Campanha da Fraternidade que se inicia agora tem a responsabilidade do patrocínio das Igrejas que compõem o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs. E o que se deseja, com o seu absoluto êxito, é dar a todos também a consciência da verdadeira cidadania do maior respeito, da maior dignidade, da completa solidariedade e da sempre reclamada justiça social.

A Campanha da Fraternidade, que tem a orientá-la a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, procura anualmente sensibilizar os nossos cidadãos aos valores da promoção da vida, da partilha, do poder como serviço e outros tantos. Trata-se de preocupação que pode e deve ser sintonizada com os anseios populares, os direitos humanos, os salários mais

justos, as condições de vida das crianças e dos adolescentes, a dignidade das mulheres marginalizadas, dos negros, enfim, dos excluídos e dos que vivem em situações de emergências sociais. É o que, aliás, preconiza documento divulgado pelos preladados brasileiros ao tratar, à luz da fé e dos textos bíblicos, de identificar “quem são os devedores e os credores das nossas dívidas sociais”.

Toda a Igreja Católica encontra-se hoje emperada no debate de temas como o do resgate das dívidas sociais, da justiça, da solidariedade na construção de uma sociedade democrática, assim como o da organização social a serviço da vida na construção da cidadania. Recorde-se que, enquanto muitos propõem paradigmas decadentes, na linha dos mais baixos instintos, o Papa Wojtyla propõe uma vida na linha do mais elevado ideal, sempre na busca dos valores éticos, morais e espirituais; na busca do novo e do melhor. O Papa Pio XII, em memorável rádio-mensagem ao mundo, no dia 1º de setembro de 1943, advertia que as promessas de homens de Estado, as múltiplas concessões e propostas de doutos e de técnicos, suscitaram entre as vítimas de uma ordem econômica e social malsã uma ilusória expectativa de palingenesia total do mundo, uma exaltada esperança de reino milenário de felicidade universal.

Muito importante é esse diálogo ecumênico da Campanha da Fraternidade, uma caminhada de cristãos diferentes a serviço de outros irmãos, homens e mulheres mais necessitados, uns e outros convergindo não em políticas ou diplomacias humanas, mas na palavra de Deus. O Cardeal Lucas Neves, dominicano que ilustra o governo da Igreja Católica do Vaticano, preconiza resultados positivos para essa abertura, eis que estimula a prática constante de um ecumenismo espiritual baseado na busca recíproca da santidade evangélica. Um ecumenismo muito bem retratado na **Populorum Progressio** (Desenvolvimento dos Povos), que João Paulo II comemorou quando da celebração do vigésimo aniversário da publicação, lembrando a sua conduta relevância. A temática desse documento foi ampliada na **Redemptor Homins** (dedicada a Jesus Cristo), na **Dives in Misericordia** (sobre a misericórdia divina), na **Labore Exercens** (enfocando o trabalho e os trabalhadores), na **Slavorum Apostoli** (sobre a cristianização dos países eslavos) e em outras encíclicas sobre a paz e o desenvolvimento econômico-social.

Assim, quero destacar a importância da Campanha da Fraternidade de 2000, que se inicia agora, movimento ecumênico dá mais alta significação para a

sociedade brasileira, que exalta valores como cidadania, respeito, dignidade, solidariedade e justiça social. “Dignidade Humana e Paz – Novo Milênio Sem Excluídos” é a temática a ser explicada às criaturas de todas as religiões, que pretende mostrar também o quanto a Igreja Católica deseja caminhar lado a lado com os homens de sua época, em defesa da dignidade da pessoa humana e contra as exclusões sociais.

Por fim, lembro que Madre Teresa de Calcutá, missionária da caridade nascida na Albânia, ao receber o Prêmio Nobel da Paz, fez uma solene profissão de fé aos párias, aos carentes e aos excluídos. “Há muitos modos de travar uma batalha”, disse. “Escolho ficar com os pobres entre os pobres”. Essa foi a opção de sua vida, em serena e intransigente oposição à fome e à miséria, o que a tornou digna da admiração de católicos e não-católicos, de cristãos e não-cristãos, dos poderosos deste mundo, dos famintos, dos miseráveis, dos humilhados, dos ofendidos, dos sofrendores, dos marginalizados e dos que não merecem a proteção dos Poderes Públicos. Uma opção que deve constituir um modelo a ser seguido por todos neste turbulento universo ideológico da humanidade.

O SR. FEU ROSA (Bloco/PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, contrária às expectativas, uma porção de Brasil mostra-se refratária, ainda, aos esforços incontestáveis do Governo Federal, no sentido de ser resgatada da pobreza ancestral. É verdade que os cidadãos que a compõem não têm sido esquecidos pelo Poder Central; não se colocam hoje, como no passado, vítimas do descaso. Mas é verdade também que são vítimas desse mesmo passado miserável, gerador de estigmas sociais abominosos, condenadores de gerações, cancores que se perpetuam e se espalham, de cura tão difícil quanto lenta.

Em especial, venho referir-me, Sr. Presidente, à Região Norte, onde tantos brasileiros vivem a tragédia humana da privação, da exclusão, do isolamento, da ignorância e da fome. Os índices apavoram e, pior, nem ao menos está sendo possível mantê-los estáveis. Ali, não há dúvida, estamos perdendo a guerra.

Se os números absolutos, por si, já desvendam esse quadro, em toda a extensão de seu desolamento, compará-los, dentro da série histórica da própria Região, é um exercício ainda mais penoso. Acontece, nobres colegas, que, proporcionalmente, durante a última década, em quatro dos sete Estados, o número de indigentes cresceu. Em Roraima está o avanço mais brutal da indigência.

Com base em critérios técnicos, considera-se indigente uma família que disponha de renda **per capita** inferior a 40 reais. Pois bem, Sras. e Srs. Deputados, naquele Estado, Roraima, em 1990, virtualmente inexistiam famílias assim classificadas. Eram apenas 0,71%. Em 1997, o percentual saltava para 6,22%. No Amazonas, o número de indigentes quase dobrou: passou de 9,81% para 17,07%. No Amapá, o salto esteve próximo: de 9,04% para 17,49%. O maior percentual, porém, pertence ao Tocantins, hoje com 31,84% da população vivendo na pobreza extrema. Sete anos atrás, esse percentual era de 30,55%.

Do ponto de vista das ações do Governo Federal, não se trata, Sr. Presidente, de que os programas e projetos para o Norte sejam menos eficazes, tampouco se lhes atribua menos importância do que nas demais áreas onde estão sendo implementados. Em absoluto. O dado concreto, isto sim, é que, lá, o fenômeno da indigência deixa de se subordinar exclusivamente aos êxitos ou fracassos das políticas sociais, para se tipificar dentro da moldura específica da economia local.

Ele se explica sobretudo pelo recuo da atividade extrativista, sem que a isso tenham sido criadas alternativas à altura. O êxodo em direção ao meio urbano, ocorrência, aliás, de dimensão nacional, desestruturou o campo, onde os índices de produtividade sempre foram baixos, por definição. Nas Capitais inexistem ofertas, quer de trabalho, sobretudo pela baixa qualificação profissional, quer de equipamentos urbanos, que garantam a sobrevivência digna. Com relação à infra-estrutura, é bom que se diga, os investimentos, tanto de responsabilidade estadual quanto municipal, mantiveram-se, nas últimas décadas, em patamares modestos. Por sua vez, a interiorização perpetrada durante o regime militar mostrou-se um fracasso. Ao fim e ao cabo, a miséria aumentou.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, o Nordeste é ainda a Região que concentra maior número de indigentes, o Maranhão ocupando a pior posição, com 43,11% da população abaixo do nível de pobreza. A este segue-se o Estado do Piauí, com 40,25%. No entanto, observa-se em ambos uma evolução positiva a partir de 1990. O Maranhão tinha à época 49,39% de indigentes, enquanto o Piauí, pasmem os nobres colegas, chegava a 61,15% dos habitantes nessa situação. Também nos demais Estados nordestinos passou-se, digamos, do péssimo para o menos ruim.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, versão para os Municípios do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sintetiza três grandes vetores, a saber: renda, educação e longevidade. Uma inspeção ligeira no “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, produzido em 1998 por aquele organismo, em conjunto com o IPEA, a Fundação João Pinheiro e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, demonstra que, na Região Norte, até o início da década passada, numa escala crescente de aferição do desenvolvimento humano, que vai de zero a um, nenhum índice esteve próximo da extremidade máxima.

Isso posto, Sr. Presidente, é válido concluir que o Norte brasileiro, apesar da pujança da natureza, a encerrar uma infinidade de recursos que provocam a cobiça internacional, jamais deixou de ser pobre. Agora, todavia, ficou mais pobre, herdeiro de uma ruína tão imensa quanto suas potencialidades, malogradas até aqui muitas tentativas em contrário. As inúmeras ações em andamento não estão produzindo a esperada ressonância. O povo, lamentável, tristemente, permanece na condição cruel de refém de um destino amargo.

Por mais difícil que seja transformar problemas em solução, é preciso continuar a luta, intensificar os meios, driblar os obstáculos, ajudar o Presidente Fernando Henrique nessa tarefa grandiosa. Possa o Norte contar com toda a Nação, porque, brasileiros todos, é dever comum trabalharmos pela prosperidade de cada um de nossos irmãos.

Muito obrigado.

O SR. EDINHO ARAÚJO (PPS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a posse do ex-Deputado Federal Hélio Bicudo na Presidência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, ocorrida no dia 22, foi um dos poucos eventos para se comemorar num país com tantas injustiças e desacertos na questão fundamental dos direitos humanos.

Bicudo é ex-Parlamentar desta Casa, jurista de alta competência e lutador pela causa dos direitos humanos desde quando era Promotor de Justiça em São Paulo, e ajudou, nos anos 70, a desmantelar os grupos de extermínio, chamados à época de “esquadrões da morte”.

O órgão que vai presidir por um ano é um braço importante da Organização dos Estados Americanos – OEA, criado em 1959 com a missão de analisar os episódios de violação aos direitos humanos ocorridos no continente.

Atualmente, mais de mil casos estão sendo averiguados pela Comissão, que é composta por sete integrantes, possui quatorze advogados e uma dúzia de estagiários, sem contar o pessoal administrativo. A sede da entidade fica na capital dos Estados Unidos, Washington.

Para o Brasil, a presença de Hélio Bicudo à frente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos significa um engajamento mais efetivo do País nessa questão em âmbito internacional, com marcantes repercussões internas.

Basta dizer que o massacre de Eldorado dos Carajás e a chacina de Carandiru, em que morreram 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo, em 1993, vão ser analisados pela entidade. Quem sabe o pronunciamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos sobre essas duas questões e sobre outras igualmente graves ocorridas no Brasil nos últimos tempos – não signifique um estímulo efetivo à punição dos culpados.

Parabéns ao jurista Hélio Bicudo. Que S.Sa. possa promover uma ação digna, séria e determinada à frente daquele importante órgão, marcas de seu trabalho por todos nós reconhecido.

Muito obrigado.

O SR. SERAFIM VENZON (PDT – SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existe por este Brasil afora grande número de bens imóveis de propriedade da União, como do INSS, da Rede Ferroviária e outros, em regiões centrais urbanas sem nenhuma utilidade social. Muitas vezes esses bens são requisitados por Prefeituras ou fundações, que se dispõem a dar o uso que toda sociedade clama. Porém, sempre lhes é imposta alguma dificuldade, as vezes intransponível.

A Universidade do Contestado, na cidade de Caçador, em Santa Catarina, está mobilizando todas as forças políticas de Santa Catarina para utilizar um terreno da RFFSA, terreno este disponível para alienação, onde será construído o **Campus II** da Unidade de Caçador da UNC.

Trata-se de terreno baldio, de propriedade da Rede Ferroviária Federal S.A., que não foi arrendado à empresa América Latina Logística do Brasil S.A., de Curitiba, quando do processo de privatização da Malha Sul, no mesmo local onde está construído o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado pela Fundação Universidade do Contestado **Campus** de Caçador.

A UNC quer que ele seja doado ou cedido em comodato. Em último caso, até compra, porém, considerando que a fundação é uma instituição pública municipal; trata-se apenas da transferência de uma pro-

priedade federal para municipal, que, a bem da verdade, por estar naquele Município, já pertence àquela sociedade.

Por isso, Sr. Presidente, venho pedir o apoio desta Casa para que não apenas seja atendido o pedido da UNC mas, além disso, que se busquem formas legais e bom senso para dar o devido uso social a inúmeros bens imóveis de propriedade da União. Na oportunidade também estou enviando pedido ao Ministro dos Transportes Eliseu Padilha.

Muito obrigado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna, para parabenizar o Ministério da Educação pela assinatura dos convênios entre o Ministério da Educação, a RADIOBRÁS Empresa Brasileira de Radiodifusão, o SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e a Fundação Roberto Marinho. Este ato irá propiciar a multiplicação do acesso das escolas públicas aos programas dessas três entidades e levar as produções do Ministério para as mesmas.

O convênio Mec/Radiobrás permitirá a exibição das produções e programas da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) pela Radiobrás; a Fundação Roberto Marinho irá ceder seus direitos de exibição do Telecurso 2000 na TV Escola; e o Sebrae firma convênio de permuta de imagens com a Secretaria de Educação a Distância para a transmissão de programas da TV Escola e vice-versa.

A rede pública de ensino fundamental que recebe os programas da TV Escola tem hoje 56.770 estabelecimentos com mais de 100 alunos cada, o que corresponde a 93% das escolas com esse contingente de estudantes. Essas escolas já têm o **kit** tecnológico completo, com equipamentos como antena parabólica, TV, vídeo.

Nelas trabalham 1.015.244 professores que atendem a 26.938.283 alunos.

A TV Escola, que hoje já oferece diariamente programas de excelente qualidade, vai ampliar o número de atrações para os alunos e professores e os espectadores que têm antena parabólica em casa.

“Será um intercâmbio onde todos sairão ganhando”, afirmou o coordenador de programação da TV Escola, Sr. Rogério Soares. O Telecurso 2000 poderá ser visto este ano provavelmente a partir de março na TV Escola. Já a Radiobrás **TV Nacional Brasil-NBR** poderá exibir 29 séries da TV Escola, que terá vínculo de reciprocidade para transmissão de programas com os três conveniados.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar registrado aqui a minha manifestação de apoio por esta iniciativa do Ministério da Educação, que sem dúvida nenhuma, trará grandes benefícios para as escolas públicas brasileiras e a população em geral.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO ZUPPO (PDT – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a constatação pura e simples de que o Governo Federal conseguiu arrecadar 14,7% a mais, no mês de janeiro passado, do que o recolhido no mesmo período do ano de 1999 poderia induzir a conclusões auspiciosas, numa interpretação apressada dos fatos.

A primeira delas seria a de que finalmente se tivesse conseguido reativar a produção, com base em uma política desenvolvimentista competente, dirigida para os setores estratégicos da economia, com excelentes prognósticos a respeito do aumento do PIB e, conseqüentemente, do recuo nos índices de desemprego. A outra, de que se houvesse alcançado reduzir a sonegação e a elisão, com base em uma coordenação eficiente da Receita Federal e das Secretarias Estaduais de Fazenda, baseada em uma fiscalização eficiente e na reformulação dos dispositivos legais hoje plenos de brechas e lacunas que tanto beneficiam os representantes das elites.

Se essa fosse a realidade, senhores, poderíamos enfim sonhar com um quadro de justiça fiscal, neste País, com a implantação de um sistema tributário que desonerasse realmente os pobres – e apenas os pobres – e que retirasse de sobre os ombros da classe média o fardo imenso de financiar o bem comum.

Sim, porque não há dúvida de que são eles, os pobres e a classe média, os únicos que hoje suportam o ônus das despesas públicas. Os ricos, aqueles para cujo regalo se organiza o Estado brasileiro, esses não pagam impostos, esses têm sempre um enorme e variado cardápio de artifícios com que escapar às garras do fisco – tanto mais afiadas quanto menos recheada a bolsa em que se cravam.

Infelizmente, porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seria esse mais um sonho frustrado, mais uma expectativa infundada.

Não se tem registro, nos mais de cinco anos desse Governo, de que em algum momento se tenha ele abalçado a tomar qualquer iniciativa destinada efetivamente a reduzir a sonegação, e muito menos de que se animasse a trabalhar em prol de outro objetivo além de recheiar os cofres dos especuladores do mercado de capitais, promovendo, por exemplo, a retomada da produção uma das medidas capazes de

resolver a maioria dos problemas sociais que tanto infelicitam os brasileiros.

O que ocorreu, na verdade, foi um brutal aumento de tributos. O Governo, como sempre, optou pela saída mais fácil de elevar alíquotas, indiferente aos danos que isso poderia causar sobre a economia, e tudo com o fim exclusivo de obter o superávit primário prometido ao FMI, para bancar os juros estratosféricos que paga hoje, a quem tem com que especular no mercado financeiro.

Significativo o descompasso entre a taxa de crescimento do PIB – os pouco mais de 0,8% registrados em 1999 – e esse índice significativo de incremento nas receitas fiscais. Quisera não representasse apenas o resultado de um assalto inescrupuloso ao bolso do contribuinte indefeso.

Para perpetrar essa injustiça, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo conta com a omissão cúmplice do Parlamento – que não o fiscaliza a contento – e com os meandros indecifráveis do Judiciário. Essas seriam as únicas instâncias de que o cidadão poderia esperar alguma providência em sua defesa, contra a ganância oficial, mas não têm correspondido à tal expectativa.

Veja-se, por exemplo, o caso do Imposto de Renda. Não há como negar que o não-reajuste dos limites das faixas de contribuição representa um aumento disfarçado do imposto, levado a efeito arditosamente, à socapa, sem o ônus político da aprovação de uma lei e confiando na lentidão do Judiciário, para inviabilizar o esforço de quem quer que ali pretenda buscar a justiça.

Se o Governo reconhece a existência de alguma inflação – tanto que tem reajustado o valor da UFIR –, não pode alegar estabilidade monetária quando se trata de corrigir os limites de deduções e as faixas de alíquotas. Esse congelamento de tabelas, ademais, tem efeito altamente regressivo, onerando relativamente mais os que têm renda menor.

Mas o aumento de tributos não se limitou a essa majoração sub-reptícia do Imposto de Renda. A alíquota da Cofins, por exemplo, passou de 2 para 3%, e a da CPMF, de 0,20, foi elevada para 0,38%.

Para gerar o superávit primário de mais de 30 bilhões de reais a única meta que se pode identificar claramente, em sua atuação – o Governo não tem medido conseqüências.

É preciso não esquecer, contudo, que é simplesmente impossível sonhar com a construção de uma nação verdadeira, se o material humano, o povo, vive subnutrido, subeducado, doente, desempregado e condenado, ainda, pela crueldade de seus governantes, a trabalhar e trabalhar incessantemente, para pagar cada vez mais impostos e engordar ainda mais os já muito ricos.

Nesse contexto, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o incremento da arrecadação tributária não é uma boa notícia, não permite conclusões auspiciosas, não gera expectativas favoráveis, ao contrário, apenas confirma os piores diagnósticos a respeito da atuação desse Governo: falta de compromisso com os interesses do trabalhador e irresponsabilidade na condução das políticas sociais.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados,

De todas as liberdades é a da imprensa a mais necessária e a mais conspícua: sobranceira e reina entre as mais. Cabe-lhe, por sua natureza a dignidade inestimável de representar todas as outras. Sua importância é tão incomparável que, entre os anglo-saxônicos, os melhores conservadores e os melhores tribunais do mundo, sempre foi gêmea do Governo representativo a crença de que não se pode levantar a mão contra a liberdade de imprensa sem abalar a segurança do Estado. Não se suprime essa liberdade, para ocultar a ausência das demais, e estabelecer em torno dos governos ruins o crepúsculo favorável à comodidade dos tiranos.

Assim entendia Rui Barbosa, jornalista emérito e advogado dos mais bravos, que fez da sua vida um apostolado na defesa dos oprimidos e injustiçados, da liberdade e das instituições democráticas.

Ao reproduzir seu pensamento sobre o sagrado direito de livre informação, registro nos Anais da Câmara dos Deputados episódio estorpecedor, ocorrido esta semana, na cidade cearense de Hidrolândia, no norte do Estado, onde foi perpetrada brutal violência contra a liberdade de imprensa, sendo o alvo uma equipe de profissionais do jornal **O Povo** de Fortaleza, que para lá se deslocara em missão de trabalho, para apurar denúncias existentes contra a administração municipal de atos de improbidade.

Agindo sob o impulso de completo descontrole, com arrogância e irresponsabilidade, o Prefeito Luiz Antônio Farias, do PFL, preferiu recorrer à agressão como forma insensata de silenciar os jornalistas, que simplesmente buscavam o esclarecimento dos fatos que estão sob suspeição de irregularidades. Ao assim proceder, esqueceu o Prefeito desatinado que não vivemos mais em um regime ditatorial e sim em plena democracia, onde os administradores devem ao povo a mais completa transparência dos seus atos.

Incapaz de avaliar essa realidade, por total incompetência, o Prefeito e seus cúmplices foram à procura dos jornalistas de **O Povo**, surpreendendo o fotógrafo e o motorista da viatura do jornal em frente ao prédio da municipalidade e passando a agredi-los de forma covarde, levando-os a seguir à sede da Prefeitura, onde ficaram confinados em uma de suas dependências. O fotógrafo Marcos Studart teve seqüestrado todo o material do seu trabalho, compreendendo máquina fotográfica, gravador, fitas cassete e filmes.

O jornalista Erick Guimarães, que se achava entrevistando o Secretário de Educação, foi o único a escapar da agressão, por haver deixado a Prefeitura, quando dirigiu-se à sede da delegacia de polícia para solicitar socorro imediato, mas ali não encontrou um único policial. Somente depois, os agredidos, com ferimentos e hematomas diversos, foram resgatados da Prefeitura e asilados na residência de um Vereador da Câmara Municipal, de onde saíram de retorno a Fortaleza.

A conduta do Prefeito Luiz Antônio de Farias, como era de se esperar, deixou a sociedade cearense estarrecida e indignada. As manifestações de repúdio ao seu procedimento inqualificável vieram de todos os setores, em desagravo ao jornal, um órgão que engrandece a imprensa do Ceará e de todo o Nordeste, com tradição de lutas em defesa da democracia e dos direitos humanos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o clamor que se levantou contra a estúpida violência não me surpreende. A História do Ceará é rica em episódios marcantes de resistência à opressão. O Ceará, primeiro do que o Brasil, libertou seus escravos, destruindo as senzalas na cidade de Redenção.

Sintonizada com as manifestações de repúdio à violência, a Assembléia Legislativa do Estado aprovou, por unanimidade, requerimento solicitando o imediato afastamento do Prefeito Luiz Antônio de Farias, a abertura do processo de cassação do seu mandato pela Câmara Municipal e a prisão preventiva, bem como a dos seus cúmplices, que poderá ocorrer nas próximas horas por pedido do Procurador Geral de Justiça, Nicéforo Fernandes.

Em editorial, o jornal **O Povo** considera urgentes e necessárias essas prisões:

Sobretudo, em face das ameaças que pairam sobre as testemunhas das irregularidades e outras vítimas de arbitrariedades que haviam sido entrevistadas pela reportagem e cujos depoimentos constam das fitas cassete tomadas de assalto pelo Prefeito e seus comparsas"

E acrescenta, oportunamente, em advertência:

Queremos deixar claro para as instituições do Estado e à sociedade em geral que responsabilizamos o sr. Luiz Antônio Farias por qualquer atentado que possa acontecer a essas pessoas, ao mesmo tempo em que exigimos um esquema de segurança do Poder Público para que elas possam ser protegidas.

O fato é, realmente, da maior gravidade. O País está reintegrado ao Estado de Direito, com seus tribunais funcionando plenamente, e só eles são competentes e legítimos para decidir sobre questões litigiosas.

Agiu muito mal o Prefeito de Hidrolândia. Seu comportamento foi profundamente lamentável.

Deixo consignado o meu protesto ao ato brutal de violência e manifesto, igualmente, solidariedade à Direção de **O Povo**, aos seus redatores, repórteres, servidores e, em especial, aos profissionais agredidos.

O SR. PEDRO VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, existe um movimento patrocinado pela política neoliberal do Presidente Fernando Henrique Cardoso, no sentido de abrir os diversos segmentos da economia nacional a oligopólios internacionais.

Já está em andamento uma portaria da Agência Nacional do Petróleo, possibilitando aos distribuidores de combustíveis operar diretamente na revenda ao consumidor.

O que isto pode ocasionar? O fechamento de milhares de pequenas empresas, gerando mais desemprego e miséria.

Vemos claramente que esta política nefasta do Sr. Fernando Henrique Cardoso tem um único objetivo, que é agradar aos investidores internacionais em detrimento das empresas nacionais.

A entrada de empresas como a Shell e a Texaco no ramo do varejo só tende a agravar a situação econômica do País, pois o que nós vamos ver é a formação de cartéis ditando normas com a conivência do Governo Federal, colocando em risco todo o processo de evolução do setor, que até o presente momento têm primado pela garantia da satisfação do consumidor, a geração de empregos e a manutenção da capacidade competitiva de todos os segmentos envolvidos.

Lembrem-se que esse filme nós já assistimos em outros setores, como no petroquímico, por exemplo.

Tenho sido um lutador em favor desta causa e vários outros Deputados, de diferentes partidos, também estão preocupados com esta possibilidade.

Sendo assim, conclamo todos para que façamos um amplo debate sobre o assunto nesta Casa, a fim de evitarmos o aumento do índice de desemprego em nosso País e o comprometimento na qualidade do atendimento prestado ao consumidor.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive a satisfação de assistir à justa homenagem que o Instituto dos Advogados do Brasil – IAB, sob a Presidência do Dr. José Alberto Couto Maciel, prestou ao honrado Presidente do Supremo Tribunal Federal, Prof. Carlos Mário da Silva Velloso, em 14 de fevereiro passado, conferindo-lhe o título de sócio honorário do Instituto de Advogados do Distrito Federal, em concorrida solenidade, abrilhantada pelas presenças ilustres de Ministros do Supremo Tribunal Federal; do Procurador-Geral da República, Prof. Geraldo Brindeiro; do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro José Nery da Silveira; do representante do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Costa Leite; do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Desembargador Hermenegildo Fernandes Gonçalves; do Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Antonio Augusto Junho Anastasia; de advogados; de juízes federais e do Distrito Federal; do ex-Presidente do STF e grande advogado Xavier de Albuquerque; e de colegas da Universidade de Brasília.

Na ocasião, S.Exa., ao ser admitido como sócio honorário do IAB, foi saudado pelo eminente advogado e professor Roberto Rosas, seu colega de cátedra na Universidade de Brasília.

Homem dotado de capacidade intelectual superior, o Ministro Carlos Velloso, ao agradecer a homenagem recebida, proferiu fulgente oração, a respeito da qual, neste pronunciamento, gostaria de sublinhar alguns tópicos: “O momento é de festa da cultura, da inteligência, de festa cívica, que nos convida, por isso mesmo a algumas reflexões”, começa por dizer S.Exa., para em seguida arrematar:

A idéia de Constituição, que surge na segunda metade do século XVIII, o “Século das Luzes”, tem como característica principal limitar a ação do Estado. A idade moderna, que foi a idade dos déspotas, encerra o seu ciclo justamente com as revoluções americana, de 1776, e francesa, de 1789. O constitucionalismo vem, aliás, no bojo dessas revoluções libertárias. Contemporâneas da idéia de Constituição são as Declarações de Direito. A primeira é a da Virgínia; de 12

de janeiro de 1776, anterior, portanto, à Declaração de Independência, que é de 4 de julho de 1776. A mais importante, entretanto, que teve repercussão maior, foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 27 de agosto de 1789, envolta nos ideais do revolucionário francês, e que condicionou à proteção dos direitos do homem a própria existência da Constituição, ao estabelecer, no seu art. 16: "Toda sociedade na qual não está assegurada a garantia dos direitos nem determinada a separação dos poderes não tem Constituição".

Citando Norberto Bobbio, o Presidente Carlos Velloso diz: "Hoje, vivemos a 'era dos direitos'. Não apenas a era dos direitos declarados, mas a era dos direitos garantidos". S. Exa. introduz oportuna análise da evolução dos direitos da primeira à terceira geração, para destacar o papel transcendental que o Judiciário gradativamente foi assumindo no contexto das Nações civilizadas, pois, "cedo, muito cedo, perceberam os homens que não bastam as 'Declarações'... Também compreenderam os homens que a garantia maior dos direitos viria mediante a atuação do Judiciário, com a criação de medidas judiciais".

Em seguida, ao fazer enfática louvação da nossa Carta Constitucional, S. Exa. sintetiza, de forma magistral, seus avanços mais significativos, sublinhando que a Constituição de 1988, a mais democrática das Constituições que tivemos, isto compreendeu, pelo que deu considerável relevância ao Judiciário, à advocacia e ao Ministério Público. Estes dois últimos são parte ativa do Judiciário, o Judiciário que, segundo o juiz Hugo Black, da Suprema Corte norte-americana, deve constituir-se em fortaleza, resistente a quaisquer tempestades, como abrigo para aqueles que, de outro modo, sofreriam por serem desamparados, fracos ou miseráveis, ou, ainda, por serem vítimas do preconceito ou da exaltação pública.

A jurisdição constitucional foi ampliada, tanto a jurisdição constitucional propriamente dita – controle da constitucionalidade – quanto a jurisdição constitucional das liberdades. No que toca à primeira, ampliou-se o controle concentrado, em abstrato, da competência do Supremo Tribunal Federal. E relativamente à segunda, ampliaram-se os remédios constitucionais, com a criação do mandado de segurança coletivo, do **habeas data** e do mandado de injunção. Deu-se maior amplitude à ação popular, estabelecendo-se que protegerá ela tanto o patrimônio público material, o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural, quan-

to a moralidade administrativa. Todavia, a jurisdição constitucional, nos seus dois campos, e o controle da administração dependem, para se tomarem realidades, da vontade da magistratura e, sobretudo, da ação dos advogados e dos membros do Ministério Público.

E tudo isso foi idealizado pelo Constituinte em favor da sociedade.

Um Poder Judiciário independente, forte e ágil é a maior garantia de que a vontade do Constituinte será concretizada.

Isto posto, o Ministro Carlos Velloso exorta os magistrados, os advogados e os membros do Ministério Público a que permaneçam vigilantes. Especialmente no tocante à reforma do Judiciário. Após reconhecer que "reformá-lo é preciso", S. Exa., com fundamentadas razões, faz uma indagação que esta Casa precisa urgentemente aprofundar: "A reforma que está sendo promovida pelo Congresso Nacional atende aos interesses da Justiça, atende aos interesses do povo?"

Sr. Presidente, é extremamente justa a preocupação do eminente Presidente do Supremo Tribunal Federal, ao se reportar aos riscos que toda a Nação está correndo de perder a "oportunidade de fazer a reforma de que o Judiciário necessita. A sociedade brasileira deseja uma justiça ágil, eficaz, barata, próxima do povo. Isso será conseguido, sustentamos, com uma reforma processual séria, que simplifique o processo, eliminando-lhe o formalismo excessivo e racionalizando o sistema de recursos processuais".

Após se reportar às várias sugestões apresentadas pela magistratura nacional à reforma do Judiciário, S. Exa., investido da majestade própria do exercício do cargo de Presidente de nossa Suprema Corte, diz, com singular propriedade:

Se, de outro lado, conferiu a Constituição especial dignidade à jurisdição das liberdades, certo é que, nesta área, a nossa vigilância deve redobrar-se. É que da "elite" reacionária e de "caçadores de bruxas", com serviços desqualificados, temos sofrido, juizes, advogados, membros do Ministério Público, críticas e agressões descabidas, injustas, cruéis.

Nessa altura do seu brilhante discurso, Sr. Presidente, S. Exa. referia-se, naturalmente, à descabida e inaceitável tentativa, feita nesta Casa por um policial desqualificado, equivocadamente amparado por um membro deste Parlamento, de tisonar a honra de um

homem verdadeiramente de bem como o Ministro Carlos Velloso.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de congratular-me com o IAB pela excelência da iniciativa de prestar justa e merecida homenagem ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Mário da Silva Velloso, quando, o que há de mais expressivo nos meios jurídicos de nosso País, pôde louvar sua cultura, sua inteligência, sua escrupulosa e inatacável correção de magistrado.

Muito obrigado.

O SR. ARY KARA (PPB – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 15 de fevereiro último, numa concorrida festa no Concert Hall, casa de espetáculos de São José dos Campos, deu-se o lançamento oficial da revista **Via Vale**, uma publicação da Editora Versátil e RRP Assessoria de Comunicação e Publicações.

Trata-se de uma moderna revista, de composição gráfica e editorial dentro do conceito do que há de mais atual nesse segmento do setor de comunicação, com uma impressão em cores de altíssimo nível. Trata-se, portanto, de um novo órgão de imprensa à altura do desenvolvimento cultural, intelectual, econômico e social do Vale do Paraíba, Litoral Norte e Mantiqueira, região à qual a **Via Vale** se destina, sob a égide do seu lema, “O caminho da informação”.

Registramos, da tribuna da Câmara Federal, o nascimento dessa nova publicação, desejando-lhe sucesso e longa vida, ocupando seu merecido lugar na mídia vale-paraibana.

Trata-se, indubitavelmente, de um projeto arrojado que, como diz seu editor, Marcelo Pimentel, no editorial da edição de nº 5, tem como principal meta “estar na vanguarda, colocando o Vale do Paraíba na rota de um jornalismo inovador e comprometido com a região”.

Portanto, ao fazermos esse registro, gostaríamos de nos congratular com seus diretores: Osman Alves Cordeiro, presidente; Marcelo Pimentel, vice-presidente; e Ricardo Pimentel, diretor executivo; assim como os integrantes do seu departamento de administração: Vagner Ladislau, controller; João Marcelo Moraes, jurídico; Eugênio Planchez, marketing; Vagner Ladislau e Eugênio Planchez, distribuição.

Cumprimentamos especialmente os componentes da área de redação da **Via Vale**, Marcelo Pimentel e Solange Moraes, editores; Jussi Ramos, chefe de redação; repórteres Flávia Moura, de Taubaté, Vera Lúzia Dias e Antonio Bibiano, de São José dos Campos, Michelle Sampaio, de Guaratinguetá, e Elaine

Pinto, do Litoral Norte. Destacamos ainda os profissionais que atuam no departamento fotográfico: Luciana Valadares e Ricardo Pimentel, diagramação; Luiz Carlos da Silva, publicidade; Ricardo Pimentel, Cláudio Nogueira e Eugênio Planchez, articulistas; Pedro Paulo Teixeira Pinto, Luiz Paulo Costa, Leila Lúcia de Oliveira Pinto e Osman Alves Cordeiro, revisão; Jussi Ramos, colaborador; Luiz Fernando Madona, ilustração; Luciano Coca, fotos; e Cleusa Pires de Andrade, artigos; Conselho Editorial: Osman Alves Cordeiro, Marcelo Pimentel, Ricardo Pimentel, Eugênio Planchez, Vagner Ladislau, Solange Moraes e Jussi Ramos.

A edição nº 5, do mês de janeiro, Sras. e Srs. Deputados, dá bem uma demonstração do arrojado perfil editorial da revista **Via Vale**, trazendo uma reportagem de capa exclusiva, mostrando que a Petrobras explora o mar do Litoral Norte à procura de petróleo, com um navio-sonda, a 120 milhas da costa de São Sebastião.

Outras matérias jornalísticas de interesse: “Aprovada finalmente a internacionalização do aeroporto de São José dos Campos, que poderá entrar na rota internacional de cargas, garantindo uma ferramenta importante para o crescimento das operações do comércio exterior”; “As escolas do Vale do Paraíba adaptam-se às exigências da globalização e à nova realidade”, e uma longa entrevista com a arquiteta Juana Blanca, secretária da Educação e esposa do Prefeito de São José dos Campos, Emanuel Fernandes. Polêmica sobre a possível instalação de uma usina termoeletrica na cidade de Santa Isabel, o que vem sendo contestado pelas entidades ambientalistas.

A comunicação, livre e democrática, é vital para termos uma sociedade mais justa e mais consciente. Papel que a revista **Via Vale** está cumprindo com extrema competência, já nas suas primeiras edições, motivo pelo qual, através desse pronunciamento, Sr. Presidente, queremos cumprimentar a todos seus diretores, jornalistas, colaboradores, anunciantes e leitores. Com a **Via Vale**, ganha toda a nossa região vale-paraibana.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Passa-se ao

V – GRANDE EXPEDIENTE

Tem a palavra o Sr. Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS (Bloco/PMDB – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, jovem Deputado Marçal Filho, Sras. e Srs. Deputados, documentos e notícias referentes à Ferronorte têm deixado a população cuiabana preocupada e angustiada.

A Ferronorte foi e é o sonho de um dos mais nobres filhos daquela terra: Vicente Emílio Vuolo, que, em meados da década de 70, apresentou proposta que se transformou em lei, definindo o traçado da ferrovia de São Paulo a Cuiabá, que de lá rumava para os Estados do Pará e Rondônia. O jovem Deputado Federal Vicente Vuolo sabia que o oeste brasileiro tinha um destino a cumprir e que o ocidente brasileiro possuía aptidão para se transformar em celeiro do Brasil e, oxalá, do mundo.

Recentemente, a Ferronorte solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, alteração no traçado original e legal do trecho entre Rondonópolis e Cuiabá. E essa alteração, colegas Deputados, tem preocupado sobremaneira o povo cuiabano e toda a baixada cuiabana, porque essa medida implica profundas conseqüências e exclui Cuiabá desse trecho. Justamente Cuiabá, a mãe de toda essa luta, de toda essa batalha.

Cidade tricentenária, Cuiabá seria contemplada com a chegada dos trilhos, no início do século, pelo Programa Nacional Ferroviário. O desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, porém, redefiniu o traçado. E Cuiabá, desde aquela época, Deputado João Grandão, deixou de receber esse importante modal de transporte. Agora, quando a ferrovia rasga o leste e o sul mato-grossense e já atinge o território mato-grossense no município de Alto Taquari, Sr. Presidente, somos surpreendidos por essa desagradável notícia de que a Ferronorte deu entrada, junto ao Ibama, a uma proposta de novo traçado dos trilhos. Esse novo traçado precisa ser muito bem explicado.

A primeira conseqüência, Sr. Presidente, será o brutal encarecimento dessa obra. O quilômetro de ferrovia, que no Mato Grosso do Sul custou 300 mil dólares, chegará a 500 mil dólares em nossa região, atingindo, em alguns pontos, 600 mil dólares. E esse novo traçado aumenta em mais de duzentos quilômetros a ligação de Rondonópolis a Cuiabá. Para os que não sabem, ressalto que a distância entre Rondonópolis e Cuiabá, por rodovia, é de 210 quilômetros.

O traçado original da Lei Federal Vicente Vuolo é semelhante ao da rodovia, ou seja, margeia a rodovia pelo seu lado esquerdo, uma obra enxuta, em que se gasta o que se deve gastar. Pela nova proposta da Ferronorte, porém, para sair de Rondonópolis e atingir Cuiabá serão necessários aproximadamente quatrocentos quilômetros de trilhos, e a obra será encarecida em mais de 100 milhões de dólares.

No momento em que a Ferronorte encontra dificuldades em captar recursos e tem limitações nessa obra, um aumento de mais de 100 milhões de dólares leva-nos a uma dúvida que sempre rodeou a cabeça da população cuiabana: será que a ferrovia um dia vai ser realidade para nossa gente? Será que um dia a Capital de Mato Grosso, que foi o esteio da ocupação portuguesa e da ocupação brasileira no ocidente deste País, que garantiu o Tratado de Madri, que derrubou o Tratado de Tordesilhas, garantiu a imensidão territorial do Brasil e abriga um povo que teima em continuar acreditando naquela região, verá essa ferrovia?

Por isso, Sr. Presidente e colegas Deputados, quero trazer nesta tarde não a angústia deste representante do povo mato-grossense, mas de todo o povo cuiabano, do mato-grossense, que vê na alteração desse tratado uma ameaça concreta à chegada da ferrovia à Capital do meu estado.

Como se não bastasse, a Ferronorte alega que a Procuradoria-Geral da República determinou a mudança do seu traçado, tendo em vista a existência de uma aldeia indígena da nação Bororo a apenas um quilômetro de distância do lugar. Resolveram então fazer novo traçado – coisa muito simples – contornando-a e retomando o traçado original rumo a Cuiabá. Era uma questão de engenharia facilmente compreensível e de tranqüila solução.

Sr. Presidente, as obras encontram-se paralisadas em Alto Taquari desde o final de setembro de 1999, porque a Ferronorte solicitou à Sudam os incentivos fiscais necessários para sua continuação e os está aguardando. Finalmente, no último Condel da Sudam, realizado na primeira quinzena de dezembro em São Luís, Maranhão, ela aprovou a liberação de 200 milhões de reais para que a Ferronorte pudesse continuar as obras até Rondonópolis.

Aproveito este momento para pedir ao Presidente da República, ao Ministro dos Transportes e ao novo Superintendente da Sudam a liberação dos recursos para que a Ferronorte possa reiniciar as obras do Alto Taquari até o município de Rondonópolis. É fundamental a liberação dos recursos para que a Ferronorte continue a tocar tão importante obra, que com certeza irá construir um cenário mais competitivo para a produção mato-grossense.

Ouçó, com prazer, o Deputado Jovair Arantes.

O Sr. Jovair Arantes – Nobre Deputado, estou ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Exa. em defesa do seu estado – aliás, desde que chegou a esta Casa, sempre o tem feito com muita propriedade

e sinceridade. Sem dúvida alguma, as ferrovias são a prioridade número deste País. As autoridades deveriam concentrar-se mais nesse tema. Tanto em Goiás quanto na sua querida Cuiabá, temos como meta principal a implantação de ferrovias para o desenvolvimento da nossa produção. Sendo esse tipo de transporte mais barato, haveria maior competitividade internacional. Nossos estados são centrais, por isso ficam mais prejudicados em termos de escoamento de produção. Cuiabá, quando solicitada, deu sustentação ao Tratado de Madri, importante vitória para o povo brasileiro na época. A Ferrovia Norte-Sul e, no nosso caso, a Ferrovia do Norte são obras de mais alta importância. As autoridades precisam entender isso. Foram liberados neste ano para a Ferrovia Norte-Sul somente 40 milhões de reais, quase nada. O sudoeste goiano é o quinto maior produtor de grãos do Brasil. Por isso, o Estado de Goiás está planejando um ramal da Ferronorte para escoar sua produção. Nobre Deputado, parabeno-o pelo pronunciamento. As autoridades deste País devem dar maior atenção às ferrovias.

O SR. WILSON SANTOS – Obrigado, Deputado Jovair Arantes. Incorporo com muita honra o aparte de V. Exa. ao meu pronunciamento.

Sr. Presidente, infelizmente o modelo de transporte de cargas implantado no Brasil foi equivocado. Os países desenvolvidos construíram seu modelo de transporte de cargas baseado em dois modais: o ferroviário e o aquaviário. O nosso, baseado em rodovia, é o mais caro, porque utiliza diesel e gasolina; com isso, o preço do produto fica mais alto.

Nós, jovens Parlamentares, temos o dever de trabalhar pela construção de um novo modelo de transporte, mais inteligente, racional e barato. Temos de diminuir o Custo Brasil. Insistimos em falar da Ferronorte, porque ela é decisiva para os interesses econômicos e financeiros de todo o País.

Sr. Presidente, sugiro à Diretoria da Ferronorte que instale definitivamente sua sede em Cuiabá, onde existe apenas um escritório de representação. Para que as empresas tenham acesso aos incentivos fiscais da Sudam, são obrigadas por lei a estar sediadas em algum município da Amazônia. Possuímos um escritório de representação, mas isso não é suficiente. Queremos que a Ferronorte transfira de São Paulo para Cuiabá a sede definitiva da empresa. A Amazônia conta apenas com a Sudam, mas nosso estado possui outros incentivos fiscais. Os 200 milhões de reais que as bancadas de Mato Grosso, do Amazonas, de Rondônia e do Pará têm lutado para liberar pertencem

à Amazônia. Nada mais justo do que termos a Ferronorte instalada definitivamente em Cuiabá.

Sr. Presidente, gostaria também de falar sobre a privatização do setor de saneamento básico. As telecomunicações do País foram vendidas, e pessoalmente não tenho visto muita melhora no seu serviço. A Companhia de Eletricidade de Pernambuco foi vendida por último porque o ex-Governador Miguel Arraes, bravamente, resistiu o quanto pôde. Parece-nos que quase todos os estados já venderam suas centrais de energia. Minas Gerais ainda resiste. Fala-se agora em privatizar o setor de saneamento básico. Enquanto no século XX a disputa foi pelo petróleo, no século XXI vai ser pela água doce. O Brasil possui aproximadamente 12% da água doce do mundo – um extraordinário potencial. De cada três guerras do século XXI, duas serão pela disputa de água doce.

Empresas francesas, norte-americanas e italianas têm-se interessado diuturnamente pelo processo de privatização e têm visitado meu estado, onde há sinalização de privatização dessa área.

Água é vida, não é objeto de luxúria que pode ser dispensado. Nem o mais pobrezinho dos cidadãos vive sem ela.

Essa onda de privatização do setor de saneamento básico brasileiro precisa ser freada. O Prefeito de minha cidade já conseguiu aprovar na Câmara municipal lei que autoriza a privatização dos serviços de água e saneamento básico por trinta anos. Temos feito uma campanha cívica nas ruas de Cuiabá contra a proposta do Prefeito daquela cidade, que deseja vender a grupos estrangeiros o sistema de água e saneamento básico.

No meu estado, as Centrais Elétricas Mato-Grossenses foram privatizadas. O preço da tarifa de energia explodiu. O governo estadual implantou o ICMS mais caro do Brasil, possivelmente do planeta. Em Mato Grosso, paga-se 42,86% de ICMS sobre energia elétrica. Nenhum estado do Brasil paga essa alíquota. Vou repetir: 42,86% é o ICMS da energia elétrica em Mato Grosso. Essa mesma alíquota é cobrada sobre o impulso telefônico. É um absurdo! Em função disso, empresas estão deixando o meu estado.

Isso é consequência do processo de privatização do setor de energia. E o mesmo pode acontecer com a água, não só em Cuiabá, no Mato Grosso, mas no Brasil.

Alguns empresários não estão preocupados em promover a parte social. São poucos os que têm esse sentimento, que têm a compreensão da sociedade em seu sentido macro, do seu papel cívico e como ser

humano. A maioria visa apenas ao lucro e, para tanto, arranca o couro do lombo do povo.

No meu estado, como disse, estamos vivendo o drama da privatização do setor energético, que fez explodir a tarifa de energia. Agora, o Prefeito da Capital do estado, Cuiabá, anuncia ao mundo que vai privatizar por trinta anos os serviços de água e saneamento básico.

Ouçó, com prazer, o aparte do valoroso Deputado Severino Cavalcanti.

O Sr. Severino Cavalcanti – Nobre Deputado, é muito gratificante para um homem quase setuagenário ouvir uma juventude como V. Exa., preocupado com problemas que realmente estão modificando a vida do brasileiro. Sou daqueles que defenderam a abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, para que aqui viesse criar novas condições de trabalho e emprego para o povo. Agora, destruir o que temos, um patrimônio nosso – e isso não é nenhum xenofobismo –, como o Banco do Estado de São Paulo, o BANESPA, que se tornará uma empresa entregue a multinacionais, ao capital alienígena, que vem aqui para explorar o nosso povo? Com a privatização do Banespa como a querem fazer, ficaremos com 49,5% do serviço bancário entregue às multinacionais. Seja saneamento, seja eletricidade, o que estamos sentindo é que pontos principais da nossa economia estão sendo entregues ao capital estrangeiro, que não tem pátria, que só se incomoda com o lucro. Quero ver essas empresas de energia elétrica entrarem na zona rural, que é deficitária, que precisa da presença do Poder Público! Sinto no pronunciamento de V. Exa. uma nova aurora. Uma nova esperança surge nesta Casa quando jovens vêm ensinar àqueles que já passaram dos 60 anos. Agradeço a V. Exa. as lições que me dá com esse pronunciamento, repleto de vibração e patriotismo. Parabéns, Deputado Wilson Santos! Não foi à toa que Mato Grosso o mandou a esta Casa.

O SR. WILSON SANTOS – Muito obrigado, Deputado Severino Cavalcanti.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado Geovan Freitas.

O Sr. Geovan Freitas – Nobre Deputado Wilson Santos, gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento, que de maneira fundamental o credencia a futuramente administrar a sua grande Cuiabá. Imagino que seja um sonho do seu povo tê-lo à frente da administração daquela cidade, pela sua capacidade em defesa daquela gente. Em seu pronunciamento, V. Exa. defende especialmente uma alternativa mais econômica e viável para a questão das ferrovias. E é o

que realmente é bom para o Brasil. Nós, de Goiás, sonhamos com isso; nós, do sudoeste goiano, esperamos que aquela região, cujo forte é a produção agrícola, possa minimizar os custos de produção e transporte, convivendo, num futuro bem próximo, com ferrovias. Acrescento meu apoio às empresas particulares e ao Governo, para que incentive e invista no transporte ferroviário. Num segundo momento, V. Exa. abrange assunto extremamente sério e importante para o Brasil e para o mundo: a questão das águas, da infra-estrutura e do saneamento básico. Quero apenas citar o exemplo da minha cidade, Jataí, da qual fui Vereador por dois mandatos. Lá, comandeí uma campanha pela municipalização dos serviços de água e esgoto; acabei, sob a forma de lei municipal, com a cobrança de esgoto, irregular, ilegal e inconstitucional, e fiz com que a renovação do contrato com a concessionária goiana Saneago, que costuma acontecer a cada vinte ou trinta anos, fosse realizada a cada dez anos, depois de ter sido feito um grande investimento naquela cidade, inclusive com usina de tratamento. Explorar os serviços de água e esgoto é como ter uma galinha de ovos de ouro. Arrecadam-se recursos junto à população, mas, infelizmente, o serviço básico de água e esgoto não é oferecido a contento para a maioria da população. Sabemos que a maioria das cidades brasileiras não tem esgoto, para não falar daquelas que convivem sem água tratada. V. Exa. faz um bellissimo discurso, aborda assunto extremamente importante, com o qual devemos bater de frente. Os municípios são os verdadeiros responsáveis pelo fornecimento de água a seus municípios e pela implantação de redes de esgoto. Logicamente, devem fazer investimentos nesse sentido e não enriquecer empresas estaduais ou da iniciativa privada com esse sagrado benefício, direito da população. Meus parabéns! Muito obrigado.

O SR. WILSON SANTOS – Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Severino Cavalcanti, de Pernambuco, e ao Deputado Geovan Freitas, de Goiás, tão importantes apartes.

Ao encerrar este pronunciamento, gostaria de reiterar dois temas importantes para o meu estado: a chegada definitiva da Ferronorte a Cuiabá e a onda de privatizações que ronda os serviços essenciais à sociedade, ao povo brasileiro, como é o serviço de saneamento básico.

Agradeço aos colegas que me apartearam e digo-lhes que não nos calaremos diante da tentativa do Prefeito da Capital de Mato Grosso de privatizar os serviços essenciais. O Prefeito de Cuiabá deveria

manter a municipalização dos serviços, combater as perdas, que chegam a 58% – de cada cem litros de água retirados dos rios de Cuiabá, 58 perdem-se antes de chegarem às torneiras do consumidor –, e qualificar os técnicos daquela agência municipal, em vez de entregar a “galinha dos ovos de ouro” a um setor empresarial que não tem qualquer sensibilidade pelo social e que, com certeza, encarecerá as tarifas, mas não melhorará os serviços. É isso o que tem acontecido na maioria das vezes com o processo de privatização que ocorre no País nesta última década.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Marçal Filho) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilson Mourão.

O SR. NILSON MOURÃO (PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo a tribuna desta Casa para trazer ao debate a situação enfrentada pelos pequenos produtores rurais do nosso País em relação aos problemas que enfrentam na obtenção de créditos, incentivo à produção, preço mínimo e outras garantias que lhes possam permitir uma vida digna.

Quero destacar aqui o artigo intitulado “O Empobrecimento da Agricultura Brasileira”, de autoria dos pesquisadores Eliseu Alves, Mauro Lopes e Elísio Contini, publicado na **Revista de Política Agrícola**, do Ministério da Agricultura, nº 3/99. Esta análise da realidade vivida da agricultura brasileira, além da qualidade técnica, torna-se ainda mais importante por ter sido elaborada por técnicos vinculados ou reconhecidamente com bom trânsito dentro do Governo. Pela primeira vez, pessoas com ligação ou grande afinidade política e ideológica com o atual Governo divulgam dados e conclusões que indicam o processo dantesco de empobrecimento da agricultura brasileira. Nesse artigo, os técnicos dizem e mostram em números e estatísticas o que o PT e os partidos de oposição vêm dizendo há vários anos: que as políticas públicas para o setor agrícola estão inviabilizando a permanência digna do homem no campo.

É chocante constatar em números o que vemos no dia-a-dia no contato que temos com os trabalhadores rurais em nossos estados. O prognóstico dos autores antevê, para curto e médio prazos, realidade de completa miséria para milhões de pequenos produtores e trabalhadores rurais do País. Além da total inviabilidade econômica prevista para a agricultura familiar e o abandono do campo por milhões de trabalhadores, os autores não apontam alternativas de sobrevivência para essa população, mesmo porque estão convencidos de ser essa tendência produto natural do

avanço da consolidação, no Brasil, da suposta “agricultura científica” – entre aspas. Na visão neoliberal, a agricultura científica é aquela em que um pequeno número de agricultores altamente técnico e com recursos suprirá os mercados interno e externo.

No entendimento dos tecnocratas do Governo, a agricultura brasileira encontra-se em fase de transição para a chamada agricultura científica, com a tecnologia mecânica substituindo o trabalho assalariado, num primeiro momento, e, depois, liberando os membros das famílias para os mercados das cidades. As estatísticas já apontam o decréscimo acentuado e contínuo do pessoal ocupado na agricultura, mostrando um País fortemente urbanizado, com regiões como Centro-Oeste, Sudeste e Sul ostentando índices de urbanização próximos ou superiores aos dos Estados Unidos.

De fato, há alguns anos entramos na fase de extinção de estabelecimentos agrícolas no Brasil. De acordo com o Censo 1995/96, houve uma redução, em dez anos, de quase 1 milhão no número de estabelecimentos.

A permanência do homem no campo está se tornando inviável pela combinação de vários fatores, como: o envelhecimento do responsável pelo estabelecimento e a preferência dos filhos por morar na cidade; a renda bruta por pessoa ocupada nas propriedades menores não alcançar um salário mínimo; o baixo índice de mecanização agrícola inviabilizando a competição do produto no mercado e exigindo da mão-de-obra um esforço insuportável; a falta de uma política de crédito que beneficie os pequenos; o baixo grau de instrução, especialmente dos beneficiários da reforma agrária, na sua maioria, com um ano ou menos de escola rural de péssima qualidade.

Há, portanto, em todas as regiões brasileiras, importantes tendências de esvaziamento populacional das áreas rurais do País, sendo que, em 1996, a população urbana do Brasil já correspondia a quase 80% da população total.

Com os índices que mostram o forte processo migratório rural, combinados com a redução do número de estabelecimentos agrícolas, os autores concluem que na origem desse processo encontra-se a baixa rentabilidade da nossa agricultura. Essa conclusão é reforçada pelos dados do Censo Agropecuário 1995/96 e de pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, revelando que:

1 – Em qualquer região do País, a atividade agrícola praticada nos estabelecimentos com áreas inferiores a 50 hectares oferece remuneração menor que

um salário mínimo. Isso significa que 81% das propriedades rurais estão nessa situação;

2 – Na região Norte, os membros das famílias de propriedades abaixo de mil hectares não conseguem renda de um salário mínimo **per capita**;

3 – No Nordeste, encontram-se na mesma situação as propriedades de até 200 hectares. Existem no Nordeste 2 milhões e 300 mil estabelecimentos. Desse, 94,2% representam área menor que 100 hectares.

Com base na pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, os técnicos autores do artigo procuraram estimular os estabelecimentos com chances de sobrevivência. Consideram que, para terem estabilidade a longo prazo, a renda líquida dos estabelecimentos deve ser superior a dois salários mínimos. A conclusão a que chegaram é de que somente entre 20% a 30% dos estabelecimentos apresentam estabilidade de longo prazo. Significa que, mantida a tendência, dos 4 milhões e 900 mil estabelecimentos, apenas 980 mil apresentam viabilidade econômica de longo prazo. Destes, apenas 600 mil terão chances de sobreviver diante da concorrência de propriedades com maior grau de mecanização e produtividade. Sendo assim, somente na região Sudeste, por exemplo, deverão desaparecer 1 milhão de estabelecimentos nos próximos 10 anos.

Esta é a realidade do setor agrário brasileiro. Reflete simplesmente o abandono das políticas públicas ao setor. A doutrina neoliberal adotada por este Governo, que prega o fim do subsídio generalizado, permite a negociação das dívidas dos grandes, sem incluir os pequenos produtores. Para os grandes devedores, vantagens ainda maiores. Para os pequenos, aqueles que precisam mais, não tem conversa!

Está claro, nos dados apresentados aqui, que o dinheiro que o Governo deixa de aplicar na agricultura para promover a dignidade de milhões de brasileiros, gasta muitas vezes mais com combate à violência, saúde e infra-estrutura para atender às famílias, que, obrigadas pela fome, trocaram o campo pelas periferias das grandes cidades. É uma lógica perversa e sem sentido o que se faz com essa gente.

O Sr. João Grandão – Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. NILSON MOURÃO – Com prazer, nobre Deputado João Grandão.

O Sr. João Grandão – Nobre Deputado Nilson Mourão, parabeno V. Exa. pela escolha do tema para o debate, pela sua atuação no núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores, o qual temos o prazer de coordenar, e pela sua insistência em relação a esse assunto, principalmente abordando a questão do pe-

queno produtor. Estivemos reunidos, na semana passada, com os assentados na região de Ponta Porã e na região de Itaquiraí, precisamente num assentamento chamado Indaiá, e pudemos observar ali, de forma nua e crua, a realidade que V. Exa. está apontando em seu pronunciamento: o descaso do Governo Federal quanto aos problemas dos pequenos e médios produtores, que até hoje não estão com suas situações regularizadas. O Governo cometeu um crime contra as pessoas que querem produzir – e penso que esse seja também o entendimento de V. Exa. –, especialmente nos assentamentos, quando decidiu transformar o Proceca no Pronaf. V. Exa., além de estar com a razão, está num dia inspirado para falar sobre este assunto. Quero, então, juntamente com outros Deputados do Partido dos Trabalhadores – V. Exa. tem ciência da nossa posição –, deixar registrada a nossa preocupação, que é também sua, quanto a essa questão e dizer que a agricultura está numa situação de falência exatamente porque não se tem uma política agrícola definida, principalmente para os pequenos e miniprodutores, apesar de evidentemente os grandes também não estarem livres dos juros escorchantes. Portanto, quero parabenizá-lo pela sua abordagem desse tema, principalmente pelos dados precisos que traz e pela pesquisa realizada para a elaboração do pronunciamento. Isso engrandece ainda mais a sua atuação nessa área, juntamente com o núcleo agrário, do qual V. Exa. tem sido freqüentador assíduo. Quero, mais uma vez, dizer que sua preocupação é a nossa. Parabéns pelo tema escolhido e pelo grau de pesquisa desenvolvido para formular seu raciocínio! Muito obrigado.

O SR. NILSON MOURÃO – Deputado João Grandão, agradeço a V. Exa. as palavras e as incorporo ao meu pronunciamento.

O Sr. Osvaldo Sobrinho – Concede-me V. Exa. um aparte?

O SR. NILSON MOURÃO – Com prazer, Deputado.

O Sr. Osvaldo Sobrinho – É com muita felicidade que ouço o pronunciamento de V. Exa. Independentemente de sigla – partidária acredito que o tema não entra nesse aspecto –, o Brasil precisa urgentemente de rever sua política fundiária, agrária e agrícola. É necessário que se pense no homem do campo. Nesses 500 anos de colonização do Brasil, o homem do campo continua em estado de miserabilidade, escravidão. Faltam-lhe assistência, zelo e respeito por seus direitos fundamentais. Na verdade, hoje quem conhece o meio rural brasileiro, principalmente no tocante ao minifúndio e ao microprodutor rural, sabe a

situação por que estão passando esses trabalhadores. As leis aqui votadas e as políticas agrícolas do Governo lamentavelmente não atingem esse homem que trabalha, que lavra a terra, tendo na sua mão-de-obra fator principal de produção. Portanto, parabênizo V. Exa. por tão importante tema que traz a esta Casa. É necessário que as autoridades de todos os partidos, independentemente de sigla partidária, estejam alertas para esse problema crucial. A Lei Áurea deu a liberdade ao escravo, mas não houve nenhuma outra lei que desse liberdade, vantagens e condições ao homem que trabalha ainda em regime de escravidão no interior deste País. Parabéns a V. Exa. pelo pronunciamento! Na verdade, ele vem ao encontro das aspirações maiores daqueles que fazem a riqueza deste País, que não querem virar favelados, mas que, pela atual política, são obrigados a sofrer nas periferias das cidades, porque não lhes é dada nenhuma condição de trabalhar no campo.

O SR. NILSON MOURÃO – Deputado Osvaldo Sobrinho, agradeço a V. Exa o aparte, que incorporo com prazer ao meu pronunciamento.

Ouçõ o Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, Deputado Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante – Deputado Nilson Mourão, para não prejudicar a conclusão de seu pronunciamento, serei muito breve. Não poderia deixar de dizer do orgulho da nossa bancada diante de seu mandato, do compromisso de V. Exa., eu diria, com o povo do Acre e, sobretudo, com os trabalhadores rurais deste País. A sua preocupação com a reforma agrária, com uma política fundiária que gere justiça no campo, com o apoio aos pequenos e microprodutores agrícolas e com a agricultura de forma geral, ao longo do ano que acabamos de concluir, tenho certeza, deixará contribuição inestimável para que possamos repensar o papel da agricultura e do desenvolvimento agrícola do Brasil. Este País tem imenso potencial agrícola, mas não tem sabido utilizá-lo para gerar emprego, qualidade de vida e, sobretudo, uma sociedade mais solidária e generosa. Portanto, parabéns pelo seu pronunciamento e pela maneira como vem desempenhando seu mandato nesta Casa!

O SR. NILSON MOURÃO – Muito obrigado, Deputado Aloizio Mercadante. Incorporo, com o maior prazer, seu aparte ao meu pronunciamento.

Prossigo, Sr. Presidente.

No Estado do Acre, o abandono, o desinteresse, e a incompetência de sucessivos Governos deu origem ao êxodo rural, ao esvaziamento dos seringais, ao esgotamento do extrativismo e às imensas dificul-

dades hoje presentes nos projetos de assentamento destinados à reforma agrária. Desde que assumiu, em 1º de janeiro do ano passado, o Governador Jorge Viana está executando políticas públicas capazes de estancar esse processo.

O Acre é um estado que não tem viabilidade econômica e social, senão explorando, de modo sustentável, a floresta e a agricultura. Em pouco mais de um ano várias iniciativas foram já tomadas. Com o subsídio à produção da borracha de R\$0,40 por quilo, somados aos R\$0,90 do Governo Federal, o Governo do estado está resgatando a esperança dos seringueiros e fomentando a continuidade da produção da borracha. Para possibilitar o acesso às linhas de crédito do FNO e do Prodex foi criado um fundo de aval, em que o Governo é o avalista do pequeno produtor. A assistência técnica está chegando a milhares de produtores, com mais frequência e agilidade, por meio da Secretaria de Assistência Técnica. Armazéns e frigorífico da Cageacre estão sendo recuperados, para garantir o armazenamento da produção. Mesmo com poucos recursos, o escoamento está sendo garantido, por meio do trabalho intenso de recuperação de ramais em todo o estado.

O cooperativismo encontrou no Governo estadual um parceiro forte. Por meio de entendimentos com a Conab, cooperativas e associações passaram a participar das licitações para a venda de farinha, arroz e feijão, obtendo melhor preço, gerando empregos e renda. O Governo do Estado do Acre está iniciando um programa de mecanização de terras degradadas, em parceria com as associações de produtores, que facilita e agiliza o trabalho do campo, tornando os produtores mais competitivos no mercado. Projetos de eletrificação rural atingem comunidades que terão condições de aumentar sua produção.

No Acre, Sr. Presidente, entendemos que o Governo é parte fundamental nesse processo de promoção de justiça social, geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida daqueles que os Governos passados sempre renegaram: pequenos e médios empresários, produtores rurais, seringueiros, índios e ribeirinhos. Entendemos que o Governo tem de gastar dinheiro com programas que permitam ao seringueiro continuar no seringal, ao índio, continuar na sua aldeia, e, ao agricultor, continuar em suas terras. Para isso é necessário levar até eles o médico e os medicamentos, a escola e o professor, a estrada e o meio de transporte.

Na década de 70, 80% da população acreana viviam na floresta e dela retiravam os recursos para viver. Em 1980, esse índice já havia caído para 60%.

Hoje, dos 500 mil habitantes do Acre, apenas 35% vivem na floresta. E para onde foi toda essa gente? Foram para onde todos vão: para as periferias das cidades, onde passam fome com uma renda familiar que, na maioria das vezes, não chega a um salário mínimo.

Dados aferidos depois de um ano de Governo já indicam a migração das periferias das cidades para a floresta, de famílias inteiras que estão fazendo o caminho de volta. O povo recuperou a confiança no Governo, pois sente a presença do Poder Executivo, por meio dos programas e até da presença física de seus agentes, pois o Governador, em pessoa, tem percorrido o estado, dias e dias a cavalo, de barco e a pé, visitando seringais, aldeias indígenas e agricultores na floresta. O projeto de repovoamento, centrado na qualidade de vida de seringueiros, índios e ribeirinhos, está recebendo o nome de "Florestania", que é a qualidade de vida na floresta, com cidadania. É, acima de tudo, o resgate da dignidade, da alegria de viver e sonhar. Não podemos aceitar a política que obriga milhões de seres humanos a viverem, na zona rural ou na floresta, em situação de semi-escavidão, e, embora profissionalmente despreparados, são forçados a migrar para os centros urbanos e ingressar nas fileiras da marginalidade.

Mais do que nunca, a reforma agrária e uma política agrícola voltada para a maioria dos produtores rurais se impõem como condição para democratizar o País, garantir distribuição de renda e construir uma sociedade fundamentada na Justiça, sem exclusão social. O século XXI se abre em potencialidades para o nosso País, mas requer profundas transformações, capazes de gerarem trabalho digno e remuneração justa, saúde e educação para todos, participação e cidadania. Assim, nos orgulharemos do País que estamos construindo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, diante do quadro demonstrativo da realidade agrícola brasileira, resta perguntar a técnicos, Ministros e ao próprio Presidente da República até quando vale a pena sacrificar uma população inteira em nome da estabilidade do real, com impostos escorchantes sobre produtos e serviços, falta de uma política de crédito que atenda ao pequeno produtor e altas taxas de juros que desencorajam os pequenos a realizarem novos investimentos que os tornem competitivos.

Nas cidades brasileiras, a capacidade de absorver levas de migrantes está ultrapassando os níveis de tolerância. A mão-de-obra pouco ou nada qualificada que chega do meio rural encontra desemprego e falta de moradia, escola, saneamento e saúde, gerando os cinturões de violência e marginalidade, características

de um país que perdeu seu rumo em políticas que desconsideraram seu povo e sua cultura, importando modelos e submetendo-se a interesses dos estrangeiros, que estão aqui de passagem e não têm compromisso real com nosso povo e com a justiça social.

Sr. Presidente, está na hora de o Governo acordar para essa realidade e passar a governar para os que nunca tiveram o Governo a seu lado. Talvez fosse bom os seus Líderes nesta Casa aconselharem-no a sair dos gabinetes em Brasília para ver de perto o verdadeiro Brasil que resiste e teima em manter a esperança, mesmo depois de 500 anos de tanto sofrimento e dor!

Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem!)

Durante o discurso do Sr. Nilson Mourão, o Sr. Marçal Filho, § 2º do Artigo 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do artigo 18 do Regimento Interno.

O SR. MARÇAL FILHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V.Exa. a palavra.

O SR. MARÇAL FILHO (Bloco/PMDB – MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna na tarde de hoje para discorrer sobre assunto que está na boca do povo e tomou corpo nas últimas semanas: o reajuste do salário mínimo, a vigorar a partir de 1º de maio.

O debate está nas ruas e o Governo já se rendeu a esse fato iniciando os estudos, análises, reuniões e diálogos que o levarão à decisão final.

O Governo encontra-se sob a pressão da opinião pública e da mídia por um novo salário mínimo e, com as primeiras declarações de seus membros, passou a imagem ruim de que simplesmente não aceita esse aumento.

Registro, Sr. Presidente, minha opinião e minha posição parlamentar favorável à correção do valor do salário mínimo; defendendo um aumento superior aos índices oficiais de inflação medidos nos últimos doze meses – de 8,9% para o consumidor –, uma vez que temos presenciado no dia-a-dia um impacto muito maior desses reajustes de preços sobre as despesas mensais de uma família do que o mostrado pelos números oficiais.

Tornou-se premente um aumento que recupere, pelo menos em parte, o poder de compra do trabalhador brasileiro, sem que afete a estabilidade da moeda.

Não vou aqui, Sr. Presidente, ater-me a valores monetários, mas sim à necessidade de uma elevação

acima dos 7% projetados e sinalizados inicialmente pelo Orçamento da União para este ano, para recompor os salários reduzidos, principalmente nos últimos dois anos, pela crise econômica.

Pesquisa realizada em seis regiões metropolitanas do Brasil e divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou o que todos já presenciávamos: os trabalhadores brasileiros ficaram ainda mais pobres na década de 90, com uma queda de 8% do seu rendimento médio real nos últimos dez anos, descontada a inflação. Apenas no ano passado, Sr. Presidente, a queda foi de 5,5%, em relação a 1998.

E não podemos debitar essa queda da renda do trabalhador apenas ao crescimento do desemprego. Reconheço que o desemprego coloca o trabalhador com um baixo poder de barganha junto aos empresários, mas os baixos valores do salário mínimo praticados nos últimos anos, que servem de referência para a contratação de funcionários em quase todo o Brasil, principalmente na agropecuária e nas pequenas e médias cidades, são os grandes responsáveis pelo cruel empobrecimento de nossa classe trabalhadora.

São mais de 2 milhões de pessoas no setor formal, outros mais de 10 milhões no mercado informal e 12 2 milhões de aposentados brasileiros que ganham um salário mínimo por mês, segundo estudos do IPEA, totalizando mais de 24,2 milhões de trabalhadores, o que corresponde a mais de um terço de nossa população economicamente ativa (em torno de 69,9 milhões de pessoas).

Sr. Presidente, o crescimento, mesmo que leve, do nosso Produto Interno Bruto no ano passado, de 0,8%, em contraste com a queda de 5,5% na renda média dos trabalhadores, desnuda a transferência de parte dos salários dos empregados para os lucros das empresas, para a especulação imobiliária e até para a compra de títulos públicos.

E tudo isso, Sras. e Srs. Deputados, em um momento que nos vemos altamente constrangidos por um abono salarial de auxílio-moradia de até R\$3.000,00 concedidos para os juízes federais e do Trabalho, numa imoralidade que afronta os assalariados de todo o Brasil.

O trabalhador braçal, a balconista, a diarista, o camelô, o vigilante, o vaqueiro, o peão da fazenda, enfim, os brasileiros que fazem o nosso Brasil com seu suor e seu trabalho não compreendem o significado de equivalência salarial entre o Judiciário e o Legislativo. Muito menos entendem o que é decisão judicial de caráter provisório ou tutela antecipada, menos ainda o que é julgamento de liminar contra medida

provisória. O que ele entende e sente é que tem de levantar cedo, trabalhar o dia todo, fazer sol ou fazer chuva, para, no final do mês, receber R\$136,00 para o sustento seu e de sua família. O que vivencia, Sr. Presidente, é sobrar mês e faltar salário, cada vez que precisa fazer as compras de mercearia ou pagar as tarifas públicas de água e luz.

Como, Sr. Presidente, falar em auxílio-moradia de R\$3.000,00 para quem sobrevive com R\$136,00 por mês e não tem casa própria para abrigar sua família? Como, Sr. Presidente, justificar essa concessão para os cerca de 1,2 milhão de servidores públicos federais que estão sem aumento salarial desde 1994, excetuando-se 14 privilegiadas categorias do serviço público federal que conseguiram aumento, como os advogados da União, os assistentes jurídicos da Advocacia Geral da União, os orientadores de projetos de assentamentos, os defensores públicos e os procuradores do Tribunal Marítimo?

Sr. Presidente, apesar de criado nos distantes idos de 1940, mais precisamente em 1º de maio de 1940, durante o Governo do Presidente Getúlio Vargas, o salário mínimo ainda tem vital importância na economia brasileira e ainda hoje afeta o dia-a-dia de milhões de famílias de trabalhadores brasileiros.

Em 1940 o mínimo era de 240.000 réis. Em 1943 correspondia a US\$ 15,28. Depois vieram os valores em cruzeiros, cruzeiros novos, novos cruzeiros, com muitos zeros, e com zeros cortados quando os dígitos batiam em seis, com abono e sem abono, e até mesmo em URV, quando da implantação do Real em 1994, correspondendo à época a R\$64,79.

Desde maio de 1998 o mínimo está em R\$136,00.

E a partir de maio de 2000?

Não vou sugerir nem "chutar" números, Sr. Presidente. Vou apenas apelar ao Governo Federal para que se faça justiça ao trabalhador brasileiro.

Que seja concedido, Sr. Presidente, o maior aumento de salário mínimo possível!

E que este aumento seja também estendido aos aposentados que ganham mais do que o mínimo, como ocorreu em 1995, quando o percentual foi o mesmo para quem ganha um salário mínimo de benefício e quem recebe valor maior do que o mínimo.

A globalização exige fantástico progresso tecnológico.

O capitalismo exige uma informação intensiva, a horizontalização produtiva e demanda reduzida no mercado de trabalho.

Do trabalhador exige-se flexibilidade, criatividade, engajamento e capacidade.

E o trabalhador? E os subempregados? E os aposentados e pensionistas do setor privado?

Eles estão a exigir apenas o direito à dignidade, à alimentação, à moradia e a outras condições mínimas de sobrevivência para seus familiares. Não desejam nem mesmo uma qualidade melhor do emprego e das relações do trabalho. Muito menos estão preocupados com reforma tributária, reforma fiscal, reforma política ou reforma social. Não estão preocupados com serviços pessoais de beleza, de estética, tampouco freqüentam restaurantes e cinemas. Sonham apenas com um salário mínimo que assegure a sua subsistência e a de seus filhos, e a sua fuga da miséria, da fome e da violência que colocam o Brasil como o campeão mundial da desigualdade social.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para pedir a V.Exa. que se registre nos Anais da Casa requerimento que foi enviado ao Poder Executivo sugerindo medidas visando à redução de distorções na comercialização de produtos agrícolas para o mercado doméstico.

Era o que tinha a dizer.

REQUERIMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

REQUERIMENTO Nº , DE 2000
(Do Sr. Marçal Filho)

Requer o envio ao Poder Executivo da Indicação anexa, em que são sugeridas medidas visando à redução de distorções na comercialização de produtos agrícolas para o mercado doméstico

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 113, inciso I e § 1º do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requereiro a V.Exa. seja encaminhada ao Senhor Ministro da Agricultura e do Abastecimento a Indicação em anexo, em que se propõem medidas destinadas a reduzir distorções no processo de comercialização de produtos agrícolas destinados ao mercado interno.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2000. –
Deputado **Marçal Filho**.

INDICAÇÃO Nº , DE 2000
(Do Sr. Marçal Filho)

Propõe medidas destinadas a reduzir distorções na comercialização de produtos agrícolas de consumo predominantemente doméstico.

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento:

No uso das prerrogativas que a Constituição Federal confere aos representantes do povo brasileiro no Congresso Nacional, vimos pela presente Indicação expor e sugerir o seguinte:

Os preços dos produtos agrícolas são reconhecidamente instáveis cíclica e sazonalmente e aplainar suas flutuações é um dos objetivos permanentes da política agrícola. Consciente do problema, o governo tem feito considerável esforço para corrigir essa distorção. O controle da inflação, a maior exposição ao mercado externo e a introdução de modernos mecanismos de comercialização via bolsas de mercadorias em substituição aos controles diretos mediante compras governamentais foram inegáveis conquistas do governo e da agricultura brasileira. Todavia, há um segmento da agricultura que permanece intocada pelos novos instrumentos: trata-se da agricultura voltada para os produtos de consumo nitidamente doméstico, em particular daquela agricultura cujos produtos são consumidos *in natura*. O feijão é o melhor exemplo dessa categoria de produtos. É adquirido primordialmente pelo consumidor final no mercado interno e sua produção é realizada por produtores pequenos, com limitada capacidade financeira.

Praticamente sem acesso ao mercado internacional e sem uma demanda industrial que retire do mercado o excesso de produto disponível por ocasião da safra, preços de produtos como o feijão atingem patamaes irrisórios, na colheita, e picos absurdamente elevados na entressafra. Em consequência, o produtor que, tendo vencido os riscos da produção, conseguiu colher, arcar com prejuízo financeiro, enquanto o especulador, que só armazena, auferir lucros extraordinários, com risco próximo de zero. Essa distorção não é corrigida pelos mecanismos de mercado que o governo, oportunamente, repetimos, tem-se empenhado em implementar.

Urge, por conseguinte, reconhecer a existência de uma categoria de produtos que requer medidas especiais para que as imperfeições de mercado sejam corrigidas e este seja aperfeiçoado. Prioridade para esses produtos no crédito de comercialização

(por ocasião da elaboração do “Plano de Safras”) e financiamentos para a construção de armazéns no próprio estabelecimento rural ou na cooperativa próxima são medidas de extraordinário alcance social e indispensáveis à ampliação da oferta de produtos básicos para o abastecimento interno e para o aumento da segurança alimentar da população brasileira.

Absolutamente convictos da propriedade dessas propostas, esperamos também sensibilizar a V. Exa. para a gravidade do problema e para a adequação das sugestões apresentadas.

Sala das Sessões, de de 2000. – Deputado **Marçal Filho**.

O SR. SÉRGIO CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. SÉRGIO CARVALHO (Bloco/PSDB – RO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quando a crise na saúde se acentua cada vez mais, é incompreensível que um Governo permita que recursos hoje raros fujam de suas mãos, prejudicando enormemente a população. É o que está ocorrendo, Sr. Presidente, com a questão do LACEN (Laboratório Central) de Rondônia, cujo investimento de mais de 2 milhões de reais poderá simplesmente não ser repassado por falha no projeto elaborado pelo próprio Governo do Estado.

Para que se entenda o processo, basta dizer que o projeto para a nova construção e aquisição de equipamentos do Lacen está há mais de um ano sendo avaliado. Quando foi proposta a licitação para a realização das obras, no final do ano passado, a Comissão de Licitação observou que estavam faltando, no projeto, vários itens fundamentais, inclusive equipamentos. A revisão do projeto, já solicitada várias vezes ao Governo de Rondônia, via programa Reforsus, que viabiliza verbas para obras desse porte, até agora não foi feita. Ocorre que, expirado o prazo legal para revisão do projeto e uma nova licitação, a verba, que pode chegar a 2 milhões de reais, vindos do Banco Mundial, graças a um convênio com a Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, e do programa Reforsus, simplesmente poderá ser cancelada.

O projeto do novo Laboratório Central de Rondônia prevê a construção de uma obra toda nova, já que a antiga se incendiou, além da colocação de modernos equipamentos, o que beneficiaria sobremaneira a população, principalmente a de Porto Velho, tão carente de apoios desse tipo no setor de saúde. Para que o projeto seja revisado e tenha andamento imedi-

ato, é preciso que o Governo de Rondônia contrate uma empresa especializada no assunto para que, num prazo máximo de 20 dias, todo o processo seja refeito, seja dado o devido andamento pelo Reforsus e em seguida se realize a licitação, a fim de que o dinheiro seja liberado, possibilitando o início das obras de imediato. Se não tomar essas providências com a máxima urgência, mais uma vez o Governo de Rondônia deixará de receber recursos por falta de organização e planejamento.

Apesar dos vários avisos do Ministério da Saúde, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e da equipe do Reforsus, o tempo está passando, os prazos esgotando-se e nada de medidas concretas do Governo de Rondônia para não deixar esvair-se, sumir, ser perdido um investimento de tal vulto para a saúde, certamente o setor mais carente hoje em todo o contexto do nosso Estado.

É por isso, Sr. Presidente, que desta tribuna fazemos um apelo ao Sr. Governador de Rondônia, ao Sr. Secretário da Saúde do Estado e a toda a sua equipe, para que não permitam que sejamos mais uma vez prejudicados por falta de ação. As correções do projeto do Lacen podem ser efetuadas em poucos dias, com assessoramento especializado, para que em breve seja feito o processo licitatório, seguido pelo início das obras.

Um Laboratório Central novo, bem equipado, bem estruturado, é por demais importante para nossa comunidade, para que seja relevado ou esquecido. Não podemos perder esta oportunidade rara de, com verbas do Banco Mundial, construir essa obra vital para a nossa gente de Rondônia. O Governo do Estado precisa agir ainda hoje, agora, para que os quase 2 milhões de reais não sejam destinados a outro Estado ou a outras obras.

Era o que tinha a comentar.

O SR. DR. EVILÁSIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. DR. EVILÁSIO (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito que V. Exa., representando a Mesa da Câmara dos Deputados neste instante, receba a indicação que faço ao Ministério do Trabalho, sugerindo a adoção de medidas para que os trabalhadores admitidos por empresas que vendem produtos de porta em porta tenham seus direitos trabalhistas garantidos.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Será recebido, nobre Deputado.

O SR. GEOVAN FREITAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio)
-- Tem V.Exa. a palavra.

O SR. GEOVAN FREITAS (Bloco/PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento, quero fazer um alerta desta tribuna. Estamos às vésperas do Carnaval, e no Brasil aproveitam-se essas ocasiões para abusar do consumo de drogas, sejam lícitas, sejam ilícitas. Queremos, infelizmente, criticar a campanha que, a partir de amanhã, o Governo Federal vai lançar em âmbito nacional, uma campanha extremamente pobre, promovida com o interesse de educar ou orientar os brasileiros quanto à questão do consumo de álcool no carnaval.

Digo isso, Sr. Presidente, porque estaremos entregando à CCJR, quando abrirem seus trabalhos, um substitutivo ao projeto de lei do Deputado Airton Dipp, o qual versa sobre a obrigatoriedade de constar das embalagens, dos rótulos e das propagandas de bebida alcoólica advertências sobre a proibição da venda a menores de 18 anos, como consta do Estatuto da Criança e do Adolescente, e também sobre o fato de que bebida alcoólica faz mal à saúde. Dessa forma, estaremos combatendo de frente o problema e cumprindo o nosso dever.

O que acontece no Brasil é que temos a proibição de algumas drogas e o incentivo ao consumo de outras, principalmente do álcool, que é a maior causa de acidentes no nosso País. Vejam V.Exas. o exemplo da campanha que amanhã o Governo Federal vai expor ao povo brasileiro. O lema é: “Se beber, não dirija”. Vejam que de fato é uma campanha pobre, para um Governo que tem inúmeros Ministérios gigantes, como o Ministério da Justiça, o Ministério da Saúde, o Ministério dos Transportes. O consumo de álcool é o que mais tem provocado acidentes nas rodovias. Como pode o Governo optar por uma campanha tão pobre como essa? Esses Ministérios, Sr. Presidente, devem ter técnicos de toda natureza, milhares de funcionários, e o Governo resolve fazer essa propaganda tão tímida, não indo além de sugerir: “Se beber, não dirija”! É a mesma coisa que dizer: “Se consumir qualquer droga, não dirija”. Esqueceram-se de advertir: “Se beber ou consumir droga, não cometa homicídio, não mate sua esposa, não se suicide”.

Sr. Presidente, é realmente uma propaganda muito pobre para um Governo Federal com a estrutura que este tem, com os mecanismos de que dispões nos meios de comunicação.

São pagas pelos cofres públicos altíssimas verbas para se estampar publicidade institucional. De forma que cobro do Governo um maior empenho, e mostro estatísticas que comprovam que o consumo de álcool é hoje o que tem causado os maiores prejuízos à nossa sociedade, e não só especificamente no trânsito, porque o álcool também está por trás de inúmeros afogamentos, homicídios, suicídios, agressões na família, à esposa, aos filhos.

O álcool, Sr. Presidente, é a primeira droga que os jovens consomem. Logo aos 15 anos eles passam a consumir álcool. Em seguida vêm o cigarro e as outras drogas. Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos atacar de frente esse mal. Precisamos criar nesta Casa uma Comissão para fazer um estudo e mostrar ao Governo a forma como podemos minimizar esse problema.

Digo a V. Exas. que as instituições ligadas a essa área estão fazendo a sua parte. Participei, no domingo passado, na Pousada do Rio Quente, de um encontro promovido pela Casa de Eurípedes, instituição goiana que faz tratamento de drogados, de pessoas alcoólatras e de portadores de outros transtornos mentais. O assunto principal foi a questão do consumo de álcool no Brasil.

As pessoas são tão desinformadas que os pais costumam mandar o filho menor comprar na esquina um litro de pinga. Como punir, e quem punir primeiro, e de que forma? O pai manda o seu filho menor, a quem é proibido vender bebida alcoólica, ao boteco, que no entanto vende a bebida, recebe o dinheiro e dá o troco, e jovem leva para casa o litro de pinga que comprou. Isso é normal, é comum.

Não se pode fazer o mesmo com a cocaína ou outro tipo de droga cujo consumo é ilegal. De maneira, Sr. Presidente, que a questão do álcool tem que ser tratada de forma diferente. E conclamo esta Casa a fazer um trabalho para que possamos atacar de frente o problema.

O SR. JOÃO MAGNO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio)
-- Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOÃO MAGNO (PT – MG. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta não é a primeira vez que venho à tribuna desta Casa para denunciar a vergonhosa política de privatização dos rios e dos recursos naturais brasileiros promovida, de forma sorrateira e escandalosa, pelo Governo do Presi-

dente Fernando Henrique Cardoso. Ainda no início do mês de fevereiro, como integrante da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, solicitei no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, cópia do Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, emitido por aquele órgão, concedendo permissão prévia para a construção da Usina Hidrelétrica de Itapevi, na divisa entre os Estados de Minas Gerais e Bahia.

Uma obra que, antes de qualquer fonte de energia, vem gerando muita polêmica e colocando, de um lado, empresários nacionais e estrangeiros, acolhidos pelo Governo Federal, e, de outro, os moradores especialmente do Município mineiro de Salto da Divisa, que estão ameaçados de perderem suas casas, imóveis e fazendas, histórias, culturas e tradições repassadas ao longo de anos e anos, sem receberem qualquer tipo de garantia por parte do Governo.

Desta vez, Sras. e Srs. Deputados, os técnicos do Ibama, que deveriam zelar pela preservação do meio ambiente nas diversas regiões do País e defender os interesses das comunidades nas disputas contra os grandes grupos econômicos que cobiçam as nossas riquezas naturais, estão empenhados em colaborar com o Consórcio Companhia Vale do Rio Doce/Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, que planeja a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, em Minas Gerais, próxima à divisa com o Espírito Santo. A pendência vem-se arrastando há mais de três anos, e até hoje os moradores das cidades de Resplendor, Itueta e Aimorés, muitos deles descendentes de imigrantes europeus que vieram para o Brasil no início do século XX a convite do Governo brasileiro em troca de terras para plantar, não têm o menor sinal de que terão os seus direitos respeitados pelas autoridades do atual Governo.

Para exemplificar esse descaso, Sr. Presidente, uma audiência pública para debater a Usina Hidrelétrica de Aimorés, realizada no dia 1º de fevereiro próximo passado, no Município mineiro de Itueta, quase acabou em confusão. A entidade denominada Associação dos Proprietários Rurais Atingidos pela Usina Hidrelétrica de Aimorés acusa o representante do Ibama, Engº Jader Pinto de Campos Figueiredo, de tentar manipular as discussões com a intenção de aprovar o licenciamento ambiental da obra, em favor do Consórcio Vale do Rio Doce/CEMIG.

Em clima bastante conturbado, a audiência, que seria uma etapa importante para a viabilização do projeto, terminou trazendo à tona uma extensa lista de questionamentos por parte da entidade comunitária

que não foi levada em consideração pelo órgão federal, gerando mais desconfiança, revolta e insegurança entre as famílias de pequenos proprietários rurais, além de colocar sob suspeita a própria lisura do Ibama na condução do processo.

Vale ressaltar, Sras. e Srs. Deputados, que, a exemplo do que ocorre em Salto da Divisa com a Usina de Itapevi, os moradores da região a ser atingida pela Usina de Aimorés não são contrários ao empreendimento, pura e simplesmente. Mas estão intimamente preocupados em ver respeitados os seus direitos de cidadãos e assegurado um futuro que lhes permita a preservação de suas tradições socioculturais, econômicas e do meio ambiente.

Cerca de setenta famílias poderão ser atingidas com a construção da Usina de Aimorés, e até agora nenhum dos produtores rurais daquela região conseguiu enxergar as vantagens anunciadas com a instalação do projeto. Ao contrário, a obra representa danos irreversíveis ao meio ambiente e prejuízos incalculáveis para centenas de pessoas atingidas.

Como descreve, em tom de lamento, o ruralista Frederico Carlos Ortlieb, de 70 anos, filho de casal alemão imigrante na década de 20, que nasceu, cresceu e ainda hoje cria família em seu sítio de vinte alqueires, localizado entre Itueta e Aimorés: “É duro para mim e minha família deixarmos este sítio, no qual trabalhei dando a minha vida... Esta represa, se for construída, vai provocar a perda das melhores e mais férteis terras da baixada, na margem esquerda do Rio Doce”.

É preciso apelar para que os técnicos do Governo Federal – e do IBAMA, em especial – se sensibilizem diante das reivindicações populares, vindas diretamente de quem conhece e tem amor pelo seu pedaço de chão. Em vez de atuarem parcialmente em benefício das diretrizes mercantilistas dessa elite que há 500 anos invade, toma e usurpa as terras brasileiras, já não é chegada a hora de as autoridades governamentais tratarem o povo deste País com mais respeito, humanidade e dignidade?

Sr. Presidente, peço a V. Exa. seja este pronunciamento divulgado no programa A Voz do Brasil e no **Jornal da Câmara**.

O SR. WELLINGTON DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT – PI. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, peço a atenção de V.Exas. para o texto que passo a ler:

O antropólogo e educador Darcy Ribeiro (1922-1998) tinha o topete de abrir qualquer discussão sobre o País com um questionamento que considerava básico: por que o Brasil não deu certo?

A julgar pelas estatísticas que caracterizam a sociedade brasileira como a mais eficaz usina de desigualdades do planeta, a provocação ainda soa procedente. O País consolidou no Século XX um mecanismo de *apropriação de renda singularmente perverso*. Ele desvia 53% de todo o estoque privado de riquezas para apenas 1% da população (1,5 milhão de pessoas). Em contrapartida, reserva aos 40% mais pobres (65 milhões de pessoas) magros 8% do que sobra. Há nações mais pobres, mas nenhuma se iguala ao Brasil em tecnologia de concentração de riqueza.

O encoraçado *desequilíbrio* que se instaurou no interior da sociedade manteve-se inalterado nos últimos 50 anos. Só foi interrompido por espasmos distributivistas como o do Plano Cruzado, de 1986. O patrimônio, porém, permanece como um bloco *inconspicuo*, nas mãos de poucos.

O núcleo mais duro dessa blindagem que condiciona todo o restante da vida nacional chama-se Nordeste. A região ocupa apreciáveis 18% do território e abriga 30% da população, mas detém apenas 9% do PIB e cerca de 8% da safra de grãos.

É nesse cenário *desprovido de harmonia* que se encontra a maior concentração caprina do Brasil. São mais de 10 milhões de cabeças, 90% do rebanho nacional, o que concede ao lugar o merecido título de *império do bode*.

O bode é uma exceção espontânea. Criou-se sozinho na caatinga. Talvez por isso seja o único bem produtivo democraticamente repartido num universo onde nem água é um direito adquirido. Basta pensar numa família de sertanejos pobres. Falta-lhes tudo, mas é difícil imaginá-la sem um representante caprino por perto.

Se esse rebanho generosamente disseminado tivesse um melhor manejo, o qual inclui técnica, genética, terras e crédito a seus humildes donos, talvez o coração da miséria brasileira mudasse de perfil. Enquanto isso não acontece, ele abriga 55% do contingente listado no mapa da fome produzido pelo IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Do Nordeste originam-se também 70% dos 2,5 milhões de moradores de favelas e cortiços da cidade de São Paulo. Além disso, 32% da população que transita na linha de pobreza (gente que sobrevive com 1 dólar/dia) habitam seu espaço rural.

Nos últimos 20 anos, governos de variados matizes tentaram modificar esse quadro descarregando mais de 12 milhões de dólares na Região. Parte do dinheiro perdeu-se graças à superior habilidade que as elites locais têm para transformar recursos públicos em patrimônio privado. Os projetos de irrigação, de qualquer forma, geraram riquezas e empregos, mas não se credenciaram como opção de largo alcance apenas 8% dos quase 100 milhões de hectares que compõem o semi-árido são irrigáveis. A exemplo do que ocorreu no resto do País, portanto, que também cresceu nas últimas cinco décadas do século, nada conseguiu romper o laço de chumbo que imobiliza as camadas mais profundas da pobreza nacional.

O sertão nordestino é o postal mais incômodo desse engessamento. Ele engloba 80% do espaço regional, 30% de sua população, e mantém intacta uma vulnerabilidade secular, a tal ponto que o Brasil tende a enxergá-lo como um caso de fatalidade geográfica e social. Esse mundo feito de escassez hídrica, flagelo humano e bodes ariscos, a pontuar o fundo da cena, é o mesmo há 400 anos. Talvez por isso ninguém nunca tenha dado crédito à idéia de que a chave para a remissão de seus pecados pelo menos uma parte poderia estar justamente ali, no fundo da cena. Nos bodes.

A vocação regional, teimosamente ignorada pelas elites e órgãos públicos, adquiriu incontrolável transparência na seca

impiedosa que se abateu no biênio 97/98. Quando tudo se desidratou roçados, açudes, bois e homens, o bode resistiu, como sempre, no papel do último esteio. Dessa vez, porém, para reinventar a convivência atribulada do homem com o sertão. O Banco do Nordeste finalmente concluiu que a caprinocultura deve ser a sua prioridade no financiamento rural. O interesse despertado pelos recursos do BNB, que têm juros de 8% ao ano, mais IGP, apenas confirma o potencial que vinha sendo desperdiçado.

Nos últimos meses, o pesquisador João Ambrósio Filho, especialista do Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos da Embrapa, de Sobral, Ceará, tem recebido consultas diárias de empresários dispostos a investir em grandes projetos de 2 mil a 3 mil animais, em média. O interesse empresarial cavalga uma inacreditável escassez de oferta em pleno paraíso da criação. O Ceará está importando carne de ovinos da Argentina e do Uruguai. Não consegue suprir nem 70% de sua demanda por caprinos. Os Emirados Árabes compram 60 milhões de dólares em caprinos e ovinos de vários países do mundo. Há anos querem incluir o Nordeste na lista de seus fornecedores. Não conseguem. "Os Árabes comprariam umas 10 mil cabeças por mês. A Itália, outras 6 mil. Mas hoje ninguém pode garantir esse fornecimento", pondera o Dr. João Ambrósio, que desenvolve modelos de manejo da caatinga para evitar que a expansão da caprinocultura possa acelerar sua destruição.

É certo que a seca prolongada a de 1997 emendou na de 1998 e continuou em 1999 também atingiu parte do rebanho, sacrificou matrizes, abortou parições, antecipou abates. O inventário das perdas oscila entre 15% a 30%. Mas o equilíbrio entre oferta e demanda não vai recompor-se apenas com o retorno ao patamar antigo, baseado em negligência e fragilidades. Rebanhos muito menores, como o francês, por exemplo, com menos de 10% do plantel nordestino, funcionam como poderosas usinas de receitas: 2 bilhões de dólares no caso da França, 97% deles com a produção de 40 tipos de queijos finos.

A queijada caprina mal engatinha no Brasil. E o consumo da carne também é irrisório: apenas 1,2 quilo **per capita**/ano, somando-se a demanda caprina e ovina. Na Argentina são 14 quilos; na Austrália, 45. A tendência, porém, é ascendente. A produção já corre atrás de um saldo de vendas turbinado pelas novas exigências do consumidor moderno, que busca uma dieta mais saudável baseada em alimentos com baixo teor de gordura. "As pesquisas mostram que a carne caprina tem menos gordura que um peito de frango", garante o pesquisador da Embrapa de Sobral. Bode, portanto, pode ser um prato de sucesso no cardápio do Século XXI. Se o que ocorre nas Capitais nordestinas for um indício confiável, a moda tem fôlego. "É cada vez maior o número de butiques de carne de cabrito, restaurantes e redes especializadas nas suas iguarias", argumenta João Ambrósio.

As linhas de crédito do BNB, portanto, chegam em momento oportuno. Só no Ceará, 50 milhões de reais foram destinados em 1999, mas uma excelente oportunidade de intervir na realidade extremada do sertão poderá perder-se se forem mantidos critérios de seletividade excludentes na liberação dos recursos. A exigência de área mínima, por exemplo (ao redor de 50 hectares), deixa de fora 1,6 milhão de sertanejos que possuem até 10 hectares em média. Ficam à margem também legiões de meeiros e arrendatários que já criam cabras, têm experiência no ramo mas não possuem título para hipotecar a pobreza nordestina através da caprinocultura, para produzir carne ou leite.

É uma oportunidade ímpar, inclusive para reordenar o mosaico fundiário do sertão dominado por imensos latifúndios a partir de uma atividade arraigada na cultura local. O Governo do Rio Grande do Norte parece ter percebido essa oportunidade. O Estado reservou uma parte da verba do seu programa de leite, destinado a famílias carentes, para adquirir o produto de pequenos caprinocultores do sertão. Junto a fome com a vontade de comer. Se outros Estados fizerem o mesmo, talvez um dia o Brasil ainda possa substituir a

pergunta de Darcy Ribeiro por outra mais palatável: por que o Nordeste deu certo? A resposta certamente incluiria o bode como relevante explicação.

Sras. e Srs. Deputados, o que acabo de ler é parte do texto intitulado "PARCEIROS DO SERTÃO", de autoria de Cláudio Cerri, que está na revista Globo Rural deste mês. Na chamada de início da reportagem, o repórter Cláudio Cerri cita que "no final do Século XX, o Nordeste viveu uma das piores secas de sua história. Restou a cabra para recomeçar. E a chance para se repensar 500 anos do estranhamento entre o Brasil e a caatinga".

Nós gostaríamos de parabenizar o repórter e à revista Globo Rural pela excelente reportagem, e dizer que fizemos questão de lê-la para que fique registrada nos Anais desta Casa, pois corrobora o que temos defendido desde o primeiro instante em que aqui chegamos.

A seca, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é um fenômeno natural que ocorre a cada década, aproximadamente. Segundo dados do Centro Técnico Aeroespacial CTA e do Instituto Nacional de Meteorologia INMET, ocorre uma grande seca rigorosa no semi-árido a cada 26 anos, intercalada de períodos curtos de dois, três anos. A última grande seca rigorosa ocorreu no período de 1979 a 1984, seguida de curtos períodos de seca, como ocorreu de 1992/1993 e 1997/1998. Por esse ciclo, é possível que tenhamos agora nesta década um período curto de seca, que poderá dar-se entre 2003 e 2004, seguido de um longo período de seca entre 2005 e 2011.

Ao longo dos séculos, o Poder Executivo só tem atuado no combate aos efeitos da seca, e de maneira emergencial e improvisada. Estamos convencidos da necessidade de implementação de um Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido, que atue de maneira global e integrada, permanente e participativa, considerando as diversidades microrregionais, suas potencialidades e limitações, e os valores ambientais e socioeconômicos dos produtores rurais e da região. Por isso, apresentamos nesta Casa, em junho passado, o Projeto de Lei nº 1.114/99, que institui o programa permanente de convivência com o semi-árido, um programa que possa pensar sobre a geração de trabalho e renda por meio da agropecuária dessa região de forma global e integrada à educação e à saúde, paralelamente à resolução da questão hídrica, com cisternas associadas aos poços, açudes e perenização de pequenos rios e riachos, e à criação racional de pequenos animais adaptados à região,

como o bode (objeto da reportagem da revista Globo Rural) e a abelha, bem como o cultivo de plantas resistentes à seca, como o caju, elementos básicos da viabilidade do semi-árido.

Assim, o projeto de lei que apresentamos na Câmara Federal propõe ao Governo Federal a resolução da questão da miséria e da fome que assola a região semi-árida brasileira de forma decisiva, planejada e permanente. Não podemos esperar a próxima grande seca para agir. A hora é agora.

Sr. Presidente, solicito a divulgação deste pronunciamento em A Voz do Brasil e no **Jornal da Câmara**.

O SR. LUIZ BITTENCOURT – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (Bloco/PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o nosso apoio ao servidor público de Goiás, que entra em greve no dia de hoje. Os servidores da educação, da saúde e da Polícia Civil estão cobrando do Governador o cumprimento das promessas de campanha, entre elas a de implantação de um plano de carreira e de aumento dos salários do funcionalismo do Estado de Goiás.

O SR. PEDRO WILSON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. PEDRO WILSON (PT – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos aqui para manifestar nossa solidariedade aos servidores públicos do Estado de Goiás, que há muito tempo brigam por melhores condições de trabalho, melhor remuneração e plano de carreira.

Estivemos hoje de manhã na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás manifestando nosso apoio a todos os servidores, especialmente aos da polícia, da educação e da saúde, que lutam para que as diferentes categorias possam ter melhor atendimento com relação aos salários, à qualificação e ao respeito. Um país não se desenvolve se não prioriza as áreas de segurança, saúde e educação, entre outras.

Queremos manifestar aos sindicatos, às associações de servidores públicos de Goiânia e de todo

o Estado de Goiás a nossa solidariedade e, ao mesmo tempo, fazer um apelo veemente ao Governador, aos Prefeitos, aos Secretários, no sentido de que estabeleçam imediatamente canais de negociação a fim de descobrir a maneira de atender real, concreta e urgentemente aos servidores públicos do Estado de Goiás, que merecem toda a atenção.

Sr. Presidente, atualmente o servidor público brasileiro está pagando todo o ônus da estabilidade. Os servidores públicos federais estão há cinco anos sem reajuste. Também estão há muito tempo sem reajuste os servidores públicos do Estado de Goiás, que não têm um plano de cargos e salários, um plano de carreira que estabeleça diferença nas funções, nos cargos, no tempo, na qualificação, como exige, no caso da educação, a Lei de Diretrizes e Bases aprovada por esta Casa há mais de quatro anos.

Fazemos veemente apelo ao Governador Marconi Perillo, à Secretária Rachel Teixeira, ao Secretário Demóstenes Torres e ao Secretário Fernando Cupertino, que cuidam das áreas de segurança, educação e saúde, e também aos servidores da área da agricultura, do serviço público direto e da previdência, para que atendam urgentemente aos servidores públicos.

Os servidores de Goiás e do Brasil não podem permanentemente pagar o ônus pelos erros das administrações públicas brasileiras. Jogam sobre os servidores todo o ônus, mas, na hora do bônus, não se oferece real atendimento. Os servidores públicos de Goiás e do Brasil merecem toda a atenção. É nesse sentido que fazemos veemente apelo às autoridades constituídas, porque são responsáveis pela realização de uma política de desenvolvimento.

Nenhum serviço público vai melhorar, Sr. Presidente, se não houver a valorização do servidor público. Valorizá-lo significa reconhecer sua dignidade, respeitar seus direitos humanos e sociais. Deveres, obrigações e responsabilidades eles têm muitos, mas é preciso fazer a contrapartida. Nesse sentido, Sr. Presidente, fazemos este apelo, ao mesmo tempo em que manifestamos solidariedade aos que realizam essa justa luta.

Sr. Presidente, quero complementar pronunciamento da semana próxima passada solicitando de V.Exa. o envio de requerimento de informações ao Ministério da Educação sobre os recursos do FUNDEF no Estado de Goiás. O povo brasileiro precisa saber onde estão sendo aplicados os recursos do Fundo de Valorização do Magistério.

Então, Sr. Presidente, além da manifestação de solidariedade aos servidores públicos, fazemos um apelo ao Ministro da Educação no sentido de que faça uma investigação sobre a origem e o destino dos recursos do Fundef para o Governo do Estado e para os Municípios de Goiás.

Muito obrigado.

O SR. JÚLIO REDECKER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JÚLIO REDECKER (PPB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito da reportagem da revista **Veja** intitulada “Sob o Manto do Fanatismo”, que saúda os novos ventos do liberalismo advindos das eleições parlamentares iranianas, gostaria de apresentar aqui um documento da Comunidade Bahá’í sobre a situação que vivencia no Irã, onde configura uma minoria religiosa, com 300 mil pessoas.

Há aqui uma relação de quinze prisioneiros detidos no Irã por causa de suas crenças religiosas, sendo que o Poder Judiciário naquele país é exercido por religiosos. Está aqui a sentença. Recentemente, foi executado um prisioneiro Bahá’í por sua crenças religiosas, e mais treze estão com a pena de morte decretada.

Aqui há um relatório completo, Sr. Presidente, sobre as perseguições sofridas por essa comunidade, inclusive com assassinatos de Bahá’ís fora do Irã, com a proibição do direito de organizar uma comunidade religiosa pacífica, com o confisco e destruição de propriedades comunitárias e de propriedades particulares, com a negação de emprego, de pensões e outros benefícios, como o acesso à educação e aos direitos e liberdades civis, e a situação não tem melhorado depois da eleição do Presidente Mohammad Khatami.

Eu queria pedir que esse relatório, essa manifestação encaminhada pela Comunidade Bahá’í ao mundo inteiro fosse transcrita aos Anais da Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – De acordo com o Regimento Interno da Casa, V. Exa. será atendido, nobre Deputado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR:

A SITUAÇÃO ATUAL DOS BAHÁ'ÍS DO IRÃ
Fevereiro de 2000

Desde que o regime Revolucionário Islâmico tomou o poder no Irã em 1979, os bahá'ís vêm sendo sistematicamente perseguidos, atormentados e discriminados, por nenhum outro motivo senão por professar suas crenças religiosas. Repetidamente, lhes é oferecido abandonar a perseguição caso estejam dispostos a renegar sua Fé

Com aproximadamente 300 000 membros, a Fé Bahá'í e a maior minoria religiosa do Irã, mas não é reconhecida pela Constituição Iraniana como uma religião legítima. O regime islâmico se refere a ela como heresia e conspiração. Como "infezes não protegidos", os bahá'ís não têm direitos legais, embora o Irã seja signatário do Convênio Internacional de Direitos Civis e Políticos, que garante a liberdade da crença religiosa.

Um documento secreto do Governo Iraniano publicado pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas em 1993 confirma que as ações contra os bahá'ís no Irã refletem uma política deliberada do governo. Preparado pelo Conselho Cultural Revolucionário Supremo do Irã no dia 25 de Fevereiro 1991 e aprovado pelo líder supremo da República Islâmica, este documento apresenta linhas de ação específicas para tratar a "questão bahá'í" para que o seu "progresso e desenvolvimento" seja bloqueado. Não é nada menos que um projeto para o lento estrangulamento da comunidade bahá'í.

A MINORIA RELIGIOSA BAHÁ'Í NO IRÃ

A comunidade bahá'í no Irã não constitui nenhuma ameaça às autoridades. Com efeito, os princípios da Fé Bahá'í requerem que os bahá'ís sejam obedientes ao seu governo e evitem o envolvimento político partidário, atividades subversivas e todas as formas de violência. A comunidade bahá'í no Irã não se alinha com qualquer governo, ideologia ou movimento de oposição.

Os bahá'ís no Irã não buscam privilégios especiais. Eles desejam apenas que sejam respeitados seus direitos sob a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, da qual Irã é signatário, incluindo os direitos à vida, à liberdade e segurança pessoal, à educação e ao trabalho, e o direito de professar e praticar sua religião.

MUDANÇAS RECENTES NA SITUAÇÃO DOS BAHÁ'ÍS NO IRÃ

A mudança mais recente na situação dos bahá'ís no Irã ocorreu na cidade de Mashhad, a capital do estado de Khorasan. Após a execução em 21 de julho de 1998 de um prisioneiro bahá'í, Sr. Ruhollah Rawhani, três outros bahá'ís agora foram sentenciados a morte. Em 3 de fevereiro de 2000, os prisioneiros foram informados verbalmente das sentenças para os Srs. Sina Sina Zabih-Moghadam e Hedayat Kashefi-Najafabadi, que foram aprisionados na mesma época do Sr. Rawhani - foram agora re-confirmadas. Uma terceira sentença de morte também foi imposta ao Sr. Manuchehr Kihluzi.

Além do mais ocorreu uma investida de amplo espectro às atividades educacionais bahá'ís no Irã, incluindo a prisão de mais de 36 membros do corpo docente do Instituto Bahá'í de Educação Superior e o confisco de materiais educacionais. Mais de 500 lares bahá'ís através do Irã sofreram invasões de órgãos policiais.

EXECUÇÕES, CONDENAÇÕES À MORTE E APRISIONAMENTOS

Desde 1979, mais de 200 bahá'ís foram mortos e outros 15 desapareceram, estando presumivelmente mortos.

A mais recente execução foi a do Sr. Ruhollah Rawhani, enforcado em 21 de julho de 1998. Depois de nove meses de confinamento em solitária, foi acusado de converter uma mulher à Fé Bahá'í. A mulher negou a acusação, declarando que sua mãe era bahá'í e que ela mesma tinha sido educada como bahá'í. Não existe evidência de que o Sr. Rawhani tenha tido qualquer processo legal ou acesso a um advogado, e nenhuma sentença foi anunciada antes de sua execução.

Os bahá'ís continuam sendo presos arbitrariamente, e o número de aprisionamentos de curto prazo em diversas partes do país tem aumentado significativamente. Nestes últimos três anos cerca de 200 bahá'ís foram presos e detidos por períodos variando entre 48 horas e seis meses em cidades tais como Yazd, Isfahan, Simnan, Babul, Kirmanshah, Mashhad, Chiraz, Tarkabon, Ahvaz, Kirman, Karaj, Qa'm Shahr e Teerã.

Os quinze bahá'ís presentemente detidos em prisões por causa das suas crenças religiosas são

Prisioneiros Bahá'ís no Irã
(atualizado em fevereiro de 2000)

Nome	Data e local de prisão	Acusação	Sentença
Sr. Bahman Misaqi	29 Abril 1989 (Gohardasht)	Atividades sionistas bahá'ís	Morte
Sr. Kayvan Khalajabadi	29 Abril 1989 (Gohardasht)	Atividades sionistas bahá'ís	Morte
Sr. Musa Talebi	6 Setembro 1995 (Yazd)	Ensino da Fé Bahá'í; apostasia	Prisão perpétua
Sr. Sabihullah Mahrami	7 Junho 1994 (Isfahan)	Apostasia	Prisão perpétua
Sr. Mansur Haddadan	29 Fevereiro 1996 (Mashhad)	Realização de exposição de arte infantil	3 anos

Nome	Data e local de prisão	Acusação	Sentença
Sr. Sina Zabih-Moghadam	Outubro/Novembro 1997 (Mashhad)	Dar continuidade a reuniões de "Vida Familiar"	Morte
Sr. Hedayat Kashefi-Najafabadi	Outubro/Novembro 1997 (Mashhad)	Dar continuidade a reuniões de "Vida Familiar"	Morte
Sr. Ataollah Hamid Namiziradeh	Outubro/Novembro 1997 (Mashhad)	Dar continuidade a reuniões de "Vida Familiar"	10 anos
Sra. Shola Zhaadi	1 Maio 1998 (Mashhad)	Realização de reuniões para jovens	3 anos
Sr. Manuchehr Ziyai	1 Maio 1998 (Mashhad)	Realização de reuniões para jovens	3 anos
Sr. Ziaullah Mirzapanah	Outubro de 1998	Participação no Instituto de Estudos Superiores Bahá'ís	3 anos
Sr. Manuchehr	9 Junho 1998 (Birjand) desconhecido	Participação no Instituto de Estudos Superiores Bahá'ís	Morte

Seguem detalhes referentes a alguns destes prisioneiros

Três dos prisioneiros o Sr. Kayvan Khalajabadi, o Sr. Bihnam Mithaqi sentenciados à morte, e o Sr. Musa Talibi, sentenciado à prisão perpétua estão detidos na prisão de Evin, em Teerã. Os prisioneiros não tem acesso a seus advogados. Limitações têm sido impostas às visitas aos prisioneiros detidos em Teerã. Os parentes que desejarem visitar os prisioneiros devem agora obter autorização judicial. Os familiares dos prisioneiros podem visita-los uma vez por semana. Suas esposas devem apresentar provas de seu estado civil para poder visitar seus maridos. Este requerimento é particularmente difícil devido ao fato de que as certidões de casamento bahá'í não são consideradas válidas pelas autoridades iranianas.

Os Srs. Kayvan Khalajabadi e Bihnam Mithaqi estão presos desde 1989, sob acusações de serem membros da Fé Bahá'í. Originalmente sentenciados a 8 anos de prisão, eles apelaram das suas sentenças, que foram permutadas em 3 anos de prisão mais 50 chucotadas. Quando os prisioneiros novamente recorreram, foram condenados à morte

pelo Tribunal Revolucionário Islâmico, em 30 de abril de 1991. Os prisioneiros protestaram mais uma vez, mas suas sentenças foram novamente confirmadas em 24 de agosto de 1992 e 23 de novembro de 1993. Os dois apelaram novamente e em 18 de fevereiro de 1996, o Tribunal Supremo do Irã confirmou as sentenças de morte e as transmitiu ao Tribunal Revolucionário Islâmico. O Sr. Mithaqi e o Sr. Khalajabadi escreveram ao Gabinete do Ministro da Justiça, apresentando seu pleito e requerendo a rescisão do veredicto injusto. Até agora não houve resposta.

O Sr. Musa Talibi, foi detido no dia 7 de junho de 1994 e sentenciado à morte por apostasia no dia 18 de agosto de 1996 pela Corte Revolucionária Islâmica, Seção 31. Ele foi inicialmente sentenciado a 10 anos de prisão por ter compartilhado os princípios de sua fé com outras pessoas. Na corte de apelo a sentença foi reduzida a 18 meses. O promotor público apelou à Corte Suprema, protestando que a sentença era leve demais e que a corte tinha falhado em considerar o crime de apostasia. A Corte Suprema referiu o caso a Corte Revolucionária Islâmica, que revogou a sentença anterior e decretou a pena de morte por apostasia. A sentença de morte foi objeto de apelação, mas no dia 28 de janeiro de 1997 a Corte Suprema do Irã a confirmou. Esta notícia foi dada a familiares do Sr. Talibi durante suas visitas na prisão. Tem sido a prática das autoridades iranianas transmitir os veredictos de forma oral aos prisioneiros, não oferecendo-lhes cópias do texto da sentença da Corte. Desde dezembro de 1999 informações oficiais dão conta que sua pena de morte está em processo de ser comutada para prisão perpétua.

O Sr. Zabihullah Mahrami, inicialmente sentenciado à morte, está detido na prisão geral, em Yazd. Informações oficiais transmitidas em dezembro de 1999 dão conta que no aniversário de nascimento do Profeta Maomé, devido a uma anistia concedida pelo Presidente do Irã, sua sentença de morte foi comutada para prisão perpétua. O Sr. Mahrami compareceu perante o Tribunal Revolucionário Islâmico, em Yazd, no dia 6 de setembro de 1995, e foi questionado sobre sua filiação à Fé Bahá'í. O Tribunal Revolucionário manteve várias reuniões com o Sr. Mahrami na tentativa de persuadi-lo a renunciar sua fé. O Sr. Mahrami se recusou e foi acusado de apostasia. Dia 2 de janeiro de 1996, ele foi condenado à morte. Uma vez que seus herdeiros não são muçulmanos, essas propriedades e pertences foram confiscados. O advogado do Sr. Mahrami apelou ao Tribunal Supremo do Irã, que rejeitou o veredicto do Tribunal Revolucionário e remeteu o caso a um tribunal civil. Porém, no dia 28 de janeiro de 1997, a Corte Suprema do Irã, confirmou a sentença de morte do Sr. Mahrami. Como no caso do Sr. Talibi, esta notícia foi transmitida oralmente aos seus familiares.

Os Srs. Sina Zabih-Moghadam, Hedayat Kashefi Najafabadi e Ata'ullah Hamid Namiziradeh foram presos em Mashhad. Embora o motivo principal de suas detenções tenha sido o fato de se negarem a cancelar as reuniões mensais sobre "Vida Familiar", o pretexto utilizado foi o de que tinham convertido à Fé Bahá'í uma mulher cujos pais eram muçulmanos. A mulher insiste que seus pais são bahá'ís, uma declaração que as autoridades não têm aceitado. Além disso, ela declarou que, mesmo que seus pais tenham cedido devido às pressões que as autoridades possam ter exercido sobre eles, no sentido de negarem sua fé, este fato não vai mudar a realidade deles serem bahá'ís. Eles foram julgados na 8ª Comarca da Corte Revolucionária em Mashhad durante o mês de Bahman (Janeiro/fevereiro) 1998, assim como o Sr. Ruhollah Rawhani. Todos

os quatro tinham sido condenados a morte, mas o veredicto da corte em cada caso teve que ser submetido à Suprema Corte em Teerã para ratificação. A Suprema Corte confirmou a sentença a morte só no caso do Sr. Rawhani e, por motivos técnicos, retornou os casos dos outros três a Mashhad para que fossem julgados novamente, esta vez pela 3ª Câmara da Corte Revolucionária. Enquanto que no julgamento anterior os prisioneiros não tiveram um advogado para sua defesa, um detalhe aparentemente notado pela Corte Suprema, no novo julgamento um advogado foi designado para eles, sem ter sido aprovado pelos acusados. Os acusados tinham se oposto veementemente a algumas das declarações do seu advogado de defesa, o que aparentou prejudicar seu caso. Os prisioneiros foram logo informados que o veredicto da corte seria dado posteriormente. Tal veredicto foi comunicado oralmente aos prisioneiros, de que as sentenças de morte foram confirmadas nos casos dos Srs. Muqaddam e Najafabadi, e que o Sr. Nasirzadeh foi sentenciado a dez anos de prisão.

Após ter recebido o relatório oficial de que as sentenças de morte dos Srs. Sirus Dhabili-Muqaddam e Hidayat Kashfi Najafabadi haviam sido canceladas, em 3 de fevereiro de 2000 esses três prisioneiros foram informados verbalmente que os veredictos originais foram confirmados, isto é, pena de morte para os dois primeiros e 10 anos de prisão para o terceiro. A corte que profere esses veredictos é composta por somente um juiz, o Sr. Nimati. Aos prisioneiros foi dado apenas 20 dias, até 23 de fevereiro, para que apelassem de suas sentenças. Caso apresentassem as apelações, seus casos poderiam então ser transferido para uma segunda corte para revisão.

Os Srs. Mansur Haddadan e Kamyar Rula foram presos em 29 de fevereiro de 1996, enquanto davam aulas de educação moral para crianças, e foram condenados a três anos de prisão. Foram acusados de serem ativos na comunidade bahá'í, trabalharem contra a segurança do país através da organização de uma exposição de arte infantil e pela realização de uma reunião em uma residência. O Sr. Rula foi libertado no dia 16 de abril de 1998, enquanto que o Sr. Haddadan permanece aprisionado em Mashhad.

No dia 1 de maio de 1998, autoridades em Mashhad rodearam e invadiram a casa de uma família bahá'í, onde estava sendo realizada uma aula para jovens. A professora, Sra. Soma Ahmadi, e o dono da casa, o Sr. Manucher Ziai, junto com doze estudantes entre quinze e dezessete anos de idade, foram aprisionados e detidos por uma semana. Foram rapidamente sentenciados, sem ter direito de um advogado. A Sra. Ahmadi e o Sr. Ziai foram sentenciados a três anos de prisão, e aos doze estudantes foi dada liberdade condicional, depois de terem sido suspensas, apesar de sua idade, suas sentenças de três anos de prisão. Essas sentenças cumpridas no caso de voltarem a cometer o "crime" de tomar parte em aulas bahá'ís de educação moral.

O Ziaullah Mirzapaneh foi condenado em conexão com sua participação nas atividades do Instituto de Estudos Superiores Bahá'ís, que é uma organização similar ao Instituto Bahá'í de Educação Superior, ainda que a última tenha seu foco principal em temas acadêmicos, enquanto que o Instituto de Estudos Superiores Bahá'ís essencialmente focaliza estudos de assuntos relacionados diretamente com a Fé Bahá'í. No veredicto da corte o Instituto e referido como uma organização "secreta" e o seu crime é atrair jovens para realizarem estudos de sua própria Fé. O Sr. Mirzapaneh foi levado doente a prisão e portanto lhe foi permitido pelas autoridades carcerárias que retornasse ao seu lar, no entendimento em que eles poderiam encontra-lo quando necessário. Ainda não está claro se a prisão domiciliar do Sr. Mirzapaneh ainda se aplica.

O Sr. Manuchehr Khulusi residente de Khurasan, foi preso em nove de junho de 1999 quando visitava a região de Birjand. Subseqüentemente foi transferido para Mashhad, a capital da província, permanecendo preso na carceragem da "Organização de Informações". Em 3 de fevereiro de 2000 o Sr. Khulusi foi condenado a morte pela mesma corte que condenou os Srs. Dhabili-Muqaddam e Sr. Kashfi Najafabadi (veja acima). A ele também só foi dado o período de 20 dias para que apelasse da sentença. Não são claras as acusações que foram feitas contra ele, mas é evidente que foi aprisionado devido as suas atividades bahá'ís.

ASSASSINATO DE BAHÁ'ÍS FORA DO IRÃ

O Sr. Abdullah Moghhrabi foi morto na noite de 24 de setembro de 1999. Os bahá'ís que estavam presentes quando as autoridades investigavam a sua morte relataram que as suas mãos estavam amarradas às suas costas, que ele havia sido amordado e forçado a deitar-se no chão, haviam sinais de tortura por todo o seu corpo. Levou um tiro em suas costas, tendo a bala perfurado seu coração. De sua casa nada foi levado e o dinheiro que mantinha em diferentes moedas tampouco foi tocado. A porta da frente da casa foi deixada aberta, o que atraiu a atenção dos vizinhos algumas horas depois do incidente.

O Sr. Moghhrabi havia deixado o Irã quando a sua vida estava em perigo, para estabelecer-se em outro lugar. Ele residiu em alguns anos no Reino Unido, junto com sua filha, antes de mudar-se para o Tajikistão. Ele tinha 88 anos de idade.

Em 1993 um dos jornais iranianos mencionou o seu nome de forma abusiva, acusando de atividades anti-islâmicas que objetivavam enganar os muçulmanos no Tajikistão. A maneira pela qual ele foi morto leva a crer que o ataque foi realizado por elementos fanáticos no país. Ele também era um bahá'í bastante conhecido no Irã.

Esse poderia ser um exemplo da política do governo iraniano, destacada no documento secreto intitulado "A Questão Bahá'í" que está ainda sendo implementada, especificamente no item que destaca um plano para confrontar e destruir as raízes culturais da comunidade bahá'í fora do Irã.

PROIBIÇÃO AO DIREITO DE ORGANIZAR UMA COMUNIDADE RELIGIOSA PACÍFICA

Desde 1983 foi negado à comunidade bahá'í o direito de se reunir oficialmente e de manter suas instituições administrativas. São estas corpos administrativos, eleitos democraticamente, que organizam e administram as atividades religiosas da comunidade em outros países. Já que a Fé Bahá'í não tem clero, a negação ao direito de eleger e organizar estas instituições ameaça a existência de uma comunidade

religiosa vivível. Estas instituições sagradas cumprem muitas das funções reservadas ao clero em outras religiões e são o elemento fundamental da vida comunitária bahá'í.

Gradualmente, durante os últimos anos, os bahá'ís iranianos tem desenvolvido meios provisórios de reunir pequenos grupos para adoração, de realizar aulas para crianças, e para cuidar de outras necessidades da comunidade. Porém, as autoridades continuam assediando a comunidade bahá'í, perturbando as reuniões e ocasionalmente detendo os professores das aulas de crianças e das de "vida familiar". Atualmente, sete pessoas estão aprisionadas por conduzir tais aulas.

Os acontecimentos de 1998 em Khurasan sugerem uma intensificação nos esforços para aterrorizar aos membros da Fé e sufocar a vida espiritual da comunidade bahá'í na região, diminuindo ainda mais as atividades destinadas a prover educação às crianças e jovens bahá'ís. Um exemplo deste abuso foi o aprisionamento e a sumária sentença de dois professores em Mashhad, a capital de Khurasan, a três anos de prisão, enquanto seus alunos receberam sentenças a princípio suspeitas, que deverio ser cumpridas no caso dos jovens cometerem novamente o "crime" de participar em tais aulas. Em setembro de 1998, três outros bahá'ís, a Sra. Nafid Sabedi, o Sr. Manuchehr Shanfi e o Sr. Houshmand Saemí foram aprisionados, esta vez em Bujuird, no norte de Khurasan, por participar de reuniões sobre "Vida Familiar". Foram libertados depois de passar seis dias na prisão, tendo recebido também sentenças suspensas de cinco anos de prisão.

O uso de sentenças suspensas é uma nova tática do Ministério de Informação para impedir que os bahá'ís participem nas suas reuniões religiosas mensais. É um método de ameaça, e os bahá'ís do Irã temem que se estenda a outras regiões do país no caso de não haverem protestos.

CONFISCO E DESTRUIÇÃO DE PROPRIEDADES COMUNITÁRIAS

Os cemitérios, os lugares sagrados, os locais históricos, os centros administrativos e outros bens sequestrados, principalmente depois da revolução em 1979, permanecem confiscados ou foram destruídos.

Os bahá'ís em todo o Irã encontram dificuldades para enterrar seus mortos e identificar suas sepulturas. Eles têm acesso somente a terrenos baldios designados pelo governo para tal fim, e não lhes é permitido identificarem os sepulcros dos seus entes queridos.

CONFISCO DE PROPRIEDADES DOS BAHÁ'ÍS

Os direitos dos bahá'ís à propriedade são geralmente desconsiderados. Desde 1979, inúmeras propriedades particulares e comerciais pertencentes aos bahá'ís, inclusive casas e fazendas, foram arbitrariamente confiscadas.

Três lares bahá'ís em Yazd e um em Arbakán foram confiscados em fins de 1998, por motivo dos donos serem membros da comunidade bahá'í. Em lugares como Yazd, o confisco de lares e propriedades bahá'ís acontece rotineiramente.

Em setembro de 1998 mais de 500 lares em todo Irã foram invadidos por oficiais da inteligência. Quando foram questionados dos motivos do confisco de televisores e móveis, esses oficiais responderam que tinham sido autorizados pelo Procurador Geral para levar tudo o que quisessem.

As propriedades pessoais confiscadas, assim como a negação do direito a educação e emprego, estão desgastando a base econômica da comunidade bahá'í.

NEGACÃO DE EMPREGO, PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

O confisco de propriedades é apenas uma das maneiras pela qual o governo está minando sistematicamente a base econômica da comunidade bahá'í. No Irã, muitos bahá'ís também foram privados de meios para ganhar a vida. No início dos anos oitenta mais de 10 000 bahá'ís foram despedidos de cargos públicos e de ensino, por motivo das suas crenças religiosas. Muitos ainda estão desempregados e não recebem o salário desemprego. As penas dos bahá'ís demitidos por motivos religiosos foram suspensas. Alguns dos bahá'ís demitidos de postos no governo até tiveram que devolver os salários ou pensões que haviam recebido. Os agricultores bahá'ís não podem se associar às cooperativas, que muitas vezes são a única fonte de crédito, sementes, pesticidas e adubo.

Os bahá'ís, nas diversas regiões do país, têm sido coagidos a abandonar suas profissões. Por exemplo, alegações foram inventadas para forçar um médico bahá'í a abandonar sua clínica. Outro médico bahá'í foi preso, golpeado, calunjado e forçado a cooperar com os guardas islâmicos.

ACESSO À EDUCAÇÃO NEGADO

Foi negado a uma geração inteira de bahá'ís o acesso ao ensino superior em instituições públicas e privadas reconhecidas legalmente.

Tendo o acesso à educação superior o negado por anos, em 1987, os bahá'ís estabeleceram seu próprio programa de educação superior, o Instituto Bahá'í de Ensino Superior (IBES), e abriram um programa universitário para enfrentar as necessidades educacionais de seus jovens. Em 1996 centenas de estudantes estavam cursando e onze tinham-se graduado com o grau equivalente a bacharel.

Em fins de setembro de 1998, mais de 36 docentes do IBES foram detidos em classes em todo o país. A maioria já foi libertada. As detenções foram realizadas por oficiais da agência de inteligência do Governo Iraniano, o Ministério de Informação, que também confiscaram livros, textos, "papers" científicos e arquivos, uns 70 computadores, e móveis de utilidade para os alunos, como mesas e cadeiras. As

autoridades pediram aos detidos assinarem um documento declarando que o IBES tinha deixado de existir desde 29 de setembro e prometendo não cooperar mais com ele. Os detidos se recusaram a assinar tal declaração.

A Fé Bahá'í dá um grande valor a educação, e os bahá'is têm sido um dos grupos com melhor educação no Irã. A negação de acesso à educação superior está desmoralizando a juventude bahá'í. Esta erosão do nível educacional da comunidade bahá'í irá, como os autores do plano de estrangulamento da Comunidade Bahá'í o previram, inevitavelmente levar ao empobrecimento da comunidade.

NEGACÃO DOS DIREITOS E LIBERDADES CÍVIS

A Fé Bahá'í, ao contrário do Cristianismo, do Judaísmo e do Zoroastrismo, não é reconhecida pela Constituição. Os bahá'is pertencem à categoria dos "infieis não protegidos", cujos direitos podem ser desconsiderados com impunidade. Em geral, as pressões às quais os bahá'is estão sendo sujeitos pelo sistema judiciário têm aumentado.

Nem os casamentos e nem os divórcios bahá'is são legalmente reconhecidos no Irã, e o direito dos bahá'is a herança é desconsiderado. Um artigo no jornal iraniano Khabar datado de 21 de julho de 1999, destacava a questão da herança por parte de bahá'is sob as leis do Irã, em sua sessão destinada a respostas a questões legais. O artigo descreve diferentes circunstâncias nas quais um bahá'í que reivindique uma herança não pode desfrutar dos direitos como herdeiro uma vez o bahá'í "é considerado infiel e encontra-se excluído das leis de herança".

A liberdade dos bahá'is para viajar dentro ou fora do Irã é muitas vezes impedida e as vezes negada pelas autoridades iranianas. Embora no ano passado houve um aumento no número de bahá'is iranianos que receberam passaportes, é ainda muito cedo para dizer se isto se deve a uma mudança nas políticas do governo iraniano neste assunto.

Tais tratamentos não se limitam somente ao Irã. Os bahá'is que constam embaixadas iranianas no estrangeiro para renovar seus passaportes ou obter vistos para retornar ao Irã defrontam-se, muitas vezes, com oficiais similarmente pouco cooperativos. Ainda assim, as embaixadas iranianas em alguns países não pedem aos solicitantes que declarem sua afiliação religiosa, em tais países, é mais provável que os bahá'is possam obter vistos ou renovar seus passaportes iranianos. Os formulários de pedido de passaporte que exigem dos candidatos declarar sua afiliação a uma "religião reconhecida", são utilizados para fazer pressão sobre os bahá'is para renunciarem em suas crenças religiosas.

Além disso, continua em diversas cidades no Irã a prática dos escondores de segurança de convocar bahá'is sob vários pretextos, insultando-os e depreciando-os, para criar medo em suas famílias e enfraquecer seus espíritos.

Mesmo com uma opressão inexorável durante os últimos 20 anos, a comunidade bahá'í do Irã sobrevive e mantém sua identidade. Sua força e determinação, assim como as

pressões da opinião pública mundial expressas através das resoluções das Nações Unidas e dos Parlamentos de vários países, fizeram possível à Comunidade Bahá'í continuar existindo em um ambiente difícil e hostil. Os bahá'is imaginaram meios para ensinar a Fé às suas crianças, realizar seus atos de adoração em pequenos grupos em suas próprias casas, prover alguma educação aos seus jovens, e preservar o espírito da comunidade mesmo na ausência de suas instituições religiosas, que foram proibidas por ordem do Governo Islâmico.

A SITUAÇÃO NÃO TEM MELHORADO DEPOIS DA ELEIÇÃO DO PRESIDENTE KHATAMI

Desde que o Presidente Mohammad Khatami foi eleito, a situação dos bahá'is no Irã não melhorou. Os acontecimentos em Mashhad indicam que as perseguições aos bahá'is têm se intensificado. A execução do Sr. Ruhollah Rawhani, no dia 21 de julho de 1998, e as prisões e invasões associadas ao Instituto Bahá'í de Ensino Superior não deixam margens a outras conclusões.

As circunstâncias atuais são melhor compreendidas no contexto da natureza singular da perseguição a que os bahá'is têm sido submetidos por mais de um século. A comunidade bahá'í iraniana frequentemente tem servido como um bode expiatório, utilizado por diversas facções lutando por ascender politicamente. Este tem sido o caso, independentemente de mudanças políticas e do regime dinástico. Sempre que os líderes políticos têm sentido a necessidade de distrair a atenção pública de algum problema econômico, social, ou político, têm achado, na comunidade bahá'í, um alvo fácil devido ao fato da hostilidade e o preconceito inculcado no público por gerações de propaganda eclesiástica.

Não são as ações dos bahá'is, mas as circunstâncias da história iraniana que têm conspirado para fazer do "caso bahá'í" um teste à sinceridade das figuras públicas iranianas que se apresentam como líderes de reforma e progresso.

O SR. JOSÉ CARLOS ELIAS – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ CARLOS ELIAS (Bloco/PTB – ES. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou apresentando hoje a esta Casa um projeto de lei de minha autoria que permite a dedução do Imposto de Renda das despesas com empregados domésticos.

No momento em que o Governo estende aos empregados domésticos os mesmos direitos dos empregados da iniciativa privada, corrigindo assim essa injustiça trabalhista, apresento esse projeto para incentivar os empregadores a regularizar a situação dessa boa parte da população brasileira que não possui formação qualificada.

Dessa forma, todos saem ganhando: o Governo, que aumenta sua arrecadação da Previdência; os empregados, que têm seus direitos assegurados; e o empregador, que estaria colaborando para a diminuição do desemprego e da crise social.

Por todas essas razões, contamos com o apoio de nossos pares.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no ano passado ocupei esta tribuna para enfatizar a importância da apuração das irregularidades relacionadas à Prefeitura Municipal de Londrina. Continuamos, pois, acompanhando com atenção o andamento dos trabalhos da Promotoria.

Documentos em poder do Ministério Público em Londrina comprovam a dimensão do esquema de desvio de dinheiro público comandado pelo Prefeito Antônio Casemiro Belinati (PFL), com ramificações em Curitiba, São Paulo e Montevideu. Até agora os promotores averiguaram o desvio de 16 milhões de reais, mas, conforme a matéria publicada no dia 20 de fevereiro deste ano no jornal **O Estado de S. Paulo**, as investigações, iniciadas há um ano, ainda têm muito que avançar.

Por enquanto, as investigações estão concentradas em apenas dois órgãos: a Companhia Municipal de Urbanização (COMURB) e a Autarquia do Meio Ambiente (AMA), destinatárias de recursos de um fundo de urbanização criado com o dinheiro da venda

de 45% das ações da empresa Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina (SERCOMTEL) para a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), venda essa efetuada em maio de 1998 por 154 milhões de dólares. Outra fonte para o desvio de dinheiro seria a própria receita do Município, correspondente a 250 milhões de reais por ano.

A gravidade do caso levou, inclusive, à abertura de duas Comissões Especiais de Inquérito na Câmara Municipal, no mês de dezembro.

Diante dos fatos observados até o momento, aumentam as suspeitas de que outros órgãos da Prefeitura também se envolveram no esquema de desvio de dinheiro público. A Promotoria já teria averiguado a implicação direta de mais de 30 pessoas que ocupam ou ocupavam cargos de confiança na Prefeitura de Londrina, sendo que 20 dentre essas pessoas já foram indiciadas pelas Polícias Civil e Federal. Estão sendo examinados 220 contratos e foi quebrado o sigilo bancário de 149 contas.

Algumas pessoas, em troca da garantia de redução de suas penas, resolveram participar do programa de colaboração previsto em lei e, assim, estão prestando ajuda aos três promotores encarregados das investigações. Entre essas pessoas está, por exemplo, o ex-diretor financeiro-administrativo da COMURB, Eduardo Alonso de Oliveira, segundo o qual é possível que o montante desviado ultrapasse 200 milhões de reais. Ele deu esclarecimentos até sobre a forma de repartição do dinheiro nos casos de serviços não prestados: 70% para o "esquema do Prefeito", 25% para a empresa e 5% para a pessoa encarregada de montar o processo. Quanto aos serviços efetivamente realizados, ocorre o superfaturamento, em média, de 25%, que são devolvidos às contas do esquema.

Também tiveram seu envolvimento averiguado os ex-presidentes da AMA, Nelson Kohatsu e Mauro Maggi, e o ex-presidente da comissão de licitação da autarquia, Edson Alves da Cruz. Todos confirmaram a participação do Prefeito Antônio Casemiro Belinati e de seu filho, o Deputado Estadual Antônio Carlos Belinati, no esquema.

Como reação a essas acusações, o Prefeito resolveu processar os ex-funcionários de sua administração e empresários que estão colaborando com as investigações. Foi impetrada, então, no dia 18 de fevereiro, na 8ª Vara Cível de Londrina, "ação civil pública de ressarcimento por danos causados ao patrimônio público", citando a petição o valor até agora computado pelos promotores, ou seja, 16 milhões de reais.

Os contratos examinados até o presente momento pelo Ministério Público, firmados entre a Prefeitura de Londrina e cerca de 40 empresas, correspondem a serviços que não teriam sido efetivamente prestados. Algumas dessas empresas foram criadas somente com o propósito de fornecer papéis exigidos para justificar os gastos. A maioria nem está cadastrada para participar de concorrências em Londrina.

Entre os numerosos problemas citados em **O Estado de S. Paulo**, vale ressaltar, ainda de modo especial, a realização de licitações fictícias e a simulação de concorrência por intermédio de carta-convite, o uso de "laranjas" e empresas fantasmas para recebimento dos depósitos, os pagamentos que vinculam o esquema a uma empresa sediada em Montevidéu, que é apontada como responsável pela "criação de empresas" para operações que se beneficiam do rígido sigilo bancário no Uruguai. Entre o final de 1998 e o início de 1999, a AMA e a Comurb, os dois órgãos investigados pelo Ministério Público em Londrina, depositaram 2 milhões de reais na conta de três empresas fantasmas.

Outra questão que carece de maiores esclarecimentos diz respeito à resistência contra a instalação da CPI que investigaria a compra de 45% das ações da Sercomtel pela Copel. No breve período de 48 horas, em maio de 1999, a Assembléia Legislativa do Paraná criou e extinguiu a CPI. Uma vez que parte do dinheiro desviado teria servido para custear, em 1998, a campanha do Deputado Estadual Antônio Carlos Belinati, filho do Prefeito, requer exame cuidadoso também o possível favorecimento a outros políticos com o dinheiro do esquema de corrupção.

Enfim, resta-nos reiterar a confiança na competência e no firme empenho do Ministério Público, dando cumprimento a suas relevantes responsabilidades, de forma que seja concluída com êxito a apuração dos fatos e, por conseguinte, sejam identificados e punidos os culpados do esquema de corrupção e desvio de dinheiro público na Prefeitura Municipal de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Professor Luizinho, do PT de São Paulo.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, falarei sobre um debate que realizamos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que contou com a presença do Deputado Nelson Marchezan, a quem parabeno por ter comparecido ao Fórum de São Paulo Século XXI. Parabeno

nizo também a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo por estar realizando esse evento, que tem por objetivo tentar encontrar caminhos, soluções e propostas para este século que se avizinha, a fim de darmos conta das necessidades, do desenvolvimento e da manutenção das condições de vida no Estado de São Paulo.

Na sexta-feira passada, o Fórum tratou da parte concernente à Educação. Debateremos a partir do projeto de lei aprovado na Comissão de Educação, tendo sido transformado em decisão final o relatório do Deputado Nelson Marchezan, do qual, é óbvio, divergimos. Há pontos em que temos contraposição, mas temos alternativas.

Os membros da Comissão de Educação da bancada do Partido dos Trabalhadores Deputados Pedro Wilson, Gilmar Machado e Iara Bernardi apresentaram a proposta do Fundeb. Foi sobre isso que discutimos na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Apresentamos contraposição à proposta do Relator e explicitamos nossa concepção sobre a falta de consistência e de sustentação financeira do projeto.

Hoje, mostramos a esta Casa o quanto foi importante levar o debate aos Estados. Neste momento levamos ao Estado de São Paulo o debate que, acreditamos, deverá ter continuidade em âmbito nacional, ainda mais que o projeto possivelmente passará por mais Comissões na Casa e fatalmente virá a plenário. Esse é um dos pontos que apresentamos no dia de hoje.

Um outro assunto diz respeito à crise institucional que o País vive neste momento. Não imaginávamos que nos envolveríamos nesse jogo político, nessa ação política, nessa crise política. O Ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal, como é do conhecimento de todos neste País, tem articulado e cumprido o papel de Líder do Governo naquela Corte. Ao cumprir seu papel, é óbvio que o fez articulado com o Executivo, mas cometeu o absurdo de baixar uma liminar estendendo direitos remuneratórios. Trata-se do tal auxílio-moradia. Para ser ainda mais gritante, mais ofensivo e desmoralizante, esse benefício é estendido aos aposentados, àqueles que já estão nas suas fazendas, nos seus hotéis, nas suas mansões em todos os recantos do País.

Essa forma de tentar dar cabo à greve do Judiciário, renunciada, anunciada, cantada, decantada e sabida por todos, foi violenta e aviltante, afrontando a dignidade do País, a moralidade do Supremo Tribunal e a condição necessária de neutralidade, do ponto de

vista de análise jurídica, nas contendas jurídicas que se apresentam perante o Brasil.

No meu entendimento, o Pleno daquela Corte precisa reunir-se o mais rapidamente possível e firmar uma posição quanto à liminar do Ministro Nelson Jobim. O Pleno não pode continuar submetendo-se a esse vexame nacional. Sabemos que muitos Ministros do Supremo Tribunal Federal não acatam essa decisão e não se aliam a essa ofensa, a essa indignidade apresentada à nossa sociedade. Portanto, o Pleno deve-se reunir hoje, amanhã ou depois de amanhã, se possível, para dar um basta a essa condição de total destruição de respeitabilidade por que está passando neste momento o Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro com pesar o falecimento do Dr. Ulysses Vianna Filho, no Rio de Janeiro, na semana retrasada, aos 87 anos. Ao mesmo tempo, quero prestar uma homenagem a esse ilustre brasileiro desaparecido.

O Dr. Ulysses Vianna, um dos fundadores e presidentes da Associação Brasileira de Psiquiatria, lutou pela democratização do atendimento ao paciente psiquiátrico, e nisso foi um dos pioneiros, porque, apesar de dono de uma clínica, o Sanatório Botafogo, herdado do pai, também psiquiatra, e depois da Clínica Botafogo, lutou pela aprovação das leis da reforma psiquiátrica, que estão em tramitação no Congresso Nacional há mais de dez anos.

O Dr. Ulysses nasceu em Breslau, na Alemanha, durante uma das viagens dos pais. Fez os estudos básicos em Paris e formou-se em 1935 pela Faculdade Nacional de Medicina da antiga Universidade do Brasil. Morreu dia 13, aos 87 anos, de insuficiência respiratória. Deixou dois filhos, Ana Lia e Eduardo, e dois netos.

Esta é minha homenagem pessoal e também a do Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, pelo trabalho do Dr. Ulysses em prol da humanização do tratamento aos doentes mentais no Brasil.

Sr. Presidente, aproveito o registro para lembrar um grande risco no País: a crescente “psiquiatrização” dos conflitos humanos, especialmente entre as crianças, conflitos que nascem, em muitos casos, da ruptura dos laços familiares, provocada por desavenças de casais ou por desagregação da vida familiar nas classes alta e média, e

também no meio do povo. Isso não pode ser tratado como distúrbio de personalidade ou outros de outra ordem, que mereçam tratamento psiquiátrico imediatamente. Não há no mundo, em nenhum país desenvolvido, nenhuma escola de medicina que possa dizer que conflitos provocados por rupturas da estabilidade da vida possam ser "psiquiatrizados" imediatamente, especialmente em se tratando de crianças de um, dois, três ou quatro anos de idade, como começa a acontecer crescentemente no mundo e também no nosso País.

Nos Estados Unidos, crianças pequenas estão sendo bombardeadas com remédios psiquiátricos que sequer foram testados para a idade delas. Essa tendência alarmante foi detectada num amplo estudo publicado na semana passada, que concluiu que, em 1995, 1,5% das crianças de dois a quatro anos do país tomam algum tipo de psicotrópicos, drogas que alteram a mente do paciente para controlar hiperatividade, depressão, manias e psicose. Não há dados mais recentes sobre o assunto, mas os próprios psiquiatras estão chocados com uma situação que não parece ter mudado desde então.

Muitas das drogas e este é um alerta para a CPI que analisa a atuação de laboratórios no nosso País, e a maioria dos laboratórios são multinacionais, especialmente Prozac, Ritalina e Atensina, sequer foram testadas quanto à sua segurança ou eficiência quando tomadas por crianças. Essencialmente, os médicos que receitam esses medicamentos estão presumindo que eles funcionarão para quem mal deixou as fraldas, assim como funcionam comprovadamente em adultos e crianças mais velhas. Existe um ramo forte da Psiquiatria que não é, evidentemente, a Psiquiatria Biológica, que tem um outro caminho para atendimento e tratamento de pessoas com distúrbios mentais.

Faço este alerta, Sr. Presidente, porque essa situação já preocupa médicos brasileiros. A prática cresce em todo o mundo, segundo o médico especializado em Psiquiatria Infantil Dr. Ênio Roberto de Andrade, Coordenador do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas em São Paulo. No Brasil, notou-se um aumento sensível do uso de psicotrópicos em pacientes jovens nos últimos três ou quatro anos, mas ainda não se vêem crianças antes dos seis ou sete anos sendo medicadas, segundo informações desse médico da USP. Entretanto, para o Dr. Andrade, a popularização desses remédios vem acompanhando o desenvolvimento da psiquiatria infantil no Brasil, que ainda está nos seus estágios iniciais.

É uma questão de saúde pública, e o Ministério da Saúde do Brasil tem de estar atento. Isso mostra a este

Congresso a necessidade de se aprovar a lei da reforma psiquiátrica, em tramitação há mais de dez anos. Foi aprovada no ano passado no Senado e voltou à Câmara dos Deputados.

Já estive no Ministério da Saúde conversando com o Sr. Ministro. A "psiquiatrização" de conflitos sociais não é a forma de enfrentar os graves problemas por que estamos passando. O que pode ocorrer é que a sociedade, em pouco tempo, não tenha outra saída senão se dopar cada vez mais.

É o registro que faço.

O SR. CARLOS BATATA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CARLOS BATATA (Bloco/PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeremos a V. Ex^a, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma do art. 35 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a instituição da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Sistema Financeiro de Habitação. É uma iniciativa para que se investigue e se proponha uma solução definitiva para o financiamento de moradias, o que é plenamente justificável, em razão da crise que se instalou no setor de financiamento de habitações, principalmente nas instituições financeiras oficiais, junto às quais a inadimplência chegou a 50%.

Índice tão elevado de mutuários que não conseguem manter os seus compromissos na aquisição da casa própria explica-se pelo exponencial aumento das prestações dos contratos, em que mesmo após o pagamento, durante vários anos, das prestações de financiamento, permanece muitas vezes o imóvel valendo apenas a metade...

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – O requerimento de V. Ex^a será recebido, nobre Deputado.

O SR. CARLOS BATATA – Aproveito o momento em que aqui foi consagrada, no dia 14 de fevereiro de 2000, a moradia como um direito social. É interessante que esta Casa verifique quais são os problemas, os porquês, os motivos por que isso ocorre em nosso País, para que possa entrar no âmago daquilo que está impedindo o acesso à moradia.

Gostaria que este discurso fosse registrado no **Jornal da Câmara** e divulgado no programa A Voz do Brasil.

O SR. CARLOS DUNGA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CARLOS DUNGA (Bloco/PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, registro nos Anais da Casa trabalhos sociais que estão sendo desenvolvidos na nossa região, o Estado da Paraíba, pelos Bancos do Brasil e do Nordeste. É a principal atividade desses bancos.

Eu não poderia deixar de registrar esse grande trabalho desenvolvido pelo Banco do Brasil e pelo Banco do Nordeste, principalmente no Cariri paraibano, no Município de Alcantil.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Será registrado, nobre Deputado Carlos Dunga.

O SR. DR. HÉLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. DR. HÉLIO (PDT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhamos uma indicação de voto de louvor à Moção de Apelo da Câmara Municipal da Cidade de São Carlos no sentido de que se olhe para o transporte ferroviário do Estado de São Paulo, que nas últimas décadas tem sido sucateado; inclusive, não existem mais trens de passageiros.

Raramente se vê uma composição de cargas passando pelos trilhos paulistas, ainda mais com a privatização recente, com a venda à Ferrobán.

O Brasil, país de dimensão continental, não pode mais continuar ignorando o potencial ferroviário. Por isso, em favor do transporte ferroviário, queremos encaminhar, juntamente com esta Moção de Apelo, o apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Será recebido, nobre Deputado Dr. Hélio.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR.

REQUERIMENTO

(Do Deputado Dr. Hélio)

Sennor Presidente,

Nos termos do art. 117, inciso XIX e § 3º, do Regimento Interno, vimos, respeitosamente, solicitar de V. Ex^a se digne registrar nos Anais desta Casa voto de louvor pela Moção de Apelo enviada pela Câmara Municipal da cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, ao Ministro dos Transportes e ao Exm^o Sr. Presidente da República, onde solicitam ações efetivas nas obras de reparos da malha ferroviária paulista, moção esta à qual também me associo.

Sala das Sessões, de de 2000. – Deputado Dr. Hélio, PDT/SP



CÂMARA MUNICIPAL

970006
Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

MOÇÃO DE APELO

APELA PELA AGILIZAÇÃO DA RETOMADA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSIDERANDO; que São Carlos, assim como a maioria das cidades do Estado de São Paulo, se desenvolveu e se fortaleceu através dos meios de transportes ferroviários;

CONSIDERANDO; que o transporte ferroviário é sabidamente um dos mais eficientes e mais seguros e, além disso, um dos mais baratos;

CONSIDERANDO; que ao longo das últimas décadas o sistema ferroviário nacional foi sucateado, mormente no Estado de São Paulo, onde, ultimamente, não existem mais trens de passageiros e, raramente, se vê uma composição de cargas passando pelos trilhos paulistas;

CONSIDERANDO; que a Fepasa (Ferrovias Paulistas S/A) foi privatizada recentemente, sendo vendida à Ferrobán pelo Governo Federal, com grandes projetos;

CONSIDERANDO; que o Brasil, país com dimensões continentais não pode continuar ignorando o potencial ferroviário em favor do transporte rodoviário, muito mais oneroso para a Nação, *cade a esse vereador, através da Mesa Diretora desta casa, após ouvido o Plenário, oficiar ao EXMO. SR PRESIDENTE DA REPÚBLICA E AO EXMO. SR. MINISTRO DOS TRANSPORTES, APELANDO AOS MESMOS PELA AGILIZAÇÃO DAS OBRAS DE REPAROS NA MALHA FERROVIÁRIA POR PARTE DA EMPRESA RESPONSÁVEL PARA QUE O ESTADO POSSA TER NOVAMENTE UM TRANSPORTE EFICIENTE E DE BAIXO CUSTO, AO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E A TODOS OS DEPUTADOS E SENADORES DA BANCADA PAULISTA NO CONGRESSO, ASSIM COMO A TODAS AS LIDERANÇAS DE PARTIDOS COM BANCADA NA*

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, SOLICITANDO SEU APOIO PARA A VOLTA DO TRANSPORTE FERROVIÁRIO PAULISTA.

Sala das Sessões, 13 de Janeiro de 2000

ANTONIO FLORINDO ZANETTE
VEREADOR
PL – PARTIDO LIBERAL

(Handwritten signatures and initials)

O SR. PEDRO FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES (PFL-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, discute-se nesta Casa já há algum tempo a questão do teto salarial. É de suma importância que esta Casa conclua os trabalhos, até porque vai com certeza delimitar os poderes dos Estados. Aqui estamos vendo muita demagogia por parte dos três Poderes, porque também se discute nesta Casa, além do teto salarial, o salário mínimo, uma forma de distribuição de renda no País.

Falo em demagogia porque o Legislativo julga impossível decidir-se sobre o teto enquanto não se decide sobre o salário mínimo. Há demagogia por parte do Poder Executivo quando o Sr. Presidente da República declara que vai devolver à Nação o que porventura ganhar, mas ele nunca foi capaz de devolver a sua aposentadoria, que, somada a isso, dá muito acima do teto. Também condenamos o jeitinho do Judiciário quanto à ajuda de moradia aos senhores juízes.

Sr. Presidente, com tudo isso, gostaria de fazer um apelo ao Executivo. Lembro o Decreto nº 2.693, de 28 de julho de 1998, que estabelece o pagamento, até por uma questão judicial, do aumento dos servidores da ordem de 28,86%. Garante o Executivo, por meio desse decreto, pagar aos servidores públicos o que lhes é devido em sete prestações, nos meses de agosto e de fevereiro.

Ora, já passou o mês de fevereiro de 1999, já passou o mês de agosto de 1999, estamos encerrando o mês de fevereiro de 2000 e o Governo não mostra sinais de quando pagará o funcionalismo público.

Nesse sentido, em nome dos servidores públicos do País, faço apelo no sentido de que o Governo Federal, com respeito, honre o seu compromisso, uma vez que, exageradamente, fixou o pagamento em sete prestações.

Sr. Presidente, finalizando, quero dizer que apresentei o Projeto de Lei nº 2.413, de 2000, que trata da subcontratação e da regulamentação de contratos com as esferas governamentais, para o qual peço o apoio dos Srs. Parlamentares.

Era o que tinha a dizer.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. NILMÁRIO MIRANDA (PT-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho a V. Ex^a requerimento de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar casos de tortura e maus-tratos praticados por agentes públicos.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Será recebido, nobre Deputado.

O SR. SAULO PEDROSA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SAULO PEDROSA (Bloco/PSDB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em seu programa, Sílvia Santos tem um quadro intitulado “Isto é incrível”. Na Bahia acontecem coisas interessantes. O ex-Governador Otávio Mangabeira dizia que, sempre que há um caso inusitado, pode-se ter certeza que houve um precedente na Bahia.

Digo isso para me referir a dois fatos que considero inusitados e incríveis. O jornal **A Tarde**, edição do dia 29 de fevereiro, traz reportagem em que o Governador da Bahia, Sr. César Borges, anuncia punição a quem provar falha no SAC Serviço de Atendimento ao Cidadão. E por que essa raiva toda? Primeiro, porque o jornal **A Tarde** noticiou em manchete algumas falhas cometidas pelo SAC, tais como o caso de um cidadão que, com documentos fraudulentos, conseguiu tirar novo documento de identidade, carteira de motorista e carteira de trabalho, provando assim que aquele serviço tem falhas. A reportagem divulgada pelo jornal **A Tarde** provando que esse serviço é falível e que pessoas inescrupulosas podem utilizar-se dele para fraudar documentos provocou grande celeuma.

O Governador do Estado anuncia agora punição a quem provar que o SAC tem falhas, atitude que deveria ser apresentada no quadro “Isto é incrível” do Programa Sílvia Santos. Não posso admitir essa inversão, pois ao cidadão que tenta provar falha de um serviço a Administração Pública deveria, de público, agradecer e deveria fazê-lo não apenas em relação a esse cidadão, mas também ao jornal **A Tarde** e à imprensa como um todo.

O Governo Estadual deveria sanar o problema, aproveitando-se da reportagem do referido jornal, que mostra ser possível corrigir aquele serviço que,

assim, em vez de perder credibilidade, seria de utilidade para a sociedade.

Sr. Presidente, outro fato inusitado é o escuso e inescrupuloso mecanismo que o Governo baiano está utilizando para emancipar o Distrito de Mimoso do Oeste – pertencente ao Município de Barreiras, transformando-o em Município Luis Eduardo Magalhães, exatamente quando as oposições se uniram em torno de candidatura que tem reais chances de vitória em Barreiras.

A partir daí, por meio de modificações no Regimento Interno, atropelando a Constituição e todo o aparato regimental, criou-se um mecanismo para emancipar o Distrito de Mimoso do Oeste do Município de Barreiras antes de 3 de outubro, para que o Governo da Bahia possa manipular os recursos de Barreiras e causar mais um prejuízo àquela cidade, que por longos anos foi prejudicada na questão do ICMS; tal situação só foi corrigida quando derrubamos a oligarquia carlista que dominou a Prefeitura Municipal de Barreiras por 25 anos e ganhamos no Supremo a questão.

Sr. Presidente, esses dois fatos merecem registro nesta Casa porque o rolo compressor está instituído na Bahia, e Barreiras sofrerá suas conseqüências.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ADEMIR LUCAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ADEMIR LUCAS (Bloco/PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Minas Gerais perdeu recentemente um grande homem público, empresário de sucesso e ex-conselheiro do Clube Atlético Mineiro. Refiro-me ao Dr. Patrus, que morreu em circunstância dramática: um ataque cardíaco dentro de uma aeronave. E esses fatos têm ocorrido muito, Sr. Presidente.

Estamos apresentando à Casa projeto de lei que determina que toda aeronave tenha aparelho desfibrilador, para que possamos, dessa forma – quem sabe? –, salvar algumas vidas, como poderia ter acontecido no caso desse grande mineiro.

É o projeto que estamos apresentando à Mesa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Será recebido, nobre Deputado.

O SR. LINCOLN PORTELA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Themístocles Sampaio) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LINCOLN PORTELA (Bloco/PSL-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero parabenizar os “perueiros” e o pessoal do transporte alternativo pelo movimento que fizeram, na semana passada, na cidade de Belo Horizonte, movimento esse que durou da manhã de quarta-feira à meia-noite de sexta-feira.

Quero felicitá-los porque fizeram uma manifestação pacífica, fechando a avenida Afonso Pena por três dias em clima de festa, de debate, sem nenhuma violência, sem nenhuma ocorrência, sem nenhuma morte, como já aconteceu em outros lugares do Brasil. Os “perueiros” conseguiram parar a avenida e fechar a Prefeitura de Belo Horizonte de maneira pacífica, até que se chegasse a um acordo.

Aproveito a ocasião para parabenizar a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que se conduziu com muita sobriedade e competência. Parabenizo também o Comandante Severo, que soube manter a ordem sem fazer com que a PM do Estado extrapolasse suas funções e cometesse algum tipo de arbitrariedade ou de violência.

Congratulo-me também com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que, juntamente com a Bhtrans, cedeu à necessidade desse acordo porque até então a Prefeitura estava inflexível. Deram uma trégua de 15 dias para os “perueiros”. A Polícia Militar fez uma **blitz** educativa, em vez de apreender os veículos, prender ou multar os “perueiros”.

Parabéns aos “perueiros” do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, saliento ainda a presença nesta Casa do Governador Itamar Franco. S. Ex^a fez há pouco pronunciamento sobre a transposição de águas do Rio São Francisco. Parabenizo-o, em nome da bancada mineira, pelo trabalho desenvolvido no Estado de Minas Gerais.

Era o que tinha a dizer.

O Sr. Themístocles Sampaio, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Benedito Dias, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.

O SR. BEN-HUR FERREIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Benedito Dias) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BEN-HUR FERREIRA (PT – MS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dados colhidos por diversos institutos de pesquisa confirmam desigualdades sociais no Brasil relativas à raça. Tais desigualdades expressam-se nas mais diversas esferas, a exemplo da renda, da educação, da saúde, da mortalidade infantil, da esperança de vida etc., apontando diferenças nas condições de vida, trabalho, apropriação da riqueza gerada e acesso aos serviços básicos.

É preciso resgatar a identidade racial dos brasileiros por meio de ações que busquem o conhecimento da vida desses cidadãos nos mais diversos campos, com o objetivo de encontrar o caminho a percorrer para a superação das desigualdades. Por isso, não podemos deixar de ressaltar a importância do Censo 2000 para alcançarmos essa meta.

A coleta dos dados, no nosso entendimento, deve representar a totalidade dos entrevistados, dando a real dimensão do quadro racial em nosso País. Por esse motivo, é importante saber se esse será o critério a ser utilizado ou se o IBGE pretende ater-se apenas aos dados colhidos por amostragem, o que consideramos extremamente prejudicial ao conhecimento da verdade.

Diante de tais constatações, há necessidade de construção de uma sólida base de dados acerca da realidade racial no Brasil, tendo em vista que somente assim poderemos consolidar políticas públicas para segmentos raciais discriminados.

Dessa forma, havendo estudos que apontam para desigualdades sociais em decorrência da raça e diante da necessidade de adoção de políticas públicas no sentido de minimizar tais desigualdades, julgamos oportuno encaminhar um requerimento de informação ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, a fim de obtermos os esclarecimentos necessários sobre o censo e a metodologia nele aplicada.

Solicito ainda a V. Ex^a, Sr. Presidente, que meu discurso seja publicado nos órgãos de comunicação da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Benedito Dias) – Com a palavra, pela ordem, a Deputada Luiza Erundina, do PSB de São Paulo, que disporá de cinco minutos.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, lastimo a ocorrência de mais uma tragédia que se abateu ontem sobre a cidade de São Paulo e provocou a morte de onze pessoas, entre elas crianças, adolescentes e pais de família.

Tragédias como essa não ocorrem apenas na Capital. Dezenas de pessoas foram vitimadas em toda a região metropolitana. É preciso, mais do que buscar culpados, encontrar solução estrutural para o problema. Isso pressupõe a intervenção dos três níveis de Governo no sentido da adoção de política não apenas de conservação, de preservação, mas de expansão do sistema de drenagem da Capital de São Paulo e de suas cidades fronteiriças.

É necessário fazer um trabalho de desassoreamento dos cursos de água dos principais rios e córregos que atravessam aquela região. Tem de haver um sistema de drenagem capaz de dar conta do volume de águas, que cresce a cada ano, devido ao crescimento demográfico daquela cidade. O Governo precisa investir pesadamente em habitação. A população pobre, que vive de salário mínimo ou está desempregada, não consegue pagar o aluguel ou a prestação de uma casa humilde, terminando por ocupar os espaços dos rios e dos córregos. Como essa intervenção pressupõe pesados investimentos, é necessária a soma das ações das três esferas de Governo, federal, estadual e municipal.

Peço aos Srs. Deputados, particularmente aos bancada de São Paulo, que preservem as emendas propostas ao Orçamento deste ano destinadas aos programas de infra-estrutura urbana e de saneamento básico da região metropolitana de São Paulo. Sem isso, vamos assistir repetidas vezes no mesmo ano a tragédias como aquelas. Não podemos mais continuar vendo e apenas lastimando os enormes prejuízos e as vidas humanas que se vão por causa das enchentes.

Esperamos que as três esferas de Governo tenham sensibilidade. Não adianta apenas buscarmos os culpados e responsáveis por aquelas tragédias. Temos de começar um plano de intervenção estrutural naquela macrorregião paulista e paulistana, o que pressupõe a intervenção de mais de um Governo. Temos de começar já um plano estratégico, sob pena de continuarmos apenas lastimando tragédias como a de ontem. Afinal, as vias expressas que atravessam aquela região, principalmente as localizadas às margens dos grandes rios, que fazem a ligação entre o Norte e o Sul do País, são responsáveis pelo transporte da riqueza do Estado.

As obras do anel metropolitano precisam ser aceleradas. Lamentavelmente elas não têm recebido da Prefeitura de São Paulo sua cota-parte no investimento. Trata-se de obra estratégica e indispensável para resolver as causas estruturais dos vários proble-

mas que afetam, marcam e apenas a população trabalhadora, aquele povo sofrido que constrói grande parte da riqueza deste País. Quarenta por cento do Produto Interno Bruto brasileiro é produzido naquela região. É preciso que os Governos dêem ao Estado atenção correspondente à contribuição que ele dá para a construção da riqueza do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

O SR. FERNANDO CORUJA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Benedito Dias) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um dos pontos de maior polêmica neste País é a questão dos medicamentos. Embora eles sejam de absoluta utilidade para a população, principalmente para a mais pobre, seus preços têm sido absurdamente aumentados; conseqüentemente, a maioria não tem acesso a eles. Vemos também que eles são controlados fundamentalmente por multinacionais. Toda a política econômica do Governo e até o modelo ocidental de civilização entram em discussão. Os laboratórios apropriam-se das descobertas científicas feitas pelas universidades públicas ao longo dos anos e acabam tendo lucros monstruosos, devido à Lei das Patentes criada por nós.

Em boa hora o Congresso aprovou a Lei dos Genéricos, apresentada pelo Deputado Eduardo Jorge, que ainda não alcançou a plenitude dos seus efeitos. Na Inglaterra, na França e na Alemanha os genéricos já são utilizados e representam grande parcela do consumo de medicamentos.

Foi pensando na idéia dos medicamentos genéricos que apresentei na semana passada nesta Casa projeto de lei que disciplina essa questão no campo dos defensivos agrícolas. Da mesma forma que os remédios são absolutamente controlados pelas empresas transnacionais, que dominam e impõem seus preços, assim também os defensivos agrícolas têm seus preços caracterizados. No nosso entendimento, é possível avançarmos na discussão de projeto de lei que trate dos defensivos agrícolas na forma de genéricos.

Estou elaborando também projeto de lei para genéricos na área veterinária; está em fase final, e quero apresentá-lo na próxima semana.

Ora, o setor primário do País sofre hoje as conseqüências fundamentais do preço da produção e da política econômica. Antigamente, o produtor dependia da chuva para conseguir uma produção boa. Hoje, não. Ele tem de estar de olho na política econômica

do Ministro Pedro Malan e, fundamentalmente, nos preços dos defensivos agrícolas e dos produtos veterinários. Por isso apresentei o projeto relativo aos defensivos agrícolas e estou elaborando projeto para genéricos na área veterinária, que apresentarei na próxima semana, logo depois do carnaval.

Pedimos de pronto apoio, a fim de que possamos discutir ambos os projetos aqui na Casa. Talvez essa seja a alternativa para o setor agrícola do País, para barateamento do custo da produção.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Benedito Dias) – Concedo a palavra pela ordem ao Deputado Eduardo Jorge. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, infelizmente, sou obrigado a vir aqui falar mais uma vez de um assunto que talvez já esteja cansando os Deputados: a não-tramitação da emenda à Constituição que prevê a vinculação de um orçamento mínimo para a saúde em âmbito municipal, estadual e federal. Aprovada aqui na Câmara dos Deputados quase por unanimidade, ela continua, incrivelmente, sem tramitar no Senado.

Hoje, vieram visitar o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, e as lideranças de vários partidos no Senado Federal o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns e sua irmã, Dra. Zilda Arns, coordenadora da Pastoral da Criança em todo o Brasil, que vem realizando, juntamente com agentes comunitários do País inteiro, um fantástico trabalho no campo do atendimento preventivo às crianças, reconhecido até internacionalmente.

O Senador Antonio Carlos Magalhães pela primeira vez admitiu a possibilidade de concordar com a tramitação como se isso não fosse regimental, diga-se de passagem e fez uma observação ao Cardeal: gostaria que houvesse progressividade nas obrigações orçamentárias mínimas municipais e estaduais.

Ora, a Câmara já aprovou assim. Os Deputados não foram tão irrealistas a ponto de exigir uma obrigação mínima orçamentária imediata dos Estados e Municípios; já estabelecemos essa progressividade.

Mas saúdo o Senador Antonio Carlos Magalhães, que pela primeira vez, repito, admite a possibilidade de tramitação dessa emenda que é vital para o Sistema Único de Saúde, principalmente para as famílias mais pobres do Brasil, inclusive do seu Estado, a Bahia.

A conversa com os Senadores Líderes dos vários partidos foi de certa forma produtiva. Estavam presentes Lideranças do PMDB, como o Senador Jader Barbalho, do PSDB, do PPB, do PFL, do PTB e do PT. Todos eles, inclusive os dois Senadores do PFL presentes, José Agripino e Edison Lobão, declararam-se favoráveis à votação da emenda que vai resgatar a saúde. Mas todos esperam que a Mesa do Senado libere a tramitação.

Acho incrível que nem a tramitação, que é regimental, esteja ocorrendo no Senado.

Quero aqui frisar a importância da visita de mais essa liderança da sociedade civil e religiosa, o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Embora aposentado, o Cardeal continua com intensa atividade social na cidade de São Paulo. De lá, veio a Brasília para conversar com o Senador Antonio Carlos Magalhães e outros dez Senadores, a fim de apoiar a emenda à Constituição sobre a saúde. Acho que sua missão teve sucesso, mas vamos avaliar isso nas próximas semanas.

De toda forma, quero, mais uma vez, registrar que a não-votação dessa emenda, que essa obstrução regimental está causando prejuízos de alguns bilhões de reais. Este ano o Sistema Único de Saúde, com a não-votação dessa emenda, perderá, pelos meus cálculos, no mínimo cerca de 3 bilhões de reais, somando as perdas que vai ter nos orçamentos federal, estadual e municipal.

Portanto, ao fazer as críticas, ao apontar os responsáveis, ao cobrar resultados das autoridades sanitárias municipais, estaduais e federais, é importante que a opinião pública brasileira não se esqueça de que uma emenda que poderia dar 3 bilhões a mais ao orçamento nacional da saúde está parada no Senado. E por trás disso há responsabilidades e responsáveis.

O Sr. Benedito Dias, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Michel Temer, Presidente.

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito à bancada do PPB que acorra ao plenário para fazer o registro de sua presença, a fim de que possamos dar início à Ordem do Dia. Solicito, ainda, que V. Exª de-

termine o encerramento dos trabalhos das Comissões e faça soarem as campainhas.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, atendam ao apelo do Líder Odélmo Leão. Venham ao plenário.

A Secretaria-Geral da Mesa providenciará, junto às Comissões, o encerramento de seus trabalhos, a fim de que os Deputados venham ao plenário.

Saibam os Srs. Deputados que a presença é aferida pelo painel. Se derrubarmos a sessão não haverá presença para aqueles que não a registrarem em plenário.

Venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Miro Teixeira, para uma Comunicação de Liderança, pelo PDT.

O SR. MIRO TEIXEIRA (PDT – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nas últimas horas o Brasil mergulhou numa grande discussão, primeiro, provocada pela petição de juízes federais que, em mandato de segurança, pediram auxílio-moradia, e depois, pela liminar concedida pelo Ministro Nelson Jobim.

Nós, do PDT, temos a visão do quanto é importante que se perceba a relevância do movimento grevista. Já tentamos de todas as formas, quer seja por Ação Direta de Inconstitucionalidade, quer seja por indicação, por pedido de audiência ou por emendas – as propostas de emenda constitucional tramitam na Casa –, ver respeitado pelo Poder Executivo o dispositivo constitucional que assegura a todos os servidores reajuste anual. De repente, os juízes federais se mobilizam num movimento grevista, em boa hora, didaticamente, e mostram o caminho sinalizado pela Constituinte de 1988, da qual tenho orgulho de ter participado. Na Constituinte de 1988, aqui neste plenário, discutimos à exaustão a importância do movimento de greve no serviço público. Está aí demonstrado: se não fosse a articulação do movimento grevista dos juízes federais, todos continuariam a reclamar pelos corredores sem ter o efetivo aumento dos seus vencimentos – esta é a expressão.

A situação vivida pelos juízes, igual a situação vivida pelo conjunto de servidores públicos, resulta das fracassadas reformas produzidas pelo Governo e aprovadas por este Congresso, especialmente a administrativa e a da Previdência.

Está na hora, Srs. Deputados, de fazermos a reforma das reformas. As reformas não deram certo! As reformas, especialmente a administrativa e a da

Previdência, vão mergulhar o nosso País numa crise institucional. Poderemos chegar ao risco de rupturas. Partimos para o movimento social defendendo para os servidores públicos e junto a eles a idéia da greve geral, no seu conceito constitucional, democrático, pacífico e construtivo, porque sem ela não há qualquer espécie de reposição do salário dos servidores.

Estamos verificando o que acontece com o salário mínimo. Personalidades responsáveis pelo maior arrocho salarial da história do trabalhador brasileiro surgem agora como apóstolos da recuperação da renda, numa mímica que visa, pura e simplesmente, a dar a impressão de que de fato estão eles preocupados com a remuneração do trabalho e não do capital, como é de sua trajetória.

Está em tramitação na Câmara emenda constitucional do subteto. Sr. Presidente, estamos requerendo a V. Ex^a, que tem dado velocidade aos trabalhos da Casa e tem o mérito de, desta cadeira e desta mesa, pedir sempre a presença dos Parlamentares em todos os trabalhos da instituição, que estenda essa preocupação publicamente. Somos testemunha de que V. Ex^a tem atuado para que esta Casa dê velocidade à discussão do subteto.

O impasse produzido na Comissão Especial, muito claramente por interferência do Governo, está gerando esse tipo de situação. Graças a Deus, os juízes federais deslindaram, abriram, cortaram esse nó com o movimento grevista. E logo atrás veio o Tribunal Superior do Trabalho, que encaminhou à Casa, via Presidência da República, projeto de lei que na prática visa a antecipar o subteto.

Os movimentos sociais mais articulados e mais poderosos estão, como sempre, saindo na frente – como também aconteceu com os operários do ABC – para denunciar que é impraticável e irrealizável a sistematização de direitos definida pelas reformas. E essas reformas precisam ser revistas.

A reforma administrativa é inaplicável, pois não cuidou de criar um sistema de mérito no serviço público. E está sendo desrespeitada pelo próprio Governo, que não cumpre a data-base. Entramos com Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o descumprimento da data-base pelo Governo por omissão do próprio Supremo Tribunal Federal quanto a isso.

Estamos hoje solicitando ao Presidente daquela Corte que agilize o julgamento dessa ação, no rastro da decisão do Presidente do Tribunal Superior do Tra-

balho e dos membros daquele Tribunal de implementarem, via projeto de lei, por antecipação, o subteto.

Nós, do PDT, estamos encaminhando à Mesa indicações aos demais Tribunais Superiores e ao Supremo Tribunal Federal para que também nos enviem os seus projetos de lei sobre fixação do subteto salarial.

Como forma de romper a inércia, é fundamental que nós, do Parlamento, entendamos que a sociedade, quer seja nos setores público ou privado, não mais está suportando as condições de arrocho salarial. E se não tivermos percepção, esse movimento social irá atropelar o próprio Congresso Nacional.

Hoje o Deputado Dr. Hélio trouxe ao conhecimento da Casa o contracheque de um general. Os militares não são servidores civis, mas uma categoria própria. Um general, no topo de sua carreira, está hoje com uma remuneração líquida de pouco mais de 3 mil reais.

Saibam V. Ex^{as} que prezamos a democracia. Não podemos perceber também como os militares poderiam agir contra as regras constitucionais para obter reajustamentos, mas é fundamental que também estejam presentes na nossa preocupação. Como não? As Forças Armadas pertencem à Pátria.

Se o movimento não for comandado pelo Congresso Nacional, a começar pela Câmara dos Deputados, a nossa impressão é a de que o movimento social acabará revogando as prerrogativas do nosso mandato.

Sr. Presidente, entregamos à Mesa os requerimentos citados pedindo a V. Ex^a que dê a velocidade habitual ao encaminhamento das matérias.

Obrigado, Sr. Presidente. Vamo-nos manter na luta pela reforma das reformas.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra, para uma Comunicação de Liderança, pelo PT.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nas últimas horas, temos assistido à emergência na agenda nacional de questões extremamente relevantes para a democracia, para o Estado de Direito, para o papel do Judiciário e das instituições democráticas.

Estamos vivendo um momento de queda da renda **per capita** nos anos 90. O empobrecimento médio da população brasileira foi de 8%. Só no ano

passado, a queda da renda real foi de 5,5%. Esta é a média do empobrecimento.

Este empobrecimento imposto à população foi devido ao fracasso dessa política econômica, ao fracasso desse modelo econômico que tem beneficiado, como em nenhum outro momento da nossa História, o sistema financeiro, a especulação financeira que aí está. Basta ver que nesse mesmo momento em que há queda na renda **per capita** de 5,5% os bancos apresentam o maior lucro de toda a história documentada do Brasil. Uma lucratividade que reflete a socialização do prejuízo nas finanças públicas, superior a 70 bilhões de reais, resultante da desvalorização cambial tardia, vazada e desastrosa. E isso impõe ao Orçamento da União encargos financeiros que superam a 43% do Orçamento.

É neste quadro que o funcionalismo está há cinco anos sem reajuste. Portanto, é legítima esta reivindicação do Poder Judiciário de ter um reajuste salarial. É absolutamente legítima para os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo, e para todo o funcionalismo federal.

É evidente que em se tratando de Juízes do Trabalho, que julgam a legalidade e a legitimidade das greves, que arbitram as relações de trabalho e que muitas vezes julgaram ilegal exatamente movimentos que tinham a mesma legitimidade, temos de ter uma certa cautela sobre o significado desse movimento, sobre a credibilidade do Poder Judiciário e, sobretudo, sobre o papel do Supremo Tribunal Federal.

Se, de um lado, é legítima a reivindicação, não acredito que essa liminar seja o caminho eficaz da democracia. Não vejo sustentabilidade jurídica nem orçamentária para esse auxílio-moradia criado, por meio de liminar e tenho certeza de que o Pleno do Supremo Tribunal Federal saberá corrigir esse processo decisório e recolocar o debate nos termos em que a sociedade brasileira aguarda e que o Congresso Nacional deve encaminhar.

Qual o caminho da democracia e da resposta à legítima reivindicação do funcionalismo neste momento?

Em primeiro lugar, reajustar o salário mínimo, razão pela qual tantas vezes têm-se levantado neste plenário. Há cinco anos o PT está lutando por um salário mínimo de 100 dólares, o que equivale hoje a 180 reais.

Faço um desafio à Liderança do PFL, sobretudo ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Tenho acompanhado, em todas as circunstâncias, o pronunciamento forte e incisivo do Senador

Antonio Carlos Magalhães e do Deputado Inocêncio Oliveira a favor do salário mínimo de 100 dólares. Mais do que isso: que o salário mínimo deve preceder a qualquer outra decisão, inclusive em relação ao teto.

Acho muito positiva essas declarações, mas chegou a hora, Deputado Geraldo Magela, de o Senador Antonio Carlos Magalhães tomar uma decisão. Não pode ficar só no discurso porque quem pode autorizar que a medida provisória do salário mínimo venha a ser julgada pelo Plenário é o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Por que S. Ex^a não coloca em votação a medida provisória do salário mínimo, e daí o Congresso poderá votar o substitutivo? Dessa maneira, seria autorizado o salário mínimo de 100 dólares e se resolveria a crise social que está aí, sinalizando a responsabilidade desta Casa neste momento: o caminho da democracia e da prioridade nacional aos que menos têm.

Sr. Presidente, este é o momento de o PFL mostrar que, além da declaração de intenções, tem compromisso, de fato, com esta meta e com este projeto.

O Senador Antonio Carlos Magalhães pode dar consistência às suas declarações colocando a medida provisória em votação e resolvendo o novo valor do salário mínimo. E tenho certeza de que o valor do mínimo será sustentado por este Plenário em torno de 180 reais – os 100 dólares pelos quais temos lutado. Assim estaríamos dando a prioridade das prioridades ao salário mínimo.

Mas resolvido isso, Sr. Presidente, resta uma segunda questão: como fica o funcionalismo público federal? Ou será que vamos empurrar mais uma vez o reajuste do salário do funcionalismo, como temos visto nos últimos cinco anos?

Por isso, iremos agora – e convidamos os Líderes dos partidos da Oposição – ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, órgão que tem um papel fundamental na democracia e que deve preservar a sua credibilidade. Como dissemos, não é com liminares como essa que vamos manter a credibilidade e a legitimidade da Justiça.

O Supremo Tribunal Federal poderia colocar em votação neste momento a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.061/99, que protocolamos em 13 de setembro de 1999 e que declara a inconstitucionalidade por omissão do Presidente da República por não ter apresentado o projeto de reajuste do salário do funcionalismo, conforme estabelece o art. 37, inciso X, da Constituição Federal. O provimento a essa

Adin daria a segurança ao País de que votaríamos um projeto de reajuste do funcionalismo.

Para concluir, Sr. Presidente, votando o salário mínimo e o reajuste do funcionalismo estaríamos resolvendo o problema do Poder Judiciário, inclusive estabelecendo o teto, uma decisão que também saberemos tomar e que é necessária neste momento da História do Brasil.

Agora, para tudo isso, Sr. Presidente, temos de votar o Orçamento da União. Estamos entrando no mês de março e o País não tem um Orçamento. E a ausência de um Orçamento, de um planejamento do gasto público, gera esse tipo de incidente, esse tipo de pressão e esse tipo falta de eficácia no gasto público.

Portanto, vamos decidir o valor do salário mínimo, votando a medida provisória, com o Senador Antonio Carlos Magalhães dando seqüência aos seus pronunciamentos. Vamos propor ao Supremo Tribunal Federal que decida a Adin que permite a votação do reajuste do funcionalismo público, conforme estabelece o art. 37, inciso X, da Constituição. E vamos a partir daí estabelecer o teto, podendo, portanto, viabilizar o equacionamento da reivindicação do Poder Judiciário de forma definitiva.

O Congresso Nacional pode assumir a sua responsabilidade na crise, dar conseqüência à legitimidade dessa luta que busca um direito legítimo do funcionalismo, que há cinco anos assiste ao arrocho salarial, e, mais do que isso, pode ecoar as aspirações de sobrevivência de uma multidão de brasileiros que recebe o salário mínimo. Evidentemente nós não podemos recuar na meta mínima de 100 dólares ou 180 reais, porque o salário mínimo tem hoje 25% do valor de 1940. E de lá para cá a produção do País, o PIB **per capita**, cresceu cinco vezes. Está na hora de se fazer justiça social e de o Congresso Nacional assumir a sua responsabilidade perante a Nação.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO IZAR – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RICARDO IZAR (Bloco/PMDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas anunciar aos Srs. Deputados que amanhã, às 10h da manhã, a Comissão Especial que regula as medidas provisórias deverá se reunir. Quero informar também que os prazos para as emendas já foram abertos. Amanhã vamos apresentar um plano de trabalho e marcar os dias para as audiências públi-

cas. Por isso, convido os Srs. Deputados que pretendem participar, trazer sugestões e apresentar emendas, que o façam.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Comunico aos Srs. Líderes e aos Srs. Parlamentares que fixei o dia 16 de março como o prazo para a Comissão Especial do Salário Mínimo concluir seus trabalhos.

Portanto, até o dia 16 de março deveremos ter os dados referentes ao novo salário mínimo. Trata-se de matéria urgente, conforme os Srs. Líderes estão a mencionar, que merece pronta resposta desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra ao nobre Deputado Alexandre Cardoso, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB-FIJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Brasil vive um momento novo. Uma categoria que no passado considerou algumas greves ilegais, ao anunciar um estado de greve, faz o Supremo Tribunal Federal adotar uma medida no intuito de solucionar essa situação de greve iminente.

Vejam todos como a população brasileira está analisando esse quadro. Alguns partidos apresentam propostas para o reajuste do salário mínimo e, em determinado momento, Lideranças dizem que a matéria não foi discutida no âmbito do partido. Além disso, não há consenso sobre o valor para reajuste do salário mínimo. Mas o Supremo Tribunal Federal rapidamente resolve a questão de uma categoria em estado de greve.

O Congresso Nacional tem que entender que este é um momento de enorme dificuldade de relação com a sociedade brasileira. E por que a dificuldade? Porque nos últimos cinco anos criou-se uma expectativa de felicidade neste País que, evidentemente, não está acontecendo. Onde estão os benefícios das privatizações? Onde está a melhoria na qualidade de vida?

A par disso, surge no Congresso uma CPI dos Medicamentos, porque o aumento do preço dos remédios foi até dez vezes maior do que o aumento do salário. E soma-se a tudo isso um movimento orquestrado de desmonte do Estado, que está deixando o servidor público sem perspectiva de aumento salarial e levando o próprio Executivo a não cumprir a Constituição Federal no que tange a essa matéria.

Sr. Presidente, eu acho que esta Casa tem que entender a gravidade do momento. Quando um dos Poderes da República encontra solução para uma categoria, mas não estamos encontrando solução para a sociedade, a esperança do brasileiro, o que ele tem de mais forte, começa a ir embora. As pessoas, na rua, já não acreditam que haja um trabalho verdadeiro com vistas ao aumento do mínimo. Isto está virando pilhéria, está virando história de esquina. O fato é que nós não conseguimos encontrar uma resposta para a sociedade.

Eu acho fundamental que, nessa ida ao Supremo Tribunal Federal, proposta hoje pelo PT, PDT, PCdoB e PSB, consigamos sair de lá com alguma alternativa, porque este movimento social, Sr. Presidente, pode chegar a uma escala sem precedente no País. Nós não podemos encarar a sociedade sabendo que um Poder – repito – encontrou solução para uma categoria, mas não encontramos solução para a sociedade.

A meu ver, nem o Presidente da República, nem o Presidente do Congresso Nacional podem usar o aumento do salário mínimo para fazer propaganda, se não têm certeza de que seus respectivos partidos terão tal compromisso. O Senador Antonio Carlos Magalhães, como disse o Deputado Aloizio Mercadante, tem a obrigação de assumir a posição de Liderança do Congresso e levar a medida provisória à deliberação.

O Supremo Tribunal Federal, por sua vez, deve dar uma resposta à sociedade, julgando – conforme disse o Deputado Miro Teixeira – a Adin contra a omissão do Poder Executivo no que se refere ao aumento salarial do servidor público, porque, caso contrário, aquilo que resta ao brasileiro, que é a esperança, pode estar indo embora e esta Casa pode estar sendo conivente.

Portanto, o nosso partido, juntamente com o PCdoB, entende que essa ida ao Supremo Tribunal Federal tem o objetivo de fazer um alerta para que se encontre uma solução imediata, a fim de que não seja tarde e, por fim, enfrentemos um problema pelo qual evidentemente cada um de nós será responsável.

O fato novo é o Supremo ter encontrado solução para uma única categoria, quando, na verdade, os Poderes devem encontrar solução para toda a sociedade.

Era o que o Partido Socialista Brasileiro tinha a encaminhar a V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer um comunicado relevante para o Município de Londrina, no Paraná. O Desembargador Cyro Crema, do Tribunal de Justiça do Paraná, acabou de suspender a tramitação do pedido de **impeachment** do Prefeito de Londrina, Antônio Casemiro Belinati, objeto de denúncia de 75 entidades comunitárias encabeçada pela OAB, Seção Londrina, e pela Associação Comercial e Industrial de Londrina, a mais antiga entidade da cidade. São 75 entidades que estão pedindo a cassação do mandato do Prefeito Antônio Casemiro Belinati.

O juiz local de Londrina indeferiu o pedido, formulado pelo Prefeito, de suspensão de tramitação. Lamentavelmente, hoje o Desembargador Cyro Crema suspendeu a tramitação do processo na Câmara, tramitação essa que obedece ao Decreto-Lei nº 201. O Presidente da Câmara entendeu que o processo de **impeachment** do Prefeito Antônio Casemiro Belinati deve tramitar segundo as normas do Decreto-Lei nº 201, e o Desembargador Cyro Crema faço questão de frisar seu nome, entendeu o contrário.

A comunidade de Londrina está revoltada e indignada com essa decisão e deposita suas esperanças no Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Sydney Zappa, para que a reveja e dê liberdade à Câmara Municipal de Londrina para julgar os atos de corrupção do Prefeito Antônio Belinati. Se ele não deve, não tem o que temer. É porque deve que está fugindo do julgamento da população de Londrina.

Não tenho dúvida de que o motivo que levou o Prefeito Antônio Belinati a usar de um artifício jurídico para suspender a tramitação desse processo é o medo de prestar contas. Se prestar contas, sem dúvida alguma, a Câmara terá todos os elementos e motivos para cassação de seu mandato. Segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**, mais de 200 milhões de reais foram desviados na sua administração de três anos e dois meses como Prefeito de Londrina.

Para concluir, insisto em dizer que confio demais no Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Dr. Sydney Zappa, que poderá determinar urgência urgentíssima na tramitação dessa matéria no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, venham ao plenário. Daqui a algum tempo vou encerrar a sessão. Encerrar a sessão sem o **quorum** de 308 Deputados significa que quem não registrou presença no painel não está presente. Peço aos Srs. Deputados a gentileza de se dirigirem ao plenário, pelo menos para alcançarmos o **quorum** de 308 Srs. Deputados, já que mais de 350 Srs. Deputados estão na Casa.

Ouçam as campanhas e venham ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Gilmar Machado.

O SR. GILMAR MACHADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de lamentar nesta tarde mais uma atitude do Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato, que lançou recentemente os Cadernos 45, dizendo que a educação anda às mil maravilhas no Governo Fernando Henrique, e hoje cancelou sua vinda à reunião que haveria na Comissão Mista que trata do financiamento ao estudante.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a situação do ensino superior hoje no Brasil é grave. Em 1998, 1,5 milhão de estudantes concluíram o ensino médio, e foram abertas nas universidades públicas e particulares cerca de 776 mil vagas, número que conseguiu atender apenas à metade dos alunos que concluíram o ensino médio naquele ano, sem contar a demanda reprimida que já existia.

Até 1994, o crescimento de vagas no ensino público era maior do que no ensino privado. De 1994 para cá, está havendo aumento cada vez maior da oferta de vagas no ensino privado e diminuição no ensino público. Com isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os estudantes hoje são obrigados a ir para o ensino privado, porque é ali que estão conseguindo vagas. Mas as mensalidades são extremamente elevadas.

O Governo Fernando Henrique Cardoso acabou com o Crédito Educativo, que foi criado em 1976, e criou o Financiamento ao Estudante – FIES. Entretanto, em 1998 nenhuma vaga foi aberta para a obtenção do crédito, e em 1999 apenas 80 mil estudantes tiveram acesso ao financiamento.

O Fies é um financiamento com juros elevados correção mais 9% ao ano, só cobre 70% do valor da mensalidade e só existe para pagamento de mensalidades. Nossos estudantes estão hoje sacrificados, em dificuldades, e mesmo aqueles que querem ter acesso ao financiamento não o conseguem.

O Crédito Educativo foi criado e concebido para atender aos alunos tanto da rede pública quanto da rede privada. Por quê? Porque muitos dos alunos que passam no vestibular das universidades públicas têm de deixar suas cidades, mudar para um centro maior, pagar moradia, alimentação etc., e não têm recursos para tanto. Por isso, o estudante precisa desse financiamento. Este ano, até agora nenhum novo estudante conseguiu ter acesso a esse financiamento, e ainda é preciso que se abram mais vagas.

Veio então uma medida provisória sobre crédito educativo. Hoje, Sr. Presidente, teríamos na Comissão uma reunião para discutir essa medida que institui o crédito educativo, que seria presidida pelo Senador Romeu Tuma o Deputado Osvaldo Biolchi é o Relator, mas o representante do MEC simplesmente disse que não teria condições de comparecer ao debate.

O Ministro Paulo Renato quer fugir do debate porque não tem projeto, não tem proposta para o financiamento aos estudantes. Por isso não quer enfrentar o debate sobre o ensino superior neste País, sobre os milhares e milhares de estudantes que precisam e querem continuar estudando, mas, sem financiamento, vão ter de trancar suas matrículas.

Sr. Presidente, fazemos um apelo no sentido de que de fato a medida provisória seja examinada e possamos criar nesta Casa um financiamento para que os estudantes possam ter acesso ao ensino superior. Chamamos a atenção do Ministro Paulo Renato, a fim de que pare de fazer propaganda e venha para o debate, não fuja dos debates, como fugiu hoje. Queremos o debate franco e aberto. Este é o nosso desafio: pedimos ao Ministro que, em vez de sair distribuindo Cadernos 45, venha discutir o ensino superior e o financiamento dos estudantes.

Este, repito, é o desafio que fazemos: conclamamos o Ministro Paulo Renato a não mais fugir dos debates e vir para cá, a fim de que possamos encontrar uma solução para o ensino superior deste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Solicito a presença dos Srs. Deputados no plenário.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Fernando Ferro.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para denunciar uma seqüência de demissões na Companhia Ferroviária Nordeste – CFN, ramal da Rede Ferroviária Federal que foi pri-

vativado. Ontem essa empresa desativou as oficinas de manutenção de Recife e provocou, de imediato, quarenta demissões. Dentre essas, estão onze dirigentes sindicais, um trabalhador que estava de licença médica, um que é juiz classista e sete cipeiros, em completo desrespeito à representação sindical e, mais do que isso, a acordos que foram firmados com o Sr. Benjamim Steinbruch que, ao adquirir aquele ramal, comprometeu-se com a Ferrovia Transnordestina, com a ativação daqueles ramais e com o processo de resgate e recuperação da malha ferroviária do Nordeste. Pelo contrário, quando adquiriu esse bem, não investiu o prometido. Mais recentemente, há uma movimentação para conseguir um financiamento de 100 milhões de reais com o Estado, para viabilizar a retomada da Transnordestina.

Desse jeito, é muito fácil privatizar. Assume-se a responsabilidade de um empreendimento desse porte para, em seguida, querer que o Estado lhe dê cobertura e assegure o que ele assumiu publicamente, ou seja, o desenvolvimento.

Esse processo de privatização, além de não cumprir as metas de investimento e de expansão do setor de ferrovias, promove o crescimento do desemprego na região, atingindo, de forma indiscriminada, muitos trabalhadores, alguns inclusive próximos de se aposentarem e que, de repente, são jogados no olho da rua e privados de seus direitos. É um desrespeito inclusive àqueles que têm toda uma vida dedicada à implantação desses ramais ferroviários.

Por isso, Sr. Presidente, expressamos neste momento a nossa manifestação de repúdio a essas atitudes e, ao mesmo tempo, cobramos providências do Governo, através do BNDES, que financiou essa privatização, entregando nas mãos de empresários esse processo de retomada da malha ferroviária nordestina. Agora, eles se abstêm desse processo e querem conseguir dinheiro promovendo o aumento do desemprego naquela região, desrespeitando, como afirmei, dirigentes sindicais, representação classista, trabalhadores doentes sob licença médica, que foram incluídos nesse rol de demissões que aconteceu na CFN com a desativação das oficinas de manutenção no Recife.

Manifestamos aqui a nossa repulsa a essa atitude e pedimos ao Ministério Público do Trabalho que intervenha nesse processo para coibir essas ações, que penalizam os trabalhadores que fizeram e fazem a rede ferroviária nordestina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

VI – ORDEM DO DIA

*PRESENTES OS SEGUINTE SRS.
DEPUTADOS:*

RORAIMA

Elton Rohnelt PFL

Presente de Roraima: 1

AMAPÁ

Dr. Benedito Dias PPB

Eduardo Seabra PTB PSDB/PTB

Evandro Milhomen PSB PSB/PCdoB

Jurandil Juarez PMDB PMDB/PST/PTN

Sérgio Barcellos PFL

Presentes do Amapá: 5

PARÁ

Gerson Peres PPB

Giovanni Queiroz PDT

Jorge Costa PMDB PMDB/PST/PTN

Josué Bengtson PTB PSDB/PTB

Nilson Pinto PSDB PSDB/PTB

Paulo Rocha PT

Renildo Leal PTB PSDB/PTB

Vic Pires Franco PFL

Presentes do Pará: 8

AMAZONAS

Átila Lins PFL

Luiz Fernando PPB

Pauderney Avelino PFL

Vanessa Grazziotin PCdoB PSB/PCdoB

Presentes do Amazonas: 4

RONDÔNIA

Agnaldo Muniz PPS

Eurípedes Miranda PDT

Oscar Andrade PFL

Sérgio Carvalho PSDB PSDB/PTB

Presentes de Rondônia: 4

ACRE

Ildelfonso Cordeiro PFL

José Aleksandro PSL PL/PSL

Márcio Bittar PPS

Marcos Afonso PT

Nilson Mourão PT

Zila Bezerra PFL

Presentes do Acre: 6

TOCANTINS

Antônio Jorge	PTB	PSDB/PTB
Darci Coelho	PFL	
Igor Avelino	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Ribeiro	PFL	
Pastor Amarildo	PPB	
Paulo Mourão	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de Tocantins: 6**MARANHÃO**

Albérico Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Cesar Bandeira	PFL	
João Castelo	PSDB	PSDB/PTB
José Antônio	PSB	PSB/PCdoB
Neiva Moreira	PDT	
Pedro Fernandes	PFL	
Sebastião Madeira	PSDB	PSDB/PTB

Presentes do Maranhão: 7**CEARÁ**

Adolfo Marinho	PSDB	PSDB/PTB
Almeida de Jesus	PL	PL/PSL
Antônio Cambraia	PSDB	PSDB/PTB
Antônio José Mota	PMDB	PMDB/PST/PTN
Chiquinho Feitosa	PSDB	PSDB/PTB
Eunício Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Inácio Arruda	PCdoB	PSB/PCdoB
José Linhares	PPB	
José Pimentel	PT	
Léo Alcântara	PSDB	PSDB/PTB
Manoel Salviano	PSDB	PSDB/PTB
Mauro Benevides	PMDB	PMDB/PST/PTN
Pinheiro Landim	PMDB	PMDB/PST/PTN
Raimundo Gomes de Matos		PSDB
PSDB/PTB		
Rommel Feijó	PSDB	PSDB/PTB
Sérgio Novais	PSB	PSB/PCdoB
Ubiratan Aguiar	PSDB	PSDB/PTB

Presentes do Ceará: 17**PIAUI**

Átila Lira	PSDB	PSDB/PTB
B.Sá	PSDB	PSDB/PTB
Gessivaldo Isaias	PMDB	PMDB/PST/PTN
Heráclito Fortes	PFL	
Themístocles Sampaio	PMDB	PMDB/PST/PTN
Wellington Dias	PT	

Presentes do Piauí: 6**RIO GRANDE DO NORTE**

Betinho Rosado	PFL	
Henrique Eduardo Alves	PMDB	PMDB/PST/PTN
Lavoisier Maia	PFL	
Múcio Sá	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes do Rio Grande do Norte: 4**PARAÍBA**

Adauto Pereira	PFL	
Carlos Dunga	PMDB	PMDB/PST/PTN
Inaldo Leitão	PSDB	PSDB/PTB

Presentes da Paraíba: 3**PERNAMBUCO**

Carlos Batata	PSDB	PSDB/PTB
Djalma Paes	PSB	PSB/PCdoB
Eduardo Campos	PSB	PSB/PCdoB
Fernando Ferro	PT	
Gonzaga Patriota	PSB	PSB/PCdoB
Inocência Oliveira	PFL	
João Colaço	PMDB	PMDB/PST/PTN
Joaquim Francisco	PFL	
Ricardo Fiuza	PFL	
Sérgio Guerra	PSDB	PSDB/PTB
Severino Cavalcanti	PPB	

Presentes de Pernambuco: 11**ALAGOAS**

Joaquim Brito	PT	
José Thomaz Nonô	PFL	
Regis Cavalcante	PPS	

Presentes de Alagoas: 3**SERGIPE**

Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Marcelo Déda	PT	
Pedro Valadares	PSB	PSB/PCdoB
Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de Sergipe: 5**BAHIA**

Eujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB
Geraldo Simões	PT	
Jairo Carneiro	PFL	
Jaques Wagner	PT	
João Almeida	PSDB	PSDB/PTB

João Leão	PSDB	PSDB/PTB	Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Jorge Khoury	PFL		Roberto Brant	PFL	
José Carlos Aleluia	PFL		Romel Aloizio	PPB	
José Lourenço	PFL		Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB
Jutahy Junior	PSDB	PSDB/PTB	Saraiva Felipe	PMDB	PMDB/PST//PTN
Leur Lomanto	PFL		Sérgio Miranda	PCdoB	PSB/PCdoB
Luíz Moreira	PFL		Silas Brasileiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Manoel Castro	PFL		Vittorio Mediolli	PSDB	PSDB/PTB
Mário Negromonte	PSDB	PSDB/PTB	Presentes de Minas Gerais: 37		
Paulo Braga	PFL		ESPÍRITO SANTO		
Paulo Magalhães	PFL		Aloízio Santos	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Irujo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Feu Rosa	PSDB	PSDB/PTB
Reginaldo Germano	PFL		João Coser	PT	
Roland Lavigne	PFL		José Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB
Saulo Pedrosa	PSDB	PSDB/PTB	Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB
Ursicino Queiroz	PFL		Max Mauro	PTB	PSDB/PTB
Presentes da Bahia: 22			Nilton Baiano	PPB	
MINAS GERAIS			Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB
Ademir Lucas	PSDB	PSDB/PTB	Rita Camata	PMDB	PMDB/PST/PTN
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PST/PTN	Presentes do Espírito Santo: 9		
Aracely de Paula	PFL		RIO DE JANEIRO		
Cabo Júlio	PL	PL/PSL	Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB
Carlos Mosconi	PSDB	PSDB/PTB	Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCdoB
Cleuber Carneiro	PFL		Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB
Danilo de Castro	PSDB	PSDB/PTB	Arolde de Oliveira	PFL	
Edmar Moreira	PPB		Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL
Eduardo Barbosa	PSDB	PSDB/PTB	Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB
Eliseu Resende	PFL		Dr. Heleno	PSDB	PSDB/PTB
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PST/PTN	Eduardo Paes	PTB	PSDB/PTB
Gilmar Machado	PT		Fernando Gabeira	PV	
Hélio Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB
Herculano Anghinetti	PPB		Francisco Silva	PST	PMDB/PST/PTN
Jaime Martins	PFL		Iédio Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Fassarella	PT		Jair Bolsonaro	PPB	
João Magno	PT		Jandira Feghali	PCdoB	PSB/PCdoB
José Militão	PSDB	PSDB/PTB	João Sampaio	PDT	
Júlio Delgado	PMDB	PMDB/PST/PTN	Luiz Sérgio	PT	
Lael Varella	PFL		Márcio Fortes	PSDB	PSDB/PTB
Lincoln Portela PSL	PL/PSL		Milton Temer	PT	
Márcio Reinaldo Moreira	PPB		Miriam Reid	PDT	
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Miro Teixeira	PDT	
Nárcio Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB	Pastor Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL
Nilmário Miranda	PT		Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCdoB
Odelmo Leão	PPB		Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB
Olímpio Pires	PDT		Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB
Osmânio Pereira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Simão Sessim	PPB	
Paulo Delgado	PT		Presentes do Rio de Janeiro: 25		

SÃO PAULO

Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB
Alberto Mourão	PMDB	PMDB/PST/PTN
Aloizio Mercadante	PT	
Angela Guadagnin	PT	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB
Arlindo Chinaglia	PT	
Arnaldo Faria de Sá	PPB	
Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB
Bispo Wanderval	PL	PL/PSL
Celso Giglio	PTB	PSDB/PTB
Clovis Volpi	PSDB	PSDB/PTB
Corauci Sobrinho	PFL	
Cunha Bueno	PPB	
De Velasco	PSL	PL/PSL
Dr. Evilásio	PSB	PSB/PCDOb
Dr. Hélio	PT	
Duilio Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB
Edinho Araújo	PPS	
Eduardo Jorge	PT	
Fernando Zuppo	PDT	
Gilberto Kassab	PFL	
José Dirceu	PT	
Joé Genoíno	PT	
José Índio	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Roberto Batochio	PDT	
Julio Semeghini	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Antonio Fleury	PTB	PSDB/PTB
Luíza Erundina	PSB	PSB/PCdoB
Marcelo Barbieri	PMDB	PMDB/PST/PTN
Marcos Cintra	PL	PL/PSL
Michel Temer	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelo Rodolfo	MDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Marquezelli	PTB	PSDB/PTB
Neuton Lima	PFL	
Paulo Kobayashi	PSDB	PSDB/PTB
Professor Luizinho	PT	
Ricardo Berzoini	PT	
Ricardo Izar	PMDB	PMDB/PST/PTN
Rubens Furlan	PPS	
Salvador Zimbaldi	PSDB	PSDB/PTB
Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB
Silvio Torres	PSDB	PSDB/PTB
Wagner Salustiano	PPB	
Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB
Zulaiê Cobra	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de São Paulo: 45**MATO GROSSO**

Celcita Pinheiro	PFL	
Oswaldo Sobrinho	PSDB	PSDB/PTB
Ricarte de Freitas	PSDB	PSDB/PTB
Welinton Fagundes	PSDB	PSDB/PTB
Wilson Santos	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Mato Grosso: 5**DISTRITO FEDERAL**

Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PST/PTN
Geraldo Magela	PT	
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PST/PTN
Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Celso	PT	
Ricardo Noronha	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes de Distrito Federal: 6**GOIÁS**

Barbosa Neto	PMDB	PMB/PST/PTN
Geovan Freitas	PMDB	PMDB/PST/PTN
Jovair Arantes	PSDB	PSDB/PTB
Juquinha	PSDB	PSDB/PTB
Lídia Quinan	PSDB	PSDB/PTB
Luiz Bittencourt	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nair Xavier Lobo	PMDB	PMDB/PST/PTN
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN
Vilmar Rocha	PFL	

Presentes de Goiás: 12**MATO GROSSO DO SUL**

Ben-Hur Ferreira	PT	
João Grandão	PT	
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB
Waldemir Moka	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes do Mato Grosso do Sul: 5**PARANÁ**

Abelardo Lupion	PFL	
Affonso Camargo	PFL	
Airton Roveda	PSDB	PSDB/PTB
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB
Dilceu Sperafico	PPB	
Dr. Rosinha	PT	
Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB

Guvato Fruet	PMDB	PMDB/PST/PTN
Iria Simões	PTB	PSDB/PTB
Ivanio Guerra	PFL	
José Borba	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB
José Janene	PPB	
Luciano Pizzatto	PFL	
Luiz Carlos Haully	PSDB	PSDB/PTB
Márcio Matos	PT	
Moacir Micheletto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Meurer	PPB	
Odílio Balbinotti	PSDB	PSDB/PTB
Oliveira Filho	PPB	
Renato Silva	PSDB	PSDB/PTB
Ricardo Barros	PPB	
Rubens Bueno	PPS	
Santos Filho	PFL	
Werner Wanderer	PFL	

Presentes do Paraná: 25**SANTA CATARINA**

Antônio Carlos Konder Reis	PFL	
Carlito Meress	PT	
Edison Andrino	PMDB	PMDB/PST/PTN
Fernando Coruja	PDT	
Hugo Biehl	PPB	
João Matos	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Pizzolatti	PPB	
José Carlos Vieira	PFL	
Pedro Bittencourt	PFL	
Raimundo Colombo	PFL	
Renato Vianna	PMDB	PMDB/PST/PTN
Serafim Venzon	PDT	
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB

Presentes de Santa Catarina: 13**RIO GRANDE DO SUL**

Airton Dipp	PDT	
Alceu Collares	PDT	
Augusto Nardes	PPB	
Caio Riela	PTB	PSDB/PTB
Darcísio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN
Enio Bacci	PDT	
Fetter Júnior	PPB	
Júlio Redecker	PPB	
Luís Carlos Heinze	PPB	
Luiz Mainardi	PT	
Marcos Rolim	PT	

Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Nelson Marchezan	PSDB	PSDB/PTB
Oswaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PST/PTN
Roberto Argenta	PHDBS	
Telmo Kirst	PPB	
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PST/PTN

Presentes do Rio Grande do Sul: 17

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A lista de presença registra o comparecimento de 311 Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vai-se passar à apreciação da matéria que está sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer)

– 1 –

**PROPOSTA DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO Nº 96-B, DE 1992
(Do Sr. Hélio Bicudo)**

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário; tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Sr. Luiz Carlos Santos); e da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo, desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 112-A/95, 500-A/97 e 368-A/96, apensadas; pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1/95, 2/95 e 4/95 (apresentadas na legislatura anterior) e das de nºs 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44 e 45; pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 127-A/95 e 215-A/95, apensadas, e das Emendas nºs 3/95 (apresentada na legislatura anterior) e 4, 6, 17, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 38 e 41, nos termos do parecer da Relatora, que apresentou complementação e reformulação parcial de voto. Apresentaram votos em separado o Deputado Antônio Carlos Biscaia e, em conjunto, os Deputados Marcelo Déda, José Dirceu, Waldir Pires, Nelson Pellegrino, Antônio Carlos Biscaia, José Pimentel, Paulo Rocha e Padre

Roque. Foram aprovados os Destaques de nºs 247, 72, 79, 298, 70, 51, 281, 296, 42, 33, 293, 27, 88, 238, 187, 67, 32, 149, 73 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados Luiz Antônio Fleury e Renato Viana; rejeitados os de nºs 297, 291, 251, 23, 220, 82, 155, 50, 292, 295, 233, 256, 283, 221, 177, 184, 286, 25, 216, 219, 162, 200, 218, 240, 201, 274, 217, 248, 101 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados José Roberto Batochio e Ibrahim Abi-Ackel; e prejudicados os de nº 156, 38, 40, 241, 71, 83, 37, 86, 154, 13, 134, 112, 208, 24, 280, 212, 213, 211, 113, 210, 34, 78, 111 e 59 (Relatora: Srª Zulaiê Cobra).

Tendo apensadas as PEC nºs: 112-A/95, 127-A/95, 215-A/95, 500-A/97, 368-A/96.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa o seguinte requerimento:

Sr. Presidente, requiro a V. Exª preferência para a votação, na sessão de hoje, das seguintes Emendas Aglutinativas: 34, 16 e 19.

Sala das Sessões, 23-2-2000. – **Mendes Ribeiro Filho**, Vice-Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PST/PTN; **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL; e **Luiz Antônio Fleury**, Bloco Parlamentar PSDB/PTB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa Emenda Aglutinativa nº 34, de seguinte teor:

EMENDA AGLUTINATIVA Nº 34
(Regimento Interno, art. 118, § 3º e art. 122)

Acrescente-se no art. 34 do substitutivo adotado pela Comissão Especial o parágrafo no art. 125 proposto para a Constituição Federal:

“Art. 125.....

§ Observado procedimento estabelecido em lei, compete ao Tribunal de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios processar e julgar, originariamente, as ações populares, as ações civis públicas e as ações coletivas, quando a abrangência da lesão ultrapassar a área territorial sob jurisdição do juiz de primeiro grau e quando o

Tribunal reputar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral.”

Decorrente da fusão de dispositivos das seguintes emendas: Emenda nº 8-CE/99, do Deputado Neyu Lopes, Emenda nº 9-CE/99, do Deputado Vicente Arruda, Emenda nº 11-CE/99, dos Deputados José Priante e Bonifácio de Andrada e outros, Emenda nº 16-CE/99, do Deputado Gonzaga Patriota, Emenda nº 19-CE/99, do Deputado Henrique Eduardo Alves e da Emenda nº 36-CE/99, do Deputado Luiz Carlos Haully.

Justificação

Verifica-se que o Substitutivo Adotado pela Comissão Especial não considerou a possibilidade de lesão a interesses passíveis de defesa pela via da ação popular, da ação civil pública e de ações coletivas extrapolar os limites da jurisdição do juiz de primeiro grau. Propõe-se a inclusão de preceito prevenido tal possibilidade.

É recomendável que a competência originária para processar e julgar tais ações corresponda ao limite da jurisdição do juiz de primeiro grau. Quando essa lesão ultrapassa os limites da jurisdição do juiz de primeiro grau, a competência deve ser do tribunal correspondente, com jurisdição mais ampla ou do tribunal com jurisdição nacional em questões de âmbito nacional ou superior aos limites jurisdicionais dos tribunais regionais.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2000. – **Jutahy Júnior**, Primeiro Vice-Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra pela ordem à Relatora, Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma emenda aglutinativa do Deputado Jutahy Junior, do PSDB da Bahia, mas fizemos um acordo hoje com todos os Líderes no sentido de colocá-la em votação para rejeitarmos.

É uma emenda muito difícil de ser aceita, muito perigosa. Lembra um pouco aquele incidente de inconstitucionalidade, porque é uma maneira de avocar, de trazer ao Superior Tribunal de Justiça certas ações populares.

Entendemos que são emendas que vão trazer ao texto algo perigoso e, portanto, vamos rejeitá-la.

É esse o acordo dos Líderes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Em votação a Emenda Aglutinativa nº 34: como votam os Srs. Líderes?

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação a essa emenda que passa para os Tribunais de Justiça a competência para julgar as ações cíveis e populares, nós, do PL, manifestamos nossa posição na reunião de Líderes. Acharmos que tumultua o STJ e também tira a competência dos Tribunais dos Estados, que, muitas vezes, estão ali envolvidos e têm melhor condição de julgar o caso.

Entendemos que essa emenda deve ser rejeitada e, por isso, o Bloco Parlamentar PL/PSL encaminha o voto “não”.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (Bloco/PSB – SP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o Bloco PSB/PCdoB encaminha o voto “não”.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, entendemos que esta matéria não é constitucional. Isso pode perfeitamente ser regulamentado em lei ordinária, quando vamos renovar aqui os Códigos de Processo, especialmente o Código de Processo Civil, já que há um dispositivo na própria reforma prevendo que, aprovada a reforma do Judiciário, em seis meses, vamos reformar o Código de Processo Civil também.

Entendemos que é um modelo de advocatária e que as juízes singulares e os juízes dos Tribunais, já que as três emendas são assemelhadas, é que devem julgar questões referentes a ações populares, a ações civis públicas.

Portanto, encaminhamos também o voto “não” para essa emenda aglutinativa.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os progressistas preservaram o direito sem advocatárias e recomenda aos seus liderados que votem “não”.

O SR. GERALDO MAGELA (PT – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota “não”.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PFL, seguindo o acordo, encaminha o voto “não”.

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tem razão o Deputado Fernando Coruja. É matéria de lei, mas este não é um argumento que possamos usar nesta Casa, porque não contribui com o processo. A bancada do Bloco Parlamentar PMDB/PST/PTN vota contra e, dessa forma, vota com a Relatora.

O SR. JUTAHY JUNIOR (Bloco/PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa

emenda é de minha autoria e do PSDB. Verificamos que no texto da Deputada Zulaiê Cobra não existe uma interpretação abrangente quando existe a situação que ultrapassa o território e há conflito em relação ao território.

Por isso, verificando que o substitutivo adotado pela Comissão Especial não considerou a possibilidade de lesão a interesses passíveis de defesa pela via de ação popular, de ações civis públicas e coletivas, extrapolando os limites da jurisdição dos juízes de primeiro grau, propomos a inclusão de preceito prevendo tal possibilidade.

Como o nosso Bloco é composto pelo PSDB e pelo PTB e o PTB tem uma posição contrária, nós, do PSDB, encaminhamos “sim”, e o Deputado Luiz Antonio Fleury encaminha pelo PTB o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPB encaminha o voto “não” e solicita a sua bancada que acorra ao plenário, pois teremos mais duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

Temos mais duas votações nominais por acordo, de modo que precisamos do **quorum** de 308 votos no painel. Venham ao plenário.

O SR. PAULO DELGADO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAULO DELGADO (PT – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando um requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado da Justiça sobre venda, concessão, registro, posse e porte de armas no Brasil, a fim de fundamentar um pouco mais as discussões que estamos fazendo aqui no Congresso Nacional a respeito dessa questão.

Solicito a V. Ex^a, embora não seja o momento regimental, que aceite o requerimento e faça com que ele, na ata, conste no momento adequado.

Era esta a solicitação que queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS FURLAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RUBENS FURLAN (PPS – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS encaminha o voto “não”.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a gentileza de verificar se a CPI dos Medicamentos ainda está em funcionamento, porque talvez os membros da Comissão não saibam do início da votação. Por isso, peço-lhe que solicite suas pressenças para votarem a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Secretária da Mesa cuidará, junto às Comissões, para que se encerrem os trabalhos e os Srs. Deputados possam vir ao plenário a fim de votar.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, reitero o encaminhamento do primeiro Vice-Líder, Deputado Pauderney Avelino, que em nome do Partido da Frente Liberal encaminhou o voto “não” à matéria.

Achamos que esta emenda aglutinativa é quase uma avocatória, ou melhor dizendo, é uma incidência de inconstitucionalidade, quando determina que, no juízo de primeiro grau, quando uma decisão atinja mais de um Município, que essas ações sejam julgadas pelo Tribunal de Justiça. Acho que é um precedente grave, aliás gravíssimo, que fere, sobretudo, a base do Poder Judiciário, que é o julgamento de primeiro grau. Portanto, Sr. Presidente, a Relatora foi muito feliz, mais uma vez, quando defendeu a manutenção do texto que interessa ao Poder Judiciário como um todo e ao fortalecimento deste Poder.

O PFL reitera o voto do ilustre Primeiro Vice-Líder, Deputado Pauderney Avelino, e recomenda o voto “não”.

O SR. CELSO GIGLIO (Bloco/PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamen-

tar PSDB/PTB encaminha o voto “não” e pede aos companheiros que venham ao plenário para votar.

O Bloco Parlamentar PSDB/PTB encaminha o voto “não”.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço um apelo aos Parlamentares presentes nas diferentes dependências da Casa para que venham ao plenário. Houve amplo entendimento no gabinete de V. Ex^a a respeito de três emendas aglutinativas que precisam ser votadas hoje.

Ainda existem cerca de 42 emendas e destaques para serem votados. Se concluirmos a votação dessas três emendas, amanhã estaremos reunidos, mais uma vez, no gabinete de V. Ex^a, às 15h30min., para concluirmos o entendimento sobre duas ou três matérias. Assim, agilizaremos cada vez mais a votação da PEC 96-B, que aprimora e moderniza a estrutura do Poder Judiciário de nosso País.

Sr. Presidente, por essas razões faço um apelo aos Parlamentares para que venham ao plenário. Com a votação desta matéria, dessa primeira emenda aglutinativa, possibilitaremos a votação das duas seguintes, fazendo com que, nesta noite, possamos concluir mais três votações. Assim, cada vez mais, perseguiremos a conclusão da votação de importante matéria. Portanto, o apelo aos Parlamentares para que venham ao plenário, a fim de que possamos votar essas matérias.

O PFL reitera o voto “não”.

A SRA. ZULAIÊ COBRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só quero alertar que já votamos matéria parecida aliás, a afastamos definitivamente, que tratava do incidente de inconstitucionalidade, da avocatória, e o Governo, nesse sentido, trabalhou conosco.

Portanto, a Relatora é contra essa emenda aglutinativa, pois uma matéria maior que essa foi afastada por nós num grande acordo. Não podemos agora votar a favor de uma emenda que lembra uma maior que já afastamos, inclusive com a aquiescência do Governo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Srs. Deputados, venham a plenário. Logo mais vou encerrar a votação.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV vota “não”.

O SR. RUBENS FURLAN (PPS – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS encaminhou o voto “não” e solicita que isso conste do painel para orientar os Deputados da bancada.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Pois não, Deputado Furlan.

O SR. GERALDO MAGELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT-DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da bancada do PT, justifico que os Deputados José Dirceu, Aloizio Mercadante, nosso Presidente e nosso Líder, e os Deputados José Roberto Batochio, do PDT, e Sérgio Miranda, do PCdoB, encontram-se ausentes desta votação por estarem em reunião com o Presidente do Supremo Tribunal Federal. Deixo, portanto, como justificadas as suas ausências.

O SR. ENIO BACCI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ENIO BACCI (PDT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dados do IBGE mostram que o rendimento médio dos brasileiros caiu em torno de 8% em função da alta da inflação e, principalmente, do aumento do desemprego no País, com taxas acima de 7%.

Os dados da pesquisa do IBGE mostram o aumento do desemprego, a redução do rendimento dos brasileiros e também o aumento de 62% na informalidade no País, ou seja, cresce o número de pessoas que trabalham sem carteira assinada e, em consequência, sem direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que a Previdência deixa de arrecadar. O número de pessoas nessa situação, só nas seis maiores regiões metropolitanas do País, chega a 4,4 milhões de brasileiros.

Entendo que é importante incrementar setores da produção com linhas especiais de financiamento, crédito mais fácil, redução de juros, além de uma política voltada para a agricultura. Sem dúvida alguma, somente o incremento desses setores vai fazer com que a renda do brasileiro seja maior, porque hoje, lamentavelmente, o povo brasileiro é o que tem o mais baixo salário mínimo da América Latina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO BERZOINI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RICARDO BERZOINI (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria aqui deixar registrado que estamos, hoje, comemorando o Dia Internacional de Conscientização sobre as LER.

As Lesões por Esforços Repetitivos – LER, hoje nomeadas Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho – DORT, pela Previdência Social –, são um grave problema de saúde pública no Brasil; são as doenças de maior incidência em nosso País.

Assim, infelizmente, o dia de hoje não é de comemoração. Não há, por parte dos trabalhadores já atingidos por esta doença e aqueles outros, milhares, com o risco a que estão expostos, o que comemorar.

Na realidade, é um dia de luta para que as empresas se conscientizem em relação à prevenção de doenças ocupacionais. A qualidade de vida do trabalhador está estreitamente vinculada à presença dos fatores de risco no ambiente de trabalho. Sempre há o risco de se adoecer, entretanto, num ambiente com mais riscos, sem prevenção, respeito e rigor, a vida do trabalhador, sua saúde, está irremediavelmente comprometida. Às vezes, trabalhadores em idade produtiva, porém com seqüelas, e diagnosticadas tardiamente, estão fora do mercado de trabalho, inclusive com um alto custo para as próprias empresas e Governo.

Para ilustrar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que encaminhei um requerimento de informações ao Banco do Brasil, sobre o assunto, por duas vezes, cuja resposta, incompleta, demonstra que uma empresa do porte do Banco do Brasil está omissa em relação às normas do Ministério do Trabalho. Tenho dados da Cassi que não condizem com a resposta que recebi. Dados esses extremamente alarmantes: num universo de 20.000 funcionários examinados, 78% estão expostos a risco ergonômico. Em 1998, a percentagem média de funcionários expostos a risco ergonômico no Banco do Brasil foi de 34%; e 26% do funcionalismo examinado em relação à LER/DORT já se mostram com alterações.

É lamentável que trabalhadores sofram dessa doença, que pode levar à incapacidade física de maneira irreversível, e as autoridades competentes fiquem omisas diante da gravidade de um quadro como este.

Sr. Presidente, gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação.

O SR. CUNHA BUENO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. CUNHA BUENO (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já tendo atingido o quorum constitucional e havendo outras votações, sugiro a V. Exª que encerre esta votação para que possamos passar rapidamente às demais.

Quem não participou desta votação poderá participar da próxima, para efeitos administrativos.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vou encerrar a votação. (Pausa.)

Todos votaram?

Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Anuncia o resultado da votação:

VOTARAM

Sim 20

Não 295

Abstenções 4

Total 319

É Rejeitada a Emenda Aglutinativa nº 34.

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: PEC Nº 96/02 - EMENDA AGLUTINATIVA Nº 34

Início Votação : 29/02/2000 17:47

Fim Votação : 29/02/2000 18:06

Presidiram a Votação: Michel Temer - 17:02

Resultado da Votação
Sim 20
Não 295
Abstenção 4
Total da Votação 319

Art. 17 1
Total Quorum 320

Obstrução 0

Table with columns: Partido, Bloco, Voto. Lists names of deputies and their voting status (Sim, Não, Abstenção).

Main table listing deputies by state (PARÁ, AMAZONAS, RONDONIA, ACRE, TOCANTINS, MARANHÃO, CEARÁ, PIAUÍ, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, PERNAMBUCO, ALAGOAS, SERGIPE, BAJIA, RORAIMA, AMAPÁ, PARÁ) with columns for Party, Block, and Vote.

MINAS GERAIS			
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	Não	
Jaime Martins	PFL	Não	
João Faesarella	PT	Não	
João Magno	PT	Não	
João Mirão	PSDB	PSDB/PTB	
Júlio Delgado	PMDB	PMDB/PST/PTN	
Luiz Varella	PFL		
Lincoln Faria	PSL	PL/PSL	
Márcio Rinaldo Moreira	PPB	Não	
Maria do Carmo Lara	PT	Não	
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN	
Narciso Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB	
Ninário Miranda	PT	Não	
Odeirno Leite	PPB	Não	
Olimpio Pires	PDT	Não	
Paulo Delgado	PT	Não	
Phelmon Rodrigues	PL	PL/PBL	
Refael Guerra	PSDB	PSDB/PTB	
Roberto Brand	PFL	Não	
Romei Antão	PPB	Não	
Romeu Queiroz	PSDB	PSDB/PTB	
Sarahy Falpe	PMDB	PMDB/PST/PTN	
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB/PST/PTN	
Vittorio Mediol	PSDB	PSDB/PTB	
Total Minas Gerais - 38			
ESPIRITO SANTO			
Aldo Sanches	PSDB	PSDB/PTB	Não
Fau Rosa	PSDB	PSDB/PTB	Não
João Cozer	PT	Não	
João Carlos Elias	PTB	PSDB/PTB	Não
Marcus Vinícius	PSDB	PSDB/PTB	Não
Max Mauro	PTB	PSDB/PTB	Não
Nilton Saleno	PPB	Não	
Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB	Não
Rita Carnata	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Total Espírito Santo - 9			
RIO DE JANEIRO			
Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB	Não
Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB	Não
Arádo de Oliveira	PFL	Não	
Ayrton Xeriz	PPS	Não	
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL	Não
Comênio Ribeiro	PDT	Não	
Coronel Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Não
Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB	Não
Eurico Miranda	PPB	Não	
Fernando Gabalina	PV	Não	
Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB	Não
Francoise Silva	PST	PMDB/PST/PTN	Não
Iádro Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Jair Bolsonaro	PPB	Não	

COBEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Página: 5 de 9

RIO DE JANEIRO			
João Sampaio	PDT	Não	
Luiz Sérgio	PT	Não	
Mário Fortes	PSDB	PSDB/PTB	
Matheo Nascimento	PST	PMDB/PST/PTN	
Milton Temer	PT	Não	
Miriam Reis	PDT	Não	
Miro Tabreira	PDT	Não	
Pastor Valdeci Paiva	PSL	PL/PSL	
Paulo Baltazar	PSB	PSB/PCDOB	
Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB	
Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB	
Simão Bezaim	PPB	Não	
Total Rio de Janeiro - 26			
SÃO PAULO			
Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB	Abstenção
Alberto Mourão	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
André Bantasi	PSDB	PSDB/PTB	Não
Angela Guadagnin	PT	Não	
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB	Não
Antonio Kandr	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Antonio Palocci	PT	Não	
Arlindo Chingaglia	PT	Não	
Arnaldo Madeira	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ary Kara	PPB	Não	
Bispo Wandervel	PL	PL/PSL	Não
Celso Giglio	PTB	PSDB/PTB	Não
Clovis Volpi	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Coraciu Bobrínho	PFL	Não	
Cunha Bueno	PPB	Não	
De Valasco	PSL	PL/PSL	Não
Dr. Eváasio	PSB	PSB/PCDOB	Não
Dr. Hélio	PDT	Não	
Dulce Pisaneschi	PTB	PSDB/PTB	Não
Edinho Araújo	PPS	Não	
Eduardo Jorge	PT	Não	
Osvaldo Kasseab	PFL	Não	
Jorge Tadeu Murtalen	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
José de Abreu	PTN	PMDB/PST/PTN	Não
José Genofino	PT	Não	
José Índio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
José Machado	PT	Não	
Lamartine Posselt	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Luiz Antonio Fleury	PTB	PSDB/PTB	Não
Luiz Enandina	PSB	PSB/PCDOB	Não
Marcos Barbieri	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Marcos Cintra	PL	PL/PSL	Não
Medeiros	PFL	Não	
Michel Temer	PMDB	PMDB/PST/PTN	Art. 17
Moreira Ferreira	PFL	Não	
Neto Rodolfo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Nelson Marquês	PTB	PSDB/PTB	Não
Nauton Lima	PFL	Não	

COBEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Página: 6 de 9

SÃO PAULO			
Professor Luizinho	PT	Não	
Ricardo Barzoni	PT	Não	
Ricardo Izar	PMDB	PMDB/PST/PTN	
Rubens Furian	PPS	Não	
Sampaio Dória	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Sívio Torres	PSDB	PSDB/PTB	Não
Valdemar Costa Neto	PL	PL/PSL	Não
Wagner Salustiano	PPB	Não	
Xico Graziano	PSDB	PSDB/PTB	Abstenção
Zuleia Cobra	PSDB	PSDB/PTB	Não
Total São Paulo - 48			
MATO GROSSO			
Celso Pinheiro	PFL	Não	
Osvaldo Sobrinho	PSDB	PSDB/PTB	Não
Pedro Henry	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Ricardo de Freitas	PSDB	PSDB/PTB	Não
Tomé Bazerra	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Walfredo Figueira	PSDB	PSDB/PTB	Não
Total Mato Grosso - 8			
DISTRITO FEDERAL			
Alberto Fraga	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Geraldo Magela	PT	Não	
Jorge Pinheiro	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Maria Abadia	PSDB	PSDB/PTB	Não
Ricardo Noronha	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Total Distrito Federal - 5			
GOIÁS			
Barbosa Neto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Jovair Azeite	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Juquinha	PSDB	PSDB/PTB	Não
Lidia Quinan	PSDB	PSDB/PTB	Não
Lutz Blumencourt	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Norberto Teixeira	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Pedro Canedo	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Pedro Chaves	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Pedro Wilson	PT	Não	
Roberto Ballestra	PPB	Não	
Vikmar Rocha	PFL	Não	
Total Goiás - 11			
MATO GROSSO DO SUL			
Ben-Hur Ferreira	PT	Não	
Marçal Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Márcio Serrano	PSDB	PSDB/PTB	Não
Nelson Traci	PTB	PSDB/PTB	Não
Waldemir Noka	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Total Mato Grosso do Sul - 5			
PARANÁ			
Abelardo Luzion	PFL	Não	
Antonio Carmago	PFL	Não	

COBEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Página: 7 de 9

	Partido	Bloco	Voto
PARANÁ			
Artur Roveda	PSDB	PSDB/PTB	Não
Alex Candiani	PSDB	PSDB/PTB	Não
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB	Não
Dikou Sperafico	PPB	Não	
Dr. Rosinha	PT	Não	
Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB	Não
Gustavo Fruct	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Iris Simões	PTB	PSDB/PTB	Não
Ivanio Guerra	PFL	Não	
José Borbe	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB	Não
José Janene	PPB	Não	
Luciano Pizzatto	PFL	Não	
Luiz Carlos Healy	PSDB	PSDB/PTB	Sim
Márcio Matos	PT	Não	
Moscir Micheletto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Nelson Maurer	PPB	PSDB/PTB	Não
Odílio Balbinotti	PSDB	PSDB/PTB	Não
Olíveira Filho	PPB	Não	
Osmar Sarraglio	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Renato Silva	PSDB	PSDB/PTB	Não
Rubens Bueno	PPS	Não	
Werner Wandersar	PFL	Não	
Total Paraná - 25			
SANTA CATARINA			
Antônio Carlos Kondar Reis	PFL	Abstenção	
Carlijo Mares	PT	Não	
Edleon Andriano	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Fernando Coruja	PDT	Não	
Hugo Blehn	PPB	Não	
João Mateo	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
João Pizzolatti	PPB	Não	
Luiz Choinacki	PT	Não	
Pedro Blumencourt	PFL	Não	
Raimundo Colombo	PFL	Não	
Renato Viana	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Serafim Vanzon	PDT	Não	
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB	Não
Total Santa Catarina - 13			
RIO GRANDE DO SUL			
Ailton Dipp	PDT	Não	
Alceu Colares	PDT	Não	
Augusto Nardes	PPB	Não	
Caio Riehl	PTB	PSDB/PTB	Não
Darcláio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Enio Becci	PDT	Não	
Ester Góes	PT	Não	
Felipe Júnior	PPB	Não	
Germano Rigotto	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Henrique Fontana	PT	Não	
Júlio Redecker	PPB	Não	

COBEV - Coordenação do Sistema Eletrônico de Votação

Página: 8 de 9

RIO GRANDE DO SUL

Luis Carlos Heinze	PPB		Não
Luiz Mainardi	PT		Não
Marcos Rolim	PT		Não
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PSD/PTN	Não
Oswaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PSD/PTN	Não
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL	Não
Roberto Argenta	PHDBS		Não
Telmo Kirst	PPB		Não
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PSD/PTN	Não

Total Rio Grande do Sul: 20

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Sobre a mesa a Emenda Aglutinativa nº 16, de seguinte teor:

EMENDA AGLUTINATIVA Nº 16

(Regimento Interno, art. 118, § 3º e art. 122)

Acrescente-se, no art. 20 do texto do Substitutivo da Comissão Especial, a alínea abaixo indicada no art. 105, I, da Constituição Federal, com a seguinte redação:

“Art. 105.
.....

I) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas na defesa dos direitos de seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão ultrapassar a jurisdição de diferentes Tribunais Regionais Federais ou Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, e quando o Tribunal reputar relevante a questão, ressalvada a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral;”

decorrente da fusão de dispositivos das seguintes emendas: art. 7º da Emenda nº 8-CE/99, do Deputado Ney Lopes e do art. 6º da Emenda nº 36-CE/99, do Deputado Luiz Carlos Hauly.

Justificação

Verifica-se que o substitutivo adotado pela Comissão Especial não considerou a possibilidade de a lesão a interesses passíveis de defesa pela via da ação popular, da ação civil pública e de ações coletivas extrapolar os limites da jurisdição dos Tribunais Regionais Federais ou dos Tribunais de Justiça dos

Estados e do Distrito Federal e Territórios. Propõe-se a inclusão de preceitos prevendo tal possibilidade.

É recomendável que a competência originária para processar e julgar tais ações corresponda ao limite da jurisdição de cada instância do Poder Judiciário. Quando essa lesão ultrapassa os limites da jurisdição dos Tribunais Regionais Federais ou dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, a competência deve ser do Superior Tribunal de Justiça, Corte que possui jurisdição sobre todo o território nacional. Na mesma linha, tendo por escopo a promoção da segurança jurídica e da celeridade processual, propõe-se dispositivo que faculta ao Superior Tribunal de Justiça, por razões de transcendência jurídica, política, social e econômica, requisitar, processar e julgar ação popular, ação civil pública e ação coletiva em curso em instância inferior.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2000. – Deputado **Jutahy Junior**, Primeiro-Vice-Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Concedo a palavra à Relatora, Deputada Zulaiê Cobra.

A SRA. ZULAIÊ COBRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta emenda é igual à anterior.

Fizemos acordo entre os partidos para rejeitar também esta emenda. Não podemos permitir esse dispositivo na Constituição.

Portanto, o voto é “não”, é o voto do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Como votam os Srs. Líderes?

O SR. ROBERTO ARGENTA (PHS – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Humanista da Solidariedade vota “não”.

O SR. AYRTON XERÊZ (PPS – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PPS vota “não”. Queremos rejeitar esta emenda pelos motivos amplamente debatidos aqui, que se referem à supressão do poder do juízo monocrático de julgar causas de importância para a sociedade.

O PPS vota “não”.

O SR. FÉLIX MENDONÇA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. FÉLIX MENDONÇA (Bloco/PTB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior votei com o meu partido.

O SR. BISPO RODRIGUES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PL/PSL vota “não”.

O SR. DJALMA PAES (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Bloco Parlamentar PSB/PCdoB vota “não”.

O SR. FERNANDO CORUJA (PDT – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelas razões apresentadas anteriormente, o PDT encaminha o voto “não”.

O SR. GERSON PERES (PPB – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, os progressistas votam “não”.

O SR. MARCELO DÉDA (PT – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para manter a coerência do texto com relação à emenda anteriormente rejeitada, o Partido dos Trabalhadores mantém seu voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PFL como vota?

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Sem revisão do orador.) – Creio, Sr. Presidente, que essa emenda é no mesmo sentido da anterior, sendo que aqui as ações dos Tribunais Regionais passariam a ser julgadas pelo Superior Tribunal de Justiça e não do mesmo modo que no primeiro grau seriam pelos Tribunais Regionais. Ora, Sr. Presidente, é uma advocatória também. Não deixa de ser uma pequena advocatória, incidência de inconstitucionalidade. Por isso, o PFL recomenda o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PFL vota “não”.

Como vota o PMDB?

O SR. MENDES RIBEIRO FILHO (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – O Bloco Parlamentar PMDB/PST/PTN vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vota “não”.

Como vota o PSDB?

O SR. JUTAHY JUNIOR (Bloco/PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é a mesma situação da emenda anterior. Está nítida qual é a posição do Plenário, mas eu gostaria de explicar a situação, num caso de lesão à questão de meio ambiente. Acontece a contaminação de um rio. No início dessa contaminação, ocorre essa situação numa

pequena comunidade do interior, num Município específico. E esse rio vai ultrapassando a fronteira e chega em outro Município com outra jurisdição. Qual é a nossa avaliação? Nós devemos prestigiar o juiz de primeiro grau, mas, quando há um conflito de competência no âmbito da jurisdição, passa a existir uma situação que não tem, no texto da Relatora, possibilidade de dirimir essa dúvida, e gera um conflito de competência.

Eu acreditava que poderia agilizar todas essas ações, se fosse decidido que o Tribunal de Justiça específico pudesse assumir tal decisão. Por isso, fizemos essa proposta para facilitar a questão.

O Bloco Parlamentar PSDB/PTB, em função da questão já decidida anteriormente, libera a bancada, porque nós temos interesses divergentes e visões diferenciadas sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – O PSDB/PTB libera a sua bancada.

O SR. DUILIO PISANESCHI (Bloco/PTB – SP. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, o Governo encaminha o voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Voto “não”.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – A Presidência solicita a todos os Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. CELSO GIGLIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CELSO GIGLIO (Bloco/PTB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PTB encaminha o voto “não” e pede aos seus Deputados que venham ao plenário para votar.

O SR. LUÍS EDUARDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUÍS EDUARDO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do PFL.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (Bloco/PCdoB – RJ. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei “não”.

O SR. IGOR AVELINO (Bloco/PMDB – TO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, votei “não”.

O SR. EDMAR MOREIRA (PPB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi “não”.

O SR. ARACELY DE PAULA (PFL – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do PFL.

O SR. LUIZ RIBEIRO (Bloco/PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PSDB.

O SR. GEOVAN FREITAS (Bloco/PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com o PMDB.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Estamos em processo de votação nominal. Srs. Deputados, venham ao plenário.

O SR. JOÃO CALDAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO CALDAS (Bloco/PL – AL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. JOÃO COLAÇO (Bloco/PMDB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

A SRA. FÁTIMA PELAES (Bloco/PSDB – AP. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na votação anterior, segui a orientação do partido.

O SR. BADU PICANÇO (Bloco/PSDB – AP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi de acordo com a orientação do partido.

O SR. FERNANDO ZUPPO (PDT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na primeira votação, votei de acordo com o partido.

O SR. NEY LOPES (PFL – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com meu partido.

O SR. JUTAHY JUNIOR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JUTAHY JUNIOR (Bloco/PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como está mais ou menos nítida a tendência do Plenário em relação a esta questão, creio que não é necessário colocarmos em votação a próxima emenda. Por isso, vamos retirar a Emenda nº 19.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Retira V. Ex^a a Emenda nº 19.

A Mesa defere o pedido de V. Ex^a

EMENDA A QUE SE REFERE O AUTOR:

EMENDA AGLUTINATIVA Nº 19

(Regimento Interno, art. 118, § 3º e art. 122)

Acrescente-se no art. 22 do Substitutivo da Comissão Especial, a alínea abaixo no art. 108 proposto para a Constituição Federal:

“Art. 108.

I –

I) as ações populares, as ações civis públicas e as ações propostas por entidades associativas, na defesa dos direitos dos seus associados, representados ou substituídos, quando a abrangência da lesão envolver área territorial sob jurisdição de mais de uma seção judiciária;”

decorrente da fusão de dispositivos das seguintes emendas: art. 11 da Emenda nº 8-CE/99, do Deputado Ney Lopes e art. 7º da Emenda nº 36-CE/99, do Deputado Luiz Carlos Hauy.

Justificação

Verifica-se que o substitutivo adotado pela Comissão Especial não considerou a possibilidade de a lesão a interesses passíveis de defesa pela via da ação popular, da ação civil pública e de ações coletivas extrapolar os limites da jurisdição do juiz de primeiro grau. Propõe-se a inclusão de preceito prevenido tal possibilidade.

É recomendável que a competência originária para processar e julgar tais ações corresponda ao limite da jurisdição do juiz de primeiro grau. Quando essa lesão ultrapassa os limites da jurisdição do juiz de primeiro grau, a competência deve ser do tribunal

correspondente, com jurisdição mais ampla ou superior aos limites jurisdicionais dos juízes de primeira instância.

Sala das Sessões, 25 de janeiro de 2000. Deputado **Jutahy Junior**, Primeiro-Vice-Líder do PSDB.

O SR. SYNVAL GUAZZELLI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SYNVAL GUAZZELLI (Bloco/PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei com a Liderança do PMDB.

O SR. PEDRO FERNANDES (PFL – MA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na primeira votação, votei de acordo com o PFL.

O SR. GERALDO MAGELA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERALDO MAGELA (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, justifico novamente a ausência dos Deputados José Dirceu, Aloizio Mercadante, Sérgio Miranda e José Roberto Batochio por estarem em audiência externa neste momento, e solicito a V. Ex^a a justificativa das referidas ausências.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, justifico que, na primeira votação, votei de acordo com orientação da Liderança, e não estava presente porque participava da reunião da CPI dos Medicamentos.

O SR. FERNANDO GABEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PV vota “não”.

O SR. PEDRO CANEDO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO CANEDO (Bloco/PSDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, votei “não” nessa matéria. Quero retificar meu voto.

O SR. MARCOS LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MARCOS LIMA (Bloco/PMDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, meu voto foi “não”.

O SR. AGNELO QUEIROZ (Bloco/PCdoB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei “não”.

O SR. JULIO SEMEGHINI (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação da bancada.

O SR. SÉRGIO REIS (Bloco/PSDB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PPS – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com o PPS.

O SR. WILSON SANTOS (Bloco/PMDB – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei a orientação partidária.

O SR. SALVADOR ZIMBALDI (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, votei de acordo com a orientação do PSDB.

O SR. PAULO KOBAYASHI (Bloco/PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, acompanhei a Liderança do PSDB.

O SR. MÚCIO SÁ (Bloco/PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei conforme a orientação do partido.

O SR. HENRIQUE EDUARDO ALVES (Bloco/PMDB – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com o partido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar que, na votação anterior, acompanhei o partido.

Juntamente com os Deputados Alexandre Cardoso, Líder do PSB; Sérgio Miranda, Líder do PCdoB; José Roberto Batochio, representante do PDT; e José Dirceu, Presidente do PT, compareci a uma audiência com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Carlos Velloso. Nessa audiência, discutimos a crise que afeta os Poderes do País, em função da legítima reivindicação do Judiciário, contemplada em li-

minar assinada pelo Ministro Nelson Jobim, que se nos apresenta como casuísmo jurídico indefensável e injustificável, que em nada contribui para a credibilidade daquele Poder e, muito menos, para o fundamental papel que o Supremo Tribunal Federal tem na ordem democrática e no Estado de Direito do País.

O Ministro Presidente do Supremo manifestou a sua preocupação em relação ao quadro atual e reiterou a necessidade de se definir o teto por intermédio de uma iniciativa conjunta dos três Poderes. Associou-se também à preocupação manifestada por todos os Líderes que lá estavam no sentido de que o salário mínimo tem de ser definido com urgência, como prioridade neste momento. Também concorda S. Exa. com a idéia de que o Congresso Nacional deveria, em primeiro lugar, definir o salário mínimo para, a partir daí, equacionar as demais reivindicações ora apresentadas.

S. Exa. nos afirmou que irá procurar o Presidente da República para, em reunião, que provavelmente acontecerá ainda esta semana entre os três Poderes, tentar construir um caminho em que seja possível, numa iniciativa conjunta dos três Poderes, o estabelecimento de um teto. Disse-nos ainda que manifestará ao Presidente, em nome do Poder Judiciário, o desejo de que o salário mínimo seja previamente estabelecido, como é a aspiração da sociedade e dos Líderes que lá estiveram.

Ouvimos as argumentações bastante sensíveis do Líder do PSB, Alexandre Cardoso; do Líder do PCdoB, Sérgio Miranda; do Presidente do Partido dos Trabalhadores, Deputado José Dirceu, todas na mesma direção. Todos inquietos e preocupados em definir o salário mínimo antes de contemplar a legítima aspiração do funcionalismo e do Poder Judiciário, o que deve ser feito como estabelece a nossa Constituição.

Ao fazer este registro, Sr. Presidente, também justifico a nossa ausência na votação anterior. Estávamos numa missão que, acredito, é de interesse do Congresso e da democracia, na certeza de que saberemos encontrar uma resposta que tenha o amparo da opinião pública e legitimidade do ponto de vista institucional. Exige-se, neste momento, evidentemente, a definição do salário mínimo antes de qualquer outra decisão desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BABÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. BABÁ (PT – PA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo com a orientação da minha bancada.

O SR. PEDRO CORRÊA (PPB – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava na Comissão que analisa o aumento do salário mínimo, mas o meu voto, na votação anterior, segue a orientação da Liderança do meu partido.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALEXANDRE CARDOSO (Bloco/PSB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na mesma linha do Deputado Aloizio Mercadante, quero dizer, na condição de Líder do PSB, que a minha presença e a do Deputado José Antonio foi no sentido de mostrar ao Presidente do Supremo Tribunal Federal a insatisfação reinante na sociedade.

Deixamos claro que os argumentos usados para a isonomia com o Poder Legislativo não procedem, até porque nós temos algumas situações como a dupla moradia e a temporalidade. Evidentemente, não cabe levantar a questão da isonomia. Daí achamos que falta sustentação legal à liminar do eminente Ministro Nelson Jobim.

Quero dizer também que o Deputado José Antonio, ex-conselheiro da Ordem dos Advogados, acompanhou esta Liderança na visita que fizemos ao Supremo Tribunal Federal, em razão da dificuldade que temos ante a atual situação. Logicamente, acompanhamos o voto e a decisão encaminhadas pelo Líder Djalma Paes.

Justifico, portanto, não só a minha ausência, mas também a do Deputado José Antonio.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO (PDT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme amplamente explicitado pelo nobre Deputado Aloizio Mercadante, da Liderança do PT, e pelo nobre Deputado da Liderança do PSB, estivemos no Supremo Tribunal Federal para tratar de assunto já antes mencionado aqui. Contudo, queria deixar registrado que na votação anterior votei “não”.

O SR. DR. HELENO (Bloco/PSDB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior acompanhei a bancada.

O SR. JOSÉ CARLOS VIEIRA (PFL – SC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, da mesma forma, na votação anterior acompanhei a bancada.

O SR. PEDRO EUGÊNIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PEDRO EUGÊNIO (PPS – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex^a e a esta Casa que, em nome do PPS e como membro da Comissão Especial do Salário Mínimo, tive a oportunidade de fazer aprovar hoje com o apoio de meus pares naquela Comissão proposta de financiamento do impacto sobre a Previdência do salário mínimo que temos proposto, vinculado à cesta de necessidades básicas do trabalhador brasileiro.

É uma proposta que mexe com a legislação tributária e estabelece a contribuição patronal sobre a receita bruta das empresas, a exemplo da Cofins. Extingue-se a Cofins e cria-se uma única contribuição patronal incidindo sobre a receita bruta das empresas. Possibilita, além do financiamento do impacto sobre a Previdência, acarretado por um aumento do salário mínimo, que iria, com nossa proposta, a 216 reais, uma redistribuição de renda entre as empresas. As empresas que hoje são poupadoras de mão-de-obra intensiva em capital, geralmente aquelas de alto faturamento, pouco contribuem para a Previdência. As pequenas, médias e microempresas que geram milhões de empregos em nosso país, que são realmente responsáveis pela maioria dos empregos na nossa terra, ficam apenas recolhendo vultosos recursos proporcionalmente ao seu faturamento, pois a incidência da contribuição patronal é sobre a folha.

Sr. Presidente, esta é a proposta que temos a oportunidade de comunicar à Casa e a V. Ex^a

O SR. JOÃO GRANDÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO GRANDÃO (PT – MS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o meu voto foi de acordo com o do partido.

O SR. SÉRGIO MIRANDA (Bloco/PCdoB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o meu voto foi de acordo com a orientação do Líder do Bloco Parlamentar PSB/PCdoB.

O SR. MALULY NETTO (PFL – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior, o meu voto foi de acordo com o do partido.

O SR. EDUARDO PAES (Bloco/PTB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na votação anterior o meu voto foi de acordo com o do partido.

O SR. PAUDERNEY AVELINO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que encerre a votação.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Vamos encerrar a votação. Todos votaram? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Está encerrada a votação. Vou anunciar o resultado:

VOTARAM

Sim	18
Não	341
Abstenções	4
Total	363

É Rejeitada a Emenda Aglutinativa nº 16

LISTAGEM DE VOTAÇÃO

Proposição: PEC Nº 96/02 - EMENDA
AGLUTINATIVA Nº 16

Início Votação : 29/03/2000 18:11

Fim Votação : 29/03/2000 18:32

Presidente a Votação: Michel Temer - 17:02

Resultado da Votação

Sim	18
Não	341
Abstenção	4
Total da Votação	363

Art. 17 1

Total Quorum 364

Obstrução 0

Orientação

PSDB/PTB - Liberado
PMDB/PST/PTN - Não
PFL - Não
PT - Não
PPB - Não
PDT - Não
PSB/PCDOB - Não
PL/PBL - Não
PPS - Não
PNS - Não
GOV. - Não

	Partido	Bloco	Voto
RORAIMA			
Elton Rohmet	PFL		Não
Total Roraima : 1			
AMAPÁ			
Badu Picanço	PSDB	PSDB/PTB	Não
Dr. Benedito Dias	PPB		Não
Eduardo Seabra	PTB	PSDB/PTB	Não
Evandro Malhomen	PSB	PSB/PCDOB	Não
Fátima Pelaez	PSDB	PSDB/PTB	Não
Jurandir Juarez	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não
Sérgio Barcellos	PFL		Não
Total Amapá : 7			
PARÁ			
Babá	PT		Não

Partido	Bloco	Voto
PARÁ		
Gerson Pires	PPB	Não
Giovanni Queiroz	PDT	Não
Jorge Costa	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Bengtson	PTB	PSDB/PTB
Nilson Pinto	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Rocha	PT	Não
Renildo Leal	PTB	PSDB/PTB
Vic Pires Franco	PFL	Não
Total Pará - 9		
AMAZONAS		
Átila Lins	PFL	Não
Luíz Fernando	PPB	Não
Pauderney Avallino	PFL	Não
Vanessa Graziotin	PCQB	FSB/PCDOB
Total Amazonas - 4		
RONDONIA		
Agnaldo Muniz	PPS	Não
Euripedes Miranda	PDT	Não
Expedito Júnior	PFL	Não
Nilson Capixaba	PTB	PSDB/PTB
Oscar Andrade	PFL	Não
Sérgio Carvalho	PSDB	PSDB/PTB
Total Rondonia - 6		
ACRE		
Idelfonso Contalero	PFL	Não
José Alexandre	PSL	PL/PSL
Márcio Brito	PPS	Não
Marcos Afonso	PT	Não
Nilson Mourão	PT	Não
Zilia Bezerra	PFL	Não
Total Acre - 6		
TOCANTINS		
Antônio Jorge	PTB	PSDB/PTB
Darci Coelho	PFL	Não
Freire Júnior	PMDB	PMDB/PST/PTN
Igor Avallino	PMDB	PMDB/PST/PTN
João Ribeiro	PFL	Não
Pastor Amanildo	PPB	Não
Paulo Mourão	PSDB	PSDB/PTB
Total Tocantins - 7		
MARANHÃO		
Albérico Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Cesar Bandeira	PFL	Não
João Castello	PSDB	PSDB/PTB
José Antonio	PSB	PSB/PCDOB
Neiva Moreira	PDT	Não
Pedro Fernandes	PFL	Não
Sebastião Madeira	PSDB	PSDB/PTB
Total Maranhão - 7		
MINAS GERAIS		
Inocência Oliveira	PFL	Não
João Colaço	PMDB	PMDB/PST/PTN
Joaquim Francisco	PFL	Não
Marcos de Jesus	PSDB	PSDB/PTB
Pedro Corrêa	PPB	Não
Pedro Eugênio	PPS	Não
Ricardo Fluzza	PFL	Não
Saúl Carvalho	PMDB	PMDB/PST/PTN
Severino Cavalcanti	PPB	Não
Total Pernambuco - 13		
ALAGOAS		
Augusto Farias	PPB	Não
João Caldas	PL	PL/PSL
Joaquim Brito	PT	Não
José Thomaz Nonó	PFL	Não
Regis Cavalcante	PPS	Não
Total Alagoas - 5		
SERGIPE		
Adelson Ribeiro	PSC	Não
Augusto Franco	PSDB	PSDB/PTB
Jorge Alberto	PMDB	PMDB/PST/PTN
José Teles	PSDB	PSDB/PTB
Marcelo Dáda	PT	Não
Pedro Valdeires	PSB	PSB/PCDOB
Sérgio Reis	PSDB	PSDB/PTB
Total Sergipe - 7		
BAHIA		
Edujácio Simões	PL	PL/PSL
Félix Mendonça	PTB	PSDB/PTB
Geraldo Simões	PT	Não
Jairo Carneiro	PFL	Não
Jaques Wagner	PT	Não
João Almeida	PSDB	PSDB/PTB
João Leão	PSDB	PSDB/PTB
Jorge Khoury	PFL	Não
José Carlos Aleluia	PFL	Não
Juliany Junior	PSDB	PSDB/PTB
Leur Lomanto	PFL	Não
Luiz Moreira	PFL	Não
Manoel Castro	PFL	Não
Mário Negrromonte	PSDB	PSDB/PTB
Paulo Braga	PFL	Não
Paulo Magalhães	PFL	Não
Pedro Trujó	PMDB	PMDB/PST/PTN
Reginaldo Germano	PFL	Não
Saulo Pedrosa	PSDB	PSDB/PTB
Ursicino Queiroz	PFL	Não
Waldir Pires	PT	Não
Total Bahia - 21		
MINAS GERAIS		
Admir Lucas	PSDB	PSDB/PTB
Aécio Neves	PSDB	PSDB/PTB
Antônio do Valle	PMDB	PMDB/PST/PTN
Aracely de Paula	PFL	Não
Cabo Julio	PL	PL/PSL
Carlos Melles	PFL	PSDB/PTB
Carlos Mosconi	PSDB	PSDB/PTB
Cleuber Carneiro	PFL	Não
Custódio Mattos	PSDB	PSDB/PTB
Daniel de Castro	PSDB	PSDB/PTB
Edmar Moreira	PPB	Não
Eduardo Barbosa	PSB	PSB/PTB
Fernando Diniz	PMDB	PMDB/PST/PTN
Gilmar Machado	PT	Não
Glycon Terra Pinto	PMDB	PMDB/PST/PTN
Hélio Coela	PMDB	PMDB/PST/PTN
Herculano Anghinetti	PPB	Não
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	Não
Jaime Martins	PFL	Não
João Passarela	PT	Não
João Magno	PMDB	PMDB/PST/PTN
Julio Delgado	PT	Não
Leal Varela	PFL	Não
Lincoln Portela	PSL	PL/PSL
Márcio Renato Moreira	PPB	Não
Marcos Lima	PMDB	PMDB/PST/PTN
Maria do Carmo Lara	PT	Não
Mário de Oliveira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Narciso Rodrigues	PSDB	PSDB/PTB
Nímário Miranda	PT	Não
Odelmo Leão	PPB	Não
Olimpio Pires	PDT	Não
Osmário Pereira	PMDB	PMDB/PST/PTN
Paulo Delgado	PT	Não
Philemon Rodrigues	PL	PL/PSL
Rafael Guerra	PSDB	PSDB/PTB
Roberto Brant	PFL	Não
Romel Anizio	PPB	Não
Romeu Queiroz	PSB	PSB/PTB
Saraiva Felipe	PSDB	PSDB/PTB
Sérgio Miranda	PMDB	PMDB/PST/PTN
Silas Brasileiro	PCQB	FSB/PCDOB
Total Minas Gerais - 42		
ESPÍRITO SANTO		
Aloizio Santos	PSDB	PSDB/PTB
Feu Rosa	PSDB	PSDB/PTB
João Coser	PT	Não
José Carlos Elias	PSDB	PSDB/PTB
Marcus Vicente	PSDB	PSDB/PTB
Max Mauro	PTB	PSDB/PTB
Nilton Batena	PPB	Não
Ricardo Ferraço	PSDB	PSDB/PTB

Partido	Bloco	Voto					
ESPIRITO SANTO							
Rita Camata	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Total Espírito Santo 9							
RIO DE JANEIRO							
Aldir Cabral	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Alexandre Cardoso	PSB	PSB/PCDOB	Não				
Alexandre Santos	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Almerinda de Carvalho	PFL		Não				
Aroldo de Oliveira	PFL		Não				
Ayrton Xavier	PPS		Não				
Bispo Rodrigues	PL	PL/PSL	Não				
Cornélio Ribeiro	PDT		Não				
Coronel Garcia	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Dino Fernandes	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Dr. Helano	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Eduardo Feres	PTB	PSDB/PTB	Não				
Eurico Miranda	PPB		Não				
Fernando Gabeira	TV		Não				
Fernando Gonçalves	PTB	PSDB/PTB	Não				
Francisco Silva	PST	PMDB/PST/PTN	Não				
Iélio Rosa	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Jair Bolsonaro	PPB		Não				
Jandira Fagali	PCdoB	PSB/PCDOB	Não				
João Sampaio	Não		Não				
Lúcia Eduardo	PDT		Não				
Lutz Ribeiro	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Lutz Sérgio	PT		Não				
Marcio Fortes	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Mattos Nascimento	PST	PMDB/PST/PTN	Sim				
Milton Tenzer	PT		Não				
Miriam Reid	PDT		Não				
Miro Teixeira	PDT		Não				
Pastor Valdeci Paiva	PBL	PL/PSL	Não				
Paulo Batista	PSB	PSB/PCDOB	Não				
Paulo Feijó	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Rodrigo Maia	PTB	PSDB/PTB	Não				
Simão Bezim	PPB		Não				
Total Rio de Janeiro 33							
SÃO PAULO							
Alberto Goldman	PSDB	PSDB/PTB	Abstenção				
Alberto Mourão	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Aloizio Mercadante	PT		Não				
André Benassi	PSDB	PSDB/PTB	Sim				
Angela Guadagnin	PST		Não				
Antonio Carlos Pannunzio	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Antonio Kander	PSDB	PSDB/PTB	Sim				
Antonio Palocci	PT		Não				
Arnaldo Chinaglia	PT		Não				
Arnaldo Faria de Sá	PPB		Não				
Arnaldo Madsira	PSDB	PSDB/PTB	Sim				
Ary Kars	PPB		Não				
Bispo Wanderlei	PL	PL/PSL	Não				
Total São Paulo 89							
MATO GROSSO							
Celso Pinheiro	PFL		Não				
Osvaldo Sotrinho	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Pedro Henry	PSDB	PSDB/PTB	Sim				
Ricarda de Freitas	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Total Mato Grosso 4							
MATO GROSSO DO SUL							
Ben-Hur Ferreira	PT		Não				
João Grandilo	PT		Não				
Marcel Figue	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Marisa Serrano	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Nelson Trad	PTB	PSDB/PTB	Não				
Waldemar Moka	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Total Mato Grosso do Sul 6							
PARANÁ							
Abelardo Lupion	PFL		Não				
Afonso Camargo	PFL		Não				
Ailton Rovede	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Alex Carziani	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Chico da Princesa	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Dilceu Sperafico	PPB		Não				
Dr. Rosinha	PT		Não				
Flávio Arns	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Gustavo Friet	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Iris Simões	PTB	PSDB/PTB	Não				
Ivanildo Guerra	PFL		Não				
José Borbe	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
José Carlos Martinez	PTB	PSDB/PTB	Não				
José Janene	PPB		Não				
Luciano Pizzatto	PFL		Não				
Total Paraná 27							
SANTA CATARINA							
Antonio Carlos Ronder Reis	PFL		Abstenção				
Carlo Mera	PT		Não				
Edson Andriano	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Fernando Coruja	PDT		Não				
Hugo Biehl	PPB		Não				
João Matos	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
João Pizzolatti	PPB		Não				
José Carlos Vieira	PFL		Não				
Luiz Choleacki	PT		Não				
Pedro Bilenecourt	PFL		Não				
Raimundo Colombo	PFL		Não				
Renato Vianne	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Serafin Varzon	PDT		Não				
Vicente Caropreso	PSDB	PSDB/PTB	Não				
Total Santa Catarina 14							
RIO GRANDE DO SUL							
Ailton Dep	PDT		Não				
Alceu Collares	PDT		Não				
Augusto Nardes	PPB		Não				
Cato Riela	PTB	PSDB/PTB	Não				
Darcio Perondi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Enio Bacil	PDT		Não				
Eather Grossi	PT		Não				
Felton Júnior	PPB		Não				
Henrique Fontana	PT		Não				
Luiz Carlos Heinze	PPB		Não				
Lutz Meinardi	PT		Não				
Marcelo Rokm	PT		Não				
Mendes Ribeiro Filho	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Osvaldo Biolchi	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Paulo José Gouvêa	PL	PL/PSL	Não				
Paulo Palm	PT		Não				
Roberto Argenta	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Syrval Guzzatti	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Telmo Klatt	PPB		Não				
Waldir Schmidt	PMDB	PMDB/PST/PTN	Não				
Total Rio Grande do Sul 20							

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Apresentação de Proposições

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar poderão fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SENHORES:

ANTÔNIO DO VALLE – Indicação ao Sr. Ministro da Saúde de elaboração de um programa de assistência às pessoas portadoras de obesidade severa, enquadradas dentro do SUS.

PASTOR VALDECI PAIVA – Projeto de lei que determina a inclusão da expressão “Deus seja Louvado” nos documentos que indica.

PAULO PAIM – Projeto de lei que eleva o desconto simplificado opcional na declaração de ajuste anual do contribuinte, bem como a dedução por dependente, altera a tabela progressiva do Imposto de Renda da pessoa física e dá outras providências.

Projeto de lei que altera a redação do art. 72 da Lei nº 8.213, de 1991, para determinar que o salário-maternidade da empregada e da trabalhadora avulsa seja pago diretamente pela empresa.

Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados para que o tema da homenagem a ser feita na prorrogação da sessão do dia 28 de abril seja substituído para “500 Anos do Descobrimento do Brasil na Ótica dos Trabalhadores”.

ALBERTO MOURÃO – Projeto de lei complementar que atribui ao Município a competência de fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos bancários.

BISPO WANDERVAL – Projeto de lei que isenta do Imposto de Importação os bens de valor cultural, quando destinados às entidades que especifica.

MARCOS AFONSO – Projeto de lei que acrescenta parágrafos ao art. 33 da Lei nº 9.504, de 1997, que estabelece normas para as eleições.

Projeto de lei que acrescenta artigo à Lei nº 8.974, de 1995, estabelecendo moratória no plantio, comercialização e consumo de alimentos contendo organismo geneticamente modificado OGM ou derivados.

Projeto de decreto legislativo que susta a aplicação do disposto no art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 1.752, de 1995.

BETINHO ROSADO – Projeto de lei que regulamenta o art. 238 da Constituição Federal, ordenando a venda e revenda de combustíveis no País.

GERALDO MAGELA – Requerimento de informações ao Sr. Ministro da Agricultura e do Abasteci-

mento sobre o processo de composição do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa.

Requerimento de informações ao Sr. Ministro da Cultura sobre a execução da Lei Rouanet e da Lei do Audiovisual.

ANTONIO CARLOS BISCAIA E OUTROS – Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados de convocação de sessão solene em homenagem ao centenário do Instituto Oswaldo Cruz, a completar-se em 25 de maio do corrente ano.

JOVAIR ARANTES – Projeto de lei que altera os dispositivos da Lei nº 8.666, de 1993, que discrimina.

CARLOS BATATA E OUTROS – Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar o sistema de financiamento da habitação.

MARÇAL FILHO – Indicação ao Sr. Ministro da Agricultura e do Abastecimento de medidas destinadas a reduzir distorções na comercialização de produtos agrícolas de consumo predominantemente doméstico.

DR. EVILÁSIO – Indicação ao Sr. Ministro do Trabalho e Emprego de adoção de medidas para que os trabalhadores admitidos por empresas que vendem produtos de porta em porta sejam obrigatoriamente filiados à Previdência Social.

JOSÉ CARLOS ELIAS – Projeto de lei que permite a dedução do Imposto de Renda das despesas com empregados domésticos.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição, pelas emissoras de televisão, de legendas em sua programação para leitura dos portadores de deficiência auditiva.

BEN-HUR FERREIRA – Requerimento de informações ao Sr. Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre a inclusão do critério cor/raça no questionário do Censo 2000.

NILMÁRIO MIRANDA – Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar casos de tortura e maus-tratos praticados por agentes públicos.

ADEMIR LUCAS – Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade da condução em aeronaves de desfibriladores externos automáticos.

GIOVANNI QUEIROZ – Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados de cancelamento do Requerimento de Informações nº 1675, de autoria do requerente, endereçado ao Sr. Ministro da Fazenda.

INOCÊNCIO OLIVEIRA – Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados de convocação de sessão solene em homenagem ao Sr. Marcantonio Vilaça.

ALEXANDRE CARDOSO – Requerimento de informações ao Sr. Presidente do Banco Central, por intermédio do Sr. Ministro da Fazenda, sobre descumprimento por parte das instituições privadas nacionais da aplicação mínima de 60% do total arrecadado pelos bancos em cadernetas de poupança em projetos habitacionais, bem como quais instituições bancárias em operação no País receberam recursos oficiais do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional Proer.

MIRO TEIXEIRA – Indicação ao Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar de encaminhamento de projeto de lei de antecipação de subsídios que especifica.

Indicação ao Sr. Ministro Presidente do Tribunal Superior Eleitoral de encaminhamento de projeto de lei de antecipação de subsídios que especifica.

Indicação ao Sr. Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça de encaminhamento de projeto de lei de antecipação de subsídios que especifica.

Indicação ao Sr. Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal de encaminhamento de projeto de lei de antecipação de subsídios que especifica.

AUGUSTO NARDES – Projeto de lei que permite a inclusão das creches no SIMPLES, instituído pela Lei nº 9.317, de 1996.

JOSÉ MILITÃO – Projeto de lei que dispõe sobre deduções do Imposto de Renda da pessoa física.

Projeto de lei que define o valor das indenizações e a repartição dos recursos arrecadados pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre DPVAT, de que trata a Lei nº 6.194, de 1994.

PAULO DELGADO – Requerimento de informações ao Sr. Ministro da Justiça sobre a venda e a concessão de registro de posse e porte de armas em 1999.

GUSTAVO FRUET – Indicação ao Sr. Ministro da Agricultura e do Abastecimento de elaboração de

um programa de agricultura irrigada na área de influência do Projeto Itaipu.

IGOR AVELINO – Requerimento de informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre o relatório da auditoria que a Fundação Nacional de Saúde realizou no Município de Novo Alegre, Estado do Tocantins, por ocasião das denúncias de irregularidades na implantação do Programa de Combate à Doença de Chagas.

EDUARDO CAMPOS E OUTROS – Recurso ao Presidente da Câmara dos Deputados contra parecer terminativo da Comissão de Finanças e Tributação pela inadequação financeira e/ou orçamentária do Projeto de Lei nº 2.259-C/96, Lei do Primeiro Emprego.

INALDO LEITÃO – Projeto de lei que altera a redação do inciso I e acrescenta inciso VII ao art. 105 da Lei nº 9.503, de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

O Sr. Michel Temer, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Inácio Arruda, § 2º do Art. 18 do Regimento Interno.

O SR. PAULO LIMA – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO LIMA (Bloco/PMDB-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas votações anteriores o meu voto foi de acordo com o meu partido, o PMDB.

O SR. PAULO PAIM – Sr. Presidente, peça a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, estava na Comissão que trata do salário mínimo ouvindo o Dieese, Unicamp e também a Fundação Getúlio Vargas sobre a questão referente à sustentação da proposta de 180 reais. Por isso, não votei no primeiro momento.

Gostaria de avisar que a Comissão Especial do Salário Mínimo e todos os Parlamentares que a compõem estarão amanhã no Rio de Janeiro, conversando com o Governador Anthony Garotinho, empresários, trabalhadores e visitando moradores de uma favela que recebem exatamente um salário mínimo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – O nobre Deputado Paulo Paim, está comunicando que a Comissão Especial do Salário Mínimo estará amanhã no Rio de Janeiro conversando com o Governador, lideranças empresariais e trabalhadores daquele Estado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Gostaria de saber se está aberta a todos os Parlamentares a possibilidade de ir ao Rio de Janeiro discutir o salário mínimo.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. HAROLDO LIMA (Bloco/PCdoB – BA. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, na votação anterior, votei de acordo sob a orientação da bancada do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Vai-se passar ao horário de

VI – COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Geovan Freitas, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PST/PSN

O SR. GEOVAN FREITAS (Bloco/PMDB – GO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso este espaço para iniciar uma campanha nesta Casa. E creio que ela terá, por parte das Lideranças e da Presidência, o devido acatamento, por sua importância.

Como membro da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, foi-me dada a incumbência de relatar um projeto de autoria do Deputado Airton Dipp, do Rio Grande do Sul. O projeto visa incluir nas embalagens de bebidas alcoólicas um rótulo comunicando a lei de proibição da venda de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos.

Assumimos a relatoria do projeto e fizemos um substitutivo, melhorando-o. Queremos que conste do rótulo de toda bebida, tanto as de baixo com as de alto teor alcoólico, o mal que ela faz à saúde. No projeto ainda consta que em toda propaganda de bebida alcoólica seja rotulado, tipificado, citado e lembrado que vender bebida alcoólica a menores de 18 anos é crime e a mesma faz mal ao organismo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, façam essas considerações exatamente para tentar diminuir um mal no País que é atacado pelo lado errado e não pela raiz.

Há índices assustadores sobre as consequências do uso de álcool no Brasil. Infelizmente, a ingestão de álcool é estimulada socialmente, e as consequências são graves. Aos 11 anos de idade segundo dados de pesquisas o jovem começa a conviver com o álcool, a experimentar bebida alcoólica, como cerveja e vinho. Nessa idade, estimulado pela bebida, começa a fumar tabaco; aos 13, começa a usar maconha e aos 14 já experimenta cocaína. Esses índices foram levantados por instituições que trabalham com o problema no Brasil. Infelizmente, o Governo Federal e os Ministros ligados a essas áreas não têm atacado de frente a problemática que faz parte da cultura do brasileiro.

Quando se compra uma casa ou um apartamento novo, a primeira coisa que se põe na sala é um bar com todas as bebidas. Não estou sendo hipócrita, porque também gosto de uma bebidinha, de uma cervejinha. Estamos tentando alertar a população para esses índices, neste momento importante de aproximação do Carnaval, em que todos os brasileiros, especialmente os que gostam da festa, que ingerirão maior quantidade de bebida alcoólica. Os índices de acidentes, mortes, assassinatos, homicídios, suicídios e afogamentos serão alarmantes durante o Carnaval, pelo fato de o brasileiro achar que a festa é motivo para se embriagar e extrapolar.

Um mal muito grande é a comprovação de que o Governo, infelizmente, não ataca o problema de forma profissional. Amanhã, pela manhã, o Presidente da República lançará a campanha intitulada “Se beber, não dirija”. Ora, o cidadão, depois de beber, não lembra se pode ou não dirigir.

O Governo Federal conta com toda uma equipe nos Ministérios, a maioria envolvida nessa problemática. O Ministério dos Transportes está envolvido devido à elevação do número de acidentes nas rodovias; o Ministério da Saúde também tem relação direta por se tratar da saúde da população; o Ministério da Justiça igualmente, em razão do aumento de criminalidade devido à ingestão de álcool.

De forma que critico essa campanha do Governo. Na minha opinião, ela deveria ser muito mais profunda e envolver todos os Ministérios, segmentos, técnicos preparados e os meios de comunicação.

Hoje, as propagandas mais bonitas na televisão são as de bebida alcoólica, como a “cerveja nº 1” e a

"desce redondo". Vejam V. Exas.: no Brasil, 45% das internações psiquiátricas, 50% dos atropelamentos, 60% dos afogamentos, 50% dos homicídios e 25% dos suicídios derivam da ingestão de bebida alcoólica.

Sr. Presidente, vamos apresentar substitutivo ao projeto de lei do Deputado Airton Dipp, que, acredito, vai minimizar o problema.

Para encerrar, menciono dados de uma pesquisa feita em dez capitais realmente, vamos combater o problema de frente – sobre as drogas mais consumidas pelos estudantes de 1º e 2º graus. Vejam V. Exas: em primeiro lugar, o álcool, com 15%; em segundo lugar, estimulado pelo álcool, o tabaco, com 6,2%; em terceiro lugar, os solventes; em quarto lugar, a maconha, com apenas 1%; em sexto lugar, a cocaína, com 0,4%. Repito: o álcool com 15%, a cocaína e a maconha com 1 e 0,4%, respectivamente.

De forma que, no Brasil, o mal maior, o responsável por acidentes e prejuízos e que tem matado a sociedade é uma droga lícita: o álcool, estimulado socialmente e divulgado pelos meios de comunicação e, amanhã, o será pelo próprio Presidente como algo que não faz mal, que não é proibido. E a divulgação é feita de forma direta ou indireta.

Agradeço por este espaço que meu partido me concedeu e aproveito para registrar o trabalho realizado pela Casa de Eurípedes, importante instituição de Goiás, que está atacando esse problema de frente, com palestras, seminários, etc. Participei, no domingo, de um seminário no Município de Rio Quente, no qual estavam presentes várias autoridades da área, entre outras pessoas. Tivemos a felicidade de colher muitos dados.

Espero que o projeto do Deputado Airton Dipp, com meu substitutivo, seja aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e neste Plenário, para que as bebidas alcoólicas sejam rotuladas como um mal à saúde do brasileiro e seja proibida sua venda a menores de 18 anos, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Muito obrigado.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. ALMERINDA DE CARVALHO (PFL – RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na primeira votação, votei com o PFL.

O SR. EMERSON KAPAZ (PPS – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acompanhei meu partido nas votações anteriores.

O SR. NELSON MARCHEZAN (Bloco/PSDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas duas votações anteriores, votei com a bancada. Estava na CPI dos Medicamentos.

A SRA. LIDIA QUINAN (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na última votação, votei "não".

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Será registrado.

O SR. INALDO LEITÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. INALDO LEITÃO (Bloco/PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dei entrada nesta Casa em projeto de lei visando à alteração do inciso I do art. 105 da Lei nº 9.503, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e para acrescentar o inciso VII ao mesmo art. 105.

O projeto tem por finalidade obrigar o uso do cinto de segurança em todos os veículos, independentemente de serem de transporte coletivo de passageiros, público ou não. Por outro lado, visa adotar como obrigação da indústria automobilística a implantação do chamado **air-bag**, sistema de proteção suplementar que evita o impacto frontal do passageiro no momento da ocorrência do acidente automobilístico.

Esse é o projeto de lei que estou apresentei nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCONDES GADELHA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me justificar perante a Mesa. Infelizmente, não pude comparecer às votações hoje à tarde porque estava, como Relator, na reunião da Comissão da Transposição de Águas do rio São Francisco, tomando depoimento do Governador Itamar Franco, em audiência pública. Isso consumiu toda a tarde.

Peço a V. Exª que registre nos Anais essa justificação para todos os efeitos legais.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – V. Ex^a tem o Presidente como testemunha. Estamos acompanhando o trabalho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Dirceu, pelo PT.

O SR. JOSÉ DIRCEU (PT-SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é uma honra tê-lo na Presidência da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Eu é que fico honrado.

O SR. JOSÉ DIRCEU – Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o País vive novamente um momento especial e de apreensão. Mais uma vez vemos que falta no Poder Executivo, na Presidência da República, ação para enfrentar os problemas reais que vivemos no Brasil. O que aconteceu com o Poder Judiciário, com a magistratura, só revela o nível a que chegamos de insensibilidade, de falta de contato com a realidade, primeiro de Ministros do Supremo Tribunal Federal. A liminar do Ministro Nelson Jobim apenas pode ser dada por um funcionário público, e, no caso, um Ministro do principal Tribunal da Nação, que está absolutamente fora da realidade do Brasil.

Sr. Presidente, era evidente que seria um acinte, um tapa na cara, uma ofensa a toda a cidadania dar, seja um abono, seja um auxílio-moradia, para os juízes, ainda que merecida e mais do que necessária a reestruturação salarial não só da magistratura, mas de todo o funcionalismo público, particularmente daquelas carreiras que não receberam aumento nesses últimos cinco anos.

Mas uma liminar, uma medida do Supremo Tribunal Federal concedendo auxílio-moradia aos juízes e ministros antes da definição do reajuste dos salários mínimo e do funcionalismo público em geral é inaceitável, e esta Casa não pode de maneira nenhuma compactuar com essa decisão.

Sr. Presidente, fora a discussão da legalidade dessa medida, ela não pode ter isonomia e não haverá fundamento jurídico para dizer que há isonomia entre os Parlamentares e os Ministros. Não acredito que encontrará a devida sustentação se se alegar que isso é remuneração.

A própria medida pode ser contestada do ponto de vista jurídico. Ao mesmo tempo, a sociedade está assistindo a uma incapacidade do Governo Federal para enfrentar os problemas reais do Brasil.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, persiste-se nessa mesma política, como se fosse julho de 1994,

quando do lançamento do Plano Real, como se o Presidente não estivesse no quinto ano do seu mandato. O País não vive mais a realidade da estabilização monetária, e o mundo não é mais o mundo de 1994, 1995 e 1996.

É insustentável a atual política econômica, é insustentável que o País continue obedecendo inclusive com escritório do FMI no Brasil pela primeira vez funcionando às diretrizes do Fundo Monetário Internacional, do Departamento do Tesouro norte-americano.

Não é crível que o País não reduza os juros, não aumente a demanda, não aumente os gastos públicos! Não é crível que a sociedade aceite um superávit nas contas do Governo entre receita e despesa de 30 bilhões de reais pelo terceiro ano consecutivo, quase 100 bilhões de reais de superávit! Enquanto isso, mingua a produção nacional e as indústrias são desnacionalizadas.

O Brasil perdeu o controle sobre o mercado interno. O País não consegue estabelecer uma política de comércio exterior porque não tem política industrial e perdeu a capacidade de fazer as políticas monetária e fiscal. O Brasil é prisioneiro de suas dívidas interna e externa e dos acordos por ele firmados.

Chegou o momento de o Brasil exportar, mas não há crédito para exportação, não há política industrial, não há reforma tributária, não há, inclusive, política de transporte. A verdade é que os mercados na Europa e nos Estados Unidos se fecharam para o Brasil.

A sociedade assistiu ao final da famosa Rodada do Milênio. A Europa defende corretamente sua agricultura. Os americanos defendem corretamente seu mercado interno. No Brasil falta política econômica, monetária e fiscal que mereça este nome. As questões do funcionalismo público e do salário mínimo estão inseridos nessa problemática.

O arrocho da política monetária, a ortodoxia do Governo e a insensibilidade social do Governo levam a esse tipo de decisão. E o mais grave é que o Ministério do Desenvolvimento e o BNDES se transformaram em instrumentos da luta de poderosos grupos econômicos e de poderosos **lobbies** internacionais e nacionais.

O Ministro Andrea Calabi, ex-Presidente do BNDES, é destituído do cargo de maneira humilhante, na calada da noite, sem nenhuma explicação à opinião pública. Ele não só se cala, como diz que está à disposição para voltar ao Governo.

Nesses homens públicos faltam compostura e dignidade, porque a verdadeira razão da destituição do Presidente do BNDES de duas é uma: ou é incon-

fessável, porque a disputa presidencial de 2002 visa ao controle do BNDES, repito, para sustentar uma candidatura presidencial, tendo em vista os interesses econômicos que movem o País, beneficiado pelas decisões do banco que financia campanhas eleitorais depois, ou é por divergência com a política de financiamento e de investimento do BNDES, por divergência dentro do próprio Governo sobre a privatização do Banespa e o papel da empresa nacional, por divergência sobre a desnacionalização.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, prefiro ficar com a primeira hipótese, até porque não há precedentes neste Governo de destituição de Ministro por divergências de fundo. São camarilhas dentro do Palácio do Planalto que disputam as privatizações e os recursos públicos dos fundos e do BNDES para favorecer tal ou qual grupo econômico. É uma vergonha! Falta transparência, falta controle social sobre essas decisões.

O Brasil não tem um projeto de desenvolvimento nacional. O País está à mercê dessas medidas de momento, à mercê da especulação financeira internacional e da vontade dos grandes grupos econômicos.

Espero que o Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, ouça o apelo do nosso Líder é – um misto de provocação, mas também um apelo e, também na qualidade de Presidente do Senado Federal, coloque em deliberação a medida provisória do salário mínimo a fim de que esta Casa possa votá-la.

Que o Presidente da República, os Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal tenham coragem política, tenham espírito público para decidir o teto salarial, e que o Congresso Nacional vote o subteto. Seria uma situação inédita.

Espero que o funcionalismo público federal vou dizer de maneira nua e crua crie vergonha na cara e faça uma greve geral no País. Será que o funcionalismo público não tem brio e não viu que os juízes e ministros de Tribunais Superiores ameaçaram o Poder Executivo com uma greve?

Temo que na medida concedida pelo Ministro Nelson Jobim tenha a mão do Governo Federal, ainda que o Presidente o tenha deixado agora no abandono, lá no Uruguai, ao criticar sua decisão.

Falta coragem ao Poder Executivo, aos homens que dirigem o Brasil para tomar as decisões que o País exige. É preciso reduzir os juros, conceder aumento salarial, fazer investimentos em gastos públicos, relançar a economia brasileira, mudar o rumo do Brasil.

É uma vergonha que uma Nação, cotada como a nona economia do mundo, com todo esse potencial, seja governada por homens sem coragem de enfrentar problemas que no Brasil se aprofundam a cada dia, tais como o desemprego e o não-reajuste do salário mínimo.

O Brasil quer crescer, quer se desenvolver, mas tem um Governo pelo meio que o impede.

Antes que seja tarde, que o Brasil tome a palavra, que pelo menos o funcionalismo público federal tome a iniciativa de fazer uma greve geral.

O SR. ROLAND LAVIGNE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROLAND LAVIGNE (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última votação, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. ANIVALDO VALE (Bloco/PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei de acordo com a orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Serão devidamente registrados em ata.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Com a palavra o Deputado Bispo Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar PL/PSL, por até dez minutos.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há muito subo a esta tribuna para questionar as prioridades do Governo em relação ao desenvolvimento do País, sobretudo porque a sociedade acompanha a sua política econômica e os investimentos promovidos por instituições financeiras, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Este banco, que deveria ser a principal instituição financeira de investimento em áreas sociais, como projetos de interesse nacional, principalmente os de interesse da população brasileira, vem há algum tempo emprestando dinheiro aos empresários estrangeiros, facilitando a vida das multinacionais, protegendo interesses de alguns no processo de privatização das empresas de telecomunicações, e assim por diante.

No recente episódio marcado pela demissão do Sr. Andrea Calabi da Presidência do BNDES vem à tona grave denúncia do Presidente do PT, nobre e ilustre colega Deputado José Dirceu, de que esse banqueiro privilegiado estaria trabalhando a fim de arrecadar fundos de campanha eleitoral para o Ministro José Serra.

Ora, a denúncia parece-nos de profunda gravidade e merece uma investigação rigorosa, pois o di-

nheiro que forra os cofres do BNDES, uma quantia de 18 bilhões, é do povo, e não de alguns privilegiados que querem se manter no poder a qualquer preço.

Esta semana a revista **Veja** diz que Calabi caiu porque falava pouco com Tápias e muito com José Serra, Ministro da Saúde, sem bater antes continência para seu superior hierárquico. Calabi foi Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento quando Serra era Ministro. Ele foi parar no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social por indicação de Serra. A solidariedade partidária e administrativa entre eles não tem sido nada aprazível, a ponto de na última semana o Deputado José Dirceu, Presidente Nacional do PT, ter avançado sobre uma teoria. Até agora ninguém veio a público explicar se é verdade ou se é mentira. Até agora ninguém disse desta tribuna se o Sr. Andrea Calabi, que era Presidente do BNDES e geria 18 bilhões, teria ou não sido o homem que arrecadava fundos para campanha.

Pergunto a esta Casa: é direito isso? Alguém pode ocupar o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social e ser o caixa de campanha de uma futura candidatura de um Ministro a Prefeito, a Governador ou a Presidente da República? O que estamos vendo impassíveis? Ninguém fala nada, como se fosse a coisa mais comum, a coisa mais normal do mundo, um homem ocupar a Presidência de um grande banco, que gere dinheiro de impostos de cidadãos brasileiros, e, nessa grande função, ser arrecadador de dinheiro para campanha política.

Estamos boquiabertos porque ninguém fala nada. Não vem um Senador, um Ministro do Governo, ninguém dizer que isso é mentira. Até agora ninguém contestou a denúncia do Presidente do PT de que o Sr. Andrea Calabi fazia caixa de campanha para o Sr. José Serra.

Não estou aqui contra ninguém. Estou a favor do povo brasileiro. Se houve a denúncia, a ilação, a suspeita, tem que haver também uma explicação para a sociedade brasileira. Ou será que já é normal pessoas ocuparem o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, o BNDES, a Petrobras e outras grandes empresas e, ali, fazerem caixa de campanha? Parece que está virando normal grandes políticos ocuparem espaço e colocarem pessoas lá para fazer caixa de campanha. Isso é corrupção. Fazer caixa de campanha no BNDES é desonesto. E até agora não vimos ninguém do Governo defender esse antigo colaborador.

A revista diz que o Ministro Tápias fez saber ao Presidente, sem rodeios, que Calabi vinha operando no BNDES de uma maneira que ele, Tápias, conside-

rava imprópria. Queremos saber que maneira imprópria é essa, pois o Brasil não sabe. O que aconteceu e que fez esse homem sair do BNDES? Até agora ninguém disse se ele roubou ou não, se administrou bem, se administrou mal. Até agora ninguém disse por que esse homem caiu. E queremos saber.

Se o Presidente do PT fez uma calúnia, tem que ser provado também. Se fez uma acusação, tem que haver investigação, porque num país sério, isento, seria feita uma investigação. Se é fato essa denúncia de caixa de campanha, o povo é que vai pagar.

Ouçõ, com prazer, o nobre Deputado Geraldo Magela.

O Sr. Geraldo Magela – Deputado Bispo Rodrigues, quero não só concordar com V. Ex^a quanto ao que V. Ex^a acaba de dizer dessa tribuna, mas também quero parabenizá-lo pela coragem de trazer este tema ao debate. O Deputado José Dirceu, Presidente do PT, não faria uma afirmação dessas de forma leviana. Ao contrário, fez exatamente esperando a reação do Governo para que pudéssemos demonstrar que, de fato, o Sr. Calabi era o caixa de campanha de Fernando Henrique desde há muito. Agora, sabe o que vai acontecer, Deputado Bispo Rodrigues? O mesmo que aconteceu com Ovídio de Ángelis: botaram um pano quente e ele continua fazendo o que fazia antes. Vai acontecer, Sr. Deputado Bispo Rodrigues, o mesmo que aconteceu com o Ministro dos Transportes no que diz respeito às denúncias envolvendo o DNER: colocaram um pano quente e continua tudo como estava. Neste Governo as denúncias são feitas, são ouvidas, mas não são apuradas, infelizmente. E continua a caixa de campanha.

O Sr. João Almeida – Concede-me V. Ex^a um aparte, ilustre Deputado Bispo Rodrigues?

O SR. BISPO RODRIGUES – Pois não, Deputado João Almeida.

O Sr. João Almeida – Ilustre Deputado, fiquei atento ao pronunciamento de V. Ex^a e estou encontrando pouco entendo de arrecadação de dinheiro, de formação de caixa de campanha e coisas desse tipo dificuldade para atender ao seu pedido. Quero saber se V. Ex^a poderia eventualmente me explicar como se pode justificar que não há caixa, que o BNDES não está fazendo caixa. Como se pode provar que não se está fazendo caixa? Porque não há uma conta aberta da qual se possa dizer: a conta está vazia. A afirmação do Ministro Alcides Tápias de que o Sr. Andrea Calabi estava agindo de forma imprópria não tem nenhuma insinuação relativa a

qualquer caixa. Disse S.Exa., o Ministro, de forma própria qual era a forma imprópria: o estilo de tomada de decisão. Disse o Ministro que o Sr. Andrea Calabi fala demais sobre as coisas, ao passo que ele opera em um teto mais baixo. As razões que levaram o Ministro a propor a saída do Presidente Calabi foram expostas claramente. Agora, quanto a essas ilações que faz V. Ex^a e em que insiste, gostaria muito que V.Exa. me explicasse como se justifica que não há caixa, como V. Ex^a requer. Como se opera isso? Pouco ou nada entendo de arrecadação de dinheiro e de demonstrar que há ou não caixa.

O SR. BISPO RODRIGUES – Nobre Deputado, o Presidente nacional do PT fez essa afirmação, e cabe aos Srs. Parlamentares do PSDB virem a esta Casa, já que o ex-Presidente do BNDES era do PSDB, defender a posição do Sr. Calabi.

O Sr. João Almeida – Estou dizendo a V. Ex^a que não há caixa.

O SR. BISPO RODRIGUES – É preciso explicar à sociedade.

O Sr. João Almeida – Não há caixa. Mas V. Ex^a requer uma prova de que não há caixa. Então, eu pergunto: como é possível fazer prova de uma coisa inexistente?

O SR. BISPO RODRIGUES – Eu não estou pedindo a V. Ex^a prova. Esta semana, a revista **Veja** pergunta por que Calabi caiu. A revista faz essa pergunta porque até agora ninguém sabe o motivo da saída do Sr. Calabi do BNDES. Uns começam a dizer uma coisa, outros começam a dizer outra. Como estou aqui para defender o contribuinte brasileiro e zelar pelo imposto do povo, também gostaria de saber por que ele caiu.

Diz a revista que o Ministro Alcides Tápias chegou a exibir a Fernando Henrique um documento para alicerçar sua argumentação de que existia coisa errada, o que justificaria sua saída do cargo. Se é verdade ou não, cabe ao Governo explicar à sociedade brasileira. Estou apenas pedindo explicações, o que é justo, correto, direito. Não estou dizendo que ele fez ou deixou de fazer algo errado. Mas, como Parlamentar, tendo sido eleito pelo povo, peço explicações. Por que afinal esse homem saiu do cargo? Isso hoje é um mistério. Dizem que ele era uma pessoa bacana, mas ninguém sabe por que saiu.

Encerro meu discurso pedindo ao Governo respostas. Que ele venha a esta tribuna dar explicações.

Muito obrigado.

O SR. ZENALDO COUTINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ZENALDO COUTINHO (Bloco/PSDB – P.A. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que registre que, durante as votações do dia de hoje, acompanhei o Partido da Social Democracia Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Sr. Deputado, constará em ata.

O SR. RUBENS BUENO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RUBENS BUENO (PPS – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu pronunciamento é sobre o salário mínimo e o crédito que o Governo tem junto às empresas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quando se vai aproximando a data de decretação de novo salário mínimo, é natural que se acirrem os debates sobre a matéria. E isto antes de mais nada porque não se pode mais admitir que um dos maiores PIB do mundo, o brasileiro, continue a ser produzido à base de sacrifício salarial da espécie do enfrentado pelo trabalhador brasileiro.

O Governo reage às propostas de maiores aumentos com a alegação de que contas públicas sofreriam novo e ainda mais insuportável impacto. E apresenta seus dados, todos, a bem da verdade, eivados de erro, para não dizer de malícia. E malícia porque as autoridades da área financeira esquecem de dizer toda a verdade, escondendo, por isso mesmo, um dado mais que relevante: o Governo é credor, junto, principalmente, ao empresariado, de mais de 180 bilhões de reais!

Exatamente, Sr. Presidente. A dívida ativa do Tesouro, representada, em sua essência, pelo que se sonega do imposto neste País, já chega a 183 bilhões e 800 milhões de reais. É uma quantia de fábula! É uma situação absolutamente inadmissível!

E inadmissível porque, por exemplo, o Governo alega que o aumento do mínimo para 100 dólares geraria impacto, nessas contas públicas jamais cristalinizadas, de cerca de 8 bilhões de reais. Ora, cobrasse o Governo 5% – permita-me repetir, 5% – apenas do que lhe é devido, esse impacto desapareceria de pronto.

Vamos adiante. O orçamento deste ano tem rubricas para investimentos oficiais, verbas totalizando cerca de 7 bilhões de reais. Fosse feita a cobrança de pelo menos 10% do que se deve ao Tesouro, esses investimentos poderiam ser quase que triplicados, em benefício de toda a Nação e, por mais paradoxal que possa parecer, dos próprios sonegadores.

A situação se vai mais e mais agravando, no particular. Nos últimos quatro anos esse índice, que poderíamos chamar de índice de sonegação, cresceu 300%, o que indica complacência exagerada do Poder Público para com esses contraventores. Observa-se que o Sr. Carlos André Nogueira, Secretário-Geral da Unafisco, entidade que está muito bem por dentro da matéria, alega que, há trinta anos, a Receita contava com 30 mil fiscais, um contingente que, hoje, gira em torno de apenas 7 mil. Como fiscalizar? Como cobrar?

Ocorrem-nos, agora, palavras do Ilustre Deputado Delfim Netto, na coluna semanal que publica na **Folha de S. Paulo**. Ali, o Sr. Deputado tece algumas considerações quanto às medidas adotadas pelo Governo para enfrentar a crise que eclodiu em janeiro do ano passado. Considera-as positivas e adianta suposições que, a rigor, nos pareceram por demais otimistas. Mas isto, no momento, não vem ao caso. É que S. Ex^a, tecendo considerações respeitantes à propalada reforma tributária e às perspectivas otimistas que ele mesmo alinhavou, afirma que “é necessário, para isso, que a mudança do regime fiscal, em via de se processar, gere uma disciplina que seja definitivamente incorporada aos nossos usos e costumes”.

De acordo. Entre os usos e costumes estão os de pagar os impostos devidos. Mas, também, o de cobrá-lo, o de não permitir, por ação ou omissão, essa sonegação abastarda que esvazia os cofres da Nação e entrega a população inteira a essa penúria de investimentos, notadamente os da área social.

Um Governo assim, píffio, mas cheio de empáfia, deveria – como vamos dizer? – abrir jogo para o País e mostrar, com os números que exibimos aqui e outros, muitos outros de que certamente dispõe, como nossa elite empresarial ainda se apega a usos e costumes coloniais para seguir enriquecendo e deixando de cumprir um mínimo de obrigações sociais. O que, assim entendemos, somente pode ocorrer com o beneplácito oficial.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. GLYCON TERRA PINTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GLYCON TERRA PINTO (Bloco/PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei de acordo com o partido.

O SR. JOSÉ PRIANTE – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ PRIANTE (Bloco/PMDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que nas votações anteriores eu acompanhei o meu PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Vejo que V. Ex^a tem imensa fidelidade. Será registrado em ata.

A SR^a LÚCIA VÂNIA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, nas votações anteriores, votei com o partido.

O SR. WAGNER SALUSTIANO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. WAGNER SALUSTIANO (PPB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Deputados, queria deixar registrado nesta Casa que eu também tenho um projeto de lei sobre o salário mínimo. Vejo muita demagogia no que o Executivo tenta passar para a sociedade. Há muitos anos o Governo vem direcionando o salário mínimo. É ele quem determina qual vai ser o valor do salário mínimo, em determinado ano. Nós, nesta Casa, temos apresentado projetos de lei, sobre os quais se passa por cima como um trator, e não se toma conhecimento do que propomos. Vejo também muita demagogia em muitos colegas que propõem um salário mínimo que nem cócega vai fazer, em nada vai alterar o que o Governo está propondo ou não. É uma diferença de dez, quinze ou vinte reais.

Sr. Presidente, temos de ter consciência de que o trabalhador brasileiro tem sofrido e precisa de um salário digno e justo, pelo menos para comer e morar

debaixo de um teto sem se molhar. Por isso, sei que é uma utopia, mas no meu projeto de lei proponho um salário mínimo que seja pelo menos o dobro do atual, de R\$136,00, ou seja, R\$272,00.

Quero deixar claro que eu também, Wagner Salustiano, sou autor de um projeto que contempla o trabalhador brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem a palavra, pela ordem, o Deputado João Almeida.

O SR. JOÃO ALMEIDA (Bloco/PSDB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, anualmente venho aqui cumprir o doloroso dever de reclamar da seca no sertão da Bahia, em Irecê, e especialmente da falta de ação do Governo na distribuição de sementes etc. Este ano, diferentemente, venho aqui dizer que choveu no sertão da Bahia, choveu em Irecê.

O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste não financiaram os agricultores. A distribuição de sementes foi em quantidade muito pequena, mas os agricultores, descapitalizados, venderam o que restava de seus tratores, galinhas e vacas, do que era possível vender, plantaram e estão colhendo uma safra extraordinária. Mas estão perplexos, tristes e acabrunhados, tanto quanto nos anos anteriores, porque o feijão caiu de preço. Mais do que cair de preço, o produto não tem garantia de preço mínimo, não há comércio, não há negócio.

O Governo do Estado fez uma presença muito inexpressiva, comprando feijão para abastecer seu programa de cestas para o povo, mas somente cerca de 2 ou 3% da produção. O Governo Federal até se prontificou a comprar feijão a preço baixo, mas não tem definição da quantidade que vai comprar, e o processo de compra e a classificação estão numa lentidão extraordinária. E que podemos lá observar? Uma fila imensa de caminhões vi isso nesse fim de semana, quando lá estive, esperando a classificação, para, então, entregar o produto no armazém da Conab.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, isso precisa ser alterado. O Governo precisa tomar providência para garantir a compra do produto, e para que o processo seja feito com rapidez. Um caminhão daqueles, parado uma semana, um, dois ou três dias na fila, esperando o momento de descarregar, tem um custo muito elevado, dificultando ainda mais a vida do produtor, que já está entregando seu produto abaixo do preço de custo, porque só há remunera-

ção para aquelas áreas em que a produtividade foi muito elevada. Onde a produtividade foi a média da região, o preço não está remunerando.

Assim, Sr. Presidente, aqui vai também um apelo ao Governo Federal para que tome as providências necessárias. Vou levar esse apelo ao Ministro da Agricultura e do Abastecimento, para que o processo de classificação se faça num prazo rápido e o Governo defina também, para a região, a expectativa de quanto da safra será comprado.

Mais ainda, Sr. Presidente: há o problema do pequeno agricultor, que tem cinqüenta ou cem sacos de feijão, não pode se habilitar a essa comercialização e busca, junto à Conab e ao Banco do Brasil, habilitar-se através de uma associação de produtores, para que cada um possa pôr cem, duzentos, cinqüenta ou vinte sacos, formar um grupo e também ter o atendimento do Governo Federal.

Queria relatar essa situação aqui e oportunamente o farei junto ao Ministério da Agricultura.

Muito obrigado.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Michel Temer) – Tem V. Ex^a. a palavra.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – sp. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, a grande discussão do momento é o salário mínimo e essa polêmica toda sobre se quebra ou não a Previdência, se há ou não recursos para pagar. Se colocarmos um percentual do teto para salário mínimo, vamos ver que esse percentual é bem pequeno: 1,4% do teto dá um salário mínimo de R\$177,00. Efetivamente, não é um percentual muito elevado, ou seja, 1,4% de R\$12.720,00 dá R\$177,00, importância que poderia, sem mais discussões, ser aprovada por esta Casa.

Certamente, com esses R\$177,00, como está estabelecido na Constituição, o trabalhador teria direito a cesta básica, moradia, medicamentos e tudo o mais. A pessoa que vai ganhar esse salário mínimo de R\$ 177,00 tem direito, pelo texto constitucional, a todas essas condições. Temos de saudar o trabalhador brasileiro. Realmente, ele é um herói, pois com R\$ 177,00 tem direito a tudo isso repito. Valor que representa 1,4% do teto máximo que se está discutindo.

Na verdade, esse seria o valor do salário, que está sendo pleiteado, porque hoje, é importante lembrar, o salário é de R\$136,00, valor que representa

pouco mais de 1% desses R\$12.720,00, não chega nem a 1,1% desse valor.

Se tivermos o aumento do salário mínimo, também teremos um incremento do aumento da arrecadação da Previdência Social, porque, ao se pagar sobre o novo salário, se pagará também um percentual na soma maior do que aquele que hoje está sendo arrecadado.

Devo lembrar aqui outro detalhe importante: a Previdência paga, sim, mais de 18 milhões de benefícios, mas, desses 18 milhões de benefícios, a metade é de benefícios assistenciais. Quem os recebe tem todo o direito de recebê-los, mas vale lembrar que esses benefícios não responderão ao chamado caráter contributivo. A pessoa não fez a contribuição ao longo do tempo para ter esse benefício. E aí vamos ver a injustiça de alguns que contribuíram ao longo do tempo estarem recebendo também apenas um salário mínimo.

A partir do momento em que se aumenta o salário mínimo e não se dá esse aumento para os demais benefícios da Previdência Social, provoca-se um achatamento. Aqueles que ganham 1,5, 1,6 ou 1,7 do salário mínimo vão acabar recebendo um salário mínimo, porque estarão contemplados por esse percentual de aumento do salário mínimo. E precisamos separar os benefícios assistenciais dos benefícios previdenciários. Esses benefícios previdenciários terão que ter um aumento na correspondência efetiva daquela contribuição que tiveram ao longo do tempo.

Já percebemos, Sr. Presidente, que um grande número de aposentados e pensionistas está preocupado, porque, em razão do aumento do salário mínimo, vai receber um salário mínimo apenas, e não na proporção daquilo que contribuiu e daquilo que está recebendo, um aumento efetivo correspondente a esse benefício.

Portanto, na discussão do salário mínimo, é importante que não nos esqueçamos daqueles que recebem benefício da Previdência Social no chamado caráter contributivo. Contribuíram para a Previdência durante trinta ou 35 anos e, de repente, são tratados como os demais.

Não queremos abandoná-los, Sr. Presidente. Queremos reconhecer esse direito.

A Constituição de 1988 garantiu, através da Contribuição Social sobre o Lucro, da COFINS, o pagamento dos chamados benefícios assistenciais, mas aqueles que estão recebendo o benefício da Previdência por terem contribuído ao longo de trinta ou 35 anos merecem um tratamento pelo menos respeitoso.

Esse era o registro que queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO TORRES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SILVIO TORRES (Bloco/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu pronunciamento pretende dar um esclarecimento sobre o que foi dito na tribuna na tarde de hoje pelo Deputado Gilmar Machado, que cito apenas para que S. Ex^a. saiba do que se trata o assunto.

O Deputado Gilmar Machado, provavelmente, ficou muito irritado porque havia uma reunião marcada para se discutir a medida provisória do financiamento ao estudante e esperava-se que o Ministro da Educação, Paulo Renato, comparecesse.

Ocorre, Sr. Presidente, que o Ministro da Educação foi convidado na sexta-feira para comparecer a uma audiência na terça-feira. Obviamente, o Ministro de Estado tem uma agenda, e qualquer compromisso nesse sentido deve ser marcado com antecedência.

Essa é a razão pela qual o Ministro não veio.

Mas, adicionalmente, Sr. Presidente, é necessário que se diga que um novo programa de financiamento ao estudante começou no ano passado, substituindo o Crédito Educativo, que o Governo não acabou. Pelo contrário, o Crédito Educativo morreu de morte natural, uma vez que em nenhum momento estava atendendo às necessidades da clientela estudantil. O índice de inadimplência era altíssimo, e o Crédito Educativo talvez o nobre Deputado Gilmar Machado não soubesse dependia de recursos de um fundo que vivia do pagamento de quem usufruía do Crédito Educativo.

Portanto, não foi o Governo que acabou com o Crédito Educativo. Na verdade, o Governo deu um novo perfil ao sistema de financiamento ao estudante através de uma ampla discussão que ocorreu nesta Casa durante três anos. Deputados da Comissão de Educação e também Deputados não ligados à Comissão vinham discutindo a melhor maneira de se fazer um financiamento à educação de ensino superior e chegou-se, no ano passado, através da Relatoria do nobre Deputado Osvaldo Biolchi, a um projeto que foi aprovado praticamente por unanimidade nesta Casa aliás, no ano retrasado, em 1998.

Já no ano passado, cerca de 80 mil estudantes foram atendidos pelo novo sistema, e 80 mil, Sr. Presi-

dente, representam quase o dobro dos 50 mil inscritos no Crédito Educativo anterior, para se ter uma idéia da dimensão do novo programa.

No próximo mês de março terá início uma nova rodada para inscrições no crédito educativo, e, portanto, será atendidos, sem dúvida nenhuma, este ano, um número muito maior de jovens do que foi atendido até agora.

Sr. Presidente, acho necessário que, ao se fazer uma crítica, se faça com argumentos, com números, e não apenas de modo leviano, como fez o Deputado Gilmar Machado, que acusou o Ministro Paulo Renato de estar fugindo do debate.

Absolutamente, não tem sido esta a postura do Ministro, que, em todas as vezes que foi convidado para comparecer a qualquer Comissão desta Casa, veio, debateu, expôs, ouviu.

Sr. Presidente, o Ministro Paulo Renato fez muito pela área da educação no nosso País. Aliás, fez uma verdadeira revolução em todos os graus, no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior.

Por isso, deixo aqui essas informações e faço esse esclarecimento para que não haja dúvida quanto à competência, à coragem e, principalmente, ao grau de responsabilidade com o qual S.Exa. tem conduzido a sua Pasta.

Muito obrigado.

O SR. XICO GRAZIANO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. XICO GRAZIANO (Bloco/PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazemos o registro nesta Casa de uma audiência pública realizada ontem na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, sobre um projeto de lei apresentado pelo nosso Governador Mário Covas que cria a Região Metropolitana de Campinas, envolvendo dezoito Municípios e uma população de 2,2 milhões de pessoas.

Esta audiência pública, promovida pelo Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo, Deputado Wanderley Macris, foi cercada de muita expectativa em toda aquela região. Pudemos ir lá participar.

Usando as prerrogativas do art. 25 da Constituição Federal, o nosso Governador está trazendo uma luz, uma solução para aquela região conturbada por aqueles Municípios, parte deles imbricados uns com

os outros, com seus problemas comuns de transporte e segurança pública.

Ao se criar uma região metropolitana, será possível, por intermédio de um fundo coletivo, encontrar soluções que não sejam individuais, mas coletivas, para toda a comunidade.

Estavam lá e quero cumprimentar os Deputados Estaduais Carlos Sampaio e Célia Leão, do PSDB de Campinas.

Sr. Presidente, toda a região está muito envolvida nesse processo.

Ao fazermos esse registro, nós, que somos aficionados defensores de nossa agricultura, queremos lembrar, mais uma vez, quando se discute como se contornar as dificuldades de uma região metropolitana, a nossa agricultura. Quanto mais pudermos apoiar o homem do campo, quanto mais pudermos trazer soluções para fixar os agricultores e os trabalhadores rurais onde se encontram, menos pessoas se vão dirigir para as cidades e as regiões metropolitanas deixarão de estar sempre inchadas por este êxodo rural que há vinte anos acontece no País.

Ao parabenizarmos Campinas e a região pela criação futura da região metropolitana, mais uma vez, apresentamos uma palavra em favor do homem do campo, da agricultura.

Vamos investir no campo, porque, dessa forma, fica mais barato. É melhor manter o agricultor onde está do que cuidar dele depois na cidade.

Muito obrigado.

VIII – ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) –
COMPARECEM MAIS OS SENHORES:

AMAPÁ

Badu Picanço	PSDB	PSDB/PTB
Fátima Pelaes	PSDB	PSDB/PTB

Presentes do Amapá: 2

PARÁ

Anivaldo Vale	PSDB	PSDB/PTB
Babá	PT	
José Priante	PMDB	PMDB/PST/PTN
Raimundo Santos	PFL	
Zenaldo Coutinho	PSDB	PSDB/PTB

Presentes do Pará: 5

RONDÔNIA

Exedito Júnior PFL
Nilton Capixaba PTB PSDB/PTB

Presentes de Rondônia: 2**TOCANTINS**

Freire Júnior PMDB PMDB/PST/PTN

Presente do Tocantins: 1**CEARÁ**

Aníbal Gomes PMDB PMDB/PST/PTN
Arnon Bezerra PSDB PSDB/PTB
Vicente Arruda PSDB PSDB/PTB

Presentes do Ceará: 3**PIAUI**

Mussa Demes PFL
Paes Landim PFL

Presentes do Piauí: 2**RIO GRANDE DO NORTE**

Ney Lopes PFL

Presente do Rio Grande do Norte: 1**PARAÍBA**

Armando Abílio PMDB PMDB/PST/PTN
Marcondes Gadelha PFL

Presentes da Paraíba: 2**PERNAMBUCO**

Marcos de Jesus PSDB PSDB/PTB
Pedro Corrêa PPB
Pedro Eugênio PPS
Salatiel Carvalho PMDB PMDB/PST/PTN

Presentes de Pernambuco: 4**ALAGOAS**

Augusto Farias PPB
João Caldas PL PL/PSL

Presentes de Alagoas: 2**SERGIPE**

Adelson Ribeiro PSC
José Teles PSDB PSDB/PTB

Presentes de Sergipe: 2**BAHIA**

Haroldo Lima PCdoB PSB/PCdoB
Waldir Pires PT

Presentes da Bahia: 2**MINAS GERAIS**

Aécio Neves PSDB PSDB/PTB
Carlos Melles PFL
Custódio Mattos PSDB PSDB/PTB
Glycon Terra Pinto PMDB PMDB/PST/PTN
Ibrahim Abi-Ackel PPB
Marcos Lima PMDB PMDB/PST/PTN
Maria do Carmo Lara PT
Rafael Guerra PSDB PSDB/PTB

Presentes de Minas Gerais: 8**RIO DE JANEIRO**

Almerinda de Carvalho PFL
Ayrton Xeréz PPS
Cornélio Ribeiro PDT
Coronel Garcia PSDB PSDB/PTB
Eurico Miranda PPB
Luís Eduardo PDT
Luiz Ribeiro PSDB PSDB/PTB
Mattos Nascimento PST PMDB/PST/PTN

Presentes do Rio de Janeiro: 8**SÃO PAULO**

André Benassi PSDB PSDB/PTB
Antonio Kandir PSDB PSDB/PTB
Antonio Palocci PT
Ary Kara PPB
Emerson Kapaz PPS
Jorge Tadeu Mudalen PMDB PMDB/PST/PTN
José de Abreu PTN PMDB/PST/PTN
José Machado PT
Lamartine Posella PMDB PMDB/PST/PTN
Maluly Netto PFL
Medeiros PFL
Moreira Ferreira PFL
Paulo Lima PMDB PMDB/PST/PTN
Robson Tuma PFL
Vadão Gomes PPB
Valdemar Costa Neto PL PL/PSL

Presentes de São Paulo: 16**MATO GROSSO**

Pedro Henry PSDB PSDB/PTB
Teté Bezerra PMDB PMDB/PST/PTN

Presentes de Mato Grosso: 2**DISTRITO FEDERAL**

Agnelo Queiroz PCdoB PSB/PCdoB
Paulo Octávio PFL

Presentes do Distrito Federal: 2

GOIÁS

Lúcia Vânia PSDB PSDB/PTB
Roberto Balestra PPB

Presentes de Goiás: 2**MATO GROSSO DO SUL**

Marisa Serrano PSDB PSDB/PTB

Presente do Mato Grosso do Sul: 1**PARANÁ**

Alex Canziani PSDB PSDB/PTB
Osmar Serraglio PMDB PMDB/PST/PTN

Presentes do Paraná: 2**SANTA CATARINA**

Luci Choinacki PT

Presente de Santa Catarina: 1**RIO GRANDE DO SUL**

Esther Grossi PT
Germano Rigotto PMDB PMDB/PST/PTN
Henrique Fontana PT
Paulo José Gouvêa PL
Paulo Paim PT
Synval Guazzelli PMDB PMDB/PST/PTN

Presentes de Rio Grande do Sul: 6*DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES:***RORAIMA**

Airton Cascavel PPS
Alceste Almeida PMDB PMDB/PST/PTN
Almir Sá PPB
Francisco Rodrigues PFL
Luciano Castro PFL
Luis Barbosa PFL
Robério Araújo PL PL/PSL

Total de Ausentes: 7**AMAPÁ**

Antonio Feijão PST PMDB/PST/PTN

Total de Ausente: 1**PARÁ**

Deusdeth Pantoja PFL
Elcione Barbalho PMDB PMDB/PST/PTN
Nícias Ribeiro PSDB PSDB/PTB
Valdir Ganzer PT

Total de Ausentes: 4**AMAZONAS**

Arthur Virgílio PSDB PSDB/PTB

Francisco Garcia PFL
José Melo PFL
Silas Câmara PTB PSDB/PTB

Total de Ausentes: 4**RONDÔNIA**

Confúcio Moura PMDB PMDB/PST/PTN
Marinha Raupp PSDB PSDB/PTB

Total de Ausentes: 2**ACRE**

João Tota PPB
Sérgio Barros PSDB PSDB/PTB

Total de Ausentes: 2**TOCANTINS**

Oswaldo Reis PMDB PMDB/PST/PTN

Total de Ausente: 1**MARANHÃO**

Antonio Joaquim Araújo PPB
Costa Ferreira PFL
Eliseu Moura PPB
Francisco Coelho PFL
Gastão Vieira PMDB PMDB/PST/PTN
Mauro Fecury PFL
Nice Lobão PFL
Paulo Marinho PFL
Pedro Novais PMDB PMDB/PST/PTN
Remi Trinta PST PMDB/PST/PTN
Roberto Rocha PSDB PSDB/PTB

Total de Ausentes: 11**CEARÁ**

Moroni Torgan PFL
Nelson Otoch PSDB PSDB/PTB

Total de Ausentes: 2**PIAUI**

Ciro Nogueira PFL
João Henrique PMDB PMDB/PST/PTN

Total de Ausentes: 2**RIO GRANDE DO NORTE**

Ana Catarina PMDB PMDB/PST/PTN
Iberê Ferreira PPB
Laire Rosado PMDB PMDB/PST/PTN

Total de Ausentes: 3**PARAÍBA**

Avenzoar Arruda PT
Damião Feliciano PMDB PMDB/PST/PTN
Domiciano Cabral PMDB PMDB/PST/PTN

Efraim Morais PFL
 Enivaldo Ribeiro PPB
 Ricardo Rique PSDB PSDB/PTB
 Wilson Braga PFL

Total de Ausentes: 7

PERNAMBUCO

Antônio Geraldo PFL
 Clementino Coelho PPS
 Joel de Hollanda PFL
 José Chaves PMDB PMDB/PST/PTN
 José Mendonça Bezerra PFL
 José Múcio Monteiro PFL
 Luciano Bivar PSL PL/PSL
 Luiz Piauhyllino PSDB PSDB/PTB
 Osvaldo Coelho PFL

Total de Ausentes: 10

ALAGOAS

Albérico Cordeiro PTB PSDB/PTB
 Helenildo Ribeiro PSDB PSDB/PTB
 Luiz Dantas PST PMDB/PST/PTN
 Olavo Calheiros PMD PMDB/PST/PTN

Total de Ausentes: 4

SERGIPE

Cleonânicio Fonseca PPB

Total de Ausente: 1

BAHIA

Aroldo Cedraz PFL
 Claudio Cajado PFL
 Coriolano Sales PMDB PMDB/PST/PTN
 Francistônio Pinto PMDB PMDB/PST/PTN
 Geddel Vieira Lima PMDB PMDB/PST/PTN
 Gerson Gabrielli PFL
 Jaime Fernandes PFL
 Jairo Azi PFL
 Jonival Lucas Junior PFL
 José Rocha PFL
 José Ronaldo PFL
 Nelson Pellegrino PT
 Nilo Coelho PSDB PSDB/PTB
 Walter Pinheiro PT
 Yvonilton Gonçalves PPB

Total de Ausentes: 15

MINAS GERAIS

Bonifácio de Andrada PSDB PSDB/PTB
 João Magalhães PMDB PMDB/PST/PTN
 Maria Elvira PMDB PMDB/PST/PTN
 Ronaldo Vasconcellos PFL
 Virgílio Guimarães PT
 Walfrido Mares Guia PTB PSDB/PTB
 Zaire Rezende PMDB PMDB/PST/PTN
 Zezé Perrella PFL

Total de Ausentes: 8

ESPÍRITO SANTO

Magno Malta PTB PSDB/PTB

Total de Ausente: 1

RIO DE JANEIRO

Alcione Athayde PPB
 Antonio Carlos Biscaia PT
 Carlos Santana PT
 Eber Silva PDT
 João Mendes PMDB PMDB/PST/PTN
 Jorge Wilson PMDB PMDB/PST/PTN
 José Carlos Coutinho PFL
 Laura Carneiro PFL
 Roberto Jefferson PTB PSDB/PTB
 Ronaldo Cezar Coelho PSDB PSDB/PTB
 Rubem Medina PFL
 Vivaldo Barbosa PDT
 Warderley Martins PDT

Total de Ausentes: 13

SÃO PAULO

Aldo Rebelo PCdoB PSB/PCdoB
 Celso Russomanno PPB
 Delfim Netto PPB
 Iara Bernardi PT
 Jair Meneghelli PT
 João Hermann Neto PPS
 João Paulo PT
 Milton Monti PMDB PMDB/PST/PTN
 Telma de Souza PT

Total de Ausentes: 9

MATO GROSSO

Lino Rossi PSDB PSDB/PTB

Total de Ausente: 1

GOIÁS

Euler Morais PMDB PMDB/PST/PTN
 Ronaldo Caiado PFL
 Zé Gomes da Rocha PMDB PMDB/PST/PTN

Total de Ausentes: 3

MATO GROSSO DO SUL

Flávio Derzi PMDB PMDB/PST/PTN
Pedro Pedrossian PFL
Total de Ausentes: 2

PARANÁ

Hermes Parcianello PMDB PMDB/PST/PTN
Max Rosenmann PSDB PSDB/PTB
Padre Roque PT
Total de Ausentes: 3

SANTA CATARINA

Edinho Bez PMDB PMDB/PST/PTN
Gervásio Silva PFL
Total de Ausentes: 2

RIO GRANDE DO SUL

Adão Pretto PT
Cezar Schirmer PMDB PMDB/PST/PTN
Fernando Marroni PT
Nelson Proença PMDB PMDB/PST/PTN
Pompeo de Mattos PDT
Valdeci Oliveira PT
Waldomiro Fioravante PT
Yeda Crusius PSDB PSDB/PTB
Total de Ausentes: 8

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda) - Encerro a sessão, designando para amanhã, quarta-feira, dia 1º-3, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 1º de março de 2000 (Quarta-feira)

ORDEM DO DIA (ÀS 16 HORAS)

RITO ESPECIAL (Artigo 191, I, c/c art. 202 do Regimento Interno)

Continuação da Votação

1 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96-B, DE 1992 (DO SR. HÉLIO BICUDO)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 96-A, de 1992, que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário, tendo pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade (Relator: Sr. Luiz Carlos Santos), e da Comissão Especial, pela aprovação, com substitutivo desta e das Propostas de Emenda à Constituição nºs 112-A/95, 500-A/97 e 368-A/95, apensadas, pela admissibilidade de todas as emendas apresentadas na Comissão e, no mérito, pela aprovação das de nºs 1/95, 2/95 e 4/95 (apresentadas na legislatura anterior) e das de nºs 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 44 e 45, pela rejeição das Propostas de Emenda à Constituição nºs 127-A/95 e 215-A/95, apensadas, e das emendas nºs 3/95 (apresentada na legislatura anterior) e 4, 6, 17, 22, 23, 25, 30, 32, 34, 38 e 41, nos termos do parecer da Relatora, que apresentou complementação e reformulação parcial de voto. Apresentaram votos em separado o Deputado Antônio Carlos Becaia e, em conjunto, os Deputados Marcelo Déda, José Dirceu, Waldir Pires, Nelson Pellegrino, Antônio Carlos Becaia, José Pimentel, Paulo Rocha e Padre Roque. Foram aprovados os destaques de nºs 247, 72, 79, 296, 70, 51, 281, 296, 42, 33, 263, 27, 86, 238, 187, 87, 32, 149, 73 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados Luiz Antônio Fleury e Renato Vianna, rejeitados os de nºs 297, 291, 251, 23, 220, 82, 155, 50, 292, 295, 293, 256, 283, 221, 177, 184, 286, 25, 216, 218, 162, 200, 218,

240, 201, 274, 217, 248, 101 e os destaques dos relatórios parciais dos Deputados José Roberto Batocho e Ibrahim Abi-Ackel, e prejudicados os de nºs 156, 38, 40, 241, 71, 83, 37, 86, 154, 13, 134, 112, 208, 24, 280, 212, 213, 211, 113, 210, 34, 78, 111 e 59 (Relatora: Srª Zuleia Cobra)

3

AVISOS
PROPOSIÇÕES EM FASE DE RECEBIMENTO DE EMENDAS OU RECURSOS

I - EMENDAS

II - RECURSOS

1. CONTRA APECIAÇÃO CONCLUSIVA DE COMISSÃO (ART. 24, II) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO (ART. 58, § 1º) INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (ART. 58, § 3º combinado com Art. 132, § 2º)

12 - COM PARECERES, QUANTO AO MÉRITO, CONTRÁRIOS (ART. 133)

PROJETOS DE LEI

Nº 2.035/91 (BENADO FEDERAL) - Dispõe sobre a mérito emergente nacional no plano pluriplenal, e dá outras providências
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 462/95 (NEWTON CARDOZO) - Revoga o parágrafo 4º do artigo 2º da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização e dá outras providências. E suas apensadas: PLS nºs 473/95, do Dep. Socorro Gomes; 780/95, do Dep. José Priante; 1.327/95, do Dep. Nelson Marchezan; 1715/95, do Dep. Cunha Bueno; 1.882/95, do Dep. Sarney Filho; 1.994/95, do Dep. Antônio Aurélio; 2.261/95, do Dep. João César; e 2.716/97, do Dep. Haroldo Sabóia
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 1.786/96 (CUNHA BUENO) - Dispõe sobre a desestatização das empresas do setor elétrico e suas apensadas. PLS nºs 2.441/96, do Dep. Cunha Bueno; 2.442/96, do Dep. Cunha Bueno; 2.462/96, do Dep. Cunha Bueno; e 2.474/96, do Dep. Cunha Bueno
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 2.774/97 (PAULO ROCHA) - Da nova redação ao art. 190 da Constituição da Lei do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto nº 5.482, de 1º de maio de 1943. E suas apensadas. PLS nºs 1.171/99, do Dep. Paulo Paim; e 1.855/99, do Dep. Medeiros
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 1.134/99 (ANTÔNIO CARLOS BISCAIA) - Dispõe sobre a efetivação de pagamentos e recebimentos de remuneração do trabalho e dos benefícios previdenciários efetivados mediante depósito bancário, por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 1.134/99 (SISFO RODRIGUES) - Dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas públicas de ensino fundamental e médio para filhos de pastores, missionários e sacerdotes de qualquer credo religioso
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

2. CONTRA PARECER TERMINATIVO DE COMISSÃO (ART. 54) SUJEITAS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO EM APRECIACÃO PRELIMINAR (ART. 144) PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO (ART. 58, § 1º) INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (ART. 58, § 3º combinado com Art. 132, § 2º)

2.2 PELA INADEQUAÇÃO FINANCEIRA E/OU ORÇAMENTÁRIA

PROJETOS DE LEI

Nº 566/95 (COURAQUE SOBRINHO) - Estabelece incentivo fiscal às empresas que possuam empregados com mais de 40 (quarenta) anos de idade e dá outras providências. E suas apensadas: PLS nºs 672/95, do Dep. Marquinho Chedi; 893/95, do Dep. Gonzaga Pinheiro; 950/95, do Dep. Sérgio Ressein; 1.255/95, do Dep. José Coimbra; 2.014/96, do Dep. Wilson Leão; 2.074/96, do Dep. Lima Netto; 2.132/96, do Dep. Lide; e 2.897/97, do Dep. Antônio do Valle; e 2.826/97, do Dep. Wiggberto Tartuce.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 2.259-C/98 (DOMINGOS LEONELLI) - Institui, nas convenções e nos acordos coletivos de trabalho, o contrato de Primeiro Emprego.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 4.547/98 (JOÃO MENDES) - Dispõe sobre a política de incentivo ao primeiro emprego.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

ÚLTIMA SESSÃO 02-03-00

Nº 3.834/97 (LUIZ MÁXIMO) - Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.482, de 1º de maio de 1943, estabelecendo a improrrogabilidade da presença do advogado nas ações trabalhistas e fixando critérios para determinação de honorários advocatícios. E seu apensado: PL nº 4.617/98, do Dep. Rami Thiria
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 4.830/98 (MAX ROSENMANN) - Autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Zoológicos e dá outras providências
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 257/98 (JOSÉ PIMENTEL) - Altera o art. 815 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, a fim de estabelecer a prorrogação de acordo ou convenção coletiva enquanto não for celebrado novo instrumento normativo
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 362/98 (DAMIÃO FELICIANO) - Modifica os arts. 140, inciso I, e 291, caput, da Lei nº 9.503, de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, de maneira a permitir aos maiores de dezesseis anos a habilitação para conduzir veículos automotores. E seu apensado: PL nº 1.806/99, do Dep. Rubens Bueno
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 802/98 (YEDA CRUSIUS) - Autoriza a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Alunos e dá outras providências. E seu apensado: PL nº 1.341/99, do Dep. Freire Junior.
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 1.074/98 (EDUARDO FAEB) - Inclui novo dispositivo na Lei nº 9.491, de 08 de setembro de 1997
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

Nº 1.131/98 (VIC PINES FRANCO) - Dispõe sobre a inclusão obrigatória de seu inciso III e a Cidadania nos currículos escolares dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, das redes públicas e privadas em todo o País
DECURSO: 4ª SESSÃO
ÚLTIMA SESSÃO: 02-03-00

**RELAÇÃO DE DEPUTADOS INSCRITOS PARA O
GRANDE EXPEDIENTE
- Março de 2000 -**

01 4ª-feira	15:00 Bispo Wanderval 15:25 Raimundo Gomes de Matos
02 5ª-feira	15:00 Ursicino Queiroz 15:25 Paulo Mourão
03 6ª-feira	10:00 Sérgio Novais 10:25 Paulo Kobayashi 10:50 Joaquim Francisco 11:15 Inácio Arruda 11:40 Renildo Leal 12:05 Eduardo Campos 12:30 Luiz Bittencourt 12:55 Joel de Holanda 13:20 Paulo Octávio
09 5ª-feira	10:00 Júlio Delgado 10:25 José Aleksandro
10 6ª-feira	10:00 Silas Câmara 10:25 Sampaio Dória 10:50 Sérgio Miranda 11:15 Zaire Rezende 11:40 Vanessa Grazziotin 12:05 Pedro Bittencourt 12:30 José Chaves 12:55 José Carlos Vieira 13:20 Osmani Pereira
13 2ª-feira	15:00 Rubens Bueno 15:25 Nelson Marquezelli 15:50 Edinho Bez 16:15 Manoel Castro
	16:40 Ronaldo Vasconcelos 17:05 João Caldas 17:30 Julio Semeghini 17:55 Angela Guadagnin 18:20 Antonio Carlos Biscala
14 3ª-feira	15:00 Sivaldo Guazzelli 15:25 Luiz Sérgio
15 4ª-feira	15:00 João Coser 15:25 Marcos de Jesus
16 5ª-feira	15:00 José Pimentel 15:25 Dr. Rosinha
17 6ª-feira	10:00 Paudemey Avelino 10:25 Jaime Martins 10:50 Darci Coelho 11:15 Antonio Joaquim Araújo 11:40 Cesar Bandeira 12:05 Miriam Reid 12:30 Djalma Paes 12:55 Carlos Dunga 13:20 Márcio Reinaldo Moreira
20 2ª-feira	15:00 B. Sa 15:25 Themístocles Sampaio 15:50 Henrique Fontana 16:15 Neuton Lima 16:40 José Genoino 17:05 Haroldo Lima 17:30 Ney Lopes 17:55 Dr. Benedito Dias 18:20 Jurandil Juarez
21 3ª-feira	15:00 Ricardo Ferraço 15:25 José Dorceu
22 4ª-feira	15:00 José Machado 15:25 Avenzoer Arruda
23 5ª-feira	15:00 Conrado Sales 15:25 Bispo Rodrigues

24 6ª-feira	10:00 Lamartine Posella 10:25 Telma de Souza 10:50 Luiz Antonio Fleury 11:15 Pompeo de Mattos 11:40 Ricardo Noronha 12:05 Professor Luizinho 12:30 Gonzaga Pinóta 12:55 Nicias Ribeiro 13:20 Nilton Capixaba
27 2ª-feira	15:00 Dr. Eytáso 15:25 Sérgio Reis 15:50 Oscar Andrade 16:15 Osvaldo Reis 16:40 Mauro Benevides 17:05 Regis Cavalcante 17:30 Wellington Dias 17:55 Carilo Merss 18:20 Waldomiro Fioravante
28 3ª-feira	15:00 Félix Mendonça 15:25 Fernando Ferro
29 4ª-feira	15:00 Marisa Serrano 15:25 Marcos Rolim
30 5ª-feira	15:00 Iberê Ferreira 15:25 Reginaldo Germano
31 6ª-feira	10:00 Paes Landim 10:25 Saulo Pedrosa 10:50 Gastão Vieira 11:15 Marcos Cintra 11:40 Luiz Fernando 12:05 Antonio Palocci 12:30 Luci Choinack 12:55 Lino Rossi 13:20 Luiz Prathyino

I - COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**COMISSÃO ESPECIAL
PEC 472-D/97
REGULAMENTAÇÃO DE MEDIDAS
PROVISÓRIAS**

Local: Plenário 3, Anexo II
Horário: 10 horas

Elaboração do roteiro de trabalho.

AVISO

**PROPOSIÇÕES EM FASE DE
RECEBIMENTO DE EMENDAS (10
SESSÕES)**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
(Art. 202, § 3º)**

**Decurso: 4ª Sessão
Última sessão: 13.03.00**

SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL à Proposta de Emenda à Constituição nº 472-B, de 1997, que "altera dispositivos dos arts 48, 62 e 64 da Constituição Federal, e dá outras providências"

RELATOR: Deputado ROBERTO BRANT

**COMISSÃO ESPECIAL
PEC 175-A/95
REFORMA TRIBUTÁRIA**

Local: Plenário 4, Anexo II
Horário: 14 horas

Continuação da votação dos destaques.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 175-A, DE 1995 - do Poder Executivo (MSC Nº 888/95) - que "altera o Capítulo do Sistema Tributário Nacional". (Apendices às PECs nºs 14-A/95, 46-A/95, 47-A/95, 38-A/95, 106-A/95, 124-A/95, 176-A/95, 440-A/96, 559-A/97, 502-A/98 e 8-A/99).
RELATOR: Deputado MUSSA DEMES.
PARECER: favorável, com substitutivo.

CPI - MEDICAMENTOS

Local: Plenário 7, Anexo II
Horário: 9 horas

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

PAUTA: Apreciação de Requerimentos sobre os quais não haja divergências.

Local: Plenário 7, Anexo II
Horário: 10 horas

RÉUNIÃO ORDINÁRIA

PAUTA: Apreciação de Requerimentos sobre quebra de sigilo.

Local: Plenário 7, Anexo II
Horário: 10h30min

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convidado:
Ex-Deputado ELIAS MURAD

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.)

ATOS DO PRESIDENTE

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve exonerar, de acordo com o artigo 35 item I, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ROSA MARINA NEOFITI, ponto nº 13.334, do cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Gabinete do Terceiro-Secretário.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, ALESSANDRY MACEDO DE MEDEIRO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, ANA LÚCIA DIAS PALÁCIO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, ANA MARIA RIBEIRO DE

ALMEIDA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, ANDERSON CARVALHO PORTELLA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, CRISTIANO DE SOUZA BERNARDO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990 e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, DANIEL CAETANO, para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, DARLENE ALMEIDA DORNELIS para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, EDSON CORREIA DA SILVA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, EVALDO PEREIRA RIBEIRO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I,

alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada GLAUCIA JORGE DIB para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, HUMBERTO FERNANDES GARCIA, para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, JOSÉ CARLOS VIEIRA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, JOSÉ LOURENÇO MEIRA VASCONCELOS JÚNIOR para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara

dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, JOSÉ MARTINS LOPES, para exercer, no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, o cargo de Secretário Particular, CNE-9, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, transformado pelo art. 2º do Ato da Mesa nº 15, de 26 de maio de 1987, combinado com o Ato da Mesa nº 47, de 7 de outubro de 1992.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, KELLY PESSOA DE OLIVEIRA E SILVA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MANFRED RODRIGUES CORDEIRO para exercer, no Gabinete do Terceiro-Secretário, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto B, CNE-11, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 13 de março de 1996, combinado com o parágrafo único do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 24 de fevereiro de 1999.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o art. 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do art. 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARA DE OLIVEIRA KENUPP para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 24 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARCOS MARTINS MACHADO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIA ALCIONE BARROS SANTOS para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIA DA CONCEIÇÃO

DA COSTA MOURA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIA DAS DORES DOS SANTOS ROCHA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIA DE FÁTIMA FREITAS LIMA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIA DE FÁTIMA SILVA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIA IVONILDE DOS REIS SILVA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARIELLA CARDOSO ADJUNTO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARILENE DE CASTRO TERTO VII-AS BOAS para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I,

alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MARLENICE BETO CARDOSO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MÉRCIA MARIA DE ALBUQUERQUE GRANJA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, MILTON MARQUES DE ARAÚJO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente.

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, ROSAMARY APARECIDA GONÇALVES LEMES para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo

de Assistente Técnico de Gabinete adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, REGIANE MIRELLE DE MELLO para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, REGINICE HAIANI DIONISIO MACEDO SANTOS para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete Adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea **a**, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, SELMA LEME DA SILVA OLIVEIRA para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assistente Técnico de Gabinete adjunto D, CNE-15, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente

O Presidente da Câmara dos Deputados, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, item I, alínea a, do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, e o artigo 6º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve nomear, na forma do artigo 9º, item II, da Lei nº 8.112, citada, **SHIRLEY CRISTINA MONTEIRO** para exercer, no Gabinete do Líder do Partido Social Liberal, o cargo de Assessor Técnico Adjunto D, CNE-14, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, criado pelo Ato da Mesa nº 34, de 24 de fevereiro de 2000.

Câmara dos Deputados, 29 de fevereiro de 2000. – **Michel Temer**, Presidente

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 1.737 DE FEVEREIRO DE 2000.**

(Do Sr. Fernando Ferro)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a fragilidade da base de dados cadastral da Receita Federal

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que ouvida a Mesa, seja solicitado ao Sr. Ministro da Fazenda esclarecimentos sobre a segurança do Sistema de Informação da Receita Federal.

Justificação

A notícia de que dados da base cadastral da Receita Federal haviam sido roubados propiciando vazamento de sobre o sigilo fiscal de milhões de contribuintes deixa a sociedade insegura quanto a função do Governo de resguardar informações de caráter individual que o contribuinte fornece à Receita Federal.

Mais grave se apresenta a notícia visto que tal fato era de conhecimento do titular da Receita que não comunicou a este parlamento quando da solicitação de quebra de sigilo fiscal quando das solicitações da CPI do Narcotráfico.

Outrossim, solicitamos esclarecimentos quanto às providências tomadas no passado e para o futuro com respeito à possível comercialização desses dados cadastrais referentes a 17 milhões de contribuintes feitas, segundo matéria anexa, pelo Sr. Hefferson Festa Perez.

Peço a V. Exª urgência no encaminhamento deste requerimento visto a seriedade com que o assunto deve ser tratado. – Deputado **Fernando Ferro**, PT/PE.

Agência Estado

RECEITA INVESTIGA ROUBO DE DADOS

Brasília – A Receita Federal sabia desde meados do anos passado que dados de sua base cadastral haviam sido roubados. A área de Inteligência do órgão vinha investigando o caso, em colaboração com a polícia, e ajudou a montar o flagrante que levou à prisão de Jefferson Festa Perez, que vinha comercializando os dados cadastrais de 17 milhões de contribuintes.

O coordenador operacional de Tecnologia e Sistemas de Informação da Receita, Vitor Marcos Almeida Machado, disse que uma investigação interna para saber quem vazou as informações protegidas por sigilo fiscal só será aberta se a polícia constatar que a origem dos dados foi mesmo a Receita. Ele explicou que as informações podem ter sido roubadas também do Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), cujos computadores concentram todas as informações das declarações do Imposto de Renda.

Segundo Machado, os dados roubados são relativos ao ano de 1996. Depois dessa data, segundo explicou, diversas medidas na área tecnológica foram adotadas, de modo que a base de dados da Receita, hoje, é segura.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro; **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 1.738, DE 2000**

(Do Deputado Valdir Ganzer)

Solicito informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário a respeito dos cadastros de propriedades cancelados pelo Incra nos estados da região Norte.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado, ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, pedido de informações a respeito dos

cadastros de propriedades cancelados pelo Incra. Solicitamos especificamente:

1 – Listagem de todas as propriedades cujo cadastro foi cancelado pelo Incra nos últimos 12 meses, em cada um dos estados da região Norte. Para cada cadastro cancelado solicitamos discriminar o nome do titular, a data de cancelamento, a localização precisa da área e a área em hectares.

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo esclarecer quais propriedades tiveram seu cadastro junto ao Incra cancelado.

Diante dos inúmeros conflitos agrários da região amazônica, que envolvem populações tradicionais, agricultores familiares e fazendeiros, as informações solicitadas são fundamentais para dar subsídio aos processos de disputa por áreas sob suspeita de grilagem. Diante do exposto e com o objetivo de cumprir plenamente o papel fiscalizador do Poder Legislativo, considero as informações acima solicitadas fundamentais para o acompanhamento dos fatos pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado Federal **Valdir Ganzer**, PT/PA.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.740, DE 2000

(Do Sr. Fernando Coruja)

Solicito informações ao Sr. Secretário de Comunicação do Governo – Dr. Angelo Andrea Matarazzo.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª, que seja encaminhado ao Exmo Sr. Angelo Andrea Matarazzo – Secretário de Comunicação do Governo, o seguinte pedido de informações:

Tendo em vista as denúncias de jornais de grande circulação nacional sobre gastos com publicidade, solicito as seguintes informações:

a) Gastos com publicidade no ano de 1999, discriminados por ministérios, secretarias e estatais.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Fernando Coruja**

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.741, DE 2000

(Do Sr. Fernando Coruja)

Solicito informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento – Dr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª, que seja encaminhado ao Exmo Sr. Marcus Vinicius Pratini de Moraes – Ministro de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o seguinte pedido de informações:

No Município de Lages – SC, no bairro morro do posto, a Embrapa possui uma área de terra que segundo informações está cedida a Epagri (estatal catarinense). Tendo em vista que a área situa-se no centro urbano da cidade dificultando o seu desenvolvimento, o município tem interesse nesta área.

Tendo por objetivo saber da real situação do terreno, solicito as seguintes informações:

- a) se a Embrapa possui escritura da área;
- b) se realmente a área está cedida a Epagri – SC;
- c) se está cedida, solicito cópia da documentação.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Fernando Coruja**.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 1.742, DE 2000**

(Do Sr. Fernando Coruja)

Solicito informações ao Sr. Ministro de Estado da Saúde – Dr. José Serra.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento interno, solicito a V. Exª, que seja encaminhado ao Exmo Sr. José Serra – Ministro de Estado da Saúde, o seguinte pedido de informações:

Tendo em vista as incidências de novos casos de febre amarela no País, solicito as seguintes informações:

a) Qual o número de casos de febre amarela notificados em 1999?

b) Os casos notificados são: silvestres ou urbanos?

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Fernando Coruja**.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO
Nº 1.743 DE 2000**

(Do Sr. Deputado José Carlos Coutinho)

“Solicito informação do Sr. Ministro dos Transportes quanto as providências que tem sido tomadas para a melhoria da pavimentação e obras da BR-101.”

Senhor Presidente,

Requero a V. Exª, com base no art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro dos Transportes sobre as obras de melhorias e pavimentação na BR-101 no Estado do Rio de Janeiro.

Justificação

Há pouco tempo estivemos em audiência com o Exmº Sr. Ministro dos Transportes, Dr. Eliseu Padilha, cobrando do Governo Federal um posicionamento quanto às melhorias que se fazem necessárias na BR-101. O DNER realizou recentemente obras que amenizaram os problemas dos constantes engarrafamentos, além disso, nos foi anunciado, para o primeiro semestre deste ano, a realização de tomada de preços para restauração da Av. do Contorno e do trecho entre Manilha e Duques. Vale lembrar, que a rodovia é o principal canal de escoamento da economia do antigo Estado do Rio e que hoje encontra-se sufocado em razão do desleixo, do desinteresse criminoso das autoridades federais.

Diante dos fatos acima mencionados, requeiro que seja encaminhado por meio da Mesa, pedido de informação ao Ministério dos Transportes quanto às providências que tem sido tomadas no sentido de sanar tais problemas na BR-101.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **José Carlos Coutinho**, PFL – RJ.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Dep. **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 1.744, DE 2000**

(Do Sr. Gustavo Fruet)

**Solicita informações ao Sr. Ministro
da Fazenda a respeito da dívida do Município
de Curitiba (PR).**

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex^a, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro da Fazenda, com o objetivo de esclarecer esta Casa quanto ao seguinte:

- 1) o montante total da dívida do Município de Curitiba (PR);
- 2) os credores desse débito, com os respectivos valores;
- 3) quais os itens não acompanhados pelo Banco Central, entre as possibilidades de endividamento dos municípios.

Justificação

Em reportagens publicadas recentemente, o Município de Curitiba foi enumerado entre os mais endividados do País, situando-se como a terceira capital, em volume de débitos – aproximadamente 650 milhões de reais –, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Trata-se de informação preocupante, principalmente quando se considera que mais de 80% dessa dívida, segundo a imprensa, diz respeito a operações realizadas junto a instituições bancárias – com encargos certamente bem mais onerosos do que os de recursos do Tesouro ou obtidos junto a instituições internacionais de fomento.

Em um momento em que o Congresso Nacional examina diversas propostas governamentais destinadas a produzir um superávit primário, e dado que tem sido prática corriqueira a federalização de débitos estaduais e municipais, parece desejável que esta Casa examine com atenção o que se passa nas contas das administrações municipais mais importantes do País, até como forma de orientar-se, para votar o Orçamento ou avaliar a atuação do Governo Federal e a eficácia de suas políticas públicas.

Em vista do esforço de estabilização fiscal que a sociedade brasileira vem empreendendo nos últimos anos, com efeito, o endividamento público de uma cidade do porte de Curitiba deixa de ser um problema

local, ou regional, e passa a interferir na economia de todo o País.

Creio justificar-se, assim, o interesse desta Casa em receber os dados oficiais do Banco Central do Brasil a respeito do montante do endividamento curitibano, e também do perfil dessa dívida, motivo por que solicito o encaminhamento do presente Requerimento de Informações ao Sr. Ministro da Fazenda.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. –
Deputado **Gustavo Fruet**.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. –
Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES
Nº 1.745, de 2000**

Senhor Presidente,

Notícias divulgadas pela imprensa nacional informam que o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), concedeu financiamento da ordem de US\$129 milhões para a construção de um aqueduto de 290 Km na República Dominicana, empreendimento que irá irrigar a região mais seca daquele país, beneficiando 700 mil famílias e gerando 6.500 empregos diretos e indiretos. As mesmas notícias informam que referida obra está a cargo de uma empreiteira brasileira.

A despeito do grande volume de recursos que, segundo consta, o BNDES estaria desembolsando nesse empreendimento na República Dominicana, o banco tem freqüentemente negado financiamento às micro, pequenas e médias empresas brasileiras que a ele recorrem na tentativa de obtenção de empréstimos a juros suportáveis.

Com o Brasil vivendo um período de recessão, o desemprego aumentando e as falências de empresas nacionais se multiplicando, não se pode admitir que um banco público lance mão de dinheiro do contribuinte para financiar projetos que irão gerar empregos, renda, progresso e desenvolvimento em outra nação,

por mais estreitas que sejam as relações de amizade entre os dois países.

Os recursos do BNDES são, em sua maior parte, proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e devem ser utilizados em benefício do trabalhador brasileiro, assegurando-lhe oportunidade de emprego e de melhoria de sua renda. Nos últimos tempos porém, os maiores destinatários desses recursos tem sido grandes grupos econômicos estrangeiros, a quem o BNDES tem contemplado com vantajosos e mal explicados empréstimos para que adquiriram estatais brasileiras que estão sendo privatizadas. Tais grupos, via de regra, tão logo assumem as ex-estatais, passam a demitir funcionários, ampliando os já absurdos índices de desemprego do País. Desta forma, os recursos do BNDES, provenientes do Fundo do Amparo ao Trabalhador e de outras contribuições sociais, estão sendo utilizados para financiar a demissão do próprio trabalhador brasileiro e para ampliar os lucros de empresas estrangeiras.

A informação de que o BNDES tem lançado mão desses recursos também para financiar projetos em outros países é da maior gravidade e, se comprovada, exigirá que o Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior preste contas ao Congresso Nacional e à Nação sobre as razões do BNDES para financiar tal empreendimento em país estrangeiro e sobre os procedimentos legais obedecidos pelo banco para a concessão deste empréstimo.

Diante do exposto, com base no artigo 116, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, combinado com o Parágrafo 2º, do Artigo 50, da Constituição Federal, requero a V. Exª a expedição de ofício ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, Dr. Alcides Tápias, solicitando respostas para as seguintes questões:

1 – O BNDES concedeu algum tipo de empréstimo e/ou financiamento para a construção de um adequado ou qualquer outra obra na República Dominicana? Caso a resposta seja afirmativa, qual o valor e as condições desse empréstimo e/ou financiamento, quem são seus benefícios e quais os dispositivos legais que o justificam?

2 – Qual a empreiteira brasileira encarregada da construção do referido aqueduto na República Dominicana?

3 – O BNDES concedeu empréstimo e/ou financiamento para outros projetos executados ou em execução em outros países? Caso a resposta seja afirmativa, quais os projetos financiados, seus beneficiá-

rios, seus valores e as condições estabelecidas de cada empréstimo e/ou financiamento?

Sala das sessões da Câmara dos Deputados, 23 de fevereiro de 2000. – **Haroldo Lima** Deputado Federal.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes** Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em: 29-2-00 – Deputado **Heráclito Fortes** 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 1.746, DE 2000

(Do Deputado Valdir Ganzer)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Integração Nacional a respeito dos projetos aprovados pela Sudam, no período 1998 e 1999, no Estado do Pará.

Senhor Presidente,

Com fundamento no Art. 50, § 2º da Constituição Federal, e nos Arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro da Integração Nacional, pedido de informações a respeito dos projetos aprovados pela Sudam, no período 1998 e 1999. Solicitamos especificamente:

1 – Listagem de todos os projetos aprovados pela Sudam, no Estado do Pará, nos anos de 1998 e 1999. Para cada projeto aprovado discriminar o nome da empresa beneficiária, seu CGC, sua razão social e seu endereço; o nome da empresa responsável pela execução do projeto e seu endereço; nome do projeto; valor do projeto em reais e em dólares da época da liberação; local de implantação do projeto constando município (s); data da liberação do recurso.

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo esclarecer a destinação pelo Ministério da Integração Nacional de Recursos da Sudam.

Tais recursos são bens públicos que devem ter destinação vinculada aos interesses públicos e cujos

atos administrativos devem ser revestidos de transparência e moralidade. Diante do exposto e com o objetivo de cumprir plenamente o papel fiscalizador do Poder Legislativo, considero as informações acima solicitadas fundamentais para o acompanhamento dos fatos pela Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – **Valdir Ganzer**, Deputado Federal PT – PA

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito**

Fortes, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.747, DE 2000

(Da Sra. Angela Guadagnin)

Solicita informações ao Sr. Ministro das Comunicações sobre a situação trabalhista de funcionários da antiga Telesp.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro das Comunicações o seguinte pedido de informações:

Considerando que, após o processo de privatização, temos recebido reclamações de desrespeito aos direitos trabalhistas de funcionários da antiga Telesp, julgamos necessário contar com os seguintes esclarecimentos:

- 1 – O edital de privatização da Telesp contemplou os direitos trabalhistas dos funcionários?
- 2 – Em caso afirmativo, quais direitos foram garantidos aos funcionários?
- 3 – Em caso de desrespeito aos direitos, quais as punições previstas?
- 4 – O Ministério das Comunicações e a Anatel têm fiscalizado o cumprimento das cláusulas estabelecidas?
- 5 – Caso não, quais os motivos do não acompanhamento?

Sala das Sessões, 23 fevereiro de 2000. – **Angela Guadagnin**, Deputada Federal.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em: 29-2-00. – Deputado **Heráclito**

Fortes, 1º Vice-Presidente, no Exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.749, DE 2000

(Do Sr. Pedro Celso)

solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco da Amazônia, sobre as linhas de crédito que especifica.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda este pedido de informações relativo às linhas de crédito do Banco da Amazônia, a seguir especificadas.

Lançado o Programa Brasil Empreendedor, em 5 de outubro de 1999, o Governo Federal tem divulgado informações que indicam um incremento na concessão de crédito destinado às empresas de micro, pequeno e médio porte, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal, que desenvolvem atividades industriais, agro-industriais, comerciais e de prestação de serviços, bem como às pessoas físicas que pretendem implantar negócio nas áreas referidas.

Dada a importância desse setor econômico brasileiro para a geração de emprego e renda e tendo em vista os altos índices de desemprego que grassam no País, cumpre a esta casa acompanhar amiúde o desenvolvimento das ações governamentais voltadas ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e ao estabelecimento de oportunidades para empreendedores do setor informal, a fim de contribuir efetivamente com propostas que possam aperfeiçoar os programas existentes, bem como buscar soluções efetivas para o problema do desemprego que aflige tantos brasileiros.

Assim sendo, apresento este requerimento, solicitando à autoridade competente o atendimento às seguintes informações:

1) Os programas Fnoexportação, Giro Puro, BNDES/Finame, Amazônia Fácil (Microcrédito), Proger Urbano/FAT (programação de Geração de Emprego e Renda), Prodetur, Prodesin, Proagrín e BNDES – Automático desenvolvidos por esse Banco da Amazônia integram o programa Brasil Empreendedor? Qual o objetivo, a finalidade e a data de implantação dos respectivos programas, bem como o seu alcance no tocante às médias, pequenas e microempresas, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal e às pessoas físicas que pretendam implantar negócio gerador de postos de trabalho?

2) Qual o número de operações de crédito mensalmente realizadas (recursos já liberados e recebidos pelo beneficiário do financiamento), com respectivos valores, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2000, especificado por programa (os citados no item 1)?

3) Essa instituição implantou outras linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas, às pessoas físicas que pretendam iniciar negócio gerador de postos de trabalho e aos empreendedores do setor informal, além das identificadas no item 1, para compor o Brasil Empreendedor? Em caso afirmativo, especificá-los e prestar as informações solicitadas nos itens 1 e 2 deste requerimento;

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Pedro Celso**, PT – DF.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.750, DE 2000

(Do Sr. Pedro Celso)

solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco do Brasil, sobre as linhas de crédito que especifica.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda este pedido de informações relativo às linhas de crédito do Banco do Brasil, a seguir especificadas.

Lançado o Programa Brasil Empreendedor, em 5 de outubro de 1999, o Governo Federal tem divulgado informações que indicam um incremento na concessão de crédito destinado às empresas de micro, pequeno e médio porte, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal, que desenvolvem atividades industriais, agro-industriais, comerciais e de prestação de serviços, bem como às pessoas físicas que pretendem implantar negócio nas áreas referidas.

Dada a importância desse setor econômico brasileiro para a geração de emprego e renda e tendo em vista os altos índices de desemprego que grassam no País, cumpre a esta casa acompanhar amiúde o desenvolvimento das ações governamentais voltadas ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e ao estabelecimento de oportunidades para empreendedores do setor informal, a fim de contribuir efetivamente com propostas que possam aperfeiçoar os programas existentes, bem como buscar soluções efetivas para o problema do desemprego que aflige tantos brasileiros.

Assim sendo, apresento este requerimento, solicitando à autoridade competente o atendimento às seguintes informações:

1) Os programas Mipem, Proger, Urbano, Mipem Investimento, BNDES Automático, Finame, FCO Empresarial, Setor Informal – FAT – Informativo, Profissional Liberal – FAT e BB Giro Rápido desenvolvidos por esse Banco do Brasil integram o programa Brasil Empreendedor? Qual o objetivo, a finalidade e a data de implantação dos referidos programas, bem como o seu alcance no tocante às médias, pequenas e microempres-

sas, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal e às pessoas físicas que pretendam implantar negócio gerador de postos de trabalho?

2) Qual o número de operações de crédito mensalmente realizadas (recursos já liberados e recebidos pelo beneficiário do financiamento), com respectivos valores, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2000, especificado por programa (os citados no item 1)?

3) Essa instituição implantou outras linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas, às pessoas físicas que pretendam iniciar negócio gerador de postos de trabalho e aos empreendedores do setor informal, além das identificadas no item 1, para compor o Programa Brasil Empreendedor? Em caso afirmativo, especificá-los e prestar as informações solicitadas nos itens 1 e 2 deste requerimento;

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. –
Deputado **Pedro Celso**, PT – DF.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. –
Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, *ad referendum* da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1.751, DE 2000 (Do Sr. Pedro Celso)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito da Caixa Econômica Federal, sobre as linhas de crédito que especifica.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Exce-

lência seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda este pedido de informações relativo às linhas de crédito da Caixa Econômica Federal, a seguir especificadas.

Lançado o Programa Brasil Empreendedor, em 5 de outubro de 1999, o Governo Federal tem divulgado informações que indicam um incremento na concessão de crédito destinado às empresas de micro, pequeno e médio porte, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal, que desenvolvem atividades industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, bem como às pessoas físicas que pretendem implantar negócio nas áreas referidas.

Dada a importância desse setor econômico brasileiro para a geração de emprego e renda e tendo em vista os altos índices de desemprego que grassam no País, cumpre a esta casa acompanhar ativamente o desenvolvimento das ações governamentais voltadas ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e ao estabelecimento de oportunidades para empreendedores do setor informal, a fim de contribuir efetivamente com propostas que possam aperfeiçoar os programas existentes, bem como buscar soluções efetivas para o problema do desemprego que aflige tantos brasileiros.

Assim sendo, apresento este Requerimento, solicitando à autoridade competente o atendimento às seguintes informações:

1) Os programas Girocaixa, Girocaixa Instantâneo, Proger Micro e Pequena Empresa, Proger Recém-Formados, Proger Autônomos, Proger Profissionais Liberais BNDES Automático e Poupança de Crédito Imobiliário desenvolvidos por essa instituição integram o programa Brasil Empreendedor? Qual o objetivo, a finalidade e a data de implantação dos respectivos programas, bem como o seu alcance no tocante às médias, pequenas e microempresas, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal e às pessoas físicas que pretendam implantar negócio gerador de postos de trabalho?

2) Qual o número de operações de crédito mensalmente realizadas (recursos já liberados e recebidos pelo beneficiário do financiamento), com respectivos valores, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2000, especificado por programa (os citados no item 1)?

3) Essa instituição implantou outras linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas, às pessoas físicas que pretendam iniciar negócio gerador de postos de trabalho e aos empreendedores do setor informal, além das identificadas no item 1, para compor o Brasil Empreendedor? Em caso afirmativo, especificá-los e prestar as informações solicitadas nos itens 1 e 2 deste Requerimento;

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Pedro Celso**, PT/DF.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.752, DE 2000

(Do Sr. Pedro Celso)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco do Nordeste do Brasil, sobre as linhas de crédito que especifica.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda este pedido de informações relativo às linhas de crédito do Banco do Nordeste do Brasil, a seguir especificadas.

Lançado o Programa Brasil Empreendedor, em 5 de outubro de 1999, o Governo Federal tem divulgado informações que indicam um incremento na concessão de crédito destinado às empresas de micro, pequeno e médio porte, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal, que desenvolvem atividades industriais, agroindustriais, comerciais e de prestação de serviços, bem como às pesso-

as físicas que pretendem implantar negócio nas áreas referidas.

Dada a importância desse setor econômico brasileiro para a geração de emprego e renda e tendo em vista os altos índices de desemprego que grassam no País, cumpre a esta casa acompanhar amiúde o desenvolvimento das ações governamentais voltadas ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e ao estabelecimento de oportunidades para empreendedores do setor informal, a fim de contribuir efetivamente com propostas que possam aperfeiçoar os programas existentes, bem como buscar soluções efetivas para o problema do desemprego que aflige tantos brasileiros.

Assim sendo, apresento este Requerimento, solicitando à autoridade competente o atendimento às seguintes informações:

1) Os programas PMPE (Programa de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Finame, BNDES Automático, Protrabalho – FAT, Proger – FAT – FNE, Credi-amigo e Industrial desenvolvidos por esse Banco do Nordeste do Brasil integram o programa Brasil Empreendedor? Qual o objetivo, a finalidade e a data de implantação dos referidos programas, bem como o seu alcance no tocante às médias, pequenas e microempresas, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal e às pessoas físicas que pretendam implantar negócio gerador de postos de trabalho?

2) Qual o número de operações de crédito mensalmente realizadas (recursos já liberados e recebidos pelo beneficiário do financiamento), com respectivos valores, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2000, especificado por programa (os citados no item 1)?

3) Essa instituição implantou outras linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas, às pessoas físicas que pretendam iniciar negócio gerador de postos de trabalho e aos empreendedores do setor informal, além das identificadas no item 1, para compor o Brasil Empreendedor? Em caso afirmativo, especificá-los e prestar as informações solicitadas nos itens 1 e 2 deste Requerimento;

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Pedro Celso**, PT/DF.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.753, DE 2000

(Do Sr. Pedro Celso)

Solicita informações ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sobre as linhas de crédito que especifica.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior este pedido de informações relativo às linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a seguir especificadas.

Lançado o Programa Brasil Empreendedor, em 5 de outubro de 1999, o Governo Federal tem divulgado informações que indicam um incremento na concessão de crédito destinado às empresas de micro, pequeno e médio porte, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal, que desenvolvem atividades industriais, agro-industriais, comerciais e de prestação de serviços, bem como às pessoas físicas que pretendem implantar negócio nas áreas referidas.

Dada a importância desse setor econômico brasileiro para a geração de emprego e renda e tendo em vista os altos índices de desemprego que grassam no País, cumpre a esta casa acompanhar amiúde o desenvolvimento das ações governamentais voltadas ao fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas e ao estabelecimento de oportunidades para empreendedores do setor informal, a fim de contribuir efetivamente com propostas que possam aperfeiçoar os programas existentes, bem como buscar soluções efetivas para o problema do desemprego que aflige tantos brasileiros.

Assim sendo, apresento este Requerimento, solicitando à autoridade competente o atendimento às seguintes informações:

1) Os programas Finame, BNDES Automático e Finame Leasing desenvolvidos por esse BNDES integram o programa Brasil Empreendedor? Qual o objetivo, a finalidade e a data de implantação dos respectivos programas, bem como o seu alcance no tocante às médias, pequenas e microempresas, formalmente constituídas, aos empreendedores do setor informal e às pessoas físicas que pretendam implantar negócio gerador de postos de trabalho?

2) Qual o número de operações de crédito mensalmente realizadas (recursos já liberados e recebidos pelo beneficiário do financiamento), com respectivos valores, no período de janeiro de 1999 a fevereiro de 2000, especificado por programa (Finame, BNDES Automático e Finame Leasing)?

3) Essa instituição implantou outras linhas de crédito destinadas às micro, pequenas e médias empresas, às pessoas físicas que pretendam iniciar negócio gerador de postos de trabalho e aos empreendedores do setor informal, além das identificadas no item 1, para compor o Brasil Empreendedor? Em caso afirmativo, especificá-los e prestar as informações solicitadas nos itens 1 e 2 deste Requerimento;

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Pedro Celso**, PT/DF.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**Nº 1.754, DE 2000**

(Do Sr. Wellington Dias)

Requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda acerca do Processo de Federalização do Banco do Estado do Piauí S.A.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeiro, com base no § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sejam solicitados ao Senhor Ministro da Fazenda, no âmbito do Banco Central do Brasil, as seguintes informações, com relação ao processo de federalização do Banco do Estado do Piauí S.A. – BEP:

a) Quando se dará a execução do processo de federalização e início do processo de saneamento do Banco do Estado do Piauí S.A. (dia, mês, ano)?

b) Serão designados diretores do Banco Central do Brasil somente ou haverá a presença de representação do Estado do Piauí neste processo?

c) Está previsto, no caso de privatização do Banco do Estado do Piauí S.A., a criação de uma agência de fomento? O que é necessário para isto?

d) A dotação prevista é suficiente? Haverá algum mecanismo de reajuste no valor autorizado pelo Senado Federal?

e) Desta dotação prevista, quanto será destinado para gastos com indenizações trabalhistas, encargos sociais, capitalização etc.?

f) Qual o montante que será assumido como dívida do Estado do Piauí após este processo concluído?

Justificação

A Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, no final do ano de 1998, aprovou o Projeto de Lei que trata da autorização para federalização do Banco do Estado do Piauí S.A., para fins de saneamento e outras providências.

Ainda no primeiro semestre de 1999 o Senado Federal aprovou as condições acertadas neste processo com o Governo do Estado do Piauí, destinando R\$112 milhões para este objetivo.

Os contratos foram firmados entre o Governo Federal e o Governo do Estado do Piauí, pelo que solicitamos, considerando a falta de execução das condições contratadas, as informações referidas.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Wellington Dias, Deputado Federal – PT/PI.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, em 29-2-2000. – Deputado Heráclito Fortes, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES**Nº 1.755, DE 2000**

Solicita informação ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, referente à receita total arrecadada, produção, consumo, importação e exportação pela PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias.

Sr. Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 116 e parágrafos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, a seguinte informação:

1 – Qual a receita total, inclusive relativa ao orçamento de investimentos da estatal, executada pela PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. e suas subsidiárias nos últimos dois exercícios (1998-1999)?

2 – Qual a produção nacional de petróleo em barris/dia?

3 – Qual o volume de petróleo importado pelo País em 1998 e 1999?

4 – Qual a procedência do petróleo importado?

5 – Qual o valor pago pelo barril de petróleo importado?

6 – Qual o volume de petróleo importado em janeiro e fevereiro de 2000, mês a mês?

7 – Houve exportação de derivados de petróleo em 1998 e 1999? Caso afirmativo qual o volume exportado, qual o valor e para qual(is) país(es)?

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Bloco PL/PSL.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 1.756, DE 2000

(Do Sr. Coronel Garcia)

Solicita informação ao Senhor Ministro das Minas e Energia com referência à tarifa cobrada pela CERJ e pela Light.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Minas e Energia o seguinte pedido de informações:

“Tendo em vista denúncias de usuários que se sentem lesados pela Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ) e pela LIGHT – Serviço de Eletricidade S.A. – concessionária de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro, solicito informar:

1 – Por que a CERJ não informa na conta mensal o preço da tarifa?

2 – Se os valores das tarifas da CERJ e da Light já têm inclusos o ICMS, conforme previsto na legislação?

3 – Se é verdadeiro, conforme as denúncias, que a CERJ e a Light aplicam o valor de ICMS não só no valor total do consumo como também na composição da tarifa, caracterizando, com isso, dupla tributação?

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Coronel Garcia** Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Nº 1.757, DE 2000

(Da Sra. Miriam Reid)

Solicita ao Sr. Ministro da Fazenda que a Caixa Econômica Federal informe sobre os depósitos do FGTS promovidos pela empresa Engenho Central de Quissamã S.A.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, seja solicitado ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda que a Caixa Econômica Federal informe o que se pede:

1 – Relação nominal dos empregados nas contas dos quais foram feitos os últimos depósitos pelo empregador, Engenho Central de Quissamã S.A., localizado no Município de Quissamã – RJ, e respectivo mês de efetivação dos depósitos e mês/base de competência;

2 – Para os empregados acima, os depósitos vêm sendo feitos, com regularidade, mês a mês? Em caso negativo, indicar para cada empregado, os meses e anos nos quais não houve depósitos, conforme determina a legislação;

3 – A direção da Caixa Econômica Federal realizou ou tem notícia da realização por outro órgão (Ministério do Trabalho, Ministério da Previdência, etc.) de alguma fiscalização/auditoria nas contas da Engenho Central de Quissamã para verificar a regularidade dos depósitos? Em caso afirmativo, o que foi apurado? Há depósitos e outros encargos em atraso? Qual o montante global? Foi lavrada multa ou auto de infração ou aplicada outra penalidade? Qual? Qual o valor? A empresa solicitou parcelamento dos débitos? Qual o esquema de pagamento? Número de meses e prestações mensais?

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputada **Miriam Reid**, PDT – RJ

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 24 de fevereiro de 2000. – Dep. **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Dep. **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.759, DE 2000

(Do Dr. Paulo Mourão)

Solicita informações ao Sr. Martus Antonio Rodrigues Tavares, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre os recursos aprovados nas leis complementares da União, no período de 1989 a 1999, para o Estado do Tocantins, e sua respectiva execução financeira.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Senhor Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, o seguinte pedido de informação:

1 – Quais os valores aprovados, em cada uma das leis orçamentárias da União relativas ao período de 1989 a 1999 e em seus respectivos créditos adicionais, discriminados por subprojetos e subatividades, para o Estado do Tocantins?

2 – Quais os valores efetivamente pagos relativamente a cada um dos subprojetos e subatividades aprovadas nas respectivas leis orçamentárias e créditos adicionais do período de 1989 a 1998, discriminando os pagamentos efetuados no exercício correspondente ao da aprovação daqueles realizados em exercício posterior, mediante inscrição em restos a pagar?

3 – Quais os valores empenhados no exercício de 1999, bem como os valores efetivamente pagos no exercício e aqueles inscritos em restos a pagar, com previsão de pagamento para exercício subsequente, relativamente a cada um dos subprojetos e subatividades aprovados na lei orçamentária e nos créditos adicionais de 1999?

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – Deputado **Paulo Mourão**, PSDB – TO

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Dep. **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.760, DE 2000

(Do Sr. Bispo Rodrigues)

Solicita informações ao Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, sobre o programa do Ministério da Educação e do BNDES para empréstimos a instituições privadas de ensino.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhado ao Ministro da Educação, Sr. Paulo Renato Souza, o seguinte requerimento:

Tendo em notícia divulgada no jornal **Folha de S. Paulo**, do dia 23 de fevereiro p.p., informando que o Governo anunciou um aumento de R\$250 milhões nas verbas destinadas a expansão e melhoria do ensino superior privado, que serão repassadas via BNDES, pergunta-se:

- Quais as instituições que serão beneficiadas com esses empréstimos? Especificar cada instituição e seus respectivos proprietários.

- Quanto será disponibilizado para cada instituição?

- Qual a base legal para se conceder tal empréstimo?

- Qual o prazo para o pagamento do empréstimo e quanto será cobrado de juros?

- Cópia do programa, do contrato firmado entre cada instituição e o Ministério da Educação.

- Cópia dos projetos apresentados pelas instituições que já conseguiram o empréstimo.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2000. – Deputado **Bispo Rodrigues**.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Dep. **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.761, DE 2000

(Do Sr. Bispo Rodrigues)

Solicita informação ao Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Sr. Alcides Tápias, sobre programa do Ministério da Educação e do BNDES para empréstimos a instituições privadas de ensino.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior, Sr. Alcides Tápias, o seguinte requerimento:

Tendo em notícia divulgada no jornal **Folha de S.Paulo**, do dia 23 de fevereiro p.p., informando que o Governo anunciou um aumento de R\$250 milhões nas verbas destinadas a expansão e melhoria do ensino superior privado, que serão repassadas via BNDES, pergunta-se:

- Quais as instituições que serão beneficiadas com esses empréstimos? Especificar cada instituição e seus respectivos proprietários.
- Quanto será disponibilizado para cada instituição?
- Qual a base legal para se conceder tal empréstimo?

- Qual o prazo para o pagamento do empréstimo e quanto será cobrado de juros?

- Cópia do programa, do contrato firmado entre cada instituição e o Ministério da Educação.

Cópia dos projetos apresentados pelas instituições que já conseguira no empréstimo.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2000. – Deputado **Bispo Rodrigues**.

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.762, DE 2000

Solicita informação ao Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o seguinte pedido de informações:

As divergências em questões relacionadas ao financiamento e participações acionárias do BNDES em projetos petroquímicos e industriais têm sido colocadas pela imprensa como uma das principais razões da demissão do ex-presidente da entidade, Andrea Calabi. O jornal **Folha de S.Paulo**, inclusive, coloca, em sua edição de 24-2-2000 (pg. 7), que o ex-presidente já teria sido sócio da Cosemp Serviços Empresariais, que vem, segundo a mesma reportagem, prestando serviços de “reestruturação e reposicionamento estratégico” a empresas ligadas ao grupo Ultra.

Nesse sentido, venho solicitar informações sobre a atuação do BNDES na reestruturação do Pólo Petroquímico de Camaçari (BA), mais especificamen-

te, a respeito da participação do banco na compra da Copene em sociedade com o grupo Ultra.

24 de fevereiro de 2000. – **Rodrigo Maia**, Deputado Federal (PTB – RJ)

Voto

Estando de acordo com o art. 50 § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1.763, DE 2000

Solicita informação ao Sr. Ministro da Defesa, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V, § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exa. que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, no âmbito do Comando da Aeronáutica – assunto relacionado à Infraero, o seguinte pedido de informações:

O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão) está sendo ampliado com a construção do terminal 2. Nesse sentido, o presente requerimento objetiva esclarecimentos sobre os seguintes pontos ao novo terminal:

a) Cópia dos contratos de licitação das lojas presentes no referido terminal (lancheonete Mc Donald's) e de outros em andamento para a instalação de estabelecimentos comerciais no terminal citado, bem como dos editais de convocação e de todos os demais documentos integrantes do(s) processo(s) licitatório(s).

b) Relatório detalhado sobre o andamento do(s) processo(s).

Atenciosamente, 24 de fevereiro de 2000. – **Rodrigo Maia**, Deputado Federal (PTB – RJ).

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, voto pelo encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 1.764, DE 2000

Solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 24, inciso V, § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exa. que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro da Defesa, no âmbito do Comando da Aeronáutica – assunto relacionado à Infraero, o seguinte pedido de informações:

O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão) está sendo ampliado com a construção do terminal 2. Nesse sentido, o presente requerimento objetiva esclarecimentos sobre os seguintes pontos referentes às obras do novo terminal:

a) Relatório sobre o andamento da obra.
b) O valor orçado para a obra (em R\$).
c) Os valores (em R\$) referentes ao total já despendido na obra citada.

d) A quantia (em R\$) que ainda faz-se necessária para a conclusão da obra.

e) Cópia dos contratos realizados para instalação e manutenção do sistema de refrigeração do referido terminal, dada a evidência de que o mesmo vem apresentando falhas no seu funcionamento, bem como vazamentos que trazem transtornos aos passageiros que utilizam o recinto.

Atenciosamente, 24 de fevereiro de 2000. – **Rodrigo Maia**, Deputado Federal (PTB – RJ).

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**Nº 1.765, DE 2000**

(Do Sr. Henrique Fontana)

Solicita ao Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, relação de servidores comissionados que não pertencem ao quadro, lotados no Rio Grande do Sul.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V, § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, o seguinte pedido de informações:

Com o objetivo de colher informações sobre o quadro funcional dos servidores do Ministério dos Transportes em atividade no Estado, solicitamos o seguinte:

Relação de todos os servidores ocupantes de cargo em comissão que não fazem parte do quadro efetivo, que prestem serviço aos órgãos subordinados ou que integrem a estrutura do Ministério dos Transportes, com discriminação da função exercida e onde estão lotados (órgão e cidade), no Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2000. – Deputado **Henrique Fontana**, (PT – RS).

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**Nº 1.766, DE 2000**

(Do Sr. Henrique Fontana e outros)

Solicita ao Sr. Ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, listagem com o andamento dos processos de todas as rádios comunitárias do País.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exª seja encaminhado ao Sr. Ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, o seguinte pedido de informações:

Acusamos recebimento de documento MM nº 414/DOUL/SSR-MC e seus anexos, do Ministério das Comunicações, em resposta ao nosso Requerimento de Informações nº 1.486 (em anexo) solicitando dados sobre o trâmite das rádios comunitárias neste ministério.

Cumpre-nos observar que, lamentavelmente, o Ministério das Comunicações só atendeu parcialmente ao que foi solicitado.

O item 1 do nosso requerimento foi atendido, o Ministério informa que até o momento deram entrada 7.632 solicitações de entidades interessadas em operar rádios comunitárias.

O item 2, no entanto, não foi satisfeito. No texto solicitamos listagens de todas as entidades que solicitaram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, por unidade da Federação (com nome, endereço e número do processo), que, desde a promulgação da Lei nº 9.612/98, foram selecionadas, habilitadas e autorizadas.

Houve, certamente, um equívoco por parte do Ministério das Comunicações. Em primeiro lugar, na lista das entidades que solicitaram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, notamos a ausência de algumas unidades da Federação.

Também não recebemos, por unidade da Federação, listagem das emissoras selecionadas e, destas, as que foram habilitadas pelo Ministério das Comunicações. Veio apenas a lista das que foram autorizadas.

Diante do exposto, para que sejamos inteiramente atendidos em nosso requerimento anterior, voltamos a solicitar.

1) Listagem de todas entidades (com nome, endereço e número do processo) que solicitaram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, desde a promulgação da Lei nº 9.612/98, das seguintes Unidades da Federação: Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina.

2) Listagem de todas as entidades que solicitaram o Serviço de Radiodifusão Comunitária, por unidade da Federação (com nome, endereço e número do processo), que, desde a promulgação da Lei nº 9.612/98, foram selecionadas e habilitadas.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2000. – Deputado **Henrique Fontana**, (PT – RS).

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.767, DE 2000

(Do sr. Vivaldo Barbosa)

Solicita informações ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social sobre o montante das dívidas para com a previdência brasileira, listagem dos 100 (cem) maiores devedores, entre empresas públicas e privadas, bem como os montantes por grandes segmentos da economia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro da Previdência e Assistência Social, no senti-

do de esclarecer a esta Casa sobre o montante das dívidas para com a previdência brasileira, inclusive os processos judiciais e precatórios; também a listagem dos 100 (cem) maiores devedores, entre empresas públicas e privadas; bem como os respectivos montantes por grandes segmentos da economia, de acordo com os critérios adotados pelo próprio Ministério.

Justificação

A imprensa tem noticiado com regularidade informações as mais controversas com relação ao montante das dívidas das empresas públicas e privadas para com a previdência brasileira. Em verdade, os números já alcançam patamares difíceis de serem assimilados, como no caso dos R\$56 bilhões que o jornal **Correio Braziliense** destacou em sua edição de 8 de outubro do ano em curso. Também salta aos olhos a matéria publicada no caderno de economia do **Jornal de Brasília**, de 29 de novembro de 1998, onde os editores, após afirmarem que uma fortuna escapa do sistema de arrecadação do Ministério da Previdência, informa que “levantamento da Associação Nacional dos Fiscais da Contribuição Previdência (ANFIP) aponta que no ano passado (1997), a Previdência deixou de arrecadar R\$18,9 bilhões, entre o dinheiro que foi sonogado e a parte que o próprio Governo decidiu não cobrar, a renúncia fiscal, entre isenções, subsídios, anistia de parte de dívidas e outros”. Por sua vez, o **Jornal do Brasil**, em matéria com o título “Previdência Cobra Dívidas”, de 4 de janeiro de 1999, informa que 7.000 (sete mil) processos de cobranças de dívidas superiores a R\$1 (hum) milhão já corresponderiam a R\$23 bilhões de débitos escriturais, e que esses processos tramitam há uma década ou mais. Valendo, ainda, o registro, no mesmo artigo, de que com a introdução de nova Guia de Recolhimento de Contribuições, o Ministério da Previdência teria uma radiografia mensal do lado patronal e dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a exata dimensão de quem está recolhendo as contribuições e que empresas, de fato, estão sonogando. Nesse sentido, já havendo prazo suficiente para obtenção de quadro mais realístico que o anterior, em termos de confirmação e correção dos valores em débito, é que encaminhamos o presente Requerimento de Informações, objetivando o recebimento do montante das dívidas para com a Previdência, listagem dos 100 (cem) maiores devedores, entre empresas públicas e privadas, bem como os montantes por grandes segmentos da econo-

mia, em número de 17 (dezesete), com base em modelo divulgado pelo próprio Ministério, por meio de entrevista concedida pelo Senhor Secretário de Previdência Social, Marcelo Estevão, em 4 de janeiro de 1999.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2000. – Deputado **Vivaldo Barbosa**.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.768, DE 2000

(Dos Srs. Wellington Dias e Ricardo Berzoini)

Requer informações ao Senhor Ministro da Fazenda relativas ao relatório da Consultoria Booz Allen & Hamilton sobre instituições financeiras federais.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com espeque nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda as informações abaixo descritas:

O jornal **Gazeta Mercantil**, de 10-2-2000, veiculou notícia informando que a Consultoria Booz Allen entregou esta semana ao Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas (COMIF) um relatório preliminar, propondo um diagnóstico sobre cinco instituições financeiras oficiais federais. Assim, julgamos necessários os seguintes esclarecimentos:

1) A quais bancos federais se refere o “relatório preliminar”?

2) Qual o custo de contratação da Consultoria Booz Allen para realizar o trabalho?

3) Qual o diagnóstico preliminar e definitivo de cada banco estudado? Anexar cópia dos documentos (diagnóstico) relativa a cada banco.

4) Qual é o cronograma de atividades proposto ao Comif?

5) Anexar cópia dos relatórios preliminar e definitivo.

Justificação

Sendo os bancos federais importantes instituições promotoras do desenvolvimento nacional, com gestão de bilhões de reais de recursos públicos, mediante diversos fundos e programas, torna-se importantíssimo o acompanhamento por esta Casa dos eventuais processos de reestruturação em curso naquelas instituições federais.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2000. – **Wellington Dias**, Deputado Federal – PT/PI – **Ricardo Berzoini**, Deputado Federal – PT/SP.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 1.769, DE 2000

(Da Srª Telma de Souza)

Solicita informações ao Senhor Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano.

Senhor Presidente,

Com fundamento, no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Secretário Especial de Desenvolvimento Urbano o seguinte pedido de informações:

Nesta quinta-feira fomos procurados por uma Comissão de Vereadores de Cubatão, que nos relatou a respeito da favela Vila dos Pescadores, situada naquela cidade.

Como ocorre em quase todas as favelas existentes em nosso País, na Vila dos Pescadores o drama da submoradia e inexistência de condições mínimas de qualidade de vida é uma realidade.

Há muito tempo que a comunidade vem reivindicando melhorias nesta área, sem conseguir, até o momento, sensibilizar as autoridades competentes para o drama das famílias que ali moram.

Diante dos fatos expostos, solicito as seguintes informações:

1) Qual o montante de recursos existentes no Programa Habitar-Brasil para a urbanização de favelas?

2) Que outros programas o Governo Federal tem para investir na extinção de favelas e melhoria na qualidade da moradia?

3) O que impede que uma área como a Vila dos Pescadores em Cubatão seja

atendida pelo Orçamento da União na sua urbanização?

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2000. – Deputada **Telma de Souza**, PT/SP.

Voto

Estando de acordo com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal e com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Casa, Voto Pelo Encaminhamento.

Sala de Reuniões, 29 de fevereiro de 2000. – Deputado **Heráclito Fortes**, Primeiro Vice-Presidente, Relator.

Defiro, **ad referendum** da Mesa.

Em 29-2-00. – Deputado **Heráclito Fortes**, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

(Biênio 1999/2000)

Presidente:
MICHEL TEMER – PMDB – SP

1º Vice-Presidente:
HERÁCLITO FORTES – PFL – PI

2º Vice-Presidente:
SEVERINO CAVALCANTI – PPB – PE

1º Secretário:
UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE

2º Secretário:
NELSON TRAD – PTB – MS

3º Secretário:
JAQUES WAGNER – PT – BA

4º Secretário:
EFRAIM MORAIS – PFL – PB

Suplentes de Secretário:
1º GIOVANNI QUEIROZ – PDT – PA

2º LUCIANO CASTRO – PSDB – RR

3º ZÉ GOMES DA ROCHA – PMDB – GO

4º GONZAGA PATRIOTA – PSB – PE

**PARTIDOS, BLOCOS E RESPECTIVAS
BANCADAS BLOCO PARLAMENTAR**

PFL

Líder: INOCÊNCIO OLIVEIRA

Vice-Líderes:

Pauderney Avelino (1º Vice)
Aldir Cabral
Carlos Melles
Cleuber Carneiro
Francisco Coelho
Lavolsier Maia
Luciano Castro
Manoel Castro
Ney Lopes
Paulo Magalhães
Pedro Fernandes
Ronaldo Vasconcelos
Vilmar Rocha

Abelardo Lupion
Aracely de Paula
Cesar Bandeira
Couraci Sobrinho
José Lourenço
Maluly Neto
Marcondes Gadelha
Paes Landim
Paulo Octávio
Ronaldo Caiado
Rubem Medina
Santos Filho
Werner Wanderer

PT

Líder: ALOIZIO MERCADANTE

Vice-Líderes:

Arlindo Chinaglia
Henrique Fontana
João Fassarella
José Pimentel
Padre Roque
Professor Luizinho
Valdeci Oliveira
Walter Pinheiro

Geraldo Magela
João Coser
João Paulo
Marcos Rolim
Paulo Rocha
Telma de Souza
Virgílio Guimarães

PPB

Líder: ODELMO LEÃO

Vice-Líderes:

Gerson Peres
Fetter Júnior

Erico Miranda
Hugo Biehl

Nelson Meurer
Arnaldo Farias de Sá
Romei Anizio

Herculano Anghinetti
Wagner Salustiano

PTB

Líder: ROBERTO JEFFERSON

Vice-Líderes:

Walfrido Mares Guia (1º Vice)
José Carlos Elias
Fernando Gonçalves
Eduardo Seabra

Celso Giglio
Caio Rjela
Iris Simões

PDT

Líder: MIRO TEIXEIRA

Vice-Líderes:

Fernando Zuppo (1º Vice)
Dr. Hélio
Pompeu de Mattos

Fernando Coruja
José Roberto Batochio
Enio Bacci

Bloco (PSB, PC do B)

Líder: ALEXANDRE CARDOSO

Vice-Líderes:

Sérgio Miranda
Aldo Rebelo

Djalma Paes
José Antonio

Bloco PPS - PSL

Líder: JOÃO HERRMANN NETO

Vice-Líder:

Regis Cavalcante

PV

Repr.: FERNANDO GABEIRA

PHS

Repr.: ROBERTO ARGENTA

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: ARNALDO MADEIRA

Vice-Líderes:

Duilio Pisaneschi
Ricardo Barros

Darcísio Perondi
Luiz Carlos Haully

DEPUTADOS EM EXERCÍCIO

Roraima

Airton Cascavel..... PPS
 Alceste Almeida..... PMDB
 Almir Sá..... PPB
 Elton Rohnelt..... PFL
 Francisco Rodrigues..... PFL
 Luciano Castro..... PFL
 Luis Barbosa..... PFL
 Robério Araújo..... PL

Amapá

Antonio Feijão..... PST
 Badu Picanço..... PSDB
 Dr. Benedito Dias..... PPB
 Eduardo Seabra..... PTB
 Evandro Milhomen..... PSB
 Fátima Pelaes..... PSDB
 Jurandil Juarez..... PMDB
 Sérgio Barcellos..... PFL

Pará

Anivaldo Vale..... PSDB
 Babá..... PT
 Deusdeth Pantoja..... PFL
 Elcione Barbalho..... PMDB
 Gerson Peres..... PPB
 Giovanni Queiroz..... PDT
 Jorge Costa..... PMDB
 José Priante..... PMDB
 Josué Bengtson..... PTB
 Nicias Ribeiro..... PSDB
 Nilson Pinto..... PSDB
 Paulo Rocha..... PT
 Raimundo Santos..... PFL
 Renildo Leal..... PTB
 Valdir Ganzer..... PT
 Vic Pires Franco..... PFL
 Zenaldo Coutinho..... PSDB

Amazonas

Arthur Virgílio..... PSDB
 Átila Lins..... PFL
 Francisco Garcia..... PFL
 José Melo..... PFL
 Luiz Fernando..... PPB
 Pauderney Avelino..... PFL
 Silas Câmara..... PTB
 Vanessa Grazziotin..... PCdoB

Rondônia

Agnaldo Muniz..... PPS
 Confúcio Moura..... PMDB
 Eurípedes Miranda..... PDT
 Expedito Júnior..... PFL
 Marinha Raupp..... PSDB
 Nilton Capixaba..... PTB
 Oscar Andrade..... PFL
 Sérgio Carvalho..... PSDB

Acre

Ildefonso Cordeiro..... PFL
 João Tota..... PPB
 José Aleksandro..... PSL
 Márcio Bittar..... PPS
 Marcos Afonso..... PT
 Nilson Mourão..... PT
 Sérgio Barros..... PSDB
 Zila Bezerra..... PFL

Tocantins

Antônio Jorge..... PTB
 Darci Coelho..... PFL
 Freire Júnior..... PMDB
 Igor Avelino..... PMDB
 João Ribeiro..... PFL
 Osvaldo Reis..... PMDB
 Pastor Amarildo..... PPB
 Paulo Mourão..... PSDB

Maranhão

Albérico Filho..... PMDB
 Antonio Joaquim Araújo..... PPB
 Cesar Bandeira..... PFL
 Costa Ferreira..... PFL
 Eliseu Moura..... PPB
 Francisco Coelho..... PFL
 Gastão Vieira..... PMDB
 João Castelo..... PSDB
 José Antonio..... PSB
 Mauro Fecury..... PFL
 Neiva Moreira..... PDT
 Nice Lobão..... PFL
 Paulo Marinho..... PFL
 Pedro Fernandes..... PFL
 Pedro Novais..... PMDB
 Remi Trinta..... PST
 Roberto Rocha..... PSDB
 Sebastião Madeira..... PSDB

Ceará

Adolfo Marinho..... PSDB
 Almeida de Jesus..... PL
 Aníbal Gomes..... PMDB
 Antonio Cambraia..... PSDB
 Antônio José Mota..... PMDB
 Arnon Bezerra..... PSDB
 Chiquinho Feitosa..... PSDB
 Eunício Oliveira..... PMDB
 Inácio Arruda..... PCdoB
 José Linhares..... PPB
 José Pimentel..... PT
 Léo Alcântara..... PSDB
 Manoel Salviano..... PSDB
 Mauro Benevides..... PMDB
 Moroni Torgan..... PFL
 Nelson Otoch..... PSDB
 Pinheiro Landim..... PMDB
 Raimundo Gomes de Matos..... PSDB
 Rommel Feijó..... PSDB

Sérgio Novais.....PSB
Ubiratan Aguiar.....PSDB
Vicente Arruda.....PSDB

Piauí

Átila Lira.....PSDB
B. Sá.....PSDB
Ciro Nogueira.....PFL
Gessivaldo Isaias.....PMDB
Heráclito Fortes.....PFL
João Henrique.....PMDB
Mussa Demes.....PFL
Paes Landim.....PFL
Themístocles Sampaio.....PMDB
Wellington Dias.....PT

Rio Grande do Norte

Ana Catarina.....PMDB
Betinho Rosado.....PFL
Henrique Eduardo Alves.....PMDB
Iberê Ferreira.....PPB
Laire Rosado.....PMDB
Lavossier Maia.....PFL
Múcio Sá.....PMDB
Ney Lopes.....PFL

Paraíba

Adauto Pereira.....PFL
Armando Abílio.....PMDB
Avenzoar Arruda.....PT
Carlos Dunga.....PMDB
Damião Feliciano.....PMDB
Domiciano Cabral.....PMDB
Efraim Moraes.....PFL
Enivaldo Ribeiro.....PPB
Inaldo Leitão.....PSDB
Marcondes Gadelha.....PFL
Ricardo Rique.....PSDB
Wilson Braga.....PFL

Pernambuco

Antônio Geraldo.....PFL
Armando Monteiro.....PMDB
Carlos Batata.....PSDB
Clementino Coelho.....PPS
Djalma Paes.....PSB
Eduardo Campos.....PSB
Fernando Ferro.....PT
Gonzaga Patriota.....PSB
Inocência Oliveira.....PFL
João Colaço.....PMDB
Joaquim Francisco.....PFL
Joel de Hollanda.....PFL
José Chaves.....PMDB
José Mendonça Bezerra.....PFL
José Múcio Monteiro.....PFL
Luciano Bivar.....PSL
Luiz Piauhyllino.....PSDB
Marcos de Jesus.....PSDB
Osvaldo Coelho.....PFL

Pedro Corrêa.....PPB
Pedro Eugênio.....PPS
Ricardo Fiuza.....PFL
Salatiel Carvalho.....PMDB
Sérgio Guerra.....PSDB
Severino Cavalcanti.....PPB

Alagoas

Albérico Cordeiro.....PTB
Augusto Farias.....PPB
Helenildo Ribeiro.....PSDB
João Caldas.....PL
Joaquim Brito.....PT
José Thomaz' Nonô.....PFL
Luiz Dantas.....PST
Olavo Calheiros.....PMDB
Regis Cavalcante.....PPS

Sergipe

Adelson Ribeiro.....PSC
Augusto Franco.....PSDB
Cleonânicio Fonseca.....PPB
Jorge Alberto.....PMDB
José Teles.....PSDB
Marcelo Déda.....PT
Pedro Valadares.....PSB
Sérgio Reis.....PSDB

Bahia

Aroldo Cedraz.....PFL
Claudio Cajado.....PFL
Coriolano Sales.....PMDB
Eujácio Simões.....PL
Félix Mendonça.....PTB
Francistônio Pinto.....PMDB
Geddel Vieira Lima.....PMDB
Geraldo Simões.....PT
Gerson Gabrielli.....PFL
Haroldo Lima.....PCdoB
Jaime Fernandes.....PFL
Jairo Azi.....PFL
Jairo Carneiro.....PFL
Jaques Wagner.....PT
João Almeida.....PSDB
João Leão.....PSDB
Jonival Lucas Junior.....PFL
Jorge Khoury.....PFL
José Carlos Aleluia.....PFL
José Lourenço.....PFL
José Rocha.....PFL
José Ronaldo.....PFL
Jutahy Junior.....PSDB
Leur Lomanto.....PFL
Luiz Moreira.....PFL
Manoel Castro.....PFL
Mário Negromonte.....PSDB
Nelson Pellegrino.....PT
Nilo Coelho.....PSDB
Paulo Braga.....PFL

Paulo Magalhães.....PFL
 Pedro Irujo.....PMDB
 Reginaldo Germano.....PFL
 Roland Lavigne.....PFL
 Saulo Pedrosa.....PSDB
 Ursicino Queiroz.....PFL
 Waldir Pires.....PT
 Walter Pinheiro.....PT
 Yvonilton Gonçalves.....PPB

Minas Gerais

Ademir Lucas.....PSDB
 Aécio Neves.....PSDB
 Antônio do Valle.....PMDB
 Aracely de Paula.....PFL
 Bonifácio de Andrada.....PSDB
 Cabo Júlio.....PL
 Carlos Melles.....PFL
 Carlos Mosconi.....PSDB
 Cleuber Carneiro.....PFL
 Custódio Mattos.....PSDB
 Danilo de Castro.....PSDB
 Edmar Moreira.....PPB
 Eduardo Barbosa.....PSDB
 Eliseu Resende.....PFL
 Fernando Diniz.....PMDB
 Gilmar Machado.....PT
 Glycon Terra Pinto.....PMDB
 Hélio Costa.....PMDB
 Herculano Anghinetti.....PPB
 Ibrahim Abi-ackel.....PPB
 Jaime Martins.....PFL
 João Fassarella.....PT
 João Magalhães.....PMDB
 João Magno.....PT
 José Militão.....PSDB
 Júlio Delgado.....PMDB
 Lael Varella.....PFL
 Lincoln Portela.....PSL
 Márcio Reinaldo Moreira.....PPB
 Marcos Lima.....PMDB
 Maria do Carmo Lara.....PT
 Maria Elvira.....PMDB
 Mário de Oliveira.....PMDB
 Narcio Rodrigues.....PSDB
 Nilmário Miranda.....PT
 Odelmo Leão.....PPB
 Olimpio Pires.....PDT
 Osmânio Pereira.....PMDB
 Paulo Delgado.....PT
 Philemon Rodrigues.....PL
 Rafael Guerra.....PSDB
 Roberto Brant.....PFL
 Romel Anizio.....PPB
 Romeu Queiroz.....PSDB
 Ronaldo Vasconcellos.....PFL
 Saraiva Felipe.....PMDB

Sérgio Miranda.....PCdoB
 Silas Brasileiro.....PMDB
 Virgílio Guimarães.....PT
 Vittorio Mediolli.....PSDB
 Walfrido Mares Guia.....PTB
 Zaire Rezende.....PMDB
 Zezé Perrella.....PFL

Espírito Santo

Aloízio Santos.....PSDB
 Feu Rosa.....PSDB
 João Coser.....PT
 José Carlos Elias.....PTB
 Magno Malta.....PTB
 Marcus Vicente.....PSDB
 Max Mauro.....PTB
 Nilton Baiano.....PPB
 Ricardo Ferraço.....PSDB
 Rita Camata.....PMDB

Rio de Janeiro

Alcione Athayde.....PPB
 Aldir Cabral.....PSDB
 Alexandre Cardoso.....PSB
 Alexandre Santos.....PSDB
 Almerinda de Carvalho.....PFL
 Antonio Carlos Biscaia.....PT
 Arolde de Oliveira.....PFL
 Ayrton Xeréz.....PPS
 Bispo Rodrigues.....PL
 Carlos Santana.....PT
 Cornélio Ribeiro.....PDT
 Coronel Garcia.....PSDB
 Dino Fernandes.....PSDB
 Dr. Heleno.....PSDB
 Eber Silva.....PDT
 Eduardo Paes.....PTB
 Eurico Miranda.....PPB
 Fernando Gabeira.....PV
 Fernando Gonçalves.....PTB
 Francisco Silva.....PST
 Iédio Rosa.....PMDB
 Jair Bolsonaro.....PPB
 Jandira Feghali.....PCdoB
 João Mendes.....PMDB
 João Sampaio.....PDT
 Jorge Wilson.....PMDB
 José Carlos Coutinho.....PFL
 Laura Carneiro.....PFL
 Luís Eduardo.....PDT
 Luiz Ribeiro.....PSDB
 Luiz Sérgio.....PT
 Marcio Fortes.....PSDB
 Mattos Nascimento.....PST
 Milton Temer.....PT
 Miriam Reid.....PDT
 Miro Teixeira.....PDT
 Pastor Valdeci Paiva.....PSL

Paulo Baltazar.....PSB
 Paulo Feijó.....PSDB
 Roberto Jefferson.....PTB
 Rodrigo Maia.....PTB
 Ronaldo Cezar Coelho.....PSDB
 Rubem Medina.....PFL
 Simão Sessim.....PPB
 Vivaldo Barbosa.....PDT
 Wanderley Martins.....PDT

São Paulo

Alberto Goldman.....PSDB
 Alberto Mourão.....PMDB
 Aldo Rebelo.....PCdoB
 Aloizio Mercadante.....PT
 André Benassi.....PSDB
 Angela Guadagnin.....PT
 Antonio Carlos Pannunzio.....PSDB
 Antonio Kandir.....PSDB
 Antonio Palocci.....PT
 Arlindo Chinaglia.....PT
 Arnaldo Faria de Sá.....PPB
 Arnaldo Madeira.....PSDB
 Ary Kara.....PPB
 Bispo Wandervael.....PL
 Celso Giglio.....PTB
 Celso Russomanno.....PPB
 Clovis Volpi.....PSDB
 Corauci Sobrinho.....PFL
 Cunha Bueno.....PPB
 De Velasco.....PSL
 Delfim Netto.....PPB
 Dr. Evilásio.....PSB
 Dr. Hélio.....PDT
 Duilio Pisaneschi.....PTB
 Edinho Araújo.....PPS
 Eduardo Jorge.....PT
 Emerson Kapaz.....PPS
 Fernando Zuppo.....PDT
 Gilberto Kassab.....PFL
 Iara Bernardi.....PT
 Jair Meneguelli.....PT
 João Herrmann Neto.....PPS
 João Paulo.....PT
 Jorge Tadeu Mudalen.....PMDB
 José de Abreu.....PTN
 José Dirceu.....PT
 José Genoíno.....PT
 José Índio.....PMDB
 José Machado.....PT
 José Roberto Batochio.....PDT
 Julio Semeghini.....PSDB
 Lamartine Posella.....PMDB
 Luiz Antonio Fleury.....PTB
 Luiza Erundina.....PSB
 Maluly Netto.....PFL
 Marcelo Barbieri.....PMDB

Marcos Cintra.....PL
 Medeiros.....PFL
 Michel Temer.....PMDB
 Milton Monti.....PMDB
 Moreira Ferreira.....PFL
 Nelo Rodolfo.....PMDB
 Nelson Markezelli.....PTB
 Neuton Lima.....PFL
 Paulo Kobayashi.....PSDB
 Paulo Lima.....PMDB
 Professor Luizinho.....PT
 Ricardo Berzoini.....PT
 Ricardo Izar.....PMDB
 Robson Tuma.....PFL
 Rubens Furlan.....PPS
 Salvador Zimbaldi.....PSDB
 Sampaio Dória.....PSDB
 Silvio Torres.....PSDB
 Telma de Souza.....PT
 Vadão Gomes.....PPB
 Valdemar Costa Neto.....PL
 Wagner Salustiano.....PPB
 Xico Graziano.....PSDB
 Zulaiê Cobra.....PSDB

Mato Grosso

Celcita Pinheiro.....PFL
 Lino Rossi.....PSDB
 Osvaldo Sobrinho.....PSDB
 Pedro Henry.....PSDB
 Ricarte de Freitas.....PSDB
 Teté Bezerra.....PMDB
 Welinton Fagundes.....PSDB
 Wilson Santos.....PMDB

Distrito Federal

Agnelo Queiroz.....PCdoB
 Alberto Fraga.....PMDB
 Geraldo Magela.....PT
 Jorge Pinheiro.....PMDB
 Maria Abadia.....PSDB
 Paulo Octávio.....PFL
 Pedro Celso.....PT
 Ricardo Noronha.....PMDB

Goiás

Barbosa Neto.....PMDB
 Euler Moraes.....PMDB
 Geovan Freitas.....PMDB
 Jovair Arantes.....PSDB
 Juquinha.....PSDB
 Lidia Quinan.....PSDB
 Lúcia Vânia.....PSDB
 Luiz Bittencourt.....PMDB
 Nair Xavier Lobo.....PMDB
 Norberto Teixeira.....PMDB
 Pedro Canedo.....PSDB
 Pedro Chaves.....PMDB
 Pedro Wilson.....PT

Roberto Balestra.....PPB
 Ronaldo Caiado.....PFL
 Vilmar Rocha.....PFL
 Zé Gomes da Rocha.....PMDB

Mato Grosso do Sul

Ben-hur Ferreira.....PT
 Flávio Derzi.....PMDB
 João Grandão.....PT
 Marçal Filho.....PMDB
 Marisa Serrano.....PSDB
 Nelson Trad.....PTB
 Pedro Pedrossian.....PFL
 Waldemir Moka.....PMDB

Paraná

Abelardo Lupion.....PFL
 Affonso Camargo.....PFL
 Airton Roveda.....PSDB
 Alex Canziani.....PSDB
 Chico da Princesa.....PSDB
 Dilceu Sperafico.....PPB
 Dr. Rosinha.....PT
 Flávio Arns.....PSDB
 Gustavo Fruet.....PMDB
 Hermes Parcianello.....PMDB
 Iris Simões.....PTB
 Ivanio Guerra.....PFL
 José Borba.....PMDB
 José Carlos Martinez.....PTB
 José Janene.....PPB
 Luciano Pizzatto.....PFL
 Luiz Carlos Haully.....PSDB
 Márcio Matos.....PT
 Max Rosenmann.....PSDB
 Moacir Micheletto.....PMDB
 Nelson Meurer.....PPB
 Odílio Balbinotti.....PSDB
 Oliveira Filho.....PPB
 Osmar Serraglio.....PMDB
 Padre Roque.....PT
 Renato Silva.....PSDB
 Ricardo Barros.....PPB
 Rubens Bueno.....PPS
 Santos Filho.....PFL
 Werner Wanderer.....PFL

Santa Catarina

Antônio Carlos Konder Reis.....PFL
 Carlito Merss.....PT
 Edinho Bez.....PMDB
 Edison Andrino.....PMDB
 Fernando Coruja.....PDT
 Gervásio Silva.....PFL
 Hugo Biehl.....PEB
 João Matos.....PMDB
 João Pizzolatti.....PPB
 José Carlos Vieira.....PFL
 Luci Choinacki.....PT

Pedro Bittencourt.....PFL
 Raimundo Colombo.....PFL
 Renato Vianna.....PMDB
 Serafim Venzon.....PDT
 Vicente Caropreso.....PSDB

Rio Grande do Sul

Adão Pretto.....PT
 Airton Dipp.....PDT
 Alceu Collares.....PDT
 Augusto Nardes.....PPB
 Caio Riela.....PTB
 Cezar Schirmer.....PMDB
 Darcísio Perondi.....PMDB
 Enio Bacci.....PDT
 Esther Grossi.....PT
 Fernando Marroni.....PT
 Fetter Júnior.....PPB
 Germano Rigotto.....PMDB
 Henrique Fontana.....PT
 Júlio Redecker.....PPB
 Luis Carlos Heinze.....PPB
 Luiz Mainardi.....PT
 Marcos Rolim.....PT
 Mendes Ribeiro Filho.....PMDB
 Nelson Marchezan.....PSDB
 Nelson Proença.....PMDB
 Osvaldo Biolchi.....PMDB
 Paulo José Gouvêa.....PL
 Paulo Paim.....PT
 Pompeo de Mattos.....PDT
 Roberto Argenta.....PHS
 Synval Guazzelli.....PMDB
 Telmo Kirst.....PPB
 Valdeci Oliveira.....PT
 Waldir Schmidt.....PMDB
 Waldomiro Fioravante.....PT
 Yeda Crusius.....PSDB

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
APRECIAR E PROFERIR PARECER À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 175, DE 1995, QUE "ALTERA O CAPÍTULO
DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL"**

Proposição: PEC 175/95 Autor: Poder Executivo

Presidente: Germano Rigotto (PMDB)

1º Vice-Presidente: Antonio Kandir (PSDB)

2º Vice-Presidente: Antonio Palocci (PT)

3º Vice-Presidente: Romel Anizio (PPB)

Relator: Mussa Demes (PFL)

Titulares

Suplentes

	PFL	
Eliseu Resende		Betinho Rosado
Jorge Khoury		Cleuber Carneiro
Moreira Ferreira		Deusdeth Pantoja
Mussa Demes		José Carlos Aleluia
Paulo Magalhães		Manoel Castro
Pedro Fernandes		Pauderney Avelino
Roberto Brant		Pedro Pedrossian
Ronaldo Caiado		Wilson Braga
	PMDB	
Alberto Mourão		Barbosa Neto
Antônio do Valle		Edinho Bez
Armando Monteiro		Gastão Vieira
Germano Rigotto		José Chaves
José Priante		Philemon Rodrigues (PL)
Luiz Bittencourt		Waldemir Moka
Paulo Lima		1 vaga
	PSDB	
Antonio Kandir		Alberto Goldman
José Militão		Anivaldo Vale
Lúcia Vânia		Antonio Cambraia
Luiz Carlos Haully		Inaldo Leitão
Marcio Fortes		Manoel Salviano
Nilo Coelho		Sílvio Torres
Ricardo Ferraço		1 vaga
	PT	
Aloizio Mercadante		Avenzoar Arruda
Antonio Palocci		Henrique Fontana
Milton Temer		João Fassarella
Ricardo Berzoini		Virgílio Guimarães
	PPB	
Fetter Júnior		Eliseu Moura
João Pizzolatti		Enivaldo Ribeiro
Romel Anizio		Gerson Peres
Sampaio Dória (PSDB)		1 vaga
	PTB	
Félix Mendonça		Celso Giglio
Walfrido Mares Guia		Eduardo Paes
	PDT	
Eurípedes Miranda		Enio Bacci
1 vaga		Fernando Zuppo
	Bloco PSB - PCdoB	
Eduardo Campos		Sérgio Miranda
	Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL	
Marcos Cintra		Ronaldo Vasconcellos (PFL)

Secretária: Angélica Maria Landim Fialho de Aguiar

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B

Telefone: 318-8437 / 8418

Fax: 318-8418

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 96, DE 1992,
QUE "INTRODUZ MODIFICAÇÕES NA
ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO"**

Proposição: PEC 96/92

Autor: Hélio Bicudo e Outros

Presidente: Jairo Carneiro (PFL)

1º Vice-Presidente: Iéidio Rosa (PMDB)

2º Vice-Presidente: Waldir Pires (PT)

3º Vice-Presidente: Simão Sessim (PPB)

Relator: Zulaiê Cobra (PSDB)

Titulares

Suplentes

	PFL	
Átila Lins		Almerinda de Carvalho
Claudio Cajado		Ivanio Guerra
Corauci Sobrinho		José Melo
Darci Coelho		Leur Lomanto
Jairo Carneiro		Mauro Fecury
Ney Lopes		Moroni Torgan
Paes Landim		Wilson Braga
	PMDB	
Armando Abílio		Gustavo Fruet
Iéidio Rosa		Nelo Rodolfo
Mendes Ribeiro Filho		Osmar Serraglio
Nair Xavier Lobo		Zaire Rezende
Renato Vianna		2 vagas
1 vaga		
	PSDB	
André Benassi		Feu Rosa
Bonifácio de Andrada		Inaldo Leitão
Jutahy Junior		Luiz Piauhyllino
Léo Alcântara		Marcus Vicente
Vicente Arruda		Nelson Otoch
Zulaiê Cobra		Zenaldo Coutinho
	PT	
Antonio Carlos Biscaia		José Pimentel
José Dirceu		Nelson Pellegrino
Marcelo Déda		Padre Roque
Waldir Pires		Paulo Rocha
	PPB	
Gerson Peres		Arnaldo Faria de Sá
Ibrahim Abi-Ackel		Edmar Moreira
Simão Sessim		Iberê Ferreira
	PTB	
Luiz Antonio Fleury		Celso Giglio
Roberto Jefferson		Iris Simões
	PDT	
José Roberto Batochio		Fernando Coruja
	Bloco PSB - PCdoB	
José Antonio		Agnelo Queiroz
	Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL	
João Caldas		De Velasco

Secretária: Cily Montenegro

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B

Telefone: 318-7056

**(*)COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DESTINADA A INVESTIGAR O AVANÇO
E A IMPUNIDADE DO NARCOTRÁFICO**

Proposição: RCP 1/99 Autor: Moroni Torgan e Outros

Presidente: Magno Malta (PTB)

1º Vice-Presidente: Elcione Barbalho (PMDB)

2º Vice-Presidente: Fernando Ferro (PT)

3º Vice-Presidente:

Relator: Moroni Torgan (PFL)

Titulares

Eber Silva (PDT)

Laura Carneiro

Reginaldo Germano

Robson Tuma

Elcione Barbalho

Pompeu de Mattos (PDT)

Ricardo Noronha

Waldemir Moka

Lino Rossi

Moroni Torgan (PFL)

Sebastião Madeira

Antonio Carlos Biscaia

Fernando Ferro

Celso Russomanno

Nilton Baiano

Magno Malta

Wanderley Martins

Paulo Baltazar

Cabo Júlio

Secretária: Carmem Guimarães Amaral

Local: Serviço de Com. Parlam. de Inq., Anexo II, S/139-B

Telefone: 318-7054

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 203, DE 1995,
QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART.
222 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
SUPRIMINDO-SE O § 2º DO REFERIDO ARTIGO,
QUE TRATA DA PROPRIEDADE DE EMPRESAS
JORNALÍSTICAS E DE RÁDIO-DIFUSÃO
SONORA E DE SONS E IMAGENS", E À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 455, DE 1997, "QUE DÁ NOVA REDAÇÃO
AO ART. 222 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL",
APENSADA ÀQUELA**

Proposição: PEC 203/95

Autor: LaprovitaVieira e Outros

Suplentes

Antônio Jorge (PTB)

Celcita Pinheiro

Silas Câmara

1 vaga

Confúcio Moura

3 vagas

Coronel Garcia

Pedro Canedo

Sérgio Reis

Márcio Matos

Padre Roque

Jonival Lucas Júnior (PFL)

José Janene

Renildo Leal

1 vaga

Bloco PSB - PCdoB

José Antonio

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL

Pastor Valdeci Paiva

Presidente: Ayrton Xerêz (PPS)

1º Vice-Presidente: Arolde de Oliveira (PFL)

2º Vice-Presidente: Walter Pinheiro (PT)

3º Vice-Presidente: Wagner Salustiano (PPB)

Relator: Henrique Eduardo Alves (PMDB)

Titulares

Arolde de Oliveira

Francisco Garcia

Joel de Hollanda

José Ronaldo

Santos Filho

Silas Câmara (PTB)

Vic Pires Franco

Henrique Eduardo Alves

João Pinheiro

Luiz Bittencourt

Neio Rodolfo

Olavo Calheiros

Pinheiro Landim

Anivaldo Vale

Ayrton Xerêz (PPS)

José Thomaz Nonô (PFL)

Luís Eduardo (PDT)

Roberto Brant (PFL)

Vittorio Mediolì

Dr. Rosinha

Gilmar Machado

Pedro Celso

Walter Pinheiro

Antonio Joaquim Araújo

Oliveira Filho

Wagner Salustiano

Albérico Cordeiro

José Carlos Martínez

Neiva Moreira

Clementino Coelho (PPS)

Bispo Rodrigues

Secretário: Valdivino Tolentino Filho

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B

Telefone: 318-7063

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
ELABORAR ANTEPROJETO COM VISTAS À
REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Proposição:

Autor: Presidente

Presidente: De Velasco (PSL)

1º Vice-Presidente: Alberto Mourão (PMDB)

2º Vice-Presidente: Professor Luizinho (PT)

3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PPB)

Relator: Aroldo Cedraz (PFL)

Titulares

Aroldo Cedraz

Cesar Bandeira

Suplentes

Airton Roveda

José Mendonça Bezerra

Lavoisier Maia

Luiz Moreira

Maluly Netto

Pedro Pedrossian

Ronaldo Caiado

Eunício Oliveira

5 vagas

Alberto Goldman

Fernando Gabeira (PV)

Marisa Serrano

Zenaldo Coutinho

2 vagas

Regis Cavalcante (PPS)

3 vagas

José Janene

Robério Araújo (PL)

1 vaga

Iris Simões

1 vaga

Agnaldo Muniz (PPS)

Bloco PSB - PCdoB

Jandira Feghali

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL

Bispo Wanderval

Titulares

Aroldo Cedraz

Cesar Bandeira

Suplentes

Aracely de Paula

Ciro Nogueira

Darci Coelho
Jaime Martins
Jairo Azi
Joel de Hollanda
Paes Landim

PMDB

Albérico Filho
Alberto Mourão
Nelson Proença
Osmar Serraglio
Renato Vianna
1 vaga

PSDB

Arthur Virgílio
Bonifácio de Andrada
João Almeida
Marcio Fortes
Nelson Marchezan
1 vaga

PT

Geraldo Magela
João Paulo
Marcelo Déda
Professor Luizinho

PPB

Arnaldo Faria de Sá
Herculano Anghinetti
José Linhares

PTB

Eduardo Seabra
Fernando Gonçalves

PDT

José Roberto Batochio

Bloco PSB - PCdoB

Pedro Valadares

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL

De Velasco

Secretária: Leila Machado

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 129-B

Telefone: 318-8434

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ANALISAR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 1999, QUE "DISPÕE SOBRE AS NORMAS GERAIS PARA A INSTITUIÇÃO DE REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PELA UNIÃO, PELOS ESTADOS, PELO DISTRITO FEDERAL E PELOS MUNICÍPIOS"

Proposição: PLP 9/99

Autor: Poder Executivo

Presidente: Enivaldo Ribeiro (PPB)

1º Vice-Presidente: Pedro Canedo (PSDB)

2º Vice-Presidente: Osvaldo Biolchi (PMDB)

3º Vice-Presidente: Dr. Rosinha (PT)

Relator: Robson Tuma (PFL)

Titulares

Suplentes

Eduardo Paes (PTB)
Paulo Braga
Paulo Marinho
Paulo Octávio
Robson Tuma
Ursicino Queiroz
Wilson Braga

PFL

Antônio Jorge (PTB)
Jaime Martins
João Ribeiro
Mauro Fecury
Raimundo Colombo
Raimundo Santos
Vilmar Rocha

Dr. Benedito Dias (PPB)
Eduardo Paes (PTB)
Maluly Neto
Pedro Fernandes
Silas Câmara (PTB)

Glycon Terra Pinto
5 vagas

Aécio Neves
Alberto Goldman
Antonio Carlos Pannunzio
Arnaldo Madeira
Jutahy Junior
Zulaiê Cobra

Gilmar Machado
José Genoíno
Paulo Delgado
Virgílio Guimarães

3 vagas

Caio Riela
Walfrido Mares Guia

Fernando Coruja

Djalma Paes

Lincoln Portela

Gustavo Fruet
Milton Monti
Norberto Teixeira
Osvaldo Biolchi
Pedro Chaves
Wilson Santos

PMDB

Albérico Filho
João Colaço
4 vagas

PSDB

Anivaldo Vale
Helenildo Ribeiro
João Castelo
Max Rosenmann
Pedro Canedo
Saulo Pedrosa

José de Abreu (PTN)
Maria Abadia
Paulo Mourão
3 vagas

PT

Antonio Palocci
Dr. Rosinha
Fernando Ferro
Gilmar Machado

Ângela Guadagnin
Jair Meneguelli
Márcio Matos
1 vaga

PPB

Antonio Joaquim Araújo
Enivaldo Ribeiro
Nilton Baiano

Pastor Amarildo
Robério Araújo (PL)
Yvonilton Gonçalves

PTB

Celso Giglio
Max Mauro

Chico da Princesa (PSDB)
Walfrido Mares Guia

PDT

Alceu Coliares

Dr. Hélio

Bloco PSB - PCdoB

Djalma Paes

Pedro Eugênio (PPS)

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL

Marcos de Jesus (PSDB)

Remi Trinta

Secretária: Fátima Moreira

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, S/169-B

Telefone: 318-7060

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A APRECIAR E DAR PARECER SOBRE TODOS OS PROJETOS DE LEI EM TRÂMITE NESTA CASA, ESPECIALMENTE OS CONTANTES NO ANEXO ÚNICO DO ATO DE CRIAÇÃO, RELATIVOS À REGULAMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 192 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Presidente: Danilo de Castro (PSDB)

1º Vice-Presidente: Rubem Medina (PFL)

2º Vice-Presidente: Ricardo Berzoini (PT)

3º Vice-Presidente: Edmar Moreira (PPB)

Relator: Edinho Bez (PMDB)

Titulares

Suplentes

Jorge Khoury
José Lourenço
Marcondes Gadelha
Roberto Brant
Robson Tuma
Rubem Medina
1 vaga

PFL

Corauci Sobrinho
Francisco Rodrigues
João Ribeiro
José Carlos Coutinho
Luciano Pizzatto
Paes Landim
1 vaga

PMDB
 Coriolano Sales
 Edinho Bez
 Nelson Proença
 Paulo Lima
 Pedro Chaves
 Salatiel Carvalho

Antônio do Valle
 Armando Monteiro
 Euler Moraes
 Flávio Derzi
 Freire Júnior
 Milton Monti

PSDB
 Antonio Cambraia
 Antonio Kandir
 Danilo de Castro
 Manoel Salviano
 Yeda Crusius
 1 vaga

Jovair Arantes
 Luiz Carlos Haully
 Nilo Coelho
 Xico Graziano
 2 vagas

PT
 Geraldo Magela
 João Coser
 Ricardo Berzoini
 Wellington Dias

João Grandão
 José Pimentel
 Luiz Mainardi
 Milton Temer

PPB
 Edmar Moreira
 José Janene
 Luiz Fernando

Delfim Netto
 Herculano Anghinetti
 Márcio Reinaldo Moreira

PTB
 Rodrigo Maia
 1 vaga

José Carlos Elias
 Luiz Antonio Fleury

PDT
 Enio Bacci

Pompeo de Mattos

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
 Marcos Cíntra
 Ronaldo Vasconcellos (PFL)

Bloco PSB - PCdoB
 Djalma Paes
 Sérgio Miranda

Secretário: Silvio Sousa da Silva
 Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, S/165-B
 Telefone: 318-7061

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
 PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
 EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 374,
 DE 1996, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO À ALÍNEA
 "E" DO INCISO II DO § 5º DO ART. 128
 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"**

Proposição: PEC 374/96 Autor: Senado Federal

Presidente: Domiciano Cabral (PMDB)
 1º Vice-Presidente: João Castelo (PSDB)
 2º Vice-Presidente: Marcelo Déda (PT)
 3º Vice-Presidente: Ary Kara (PPB)
 Relator: Neuton Lima (PFL)

Titulares

PFL
 Almerinda de Carvalho
 Antônio Jorge (PTB)
 Dr. Benedito Dias (PPB)
 Gervásio Silva
 Leur Lomanto
 Luis Barbosa
 Neuton Lima

Suplentes

Luiz Moreira
 Marcondes Gadelha
 Medeiros
 Nice Lobão
 Raimundo Santos
 Robson Tuma
 1 vaga

PMDB
 Albérico Filho

Jorge Wilson

Barbosa Neto
 Domiciano Cabral
 Gustavo Fruet
 Philemon Rodrigues (PL)
 1 vaga

Olavo Calheiros
 Pinheiro Landim
 3 vagas

PSDB
 André Benassi
 Helenildo Ribeiro
 João Castelo
 Nelson Otoch
 Vicente Arruda
 Zulaie Cobra

Alexandre Santor
 Léo Alcântara
 Zenaldo Coutinho
 3 vagas

PT
 Antonio Carlos Biscaia
 Marcelo Déda
 2 vagas

2 vagas

PPB
 Ary Kara
 Augusto Farias
 Gerson Peres

Arnaldo Faria de Sá
 Eurico Miranda
 1 vaga

PTB
 Nelson Marquezelli
 1 vaga

Max Mauro
 Nilton Capixaba

PDT
 Enio Bacci

Coriolano Sales (PMDB)

Bloco PSB - PCdoB
 José Antonio

Djalma Paes

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
 Bispo Wanderval
 Ronaldo Vasconcellos (PFL)

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
 Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II
 Telefone: 318-8428

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
 DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA
 FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

Proposição: RCP 13/95 Autor: Elton Rohnelt e Outros
 Presidente: Alceste Almeida (PMDB)
 1º Vice-Presidente:
 2º Vice-Presidente:
 3º Vice-Presidente:
 Relator: Antonio Feijão (PST)

Titulares

PFL
 Francisco Garcia
 Luciano Castro
 Raimundo Santos
 1 vaga

Suplentes

Dr. Benedito Dias (PPB)
 João Ribeiro
 José Melo
 Luis Barbosa

PMDB
 Alceste Almeida
 Igor Avelino
 Jorge Costa

Jurandir Juarez
 Osvaldo Reis
 Teté Bezerra

PSDB
 Antonio Feijão (PST)
 B. Sá
 Nicias Ribeiro

Badu Picanço
 Sebastião Madeira
 Zenaldo Coutinho

Dr. Rosinha Pedro Wilson	PT	João Grandão Padre Roque
Almir Sá Oliveira Filho	PPB	Airton Cascavel (PPS) Yvonilton Gonçalves
Renildo Leal	PTB	Josué Bengtson
Agnaldo Muniz (PPS)	PDT	Fernando Zuppo
Vanessa Grazziotin	Bloco PSB - PCdoB	Evandro Milhomen

Secretário: Mário Dráusio Coutinho
Local: Serviço de CPI, Anexo II, Sala 151-B
Telefone: 318-7058

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 1995,
QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO IV DO
ARTIGO 29 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL"
(TRE FIXARÁ O NÚMERO DE VEREADORES
PROPORCIONAL À POPULAÇÃO)**

Proposição: PEC 89/95 Autor: Nicias Ribeiro e Outros

Presidente: Rafael Guerra (PSDB)
1º Vice-Presidente: Norberto Teixeira (PMDB)
2º Vice-Presidente: Geraldo Simões (PT)
3º Vice-Presidente: João Pizzolatti (PPB)
Relator: Zezé Perrella (PFL)

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Mendonça Bezerra Paulo Braga Sérgio Barcellos Vilmar Rocha Zezé Perrella Zila Bezerra 1 vaga		Darci Coelho Francisco Rodrigues Jaime Martins Matuly Netto Moreira Ferreira Paulo Marinho Roland Lavigne
	PMDB	
Ana Catarina Aníbal Gomes Igor Avelino João Magalhães José Índio Norberto Teixeira		Hermes Parcianello João Mendes 4 vagas
	PSDB	
Ademir Lucas Antonio Feijão (PST) Nicias Ribeiro Nilo Coelho Rafael Guerra Zulaié Cobra		Fátima Pelaes Maria Abadia Max Rosenmann Nilson Pinto 2 vagas
	PT	
Geraldo Simões Wellington Dias 2 vagas		4 vagas
	PPB	
Cunha Bueno João Pizzolatti		Antonio Joaquim Araújo Hugo Biehl

1 vaga		Romel Anizio
	PTB	Renildo Leal 1 vaga
Celso Giglio Max Mauro		
Eber Silva	PDT	Pompeo de Mattos
	Bloco PSB - PCdoB	
Pedro Eugênio (PPS)		1 vaga
	Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL	
Almeida de Jesus		Remi Trinta
	PV	
Regis Cavalcante (PPS)		Airton Cascavel (PPS)

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 168-A
Telefone: 318-8428 Fax: 318-2140

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
APRECIAR E PROFERIR PARECER SOBRE AS
EMENDAS DO SENADO FEDERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 634, DE 1975, QUE
"INSTITUI O CÓDIGO CIVIL"**

Proposição: PL 634/75 Autor: Poder Executivo

Presidente: João Castelo (PSDB)
1º Vice-Presidente: Ricardo Izar (PMDB)
2º Vice-Presidente: Iara Bernardi (PT)
3º Vice-Presidente: Augusto Nardes (PPB)
Relator: Ricardo Fluzza (PFL)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Antônio Carlos Konder Reis Ciro Nogueira Jaime Martins José Ronaldo Marcondes Gadelha Paulo Magalhães Ricardo Fluzza		Antônio Geraldo Cesar Bandeira Eduardo Paes (PTB) Francisco Garcia Raimundo Santos Werner Wanderer 1 vaga
	PMDB	
Gustavo Fruet Osmar Serraglio Renato Vianna Ricardo Izar Rita Camata Synval Guazzelli		Philemon Rodrigues (PL) 5 vagas
	PSDB	
Alexandre Santos Bonifácio de Andrada Helenildo Ribeiro Inaldo Leitão João Castelo Vicente Arruda		André Benassi Fau Rosa José Militão Nelson Otoch 2 vagas
	PT	
Antonio Carlos Biscaia Iara Bernardi Marcelo Déda Marcos Rolim		Fernando Ferro Geraldo Magela José Pimental Waldir Pires
	PPB	
Augusto Nardes Edmar Moreira Wagner Salustiano		Celso Russomanno 2 vagas
	PTB	
Luiz Antonio Fleury Roberto Jefferson		Caio Riela Fernando Gonçalves

PDT
José Roberto Batochio Coriolano Sales (PMDB)

Bloco PSB - PCdoB
José Antonio Aldo Rebelo

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
Lincoln Portela João Caldas

PPS
Ayrton Xeréz Airton Cascavel

Secretário: Sívio Sousa da Silva
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B
Telefone: 318-7061

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 7, DE 1999,
QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO XXIX DO
ART. 7º E REVOGA O ART. 233 DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL" E PEC Nº 264, DE
1995, DO SENHOR DEPUTADO DILCEU
SPERAFICO, QUE "ALTERA O INCISO XXIX DO
ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, PARA
UNIFORMIZAR O PRAZO PRESCRICIONAL
PARA AÇÕES TRABALHISTAS", APENSADA.**

Proposição: PEC 7/99 Autor: Senado Federal e Outros

Presidente: Rubens Furlan (PPS)
1º Vice-Presidente: Zenaldo Coutinho (PSDB)
2º Vice-Presidente: Valdeci Oliveira (PT)
3º Vice-Presidente: Herculano Anghinetti (PPB)
Relatora: Ana Catarina (PMDB)

Titulares

Cleuber Carneiro
Expedito Júnior
Gerson Gabrielli
Ivanio Guerra
Luiz Moreira
Paulo Marinho
Rubens Furlan

Ana Catarina
Igor Avelino
João Mendes
Lamartine Posella
Silas Brasileiro
Zaire Rezende

Feu Rosa
Nelson Otoch
Pedro Henry
Vicente Arruda
Zenaldo Coutinho
Zulaíé Cobra

PFL

Suplentes

Ciro Nogueira
Luciano Pizzatto
Mauro Fecury
Ney Lopes
Raimundo Colombo
Rodrigo Maia (PTB)
1 vaga

PMDB

Darcísio Perondi
Osmar Serraglio
Oswaldo Biolchi
Themístocles Sampaio
2 vagas

PSDB

Luciano Castro (PFL)
Paulo Mourão
Sérgio Reis
3 vagas

PT
Adão Pretto Paulo Rocha
Avenzoar Arruda 3 vagas
Rubens Bueno (PPS)
Valdeci Oliveira

PPB
Enivaldo Ribeiro Luiz Carlos Heinze
Herculano Anguineti Nelson Meurer
João Pizzolatti 1 vaga

PTB
José Carlos Elias Nelson Marquezelli
Josué Bengtson 1 vaga

PDT
1 vaga Neuton Lima (PFL)

Bloco PSB - PCdoB
1 vaga Inácio Arruda

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
João Caldas Paulo José Gouvêa

PPS
Fernando Gabeira (PV) 1 vaga

Secretária: Heloisa Pedrosa Diniz
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 168-A
Telefone: 318-6874 Fax: 318-2140

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1995,
QUE "ESTABELECE O PARLAMENTARISMO"**

Proposição: PEC 20/95 Autor: Eduardo Jorge e Outros

Presidente: Rita Camata (PMDB)
1º Vice-Presidente: Leur Lomanto (PFL)
2º Vice-Presidente:
3º Vice-Presidente: Cunha Bueno (PPB)
Relator: Bonifácio de Andrada (PSDB)

Titulares

Antônio Carlos Konder Reis
Jaime Martins
Laura Carneiro
Leur Lomanto
Paes Landim
Paulo Magalhães
Vilmar Rocha

Darcísio Perondi
Edison Andrino
Elcione Barbalho
Luiz Bittencourt
Rita Camara
Zaire Rezende

Adolfo Marinho
Bonifácio de Andrada
Carlos Mosconi
Luiz Carlos Haully
Maria Abadia
Paulo Kobayashi

Suplentes

Antônio Geraldo
Aroldo Cedraz
Cesar Bandeira
Expedito Júnior
Francisco Coelho
Ildelfonso Cordeiro
Sérgio Barcellos

Cezar Schirmer
Germano Rigotto
4 vagas

Custódio Mattos
Feu Rosa
João Almeida
Marcio Fortes
Ricardo Ferraço
Saulo Pedrosa

PT
Adão Pretto 4 vagas
Aloizio Mercadante
Angela Guadagnin
Antonio Carlos Biscaia

PPB
Cunha Bueno
Fetter Júnior
Nelson Meurer
Júlio Redecker
Nelo Rodolfo (PMDB)
1 vaga

PTB
Duílio Pisaneschi
Eduardo Seabra
Fernando Gonçalves
Magno Malta

PDT
Neiva Moreira 1 vaga

Bloco PSB - PCdoB
Haroldo Lima Pedro Valadares

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
Bispo Wanderval Paulo José Gouvêa

PV
Fernando Gabeira Ben-Hur Ferreira (PT)

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II
Telefone: 318-8428

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
ACOMPANHAR A APLICAÇÃO DA LEI Nº 9.503,
DE 1997, QUE "INSTITUI O CÓDIGO DE
TRÂNSITO BRASILEIRO"**

Proposição: Requerimento Autor: José Carlos Aleluia

Presidente: Ary Kara (PPB)
1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Mudalen (PMDB)
2º Vice-Presidente: Pedro Wilson (PT)
3º Vice-Presidente: Coronel Garcia (PSDB)
Relator: José Carlos Aleluia (PFL)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Couraci Sobrinho Joaquim Francisco José Carlos Aleluia		Aldir Cabra (PSDB) Oscar Andrade 1 vaga
	PMDB	
Euler Morais Jorge Tadeu Mudalen Salatiel Carvalho		Glycon Terra Pinto Marçal Filho 1 vaga
	PSDB	
Chico da Princesa Chiquinho Feitosa Coronel Garcia		3 vagas
	PT	
Pedro Wilson Wellington Dias		Padre Roque 1 vaga
	PPB	
Ary Kara 1 vaga		João Tota 1 vaga
	PTB	
Duílio Pisaneschi		1 vaga

PDT
Dr. Hélio Fernando Zuppo

Bloco PSB - PCdoB
Gonzaga Patriota Evandro Milhomen

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
Lincoln Portela João Caldas

Secretária: Edla Calheiro Bispo
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B
Telefone: 318-7062 / 7061 Fax: 318-2140

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
APRECIAR O PROJETO DE LEI Nº 4.376, DE
1993, DO PODER EXECUTIVO, QUE "REGULA
A FALÊNCIA, A CONCORDATA PREVENTIVA E
A RECUPERAÇÃO DAS EMPRESAS QUE
EXERCEM ATIVIDADE ECONÔMICA REGIDA
PELAS LEIS COMERCIAIS, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

Proposição: PL 4.376/93 Autor: Poder Executivo
Presidente: Chico da Princesa (PSDB)

1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Waldomiro Fioravante (PT)
3º Vice-Presidente: Márcio Reinaldo Moreira (PPB)
Relator: Gerson Gabrielli (PFL)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Gerson Gabrielli Lavoisier Maia Paulo Magalhães Paulo Octávio Ricardo Fiuzza Rubem Medina Rubens Furlan		Adauto Pereira Expedito Júnior Ildelfonso Cordeiro Luís Barbosa Paulo Marinho 2 vagas
	PMDB	
João Henrique João Magalhães Jorge Alberto Marcelo Barbieri Oswaldo Biolchi Waldir Schmidt		Gastão Vieira Mendes Ribeiro Filho Osmânio Pereira 3 vagas
	PSDB	
Ademir Lucas Chico da Princesa Custódio Mattos Jovair Arantes Max Rosenmann 1 vaga		Anivaldo Vale Nelson Otoch Vicente Caropreso Yeda Crusius 2 vagas
	PT	
Arlindo Chinaglia Jair Meneguelli Luiz Mainardi Waldomiro Fioravante		4 vagas
	PPB	
Ary Kara Ibrahim Abi-Ackel Márcio Reinaldo Moreira		Almir Sá José Janene Simão Sessim
	PTB	
Duílio Pisaneschi 1 vaga		2 vagas
	PDT	
Fernando Coruja		1 vaga

Bloco PSB - PCdoB
 Clementino Coelho (PPS) 1 vaga
Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
 Paulo José Gouvêa De Velasco
PPS
 Rubens Bueno Pedro Eugênio

Secretária: Fátima Moreira
 Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B
 Telefone: 318-7060 Fax: 318-2140

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
 PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
 EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 151, DE 1995,
 QUE "ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO
 ART. 37 DO PARÁGRAFO 7º DO ART. 144 DA
 CONSTITUIÇÃO FEDERAL", E APENSADA
 (SEGURANÇA PÚBLICA)**

Proposição: PEC 151/95 Autor: Gonzaga Patriota e Outros

Presidente: Aldir Cabral (PSDB)
 1º Vice-Presidente: Lino Rossi (PSDB)
 2º Vice-Presidente: Marcos Rolim (PT)
 3º Vice-Presidente: Edmar Moreira (PPB)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Abelardo Lupion		Adauto Ferreira
Aldir Cabral (PSDB)		Francisco Coelho
Gervásio Silva		Francisco Rodrigues
José Thomaz Nonô		Ildelfonso Cordeiro
Laura Carneiro		Reginaldo Germano
Lavoisier Maia		Sérgio Barcellos
Wilson Braga		Vic Pires Franco
	PMDB	
Hélio Costa		Alberto Mourão
Jorge Pinheiro		Mendes Ribeiro Filho
Marcelo Barbieri		Philemon Rodrigues (PL)
Nair Xavier Lobo		Synval Guazelli
Nelo Rodolfo		2 vagas
1 vaga		
	PSDB	
Coronel Garcia		Antonio Feijão (PST)
Lino Rossi		Amon Bezerra
Marcus Vicente		Badu Picanço
Moroni Torgan (PFL)		Max Rosenmann
Paulo Feijó		Zenaldo Coutinho
Zulaiê Cobra		1 vaga
	PT	
Geraldo Magela		Antonio Carlos Biscaia
José Dirceu		Carlos Santana
Marcos Rolim		Fernando Marroni
Nelson Pellegrino		Wellington Dias
	PPB	
Arnaldo Faria de Sá		Jair Bolsonaro
Edmar Moreira		2 vagas
Pedro Corrêa		
	PTB	
Luiz Antonio Fleury		Roberto Jefferson
	PDT	
Eurípedes Miranda		Wanderley Martins

Bloco PSB - PCdoB
 Gonzaga Patriota Agnelo Queiroz
Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
 Cabo Júlio Paulo José Gouvêa
PPS
 Ayrton Xeréz Regis Cavalcante

Secretária: Heloisa Pedrosa Diniz
 Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B
 Telefone.: 318-6874

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
 PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
 EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 639, DE 1999,
 QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 5º DO ART. 14
 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL" E À PROPOSTA
 DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 1999,
 QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 5º DO ART. 14
 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL,
 RESTABELECENDO A INELEGIBILIDADE PARA
 OS MESMOS CARGOS, NO PERÍODO
 SUBSEQÜENTE, DO PRESIDENTE DA
 REPÚBLICA, DOS GOVERNADORES DE
 ESTADO E DO DISTRITO FEDERAL, DOS
 PREFEITOS E DE QUEM HOUVER SUCEDIDO
 OU SUBSTITUÍDO NOS SEIS MESES
 ANTERIORES AO PLEITO", APENSADA
 ÀQUELA (INELEGIBILIDADE)**

Proposição: PEC 639/99 Autor: José Carlos Aleluia e Outros

Presidente: Deusdeth Pantoja (PFL)
 1º Vice-Presidente: Mattos Nascimento (PST)
 2º Vice-Presidente: João Paulo (PT)
 3º Vice-Presidente: Augusto Franco (PSDB)
 Relator: Ibrahim Abi-Ackel (PPB)

Titulares		Suplentes
	PFL	
Afonso Camargo		Átila Lins
Darci Coelho		Gervásio Silva
Deusdeth Pantoja		Ildelfonso Cordeiro
José Rocha		José Mendonça Bezerra
Moreira Ferreira		Pedro Pedrossian
Paulo Octávio		2 vagas
Roberto Brant		
	PMDB	
Gessivaldo Isaias		Hermes Parcianello
Jorge Alberto		José Índio
Júlio Delgado		Oswaldo Reis
Mattos Nascimento (PST)		3 vagas
Norberto Teixeira		
Paulo Lima		
	PSDB	
Augusto Franco		Alberto Goldman
Dr. Heleno		Carlos Batata
João Almeida		Nelson Otoch
Jovair Arantes		Sérgio Carvalho
Silvio Torres		2 vagas
Vicente Arruda		

João Paulo Milton Temer Wellington Dias 1 vaga	PT	4 vagas
Gerson Peres Ibrahim Abi-Ackel Luiz Fernando	PPB	Roberto Balestra Vadão Gomes 1 vaga
Celso Giglio	PTB	Josué Bengtson
José Roberto Batochio	PDT	Fernando Coruja
Dr. Evilásio	Bloco PSB - PCdoB	José Antonio
Almeida de Jesus	Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL	Cabo Júlio
Márcio Bittar	PPS	Regis Cavalcante

Secretário: Francisco Lopes
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 168-A
Telefone: 318-7066 Fax: 318-2140

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
APRECIAR E PROFERIR PARECER AO
PROJETO DE LEI Nº 1.615, DE 1999, DO PODER
EXECUTIVO, QUE "DISPÕE SOBRE A
CRIAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES, DO DEPARTAMENTO
NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE
TRANSPORTES, REESTRUTURA O SETOR
FEDERAL DE TRANSPORTES, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS"**

Proposição: PL 1.615/99 Autor: Poder Executivo

Presidente: João Henrique (PMDB)
1º Vice-Presidente:
2º Vice-Presidente: Telma de Souza (PT)
3º Vice-Presidente:
Relator: Eliseu Resende (PFL)

Titulares

Afonso Camargo
Aracely de Paula
Eliseu Resende
Ildefonso Cordeiro
José Rocha
Neuton Lima
Oscar Andrade

Suplentes

Aldir Cabral (PSDB)
Átila Lins
Ciro Nogueira
Francisco Rodrigues
João Ribeiro
Luís Barbosa
Raimundo Colombo

PMDB

Antônio do Valle
Domiciano Cabral
João Henrique
José Borba
Pedro Chaves
1 vaga

Barbosa Neto
Cezar Schirmer
Darcísio Perondi
Múcio Sá
Philemon Rodrigues (PL)
Ricardo Izar

Alberto Goldman Máno Negromonte Paulo Feijó Romeu Queiroz Sílvio Torres 1 vaga	PSDB	Chico da Princesa Feu Rosa Marcio Fortes Nelson Marchezan 2 vagas
Carlos Santana Pedro Celso Telma de Souza Wellington Dias	PT	João Coser Luiz Sérgio Pedro Wilson Valdeci Oliveira
Alcione Athayde Almir Sá Ary Kara	PPB	Francisco Silva (PST) Júlio Redecker Telmo Kirst
Duílio Pisaneschi	PTB	Albérico Cordeiro
Olímpio Pires	PDT	1 vaga
Eujácio Simões	Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL	Almeida de Jesus
Jandira Feghali	Bloco PSB - PCdoB	1 vaga
Airton Cascavel (PPS) Secretária: Leila Machado Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 129-B Telefone: 318-8431	PV	Edinho Araújo (PPS)

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 136, DE 1999,
QUE "DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO PARA
MANUTENÇÃO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS, DOS
MILITARES DA UNIÃO E DOS MILITARES DOS
ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS"**

Proposição: PEC 136/99 Autor: Poder Executivo

Presidente: Carlos Mosconi (PSDB)
1º Vice-Presidente: Jorge Alberto (PMDB)
2º Vice-Presidente: Geraldo Simões (PT)
3º Vice-Presidente: Herculano Anghinetti (PPB)
Relator: José Carlos Aleluia (PFL)

Titulares

José Carlos Aleluia
Leur Lomanto
Luís Barbosa
Medeiros
Mussa Demes
Neuton Lima
Roland Lavigne

Suplentes

Cláudio Cajado
Exedito Júnior
Francisco Coelho
Lael Varella
Oscar Andrade
Pedro Fernandes
Werner Wanderer

PMDB

Armando Monteiro
Darcísio Perondi
Jorge Alberto
Nelson Proença
Osmânio Pereira
Osmar Serraglio

Armando Abílio
Confúcio Moura
Salatiel Carvalho
3 vagas

PSDB
 Alexandre Santos
 Carlos Mosconi
 Inaldo Leitão
 Luiz Carlos Haully
 Nelson Otoch
 Yeda Crusius

Andié Benassi
 B. Sá
 Fátima Pelaes
 Máno Negromonte
 Pedro Henry
 Ronaldo Cezar Coelho

PT
 Arlindo Chinaglia
 Geraldo Simões
 José Pimentel
 Marcelo Déda

Dr. Rosinha
 Henrique Fontana
 Professor Luizinho
 1 vaga

PPB
 Herculano Anghinetti
 Nelson Meurer
 Pedro Corrêa

Edmar Moreira
 Jair Bolsonaro
 Ricardo Barros

PTB
 Fernando Gonçalves
 José Carlos Elias

Antônio Jorge
 Nelson Marquezelli

PDT
 Fernando Coruja

1 vaga

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
 João Caldas

Almeida de Jesus

Bloco PSB - PCdoB
 Jandira Feghali

José Antonio

PPS
 1 vaga
 Secretário: Sílvio Sousa da Silva
 Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B
 Telefone: 318-7061

Edinho Araújo
 Fax: 318-2140

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
 DESTINADA A INVESTIGAR OS REAJUSTES
 DE PREÇOS E A FALSIFICAÇÃO DE
 MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES
 E INSUMOS DE LABORATÓRIOS**

Presidente: Nelson Marchezan (PSDB)
 1º Vice-Presidente: Luiz Bettencourt (PMDB)
 2º Vice-Presidente: Geraldo Magela (PT)
 3º Vice-Presidente: Arnaldo Faria de Sá (PPB)
 Relator: Ney Lopes (PFL)

Titulares
 José Ronaldo
 Neuton Lima
 Ney Lopes
 Robson Tuma

Suplentes

Almerinda de Carvalho
 Átila Lins
 José Carlos Vieira
 Werner Wanderer

PMDB
 Darcísio Perondi
 Luiz Bittencourt
 Salatiel Carvalho

Flávio Derzi
 Gustavo Fruet
 João Colaço

PSDB
 Carlos Mosconi
 Nelson Marchezan
 Vicente Caropreso

Max Rosenmann
 Raimundo Gomes de Matos
 Saulo Pedrosa

PT
 Arlindo Chinaglia
 Geraldo Magela

Márcio Matos
 Ricardo Berzoni

PPB
 Arnaldo Faria de Sá
 José Linhares

Celso Russomanno
 Eurico Miranda

PTB
 Iris Simões

Renildo Leal

PDT
 Alceu Colares
 Fernando Zuppo

Bloco PSB - PCdoB
 Vanessa Grazziotin
 Sérgio Novais

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
 Bispo Wanderval
 Robério Araújo

Secretário: Valdivino Tolentino Filho
 Local: Serviço de CPI, Anexo II, Sala 151-B
 Telefone: 318-7063

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
 PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
 EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 137, DE 1999,
 QUE "ESTABELECE LIMITE PARA
 REMUNERAÇÃO, SUBSÍDIO, PROVENTO OU
 PENSÃO, APLICÁVEL AOS TRÊS PODERES
 PÚBLICOS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO"**

Proposição: PEC 137/99
 Autor: Poder Executivo
 Presidente: Gastão Vieira (PMDB)
 1º Vice-Presidente: Jaime Martins (PFL)
 2º Vice-Presidente: Fernando Marroni (PT)
 3º Vice-Presidente: Jonival Lucas Júnior (PFL)
 Relator: Vicente Arruda (PSDB)

Titulares
 Darcy Coelho
 Jaime Martins
 João Ribeiro
 José Carlos Aleluia
 José Thomaz Nonô
 Luciano Castro
 Medeiros

Suplentes

José Carlos Coutinho
 Mauro Fecury
 Nice Lobão
 Oscar Andrade
 Paulo Braga
 Raimundo Colombo
 Robson Tuma

PMDB
 Cezar Schirmer
 Gastão Vieira
 Hélio Costa
 Jorge Alberto
 Jorge Wilson
 Ricardo Izar

Freire Júnior
 Marçal Filho
 Osvaldo Reis
 Philemon Rodrigues (PL)
 2 vagas

PSDB
 Ademir Lucas
 Alexandre Santos
 Antonio Carlos Pannunzio
 Helenildo Ribeiro
 Raimundo Gomes de Matos
 Vicente Arruda

Jutahy Júnior
 Léo Alcântara
 Lino Rossi
 Marcus Vicente
 Nicias Ribeiro
 Saulo Pedrosa

PT
 Antonio Carlos Biscaia
 Fernando Marroni
 Geraldo Magela
 Marcelo Déda

Henrique Fontana
 3 vagas

PPB
 Cleonânicio Fonseca
 Hugo Biehl
 Jonival Lucas Júnior (PFL)

Gerson Peres
 Romel Anízio
 Yvonilton Gonçalves

PTB
 Celso Giglio
 Walfrido Mares Guia

Silas Câmara
 1 vaga

PDT
Eurípedes Miranda 1 vaga

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
Paulo José Gouvêa Almeida de Jesus

Bloco PSB - PCdoB
1 vaga 1 vaga

PPS
Márcio Bittar 1 vaga

Secretário: Erles Janner Costa Gorini
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 168-A
Telefone: 318-7067 Fax: 318-2140

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR TODAS AS QUESTÕES RELACIONADAS À VIOLÊNCIA E À SEGURANÇA PÚBLICA NO PAÍS, QUE PODERÁ, MESMO EM MEIO AO ANDAMENTO DE SEUS TRABALHOS, OFERECER SUGESTÕES, INDICAÇÕES E ELABORAR PROPOSIÇÕES DESTINADAS A MINIMIZAR ESTE GRAVE PROBLEMA QUE AFLIGE A SOCIEDADE BRASILEIRA

Presidente: Marcondes Gadelha (PFL)
1º Vice-Presidente: Roberto Rocha (PSDB)
2º Vice-Presidente: Wellington Rocha (PT)
3º Vice-Presidente:
Relator: Jorge Tadeu Mudalen (PMDB)

Titulares		Suplentes
PFL		
Aldir Cabral		Abelardo Lupion
Ciro Nogueira		Antônio Geraldo
José Thomaz Nonó		Corauci Sobrinho
Laura Carneiro		Gervásio Silva
Marcondes Gadelha		Reginaldo Germano
Moroni Torgan		Werner Wanderer
Robson Tuma		1 vaga
PMDB		
Alberto Mourão		Jorge Pinheiro
João Colaço		Nair Xavier Lobo
João Magalhães		Philemon Rodrigues (PL)
Jorge Tadeu Mudalen		3 vagas
Pinheiro Landim		
1 vaga		
PSDB		
Coronel Garcia		Mário Negromonte
Lino Rossi		Paulo Kobayashi
Rafael Guerra		Sérgio Barros
Roberto Rocha		3 vagas
Sílvio Torres		
1 vaga		
PT		
Antonio Carlos Biscaia		José Pimentel
Antonio Palocci		3 vagas
Marcos Rolim		
Wellington Dias		
PPB		
Ary Kara		Edmar Moreira
Gerson Peres		Jair Bolsonaro
Ibrahim Abi-Ackel		Oliveira Filho
PTB		
Luiz Antonio Fleury		Fernando Gonçalves
Roberto Jefferson		José Carlos Martínez

PDT
Neiva Moreira Wanderley Martins

Bloco PSB - PCdoB
Dr. Evilásio Jandira Feghali

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL
Cabo Júlio Paulo José Gouvêa

PPS
Emerson Kapaz Ayrtton Xerêz

Secretário: José Maria Aguiar de Castro
Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, Sala 165-B
Telefone: 318-8428 Fax: 318-2140

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 294, DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO § 1º DO ART. 54 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS" – BATALHÃO SUEZ

Proposição: PEC 294/95 Autor: Sérgio Barcellos e Outros
Presidente: Iberê Ferreira (PPB)
1º Vice-Presidente: Sérgio Barcellos (PFL)
2º Vice-Presidente: Carlos Santana (PT)
3º Vice-Presidente: Dino Fernandes (PSDB)
Relator: Jorge Wilson (PMDB)

Titulares		Suplentes
PFL		
Aroldo Cedraz		Ciro Nogueira
Francisco Rodrigues		Deusdeth Pantoja
Laura Carneiro		Francisco Garcia
Rubem Medina		Gilberto Kassab
Sérgio Barcellos		Neuton Lima
Werner Wanderer		Paulo Marinho
1 vaga		Ronaldo Caiado
PMDB		
Alceste Almeida		6 vagas
Carlos Dunga		
Edison Andrino		
Jorge Wilson		
Marcelo Barbieri		
Nelo Rodolfo		
PSDB		
Coronel Garcia		Antonio Carlos Pannunzio
Dino Fernandes		Bonifácio de Andrada
Dr. Heleno		Saulo Pedrosa
Helenildo Ribeiro		3 vagas
Rommel Feijó		
Sérgio Reis		
PT		
Adão Pretto		4 vagas
Aloizio Mercadante		
Carlos Santana		
Nilson Mourão		
PPB		
Almir Sá		João Tota
Iberê Ferreira		2 vagas
Yvonilton Gonçalves		
1 vaga		
PTB		
Neiva Moreira		Nelson Marquizezelli
PDT		
Paulo Baltazar		Serafim Venzon
Bloco PSB - PCdoB		
		1 vaga

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL

Eujácio Simões Cabo Júlio

PPS

Márcio Bittar Airton Cascavel

Secretário: Francisco da Silva Lopes Filho

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, S/ 165-B

Telefone: 318-7066

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
PROFERIR PARECER AO SUBSTITUTIVO DO
SENADO FEDERAL À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 472-D, DE 1997, DO
SENADO FEDERAL, QUE "ALTERA
DISPOSITIVOS DOS ARTS. 48, 62 E 84 DA
CONSTITUIÇÕES FEDERAL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS" (REGULAMENTAÇÃO
MEDIDAS PROVISÓRIAS)**

Proposição: PEC 472-D/97 Autor: Senado Federal e Outros

Presidente: Ricardo Izar (PMDB)

1º Vice-Presidente: Anivaldo Vale (PSDB)

2º Vice-Presidente: João Paulo (PT)

3º Vice-Presidente: Nelson Meurer (PPB)

Relator: Roberto Brant (PFL)

Titulares

Afonso Camargo
José Ronaldo
Paes Landim
Paulo Magalhães
Roberto Brant
Ronaldo Caiado
Vic Pires Franco

Armando Monteiro
Carlos Dunga
Francistônio Pinto
Mauro Benevides
Osmar Serraglio
Ricardo Izar

Anivaldo Vale
Antonio Carlos Pannunzio
Nelson Otoch
Ricardo Ferraço
Silvio Torres
Yeda Crusius

Babá
João Paulo
José Machado
José Pimentel

Gerson Peres
Nelson Meurer
Romel Anizio

Eduardo Seabra
Fernando Gonçalves

Eber Silva

Suplentes

Almerinda de Carvalho
Átilla Lins
Costa Ferreira
Gilberto Kassab
Lael Varela
Luis Barbosa
Raimundo Colombo

Jorge Wilson
Júlio Delgado
Múcio Sá
Waldir Schmidt
2 vagas

Bonifácio de Andrada
Inaldo Leitão
João Almeida
João Castelo
Jutahy Junior
Luis Carlos Haully

José Genoíno
Marcelo Déda
Professor Luizinho
Waldir Pires

Alicione Athayde
Antonio Joaquim Araújo
Wagner Salustiano

Josué Bengtson
Walfrido Mares Guia

1 vaga

Bloco PSB - PCdoB

José Antonio Sérgio Miranda

Bloco PL - PST - PMN - PSD - PSL

Almeida de Jesus Cabo Júlio

PV

Fernando Gabeira Marcos Rolim (PT)

Secretário: Marcos Figueira de Almeida

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, s/ 165-B

Telefone: 318-8430

Fax: 318-2140

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
REALIZAR ESTUDOS COM VISTAS A
OFERECER ALTERNATIVAS EM RELAÇÃO À
FIXAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO**

Presidente: Paulo Lima (PMDB)

1º Vice-Presidente: Medeiros (PFL)

2º Vice-Presidente: Paulo Paim (PT)

3º Vice-Presidente: Herculano Anghinetti (PPB)

Relator: Eduardo Paes (PTB)

Titulares

Almerinda de Carvalho
José Thomaz Nonó
Laura Carneiro
Medeiros
Nice Lobão
Paulo Magalhães
Ronaldo Vasconcellos

Barbosa Neto
Damião Feliciano
Júlio Delgado
Paulo Lima
Synval Guazzelli
Wilson Santos

Dino Fernandes
Feu Rosa
Inaldo Leitão
Luiz Ribeiro
Pedro Henry
Romeu Queiroz

Avenzoar Arruda
Jair Meneguelli
Paulo Paim
Pedro Celso

Enivaldo Fiabeiro
Herculano Anghinetti
Pedro Corrêa

Eduardo Paes
Magno Malta

Alceu Collares

Djalma Paes

João Caldas

Pedro Eugênio (PPS)
Secretário: Cily Montenegro

Local: Serviço de Comissões Especiais, Anexo II, s/ 165-B

Telefone: 318-7056

Suplentes

Átilla Lins
Costa Ferreira
Ildelfonso Cordeiro
Luciano Castro
Neuton Lima
Pedro Fernandes
Wilson Braga

Ana Catarina
Luiz Bittencourt
Nelo Rodolfo
3 vagas

Fátima Pelaez
Jovair Arantes
Marcio Fortes
Marisa Serrano
Sérgio Carvalho
1 vaga

Babá
Carlos Santana
Paulo Rocha
Waldomiro Fioravante

Almir Sá
João Tota
Ricardo Barros

Caio Riela
Silas Câmara

Eurípedes Miranda

1 vaga

De Velasco

João Herrmann Neto (PPS)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,0
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002
gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo **Banco do Brasil**, Agência 3602-1, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3812 e (0xx61) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.

EDIÇÃO DE HOJE: 192 PÁGINAS